



Universidade dos Açores



Departamento de Biologia



Mestrado em Ambiente, Saúde e Segurança – 3.^a Edição

Título da Dissertação

Comunicação Ambiental nos Açores:

Planeamento dos Recursos Hídricos - Informação e Participação Pública.

*Os processos comunicativos entre os actores sociais e a sua influência para
uma esfera pública activa.*

Dissertação para obtenção do grau de Mestre de

Heraldina Maria Bettencourt da Silva Belchior

Orientador: Professor Doutor Rolando Lima Landa Gonçalves

Co-Orientador: Professor Engenheiro António Guerreiro de Brito

Ponta Delgada, 2011

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação de mestrado aos meus pais, ao meu marido e ao meu filho.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus, e ao meu pai que, embora não se encontre entre nós, será sempre o meu modelo de referência – uma pessoa activa, trabalhadora, honesta, com uma enorme capacidade de sacrifício, e muita persistência.

Agradeço...

... à minha mãe por tudo o que já fez, e continua a fazer por mim (a todos os níveis), mesmo num dos piores momentos da sua vida, nunca deixou de me ajudar, de me incentivar e motivar nesta etapa da minha vida. Nunca me hei-de esquecer.

... ao meu irmão Nuno por todo o apoio que me deu, ajudando-me a mim e à minha mãe a todos os níveis, e à minha irmã Goretti que, à distância, motivou-me e dirigiu-me sempre uma palavra amiga e de conforto.

... ao meu marido pela compreensão, apoio incondicional, paciência nos meus momentos de angústia, e pelo assumir de quase total responsabilidade parental nos últimos meses deste trabalho.

... ao meu filho Henrique que, apesar de ter apenas dois aninhos (quase três), percebeu que a mamã tinha uma grande responsabilidade nas suas mãos e abdicou, por fim, de pedir atenção para si porque a mãe explicou que depois iríamos brincar muito todos os dias, que a mamã iria voltar a ser uma mamã presente. Obrigada meu filho, porque sei que não foi fácil para ti (como não foi para mim).

... à Direcção Regional do Ambiente e à Direcção de Serviços dos Recursos Hídricos pelas informações facultadas de forma organizada e disponibilidade para prestar esclarecimentos que foram fundamentais este trabalho;

... à Direcção do Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores e ao Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia e Comunicações, respectivamente, entidade para a qual, e através da qual, tenho vindo a prestar serviços como bolseira de iniciação à investigação científica, pela oportunidade de adquirir alguma experiência e pela

aprendizagem obtida nestas funções que contribuíram para agilizar todo este processo, e pelo apoio unânime da direcção nesta minha fase da vida.

... ao meu orientador e co-orientador, respectivamente, Professor Doutor Rolando Lalandia Gonçalves e Professor Engenheiro António Guerreiro de Brito por terem acreditado em mim e pelo apoio que me deram neste trabalho, grandes agentes activos para a minha motivação.

... aos meus entrevistados e respondentes aos inquéritos pela sua importante colaboração;

... ao Professor Doutor Rui Brites do ISCTE e ao Professor Doutor Luís Silva pela amabilidade em orientarem-me estatisticamente;

... à minha amiga Natacha Cabral e aos meus colegas de trabalho Sofia Rodrigues e Nuno Martins pelo apoio e sugestões;

... e a todos quantos me compreenderam, apoiaram, estimularam, e motivaram para a realização desta dissertação.

Obrigada a todos os que acreditaram em mim!

Bem-hajam!

RESUMO

O Plano Regional da Água enfrenta, no âmbito da informação e participação pública, algumas dificuldades na sua implementação: a falta de informação, inconsciência ambiental dos cidadãos, o acesso à informação, e fraca participação pública.

Alguns estudos e artigos científicos, nacionais e internacionais, têm evidenciado uma inadequada preparação das administrações para a promoção e incentivo a uma participação pública activa e continuada, optando por modelos convencionais que resultam numa participação passiva e reactiva dos cidadãos; e por outro lado, têm evidenciado que os cidadãos, por falta de alternativas de acesso à informação por outras fontes, recorrem aos *media* para a obtenção dessas informações ambientais, sendo estas mediadoras das suas percepções ambientais que, por conseguinte, reflectem-se nas suas atitudes ambientais, participação cívica e pública.

O presente estudo teve como primeiro objectivo analisar os relatórios e modelo de participação pública no âmbito dos recursos hídricos, os canais de informação e comunicação, conhecer as opiniões de ex-administradores, actual director regional do ambiente, e um dirigente de ONGA, sobre a problemática da informação e fraca participação pública no contexto Regional.

O segundo objectivo desta dissertação de carácter exploratório foi a de tentar aferir se a exposição dos inquiridos aos *media*, como mediadores da percepção ambiental dos respondentes, influencia-os nas suas atitudes de poupança de água e participação cívica. Para tal foram traçados perfis ambientais que se correlacionaram com as atitudes de poupança de água e a participação cívica, constatando-se a existência de uma correlação média entre os inquiridos com adesão tecnocêntrica e a frequência de consulta aos respectivos portais e uma correlação negativa em relação à frequência de exposição à televisão. Também foi realizado um inquérito a dirigentes de ONGA a fim de se conhecer percepções, conhecimento e participação pública.

Palavras-Chave: Informação, Participação Pública, Percepção, Atitudes, Efeitos Mediáticos

ABSTRACT

The Regional Water Plan faces, in the context of information and public participation, certain difficulties in its implementation namely access to and lack of information, citizen's unawareness about environment and weak public participation.

Some national and international scientific studies and papers have demonstrated an inadequate preparation of the public administrators to promote and incentivize an active and continuing participation. The administrators have opted for conventional models which have resulted in a passive and reactive participation of the citizens. On the other hand, it is evident that the general public due to lack of alternative sources of access to information, use the media resources to obtain such information, resources which mediates their perception about environment, consequently in their attitudes towards environment, civic and public participation.

The primary objective of this study is to analyze the public participation reports, model, the information and communication channels, to familiarize with the opinions of the ex-public administrators, the current Regional Director and the administrator of an NGO with regard to the problematic of the weak public participation in the region.

The secondary objective of this exploratory dissertation was to assess whether respondent's exposure to the media, as mediators of environmental perception of the respondents, influence them in their attitude towards saving water resources and civic participation. To this effect were traced the environmental profiles that correlated with the attitude of saving water and public participation, verifying the existence of a modest correlation between respondents with technocentric profiles and the frequency of consultation they effected in the internet portals and a negative correlation with respect to frequency of exposure to television viewing. A second questionnaire was applied to regional environmental NGO's administrators to understand their perceptions, knowledge and public participation.

Keywords: Information, Public Participation, Perception, Attitudes, Media effects

ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	1
AGRADECIMENTOS	2
RESUMO	4
ABSTRACT	5
ÍNDICE.....	6
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NO PLANEAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS NOS AÇORES	16
1.1. Contextualização dos Recursos Hídricos	17
1.2. A Informação e a Participação Pública	19
1.2.1. Órgãos Consultivos da SRAM	23
1.2.2. Organizações Não-Governamentais do Ambiente nos Açores (ONGA).....	25
1.3. Plano Regional da Água (PRA)	27
1.3.1. Análise do Relatório do processo de consulta e participação públicas	28
1.3.2. Análise dos pareceres e comentários ao PRA no âmbito de consulta pública	30
1.3.3. Análise das Sessões Públicas de Apresentação e Discussão Pública do PRA	36
1.4. Plano de Gestão dos Recursos Hídricos da Região Hidrográfica 9 (PGRH9).....	38
1.4.1. Análise do Relatório de Participação Pública no workshop “Gestão da Água em Santa Maria”	41
1.5. Análise ao modelo de Participação Pública	42
CAPÍTULO II - COMUNICAÇÃO AMBIENTAL: A INFLUÊNCIA DAS FONTES DE INFORMAÇÃO NA PERCEPÇÃO, ATITUDES E PARTICIPAÇÃO	52
CAPÍTULO III – ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	63
3.1. População Alvo	66
3.2. Instrumentos de Recolha de Dados	68
3.3. Aplicação dos Questionários	69

CAPÍTULO IV – EXPOSIÇÃO ÀS FONTES DE INFORMAÇÃO: PERFIS, ATITUDES E PARTICIPAÇÃO	70
4.1. Inquérito Geral	70
4.2. Inquérito ONGA	95
CONCLUSÃO.....	108
RECOMENDAÇÕES	115
D. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116
E. ANEXOS	121

ANEXOS

Anexo 1	121
Anexo 2	122
Anexo 3	134
Anexo 4	149
Anexo 5	162
Anexo 6	175
Anexo 7	176
Anexo 8	177
Anexo 9	178
Anexo 10	179
Anexo 11	193

GRÁFICOS

Gráfico 1	26
Gráfico 2	26
Gráfico 3	71
Gráfico 4	72
Gráfico 5	72
Gráfico 6	74
Gráfico 7	77
Gráfico 8	80
Gráfico 9	81
Gráfico 10	84
Gráfico 11	85
Gráfico 12	87
Gráfico 13	90
Gráfico 14	100
Gráfico 15	102
Gráfico 16	104
Gráfico 17	104
Gráfico 18	105
Gráfico 19	106
Gráfico 20	106
Gráfico 21	107

QUADROS

Quadro 1	36
Quadro 2	73
Quadro 3	75
Quadro 4	75
Quadro 5	76
Quadro 6	86
Quadro 7	87
Quadro 8	88
Quadro 9	91
Quadro 10	92
Quadro 11	95

FIGURAS

Figura 1	23
Figura 2	39
Figura 3	41
Figura 4	46
Figura 5	47

INTRODUÇÃO

“A água, fonte de toda a vida, está actualmente no centro de uma crise sem precedentes que tem por principais factores o aumento da população, a poluição, a insuficiente gestão dos recursos hídricos, alterações climáticas, entre outros factores. Mas também como é sublinhado no Relatório Mundial sobre a Água publicado em 2003 sobre a escassez da água no mundo, esta crise deve-se também à inércia política e à falta de uma tomada de consciência das populações.”

Comissão Nacional da UNESCO

A realização deste trabalho surge no âmbito de um dos grandes desafios que o Plano Regional da Água (PRA) enfrenta na sua aplicação - o princípio da Informação e a Participação Pública: *“a inconsciência ambiental dos cidadãos com vista à protecção/valorização dos recursos hídricos, a fraca participação nos processos públicos de decisão, e as dificuldades no acesso à informação sobre recursos hídricos”*¹. Por outro lado, está em preparação o lançamento do Plano de Gestão de Região Hidrográfica na Região Autónoma dos Açores, cumprindo a Lei nº 58/2005, de 29 de Dezembro e a Directiva Quadro da Água. Tal como nas outras regiões do país, existe um Plano de Gestão dos Recursos Hídricos para todo o arquipélago dos Açores. Mas, atendendo ao facto de se tratar de nove ilhas com características muito particulares, a administração regional considerou desenvolver um Plano de Gestão de Recursos Hídricos para cada uma das ilhas, em tempos diferentes, sendo que, depois de concluídos, serão todos integrados num único plano – O plano de Gestão da Região Hidrográfica 9 (Açores). Dos nove Planos de Gestão dos Recursos Hídricos de Ilha (PGRHI), até ao momento, apenas o de Santa Maria foi elaborado, os PGRHI das restantes ilhas encontram-se em fase de elaboração. Configura-se, portanto, um período de maior interacção entre a administração regional e os cidadãos no domínio dos recursos hídricos que já se iniciou com a apresentação do PGRHI de Santa Maria onde foi organizado um workshop que contou com a participação dos *stakeholders* daquela ilha.

Deste modo, o presente estudo teve como primeiro objectivo analisar os relatórios e modelo de participação pública no âmbito dos recursos hídricos, os canais de informação e comunicação, conhecer as opiniões de ex-administradores, actual director regional do ambiente, e um dirigente de ONGA, sobre a problemática da informação e fraca participação pública no contexto Regional.

¹ in “O acesso à informação e participação pública - Planeamento de recursos hídricos e desenvolvimento sustentável nos açores” (Brito A G., Costa S., Almeida J., Nogueira R.)

O segundo objectivo desta dissertação de carácter exploratório foi o de tentar aferir se a exposição dos inquiridos aos *media*, como mediadores da percepção ambiental dos respondentes, influencia-os nas suas atitudes de poupança de água e participação cívica. Para tal foram traçados perfis ambientais que se correlacionaram com as atitudes de poupança de água e a participação cívica, constatando-se a existência de uma correlação média entre os inquiridos com adesão tecnocêntrica e a frequência de consulta aos respectivos portais e uma correlação negativa em relação à frequência de exposição à televisão. Também foi realizado um inquérito a dirigentes de ONGA a fim de se conhecer percepções, conhecimento e participação pública.

Neste contexto, na primeira parte deste trabalho é feita uma análise documental de dados fornecidos gentilmente pela Direcção de Serviços de Recursos Hídricos da Direcção Regional do Ambiente afecta, por sua vez, à Secretaria Regional do Ambiente e do Mar desta Região, de forma a fazer um levantamento dos canais de transmissão de informação e de comunicação utilizados, e da *accountability* feita pela entidade organizadora do evento. Também é feita uma análise do modelo de participação pública aplicado no processo de participação pública do PRA inspirada no estudo de Cheryl King et al. no seu estudo intitulado “The Question of Participation: Toward Authentic Public Participation in Public Administration”.

A segunda parte deste estudo, incide sobre o estudo da temática “Os processos comunicativos entre os actores sociais e a sua influência para uma esfera pública activa” e é a partir deste tema que nasce a problemática da dissertação. Deste modo, começou-se por definir os actores sociais deste estudo: administração regional (Governo Regional e autarquias), ONGA e sociedade civil, definindo como público-alvo: cidadãos residentes na Região Autónoma dos Açores utilizadores de computador e internet e membros dos corpos sociais das ONGA ou associações ambientais regionais. Tendo em conta que a informação e comunicações veiculados pela administração regional e das ONGA para os cidadãos é mediada, na maior parte das vezes (senão sempre), por canais de informação mediáticos ou cibernéticos, lança-se a primeira questão de investigação: será que a

exposição dos inquiridos às fontes de informação, nomeadamente, à televisão durante a semana, influencia-os nas suas percepções e representações ambientais, atitudes de preservação dos recursos hídricos, e participação cívica?

Esta pergunta vai de encontro às dificuldades reconhecidas em alguns relatórios de ponderação dos processos de participação pública da pasta do Ambiente do Governo Regional, nomeadamente, no campo da consciência ambiental, no acesso à informação, e na fraca participação pública.

Em termos de análise quantitativa, aplicou-se um questionário geral e um inquérito ONGA. O inquérito geral foi dirigido a cidadãos residentes nos Açores, seleccionando-se, *a posteriori*, os inquiridos cujo agregado familiar tivesse computador e acesso à internet e o nível de escolaridade entre o 12º. Ano e o Pós-Doutoramento. A razão que determinou a selecção dos inquiridos deve-se ao facto do inquérito ter sido aplicado online (por eficiência de custos e tempo) e pelo facto de se geralmente atribuir, na generalidade, os problemas de consciencialização ambiental, acesso à informação e participação pública a indivíduos com níveis baixos de escolaridade e sem recursos tecnológicos de acesso a canais informativos cibernéticos. Os questionários foram aplicados online através do *Kwiksurveys* em que 119 pessoas que corresponderam aos requisitos responderam ao inquérito.

Tendo em conta que a participação pública está intimamente ligada ao interesse público pelas questões dos recursos hídricos e, este último estará condicionado à própria percepção e representação, consciência ambiental e atitudes que os cidadãos têm com vista à protecção e valorização dos recursos hídricos, e atendendo ao facto de que *a percepção e atitudes públicas perante os problemas ambientais são mediados por fontes diversas, nomeadamente, a cultura popular, programas noticiosos, relatórios científicos, filmes, debates políticos, e cursos académicos* (Cox, 2006:), pretende-se, neste estudo, obter pistas sobre a exposição dos inquiridos às fontes de informação regionais mais importantes, nomeadamente, se existe uma correlação entre os *media* mais utilizados pelos inquiridos e os sítios de internet institucionais (Governo Regional, autarquias e

ONGA), com a percepção/representação ambiental, atitudes de poupança de água e participação cívica dos inquiridos.

O inquérito ONGA foi dirigido aos dirigentes de 23 ONGA na Região Autónoma dos Açores, continha 65 questões (questões dicotómicas, questões abertas e outras em escala de *Likert*) e contou-se apenas com menos da metade: 8 dirigentes de ONGA auto-aplicaram o referido inquérito. A intenção deste questionário era de obter pistas sobre a percepção e conhecimento dos inquiridos sobre o estado do ambiente e dos recursos hídricos na Região, assim como do seu grau de envolvimento ao nível da participação pública nos processos de tomada de decisão e as relações comunicacionais com os outros actores envolvidos no processo.

Deste modo, o capítulo I intitulado “A Participação Pública no Planeamento dos Recursos Hídricos nos Açores”, descreve muito sucintamente o que são os recursos hídricos, a quem pertence a titularidade dos mesmos, e uma resenha da história da gestão dos recursos hídricos na Região Autónoma dos Açores. De igual modo, descreve-se sucintamente o surgimento da Informação, Consulta e Participação Pública em termos legais, os órgãos consultivos da Secretaria Regional do Ambiente, e as ONGA na Região Autónoma dos Açores.

Neste capítulo apresenta-se o Plano Regional da Água e a importância que no mesmo se atribui à informação e participação pública na Gestão dos Recursos Hídricos, procedendo-se a uma análise dos canais de comunicação utilizados para a divulgação dos processos de consulta e participação públicas e da *accountability* realizada pelas entidades competentes no processo de consulta e participação pública realizada no âmbito do PRA e no âmbito do Workshop “Gestão da Água em Santa Maria”. Proceda-se como já anteriormente referido à análise do Relatório do Processo de consulta e participação pública do Plano Regional da Água à luz da análise realizada por Cheryl King et al (1998).

No Capítulo II, a “Comunicação ambiental: a influência da exposição às fontes de informação” incide sobre o estudo quantitativo levado a cabo em forma de questionários e

onde se pretende aferir se a exposição dos inquiridos às fontes de informação (*media* e portais de internet de organismos da administração regional, autarquias e ONGA), como mediadoras da percepção ambiental dos respondentes, influencia-os nas suas atitudes de poupança de água e participação cívica. Para tal foram traçados perfis ambientais que se correlacionaram com as atitudes de poupança de água e a participação cívica.

Saliente-se que o objectivo deste trabalho é de se obter pistas sobre a existência ou não de correlação entre a percepção, atitudes de poupança de água e participação cívica dos inquiridos com as fontes de informação: televisão e portais de internet, explanando alguns estudos sobre a importância da influência dos *media* na informação, conhecimento, percepção, atitudes e comportamentos das pessoas de alguns estudiosos da matéria, nomeadamente, Robert Cox, Luísa Schmidt, entre outros de igual relevância.

No Capítulo III faz-se uma exposição de todo o material utilizado para o estudo e os métodos utilizados, nomeadamente, a população alvo, de quais os instrumentos de recolha de dados utilizados, procedendo-se de seguida, no Capítulo IV, à exposição da estratégia metodológica e finalmente, descrever-se-á os procedimentos de análise estatística, e apresentar-se-ão os resultados do trabalho quantitativo relativo aos dois inquéritos: o inquérito geral e o inquérito ONGA.

Na conclusão, apresentar-se-ão as conclusões tendo em vista sempre que o propósito deste estudo é a exploração, a obtenção de pistas de investigação que possam ser usadas eventualmente num futuro estudo mais pormenorizado e abrangente; ou seja, concluir-se-á a existência ou não de correlação entre a frequência de exposição à televisão com as percepções ambientais, atitudes de poupança de água e participação cívica dos respondentes do Inquérito Geral.

E, finalmente, são apresentadas algumas recomendações que se crê que, a concretizarem-se, poderão contribuir para um maior sucesso no complexo processo de informação e participação pública nas matérias ambientais da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO I – A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NO PLANEAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS NOS AÇORES

“Governar é comunicar”.

Bertrand Schneider

1.1. Contextualização dos Recursos Hídricos

De forma a contextualizar todo o trabalho realizado, há que apresentar algumas definições e conceitos sobre os Recursos Hídricos, explanar a competência ou titularidade de gestão dos mesmos, fazer uma breve descrição da história da Gestão dos Recursos Hídricos nos Açores, os Planos desenvolvidos, e as dificuldades apresentadas na aplicação dos mesmos.

Deste modo, comecemos por explicar qual o leque de abrangência da Gestão dos Recursos Hídricos (RH): abrange as águas superficiais ou águas interiores de superfície (lagoas, bacias hidrográficas, redes hidrográficas), águas (interiores) subterrâneas (nascentes, sistemas aquíferos), e águas costeiras (pouco profundas, intermédias, e profundas). Ou seja, a Gestão da Água abrange, assim, as águas interiores de superfície, e respectivos leitos e margens, os fundos e margens de lagoas, as zonas de infiltrações, as águas interiores subterrâneas, toda a orla costeira e os fundos marinhos interiores, a plataforma continental e a zona económica exclusiva (águas marítimas interiores, águas marítimas territoriais, águas marítimas de zona económica exclusiva). No âmbito dos domínios da sua utilização, os recursos hídricos são usados no domínio urbano, industrial, agrícola, agro-pecuário, produção de energia, lúdico, e ambiental.

Estes Recursos Hídricos não compreendem apenas os recursos dominiais pertencentes ao domínio público, mas também os recursos patrimoniais pertencentes a entidades públicas ou particulares. Por exemplo, a titularidade do domínio público marítimo pertence ao Estado, enquanto a titularidade do domínio público lacustre e fluvial pertence ao Estado ou, nas Regiões Autónomas, à respectiva Região, excepto os lagos e lagoas situados em terrenos municipais ou em terrenos baldios e de logradouro comum municipal que pertencem aos municípios, e os lagos e lagoas situados integralmente em terrenos da freguesia, em terrenos baldios e de logradouro comum paroquiais pertencem às freguesias.

Quanto à *“titularidade do domínio público das restantes águas pertencem ao Estado ou, nas Regiões Autónomas, à Região, no caso de ter cabido ao Estado ou à*

Região, a reconstrução das fontes públicas. O domínio político das restantes águas pertence ao município e à freguesia conforme os terrenos públicos mencionados pertençam ao concelho e à freguesia ou sejam baldios municipais ou paroquiais ou consoante tenha cabido ao município ou à freguesia o custo e administração de fontes, poços ou reservatórios públicos” (RMV & Associados – Sociedade de Advogados, 2008).

Fazendo a agora uma resenha da Gestão dos Recursos Hídricos (RH), refira-se que, neste âmbito, a Região Autónoma dos Açores já sofreu grandes alterações ao nível de responsabilidade governativa. Entre a década de sessenta e oitenta, a gestão dos RH estiveram sob a tutela da Direcção de Obras Públicas da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada. Em 1981, a pasta das águas passa a ser assumida pela Divisão de Hidráulica da Direcção de Serviços de Obras Públicas afecta à Direcção Regional de Obras Públicas e Equipamento com a publicação da lei orgânica da Secretaria Regional do Equipamento Social, através do Decreto Regulamentar Regional n.º 41/81/A, de 12 de Agosto. Com a publicação do Decreto Regulamentar Regional n.º 2/92/A, de 27 de Janeiro, precisamente onze anos depois, estas competências passam para a alçada da Direcção Regional de Infra-estruturas Portuárias e Aeroportuárias inserindo-se, então, a gestão de recursos hídricos na Direcção de Serviços de Hidráulica e Saneamento Básico. Em 1995, o Decreto Regulamentar Regional n.º 8/95/A, de 30 de Março, incorpora os recursos hídricos na Direcção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, sendo que em Maio de 1998, esta formulação regride para Direcção de Serviços, aquando da constituição da Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente. Contudo, a situação evoluiu rapidamente, de forma muito positiva, com a decisão, no final de 1999, de constituir a Secretaria Regional do Ambiente. Na sequência desse facto, consubstanciado com a publicação do Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2000/A, de 18 de Abril, foi constituída a Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos, formalizando-se na Direcção de Serviços de Recursos Hídricos as componentes do planeamento e gestão da água (Plano Regional da Água, 2001) que acaba por ser extinto a 21 de Setembro de 2010, passando

assim a pasta das Águas para a Direcção Regional do Ambiente (mantendo-se a Direcção de Serviços de Ordenamento de Território e a Direcção de Serviços dos Recursos Hídricos como se pode ler no Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2010/A). De acordo com o mesmo documento, esta extinção deve-se ao facto de a área ambiental ser transversal às áreas de Ordenamento do Território e Recursos Hídricos não se justificando estarem incorporadas em direcções diferentes. A par desta alteração, assiste-se assim à criação da *Direcção Regional dos Assuntos do Mar, estrutura que assumirá a execução das competências que cabem à administração regional autónoma na gestão do domínio público marítimo, na gestão das zonas e águas balneares, na conservação da natureza no meio marinho e no ordenamento e gestão do território marítimo regional* (DRR n.º 17/2010/A de 21 de Setembro).

1.2. A Informação e a Participação Pública

O reconhecimento da importância da Informação e da Participação Pública na gestão dos recursos hídricos surgiu no âmbito da Conferência do Rio (1992) quando se tornou evidente que a abordagem meramente legislativa e administrativa dos problemas não era suficiente para dar resposta às questões ambientais e de que era necessário o envolvimento de um público mais informado e comprometido no planeamento e na implementação das políticas ambientais.

Seis anos depois, a 25 de Junho de 1998, a Convenção da UNECE (sobre o acesso à Informação, Participação Pública no Processo de Tomada de Decisão, e o acesso à Justiça em Matéria de Ambiente (Convenção de Aarhus) é adoptada, entrando em vigor a 30 de Outubro de 2001. Esta Convenção assenta em três pilares fundamentais no âmbito dos direitos dos cidadãos em matéria ambiental: ao acesso à informação; à participação pública; e ao acesso à justiça. *Esta é uma Convenção inovadora, uma vez que estabelece relações entre os direitos ambientais e os direitos humanos, assumindo que o desenvolvimento sustentável só poderá ser atingido com o envolvimento de todos os cidadãos e dando relevo às interacções que se devem estabelecer entre o público e as*

*autoridades, aos mais diversos níveis, num contexto democrático. Deste modo, a Convenção não constitui apenas um acordo internacional em matéria de ambiente, mas tem em conta também os princípios de responsabilização, transparência e credibilidade que se aplicam aos indivíduos e às instituições*².

A 23 de Outubro de 2000, surge assim a Directiva Quadro da Água (Directiva 2000/60/CE de 23 de Outubro de 2000) com o objectivo de aplicar esta política de participação no domínio hídrico europeu. Para além de promover os critérios ecológicos na gestão da água, esta Directiva reforça a participação dos utilizadores e das partes interessadas na gestão da água (DQA, 2000, Preâmbulos 14 e 46; artigo 14º.).

No contexto português, dá-se a transposição da Directiva Quadro da Água para a legislação portuguesa (Lei nº 58/2005 de 29 de Dezembro de 2005) consagrando assim os referidos princípios nos artigos 25º. e 26º. Também em 2005, surge a Lei da Água (58/2005) – garantindo, entre outros aspectos, a informação e a participação pública aquando da elaboração, revisão e avaliação dos instrumentos de planeamento das águas, nomeadamente: *“a participação activa de pessoas singulares e colectivas através de processo de discussão pública e de representação dos utilizadores nos órgãos consultivos da gestão da água; a publicação prévia (na www), de toda a informação relevante, incluindo projecto de plano e todas as propostas e pareceres recebidos a longo dos processo de discussão; devendo estar em consulta pública: o calendário e programa de trabalhos para a elaboração do plano de gestão de bacia; a síntese de questões significativas relativas à gestão da água identificadas nas bacias hidrográficas; e o projecto do plano de gestão da bacia hidrográfica”* (Lei da Água, 2005).

Mas, qual o conceito de informação e participação pública num processo de tomada de decisão? *“A Associação Internacional para a Participação Pública define a participação pública como “qualquer processo que envolva o público na resolução de problemas e na tomada de decisão e que utilize os contributos do público para melhorar*

² in Portal da Agência Portuguesa do Ambiente: <http://www.apambiente.pt>

as decisões”³. Existem muitas definições sobre participação pública, umas científicas outras políticas, mas uma alusão importante é à noção de democracia representativa e democracia participativa. No âmbito da democracia participativa existem três dimensões: a informação, a consulta e o envolvimento activo. Luísa de Lima e João Pato (2006: 4) descrevem cada uma destas dimensões:

“A informação – representa um nível básico de envolvimento do público. Trata-se de um processo comunicacional unidireccional, normalmente dirigido das entidades técnicas e administrativas competentes para os cidadãos, visando a divulgação dos factos” (2006: 4). No âmbito das sessões de apresentação e discussão do PRA, a administração regional utilizou os meios de comunicação social e cibernéticos para divulgar a consulta pública e sessões de apresentação do PRA, assim como dos editais enviados para as autarquias regionais e dos próprios documentos enviados a entidades específicas e consideradas pela administração regional como partes interessadas no processo, correspondendo aos exemplos atribuídos por Luísa de Lima e João Pato: *“as sessões de esclarecimento sobre um projecto ou a disponibilização de informação sobre a qualidade das águas de consumo”* (2006: 4).

No que se refere à consulta pública, este processo desenvolve-se a partir do momento em que desenvolve um *“processo comunicativo em que se procura auscultar os cidadãos em geral ou as partes interessadas sobre uma questão ou processo particular”* (2006: 5). Nesta fase, pressupõe-se que as entidades consultadas sejam detentoras de informação prévia sobre a questão em apreço, e no caso de isso não acontecer, a mesma deverá ser facultada. Aqui, não há imposição quanto à inclusão de comentários e pareceres na decisão final, mas entende-se que a posição das entidades consultadas possa contribuir para uma melhoria da qualidade da decisão. Segundo Luísa de Lima e João Pato: *“Há várias formas possíveis de consultar o público ou as partes interessadas acerca de uma questão ou processo particular: sessões de consulta pública, inquéritos,*

³ in de Lima, Maria Luísa Pedroso e Pato, João, A participação pública no domínio da água – Questões Sociais – 1.º Relatório de suporte aos trabalhos do workshop, ISCTE, Junho de 2006, pp.4

sessões de trabalho, entrevistas”, etc. Este tipo de envolvimento é coincidente com o workshop “Gestão das Águas em Santa Maria” pese embora tenha tido apenas a duração de quatro horas e não faça parte do quadro de imposição legal no âmbito do processo de participação pública. No caso do PRA temos os três workshops que embora tenham sido de cariz técnico foram abertos à comunidade em geral e que de acordo com Brito et al. (in Acesso à Informação e Participação Pública – Planeamento dos Recursos Hídricos e Desenvolvimento Sustentável, s/n): “Estes eventos tiveram uma forte cobertura pelos meios de comunicação regionais e cada um dos workshops, com duração de dois dias, permitiu dar a conhecer o estado de desenvolvimento dos trabalhos de elaboração do Plano e receber apports daqueles que, não estando directamente envolvidos, serão recipientes da sua aplicação”.

Quanto ao envolvimento activo, *“este representa um processo de envolvimento de cidadãos ou entidades nos processos de planeamento, tomada de decisão ou gestão. No caso de ser necessário tomar uma decisão final, a posição das partes interessadas deverá ser integrada nessa decisão. No caso de se tratar de um processo de gestão/administração, deverá existir uma partilha de responsabilidades entre as partes interessadas. O envolvimento activo pode assumir diferentes formas, como a presença a comissões de gestão de bacia hidrográfica ou a emissão de pareceres ou comentários durante a avaliação do impacto ambiental de uma barragem”* (de Lima e Pato, 2006: 5). Este exemplo aplica-se ao papel dos órgãos consultivos e às comissões de acompanhamento, nomeadamente e entre outros, ao já extinto Conselho Regional da Água, e ao Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável que apresentamos seguidamente e de forma breve.

1.2.1. Órgãos Consultivos da SRAM

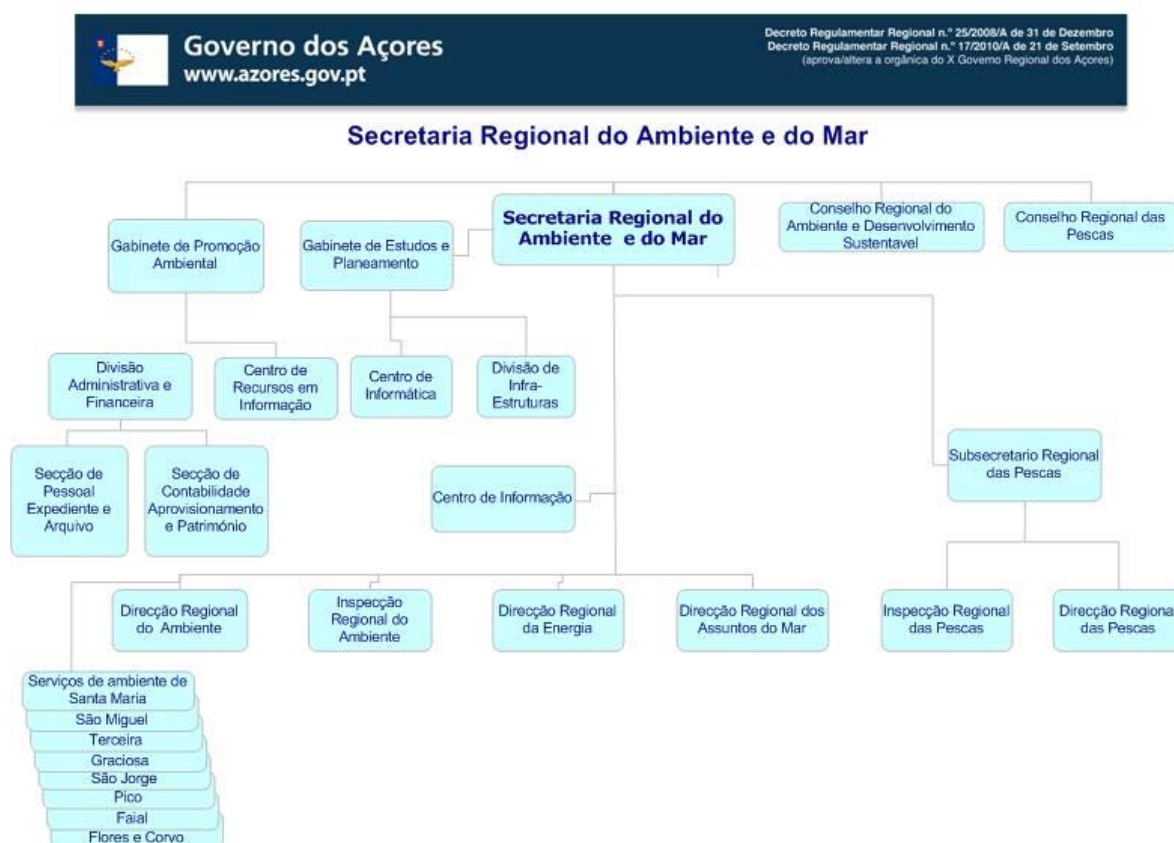


Figura 1 – Organograma da SRAM, 2010, (in <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/sram/organigrama.htm>)

Conselho Regional da Água

O já extinto Conselho Regional da Água (CRA) foi criado a 28 de Novembro de 2002 no âmbito do Decreto Legislativo Regional Nº 37/2002/A de 28 de Novembro onde se pode ler no Âmbito e Natureza do referido documento: “(...) 2 - O CRA é um órgão de carácter consultivo, com atribuições genéricas de coadjuvação da acção da administração regional autónoma dos Açores, nomeadamente na definição de «região hidrográfica», pronunciando-se sobre a política e orientações estratégicas de planeamento e gestão de recursos hídricos, bem como quanto a aspectos com especial relevância nas utilizações da água e na afectação dos sistemas hídricos, incluindo as matérias referentes à quantidade e qualidade da água.”

No Artigo 3.º do referido Decreto Legislativo Regional estão definidas algumas das competências do CRA: *“a) Acompanhar a elaboração e as alterações ao Plano Regional da Água (PRA) e informar a proposta do Plano, antes da sua aprovação pelo Conselho de Governo Regional; b) Informar os planos e projectos de interesse geral que afectem substancialmente o planeamento dos recursos hídricos ou os usos da água; c) Informar as questões comuns a duas ou mais delegações de ilha do departamento governamental com atribuições em matéria de ambiente, em relação ao aproveitamento dos recursos hídricos; d) Emitir parecer sobre todas as questões relacionadas com os recursos hídricos que lhe sejam submetidas pelo membro do Governo Regional com competência em matéria de ambiente; e) Propor linhas de estudo e investigação para o desenvolvimento de inovações técnicas no que se refere à disponibilização, utilização, conservação, recuperação, tratamento integral e economia da água; f) Propor outras acções que entenda necessárias para a elaboração e implementação dos planos e projectos referidos nas alíneas anteriores.”*

Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

O Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CRADS) foi criado a 18 de Abril de 2000 como órgão consultivo do Secretário Regional para a formulação das linhas gerais de acção nos sectores de competência da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM), com o objectivo de assegurar o diálogo e cooperação com entidades e organizações de âmbito regional ou de interesse específico.

No oitavo parágrafo do Decreto Legislativo Regional n.º 19/2010/A, de 25 de Maio, pode ler-se: *“Assumindo que o Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, enquanto fórum de reflexão destinado à formulação das políticas de ambiente e desenvolvimento sustentável, deve ter as suas competências reforçadas e a sua composição alargada, pelo presente diploma procede-se à integração naquele conselho das competências que estavam atribuídas ao Conselho Regional da Água*

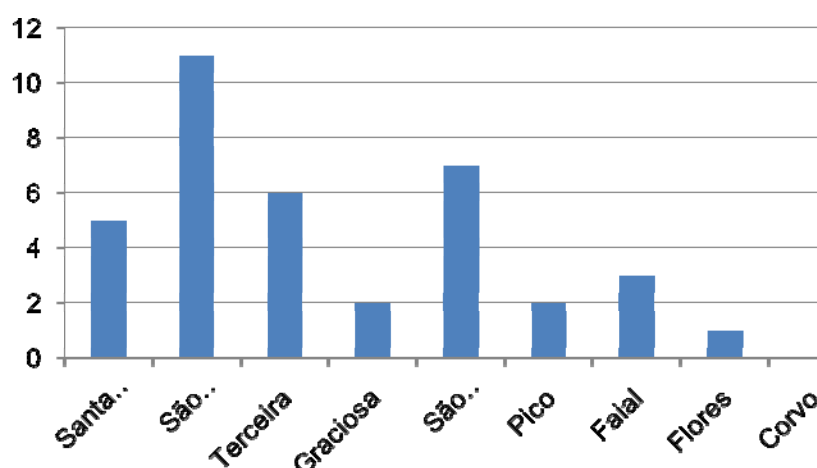
(CRA), cuja estrutura e composição foram definidos pelo Decreto Legislativo Regional n.º 37/2002/A, de 28 de Novembro, (...)”. Desta forma, o CRA é extinto legalmente no dia 25 de Maio de 2010. Refira-se que, entre outros actores sociais, têm assento no CRADS algumas associações ambientais regionais, Os Montanheiros, os Amigos dos Açores, a Azórica, a Quercus Açores e a Gê-Questa, a SPEA e a OMA.

1.2.2. Organizações Não-Governamentais do Ambiente nos Açores (ONGA)

Nos Açores há três tipos de Organizações Não-Governamentais para o Ambiente: as que têm assento no Conselho Regional para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Os Montanheiros, os Amigos dos Açores, a Azórica, a Quercus Açores, a Gê-Questa, a SPEA, a OMA, a CNE, e a Norte Crescente), as que não têm assento no CRADS, e as pequenas organizações não governamentais que, por vezes, dissertam sobre temáticas ambientais.

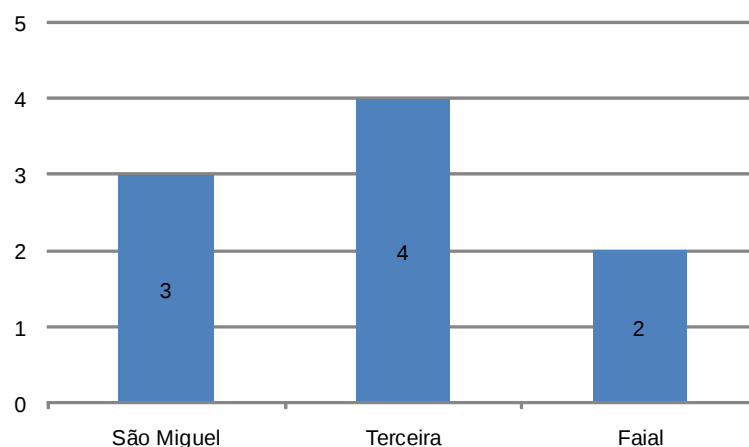
Em 2010, a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM) procedeu ao rastreio de novas ONGA dos Açores à luz de uma mudança legislativa. Presentemente, e segundo as seguintes informações disponibilizadas pelo Gabinete de Promoção Ambiental (ilha Terceira), o associativismo ambiental nos Açores configura-se da seguinte forma:

{ XE \f Gráfico }Gráfico 1 - Número de ONGA e Associações na Região Autónoma dos Açores (37)



São Miguel é a ilha onde concentra mais associações ambientalistas, sendo 11 no total, seguindo-se a ilha de São Jorge com sete associações, a Terceira com seis associações, Santa Maria com cinco associações, a ilha do Faial com três associações, depois a Graciosa e o Pico com 2 associações cada, e finalmente, as Flores apenas com uma associação.

Gráfico 2 - Número de entidades registadas no Registo Regional de ONGA (9), por Ilha



Quanto ao número de associações registadas regionalmente na SRAM, os números já são bastante inferiores: a Terceira tem quatro associações (CNE, Os Montanheiros, Gê-Quest, e a Alerta), seguindo-se São Miguel com três associações (Amigos dos Açores, SPEA, e a Norte Crescente), e o Faial com duas associações ambientais registadas na SRAM (Azorica e a OMA).

1.3. Plano Regional da Água (PRA)

O Plano Regional da Água (PRA) tem por objectivo o planeamento e gestão dos recursos hídricos na Região Autónoma dos Açores. O início da elaboração do Plano Regional da Água arrancou em Março de 2000 com a preparação das linhas base de desenvolvimento dos trabalhos, tendo o mesmo sido assinado em 11 de Julho de 2000, e aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2003/A de 23 de Abril. O PRA assenta em vários Princípios Gerais do seu Artigo 3.º, nomeadamente: “(...) d) *Participação, no sentido, hoje largamente consensual, de que não pode haver planeamento sem que no processo se encontrem envolvidos os agentes económicos e as populações; e) Estratégia, no sentido de que deve ser privilegiado o nível decisório mais próximo da população. (...)*”.

É reconhecido no PRA a falta de informação “sólida” e suficiente para fundamentar as decisões na gestão dos recursos hídricos e a importância de disponibilizar essa informação em prol de uma maior participação pública: “*A gestão eficaz de qualquer recurso não poderá ser alcançada através de decisões baseadas em informação pouco sólida. O estado actual dos conhecimentos no que diz respeito aos recursos hídricos da Região é insuficiente, pelo que aprofundar continuamente esse domínio do conhecimento e disponibilizar a informação de forma a fomentar a participação de todos os agentes envolvidos são princípios que deverão estar subjacentes a todo o processo de gestão, tendo em vista a futura revisão dos planos e as novas etapas no planeamento e gestão dos recursos hídricos da Região*”. (2001: 294)

No âmbito da Informação e Participação Pública, no PRA encontram-se delineadas as linhas estratégicas de acção - a Promoção da Informação e a Participação do cidadão assentes em dois princípios: “*o direito dos cidadãos a um ambiente de qualidade e a responsabilidade partilhada, através do reforço da informação, participação e envolvimento dos agentes sociais e económicos na fase de discussão e implementação dos instrumentos de planeamento, com vista ao desenvolvimento da sua adesão crítica às propostas de acção da estratégia de gestão de recursos hídricos na Região, (...)*”. Em

termos práticos, a estratégia de Informação e Participação Pública definida no PRA deverá contemplar: *“a sensibilização das populações e dos agentes para as diversas vertentes do planeamento e da gestão dos recursos hídricos; a existência e operacionalidade de um sistema de informação sobre recursos hídricos à escala regional; a disponibilização de informação ao público, tendo em consideração o normativo nacional e comunitário; a dinamização da participação pública nas decisões, através da representação equitativa das populações na defesa do direito do ambiente, dos interesses difusos, dos interesses directos e indirectos de propriedade, de emprego e de segurança”* (2001: 295).

1.3.1. Análise do Relatório do processo de consulta e participação públicas

“Para cada uma das categorias da participação pública, e relativamente aos domínios de utilização, podem ser criados e dinamizados canais privilegiados de comunicação que potenciem o grau de envolvimento desejado. Deste modo, a eficácia da comunicação prende-se com a adequação dos canais aos objectivos pretendidos” (de Lima, Maria Luísa Pedroso e Pato, João, 2006:10)

Canais de Transmissão de Informação

No âmbito da Consulta Pública

A administração regional procedeu à **publicitação** da realização do processo de **consulta pública** em jornais locais e com a afixação de editais nas autarquias regionais. Os documentos constituintes e complementares do PRA foram disponibilizados para consulta na SRAM e restantes Secretarias da Presidência do Governo, respectivas Direcções, Serviços de Ambiente de Ilha de todas as ilhas à excepção da ilha Graciosa, nas Ecotecas do Pico e da Graciosa, em todos os municípios, em todas as Juntas de

Freguesia da Região Autónoma dos Açores (em formato digital), nos Serviços Municipalizados de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. Além da utilização dos canais de comunicação referidos acima, a Direcção Regional de Ordenamento do Território e Recursos Hídricos elaborou uma página de internet onde se podia consultar o PRA, as versões de Relatório Técnico 4 Anexo Cartográfico, o resumo não técnico do PRA, e os trabalhos de base elaborados pelas diversas equipas envolvidas. Neste âmbito, e segundo informações da SRAM, a referida página da internet foi acedida 1063 vezes durante o período de consulta pública, ou seja, entre Dezembro de 2001 e Março de 2002, notando-se um maior número de acesso nas últimas duas semanas de Janeiro, na última semana de Fevereiro e na primeira semana de Março. De acordo com os dados do Relatório do Processo de consulta e participação públicas (2002) facultados pela referida entidade, a maioria dos acessos são oriundos da Europa (90%), seguindo-se a América do Norte (4%), e América do Sul (3%), e outros (3%). Neste caso, não se consegue obter uma informação precisa relativamente à origem específica do número de acessos; ou seja, desconhece-se o número de acessos realizados na Região Autónoma dos Açores e, especificamente, por cada ilha, que neste caso, seria a origem mais pertinente a apurar. Refira-se também que a televisão foi um recurso comunicativo que não foi utilizado pela administração regional para a divulgação do processo de consulta pública.

O projecto também foi enviado para os Coordenadores das Equipas Técnicas de Elaboração do PRA, membros do Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CRADS), membros da Comissão de Acompanhamento e Salvaguarda das Lagoas Açorianas, e entidades diversas, nomeadamente, Universidade dos Açores, Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores, INOVA – Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, EDA – Electricidade dos Açores, S.A., LREC – Laboratório Regional de Engenharia Civil, Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada, Junta Autónoma do Porto de Angra do Heroísmo, Junta Autónoma do Porto da Horta, Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, Conselho Nacional da Água,

Instituto Nacional da Água, Instituto de Gestão da Água, S.A., e Coordenador do Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores.

No âmbito de Sessões de Apresentação/Discussão Pública

As sessões de apresentação do PRA foram divulgadas através de anúncios publicados em diversos órgãos de comunicação social, nomeadamente jornais (Correio da Horta, Telégrafo, Ilha Maior, O Dever, A União, Diário dos Açores, Terra Nostra, A Vila, Atlântico Expresso e Diário Insular). Também foi enviada uma nota de imprensa para a RTP Açores no sentido da divulgação das sessões de audiência, tal como para as rádios (RDP Açores, Rádio TSF Açores, Rádio Clube Asas do Atlântico, Rádio Graciosa, Rádio Insular, Rádio Pico, Rádio Cais, Rádio Lumena, e Rádio Clube de Angra). Também foram colocados anúncios para divulgar as sessões de apresentação do PRA na diferentes ilhas e convidadas várias entidades por ofício escrito.

1.3.2. Análise dos pareceres e comentários ao PRA no âmbito de consulta pública

No âmbito do processo de **consulta pública**, a SRAM recebeu vários pareceres e comentários ao projecto enviados pelas partes interessadas. Procede-se assim a uma análise das mesmas, com a intenção de levantar uma série de pistas sobre os contributos que foram prestados por estas entidades a este projecto ao nível da temática da participação pública.

A Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores enviou o seu parecer através de uma mensagem enviada pelo *Web-site* (para a caixa de correio de PRA: pra@sra.raa.pt) questionando a falta de informação relativa a algumas matérias, criticando a falta de especialistas para a gestão da água e a eficiência dos Recursos Humanos e responsáveis pela elaboração do projecto do PRA, como se pode ler no *email* de Carlos Barbosa: *“Como é possível dizer-se que não dispõem de informações acerca*

de captações para a agropecuária, nem dados dos reservatórios e redes de abastecimento para as explorações? (...) , estão todos identificados no IROA, existindo a cartografia dos mesmos. (...), qualquer Presidente da Junta de Freguesia, vos podia mostrar as captações e reservatórios construídos para a pecuária, mas para isso é preciso sair dos gabinetes. (...), porque o que constato na gestão da água é uma autêntica anarquia. Venha o Instituto da Água, gerido por especialistas (...)".

Entre críticas apontadas por omissões e incorrecções, refira-se o comentário realizado pela Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) quanto ao fraco envolvimento de organizações representativas: *"(...), é importante que, futuramente, haja uma maior possibilidade de participação das organizações representativas dos agricultores nos órgãos de planeamento e gestão dos recursos hídricos, dado que os agricultores desempenham um importante papel, não só na protecção do ambiente (e, por inerência, da Água) dos Açores, como também na sociedade e economia da Região"*. A CAP, em jeito de síntese, refere ainda que *"a conservação da natureza é um objectivo que todos partilhamos mas que não se pode fazer em detrimento do Homem"*, assim como também apela a programas de apoio à formação e informação dos agricultores no âmbito do PRA, *"não só no que se refere à produção pecuária mas também em outros domínios como o da fertilização, apontada como "uma fonte de contaminação difusa a ter em consideração"*.

Também a Direcção Regional de Organização e Administração Pública, através do encarregado de missão, Jorge Soares, descreve que *"em relação à monitorização e controlo de extracção de inertes no domínio hídrico considera-se necessário o envolvimento das autarquias"*.

A posição da Federação Agrícola dos Açores também é peremptória no que diz respeito à falta de concertação com os parceiros sociais no âmbito da elaboração do PRA, lamentando a falta de diálogo: *"O Plano Regional da Água recentemente apresentado, deveria ter sido elaborado em concertação com os parceiros sociais, porque o seu alcance assim o exigia, não podendo por isso, a Federação Agrícola dos*

Açores deixar de lamentar esta falta de diálogo que existiu". Entre críticas ao projecto do PRA sobre a falta de conhecimento e monitorização sobre determinadas questões relativas aos Recursos Hídricos na RAA, a Federação Agrícola dos Açores refere que a "Agro-Pecuária é responsabilizada por ser a principal fonte de poluição difusa nos Açores (...). No entanto, é necessário referir que Portugal (e ainda mais os Açores, particularmente) é, de acordo com as informações de várias fontes (OCDE, Eurostat, Agência Europeia do Ambiente), o país onde menores quantidades de fertilizantes e pesticidas são aplicados, tanto em valor absoluto, como por unidade de área". No âmbito da classificação das lagoas mesotróficas e eutróficas, a Federação Agrícola dos Açores destaca ainda a falta de discussão sobre esta matéria com os parceiros sociais "já que esta definição vem no âmbito da Directiva Nitratos (91/676/CEE do Conselho) que obriga que nestas zonas seja obrigatória a implementação do Código de Boas Práticas" que de acordo com a Federação Agrícola dos Açores "deve ser acompanhada de apoio e formação técnica e prática aos agricultores, o que na actualidade é praticamente inexistente". A Federação Agrícola dos Açores acrescenta ainda que "A adaptação do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, à região terá de corrigir os erros aquando da sua elaboração, isto é, a sua publicação foi ocultada dos parceiros sociais no Continente, porque a designação de áreas no âmbito da REDE NATURA 2000, altera o funcionamento das explorações agrícolas, (...). (...) Por isso o Governo Regional deverá auscultar e incluir na definição dos planos de gestão e na gestão activa das zonas abrangidas pela REDE NATURA, os parceiros sociais, disponibilizando a cartografia dos 'habitats', para que se possa hierarquizar prioridades de intervenção em casa sítio". Outra das críticas apontadas pela Federação Agrícola dos Açores diz respeito "à falta de conhecimento da realidade da agricultura e da agro-pecuária em particular nos Açores já que as especificidades de cada ilha são totalmente ignoradas", de que "(...) os cenários apresentados no PRA estão desajustados da realidade (...)", e de "falta de destaque no PRA em relação à necessidade de informação prestada aos agricultores. Assim, deverá existir não só por parte das entidades oficiais um conjunto de acções junto dos

agricultores, mas fundamentalmente das organizações de produtores que além da informação prestada aos seus associados, deverão acompanhar todos estes processos na sua génese e não postas perante realidades assumidas, assentes em pressupostos muitas vezes dúbios". No ponto 6 – Meios Financeiros do texto da Federação Agrícola dos Açores, pode ler-se ainda *"(...), é demonstrativo nos objectivos de resposta que se pretende alcançar, (...), o que demonstra, por um lado, falta de ambição e, por outro, uma falta de sensibilidade na resolução dos problemas dos agricultores"*. Em jeito de conclusão, a Federação Agrícola dos Açores termina os seus comentários ressaltando a importância da participação dos parceiros sociais que *"não podem ser postos à margem dum processo com estas características, devendo ser participantes activos numa estratégia deste carácter"*, assim como *"A designação de zonas vulneráveis neste documento é extemporânea, porque ainda não existiu um debate com os parceiros sociais, numa vertente que, a ser posta em prática, condiciona fortemente a actividade agrícola nos locais afectados"*. Esta federação defende a importância de uma estreita "articulação" entre as várias entidades oficiais na Região de forma a *"criarem-se soluções que evitem a sobreposição de competências e o aumento de burocracia"*.

Quanto aos Serviços Municipalizados de Ponta Delgada, o Sr. Eng^o Jorge Nemésio exemplifica o insucesso obtido no âmbito das campanhas de sensibilização, realizado pelo SMAS de Ponta Delgada, junto dos seus consumidores, explicando que se deve a valores sociais e culturais, *"à tradição de limpeza e de asseio que se socorre maioritariamente do consumo de água para o efeito que, com a generalização do abastecimento domiciliário e da ideia de que nos Açores não há carência desse recurso, leva a que sejamos confrontados no nosso dia-a-dia com situações de lavagem de logradouros, passeios, fachadas, janelas, etc. com o uso quase exclusivo da mangueira, de forma indiscriminada e sem qualquer controlo possível"*. Segundo relata o Sr. Eng.^o Jorge Nemésio, *"os SMAs, após terem verificado o insucesso das suas campanhas de poupança de água, lançaram mão infelizmente do último argumento de que dispunham para forçar tal poupança"*: o argumento económico, aumentando drasticamente a tarifa

para os maiores consumidores. Mas, novamente sem sucesso, pelo que defende “a necessidade urgente defendida no PRA de se introduzir mecanismos eficazes para a aplicação do princípio do utilizador/pagador, já consagrado na Directiva Quadro da Água”. E, continua, sugerindo o Governo Regional a desenvolver uma campanha “forte” para sensibilizar os produtores, incentivos para os que poupassem água e penalizações para os prevaricadores, como aliás o próprio Plano Regional da Água reconhece (último parágrafo da página 191)”. No texto do SMAS pode ler-se ainda que o Governo Regional deve ter uma atitude “definitivamente assumida, numa perspectiva de união regional, que abarque todas as entidades participantes, quer seja a administração pública, quer seja a sociedade civil, quer seja inclusivamente as estruturas político-partidárias, sob pena do Plano Regional da Água não passar de uma salutar e esforçada declaração de intenções!” O Sr. Eng.º Jorge Nemésio critica ainda o facto de terem colocado os SMAS de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo “à margem da elaboração do PRA, não fazendo parte sequer do acompanhamento deste documento, que no entanto, lhes diz respeito directamente e lhes baliza o futuro de forma determinante”. E, sugere “Entretanto, poderia aprofundar-se a reflexão em torno dos modelos institucionais, com amplo debate das soluções possíveis, numa perspectiva de total abertura e frontalidade, juntando à mesma mesa todos os intervenientes”.

Também as ONGA desenvolveram um parecer conjunto sobre a versão em discussão pública do PRA, enquanto membros da Comissão de Acompanhamento para a Salvaguarda das Lagoas Açorianas (CASLA) salientando importantes lacunas de informação e conhecimento reconhecidos no PRA, a importância do consenso a nível de toda a sociedade açoriana, pelo que consideram determinante “implementar, como o próprio PRA já preconiza, uma efectiva dinâmica de monitorização e acompanhamento, permanente e renovadora, incentivando a participação dos cidadãos e de todas as organizações não governamentais, a ser traduzida por uma rigorosa e participada Avaliação Intercalar do desempenho do Plano”.

E, por fim, em lugar do presidente da Câmara de Vila Franca do Campo, Rui Carvalho e Melo, João Medeiros apresenta o parecer em representação daquela edilidade, reconhecendo também que o projecto revela falta de dados importantes à resolução de problemas tendo em conta o *“pouco tempo que foi dado para a elaboração deste projecto, a falta de informação relativa à localização de algumas nascentes, sobre os tarifários praticados pela autarquia vila-franquense”*, facto que estranha e que lhe leva a pensar que *“os autores deste plano não conhecem bem a nossa realidade local, o que contribui para um maior desfasamento dos resultados finais deste projecto, em relação ao que se passa na realidade”*.

Posto isto, pode-se concluir destes pareceres que a maior parte das entidades **consultadas** neste processo indicam haver falta de informação sobre questões relacionadas com os Recursos Hídricos na Região Autónoma dos Açores - o que foi reconhecido no próprio PRA, desconhecimento sobre a realidade local e regional, fraco incentivo à participação ou envolvência das partes interessadas e de toda a sociedade civil no processo de informação e participação pública, logo, nos processos de tomada de decisão. Neste sentido, importa reflectir sobre a própria participação destes actores sociais na elaboração do referido Plano. Todas estas questões foram respondidas pelo, então, Director Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos que analisou e tomou em consideração as observações e comentários consideradas pertinentes e importantes para a elaboração final do PRA, cumprindo assim a fase de informação, consulta e participação públicas delineadas no Plano, enriquecendo o mesmo com a colaboração dos referidos actores sociais e partes interessadas no processo.

1.3.3. Análise das Sessões Públicas de Apresentação e Discussão Pública do PRA

No âmbito das audiências públicas, foram realizadas diversas **sessões públicas de apresentação** e debate do projecto PRA em todas as ilhas do arquipélago. Segundo o Relatório do Processo de Consulta e Participação Pública, a primeira sessão de apresentação do PRA foi realizada nas Furnas, na ilha de São Miguel. Esta sessão teve lugar aquando da reunião do Conselho Nacional da Água, e na qual estiveram também presentes os dois órgãos de carácter consultivo do Governo Regional para a área do Ambiente, designadamente a Comissão de Acompanhamento para a Salvaguarda das Lagoas Açorianas e o Conselho Regional para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. As restantes audiências foram realizadas nas datas referenciadas no Edital no anexo 1.

Quadro 1 – Número de participantes no processo de consulta e participação pública

Actas	Local	Data	N.º Presentes	N.º de Intervenções	N.º Intervenientes
1	Faial	04-Fev-02	50 pessoas	3	3
2	Santa Maria	07-Fev-02	19 pessoas	2	1
3	Graciosa	14-Fev-02	10 pessoas	2	2
4	Pico	18-Fev-02	15 pessoas	1	1
5	São Jorge	19-Fev-02	10 pessoas	Não especifica	Não especifica
6	Terceira	20-Fev-02	60 pessoas	5	5
7	Flores	21-Fev-02	45 pessoas	3	3
8	Corvo	22-Fev-02	5 pessoas	1	1
9	São Miguel	28-Fev-02	70 pessoas	5	5
10	Lisboa	05-Mar-02	30 pessoas	9	9

De acordo com os dados do Relatório do Processo de Consulta e Participação Pública do PRA, no total da Região Autónoma dos Açores, 314 pessoas estiveram presentes nas sessões de apresentação do PRA, das quais apenas se confirma que 30 indivíduos intervieram na discussão pública sobre aquele Plano.

A sessão de apresentação pública do PRA na ilha do Faial (4 de Fevereiro de 2002) contou com a presença de 50 pessoas, entre as quais, três pessoas intervieram

com algumas questões, nomeadamente, o Dr. Frederico Cardigos, actual Director Regional dos Assuntos do Mar, um cidadão e uma cidadã. Analisando o conteúdo das intervenções, refira-se a intervenção do Dr. Frederico Cardigos que “suguiu que se realizassem sessões de esclarecimento em cada Junta de Freguesia em vez de uma sessão de apresentação em cada ilha, de forma a ser possível esclarecer um maior número de cidadãos”. (*in* PRA, Relatório do processo de consulta e participação públicas, Abril de 2002, pela Secretaria Regional do Ambiente da Região Autónoma dos Açores. Acta n.º 1). Quanto à intervenção da cidadã que não se identificou, a mesma questionou (2002) “*quais os indicadores seleccionados para as temáticas oito e nove, Informação e Participação do Cidadão e Conhecimento, respectivamente. O Prof. Eng.º António Brito enunciou alguns dos indicadores ambientais propostos no plano. Contudo, essa cidadã reiterou que os indicadores propostos para a área temática oito reflectiam essencialmente a Informação e não a participação do cidadão*”. Como resposta foi referida a complexidade que envolve adquirir informação sobre a participação do cidadão nos actos da administração pública.

Na acta n.º 5, realizada na ilha de São Jorge, o presidente da autarquia de Calheta “lamentou o facto de, apesar dos editais terem sido enviados e afixados atempadamente, a população não estar presente o que, de alguma forma, revela que ainda não está sensibilizada para esta temática”.

1.4. Plano de Gestão dos Recursos Hídricos da Região Hidrográfica 9 (PGRH9)

A Lei da Água (Lei n.º 58/2005), “que estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas, determina a Região Hidrográfica como unidade principal de planeamento. São definidas as seguintes 10 Regiões Hidrográficas: RH1 - Minho e Lima; RH2 - Cávado, Ave e Leça; RH3 – Douro; RH4 - Vouga, Mondego, Lis e Ribeiras do Oeste; RH5 – Tejo; RH6 - Sado e Mira; RH7 – Guadiana; RH8 - Ribeiras do Algarve; RH9 – Açores; RH10 – Madeira. A Lei da Água estabelece ainda o Instituto da Água (INAG) como autoridade nacional da água e garante da política nacional das águas e atribui às Administrações das Regiões Hidrográficas (ARH) a gestão das águas ao nível da Região Hidrográfica, incluindo o respectivo planeamento, licenciamento e fiscalização. Instituições regionais asseguram a gestão das Regiões Hidrográficas dos arquipélagos dos Açores e da Madeira”. (in website da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos: <http://www.aprh.pt>).

Atendendo à complexidade e especificidades características de cada ilha dos Açores, a administração regional considerou realizar Planos de Gestão de Recursos de Ilha (PGRHI) para cada uma das ilhas dos Açores, em tempos diferentes, de forma a, no final, integrar todos os PGRHI num só Plano – O Plano de Gestão da Região Hidrográfica 9. A elaboração do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores constitui uma iniciativa da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, através da Direcção Regional do Ambiente representando um investimento da ordem dos 350 mil euros, cujo contrato foi celebrado com o consórcio SIMBIENTE (*spin-off* da Universidade do Minho) e a SIMBIENTE-Açores e que vai beneficiar da comparticipação de fundos comunitários do Proconvergência. Com estes *planos de gestão de recursos hídricos*, “enquanto instrumentos de planeamento, pretende-se ter uma primeira abordagem integrada de recursos hídricos a nível regional, fornecendo um conjunto de orientações para os diversos intervenientes na gestão da água, **bem como informação específica**

susceptível de promover a participação fundamentada da sociedade civil nos processos de planeamento e gestão ambiental. Entre outros aspectos, os trabalhos em curso identificarão as pressões existentes sobre o recurso água e conduzirão ao estabelecimento de um programa de medidas que permita mitigar o impacte dessas pressões, concorrendo quer para se garantir o bom estado das massas de água, quer para se desenvolver um modelo de análise económica relativo às suas diferentes utilizações deste recurso” (in website da DROTRH/DSRH, 13-08-2010).

“O processo de planeamento e gestão de recursos hídricos da Região Hidrográfica dos Açores (RH9) integra um faseamento adaptado à sua realidade insular (cf. Figura 1) e, como tal a implementação do primeiro PGRH – Açores não constitui um produto estanque, antes preconizando um conjunto de acções que visam avaliar o impacte gerado pelo programa de medidas adoptado. (...), essa apreciação sustentará posteriores revisões e actualizações do próprio PGRH – Açores, que culminarão numa segunda geração de PGRH, estabelecendo-se, deste modo, um processo cíclico de gestão dos recursos hídricos na Região Autónoma dos Açores” (in Plano de Gestão de Recursos Hídricos da ilha de Santa Maria, estudos de base, 2008, pp.3 e 4)

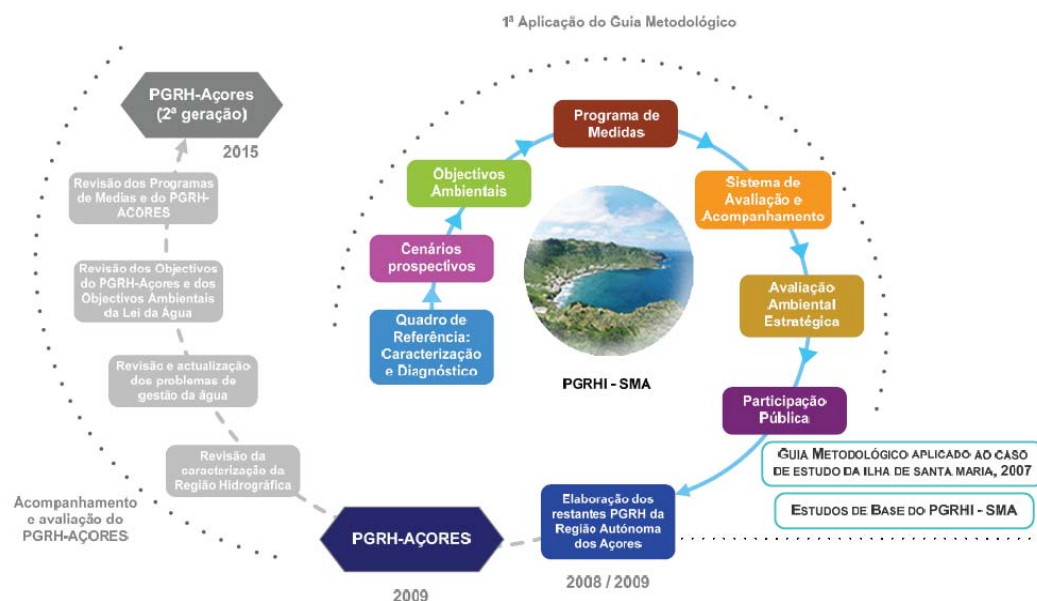


Figura 2 – Processo de Planeamento para a gestão de recursos hídricos da Região Autónoma dos Açores (in Plano de Gestão de Recursos Hídricos da ilha de Santa Maria, estudos de base, 2008, pp.3 e 4)

Canais de Participação Pública

Tendo em conta a inexistência da imposição legal de Informação e Participação Pública para este estudo - Plano de Gestão de Recursos de Ilha, ainda assim o Governo Regional, através do consórcio SIMBIENTE/SIMBIENTE Açores, levou a cabo um workshop intitulado “Gestão da Água em Santa Maria”. Segundo o Anexo I do Plano de Gestão dos Recursos Hídricos de Ilha – Santa Maria – Estudos de Base, *“este workshop foi levado a cabo com o objectivo de sensibilizar os stakeholders e a sociedade daquela ilha, em geral, para o Plano em questão. Este evento teve como objectivo familiarizar os participantes em relação ao PGRGI-SMA e as respectivas fases de elaboração, sensibilizar os intervenientes quanto à sua participação no desenvolvimento do Plano, contribuir para a gestão de situações de conflito de usos da água, promover o diálogo e entendimento entre as partes interessadas na concretização do PGRHI-SMA”*. Segundo aquele relatório, com este workshop *“pretendeu-se identificar as fases de elaboração do PGRHI-SMA (recorrendo à análise do diagrama metodológico) de modo a promover a posterior colaboração dos participantes, validar a informação recolhida e produzida sobre os recursos hídricos de Santa Maria, recorrendo à sessão de debate e a eventuais reuniões futuras, de modo a reforçar o PGRHI-SMA, obter informação relevante para a prossecução do PGRHI-SMA, complementando o seu conteúdo através dos contributos dos participantes, obter informação relevante para a prossecução do PGRHI-SMA, complementando o seu conteúdo através dos contributos dos participantes, e criar as condições para a identificação de problemas na gestão da água em Santa Maria, promovendo vias de comunicação (email, telefone, correspondência) para que a sua exposição seja atempadamente fornecida e enquadrada no PGRHI-SMA”*.

Para a elaboração dos restantes planos de gestão correspondentes a cada ilha, afigura-se portanto uma fase de grande interacção entre a administração regional e os vários actores sociais. Supõe-se, portanto, que sejam utilizados os mesmos canais de comunicação e de participação.

1.4.1. Análise do Relatório de Participação Pública no workshop “Gestão da Água em Santa Maria”

O workshop “Gestão da Água em Santa Maria” decorreu no dia 16 de Dezembro de 2006, nos claustros da Câmara Municipal de Vila do Porto, ilha de Santa Maria, teve a duração de quatro horas e contou com a presença de 22 pessoas de diferentes sectores socioeconómicos.

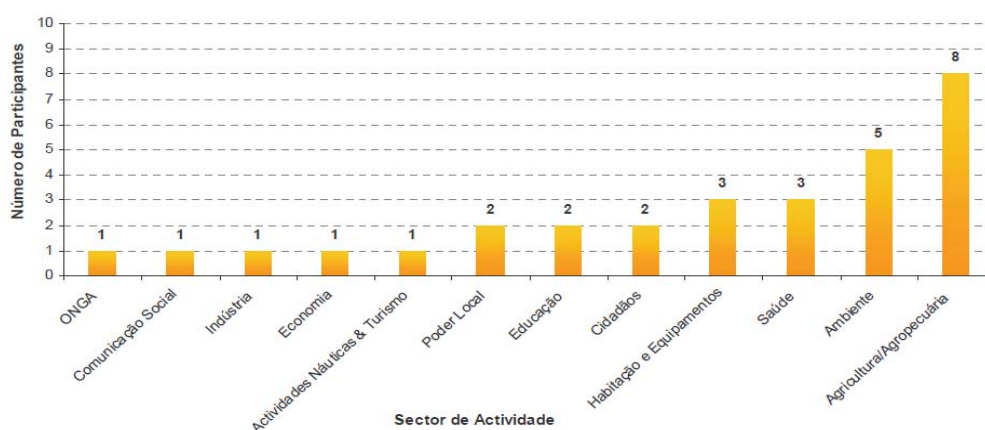


Figura 3 – Número de participantes, por sectores económicos (*in* Plano de Gestão de Recursos Hídricos da ilha de Santa Maria, estudos de base, 2008:5)

Conforme se pode ler no relatório de participação pública, este workshop foi dividido em duas fases: Na primeira fase procedeu-se à apresentação do “*Plano de Gestão dos Recursos Hídricos de Santa Maria – Desafios e Perspectivas*”, bem como de alguns dados preliminares relativos à fase de caracterização do PGRHI-SMA. Na segunda fase realizou-se uma sessão de reflexão e debate visando a sistematização de problemas e propostas de acção (em painéis sectoriais), e o estabelecimento de um quadro de referência consubstanciado pelo debate alargado entre todos os participantes.

1.5. Análise ao modelo de Participação Pública

Esta análise é baseada na recolha de dados das entrevistas (cf. anexos 2,3, 4 e 5) realizadas aos especialistas, actual administrador regional da pasta do ambiente, e representante de uma associação ambiental regional. Com esta análise pretende-se responder às seguintes questões: como os entrevistados descrevem o modelo e o processo de participação pública na região, as causas da fraca participação pública, e a avaliação que fazem do desempenho das ONGA no processo de tomada de decisão.

Perante um reconhecimento de ineficácia dos processos de participação pública desenvolvidos pela administração regional, reconhecidos no próprio PRA, e por várias entidades administrativas e especializadas, é notório que, tanto administradores, especialistas, ONGA, e estão interessados em melhorar a participação pública no processo de tomada de decisões. Estudos sobre esta matéria têm vindo a ser desenvolvidos no âmbito nacional e internacional, como foi o caso de Cheryl King et al., que desenvolveu um estudo sobre a participação pública questionando como podem os processos de participação pública ser melhorados, identificando o modelo convencional de participação pública e o modelo de autêntica participação pública (cf. anexo 7), modelos estes que nos servirão de “guia” nesta análise.

Respondendo à primeira questão acima colocada, o especialista e ex-director regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, Professor Doutor Virgílio Cruz descreve que o modelo de participação pública na região segue geralmente as determinações legais, como o próprio refere: é processo realizado “by the book”, *é um trabalho não tanto prospectivo, mais reactivo, chamemos-lhe assim, na sequência da lei*” e, embora tenha havido algum esforço para inovar os níveis de participação pública, este *é um processo que segue o que está estipulado na lei.* “(...) *existe para cada plano um relatório de discussão pública que refere quantas respostas houve (participação), etc., mas geralmente, é muito fraca*”. Também o Dr. João Bettencourt refere que a participação pública *“Infelizmente, nunca é um número muito elevado nestas*

apresentações públicas” (cf. anexo 2). Mas, ao que se julga saber nunca foi feito qualquer estudo para tentar conhecer as razões que estão por detrás deste insucesso.

No âmbito das eventuais causas de conduzem a uma fraca participação pública, o Professor Virgílio Cruz, enaltece o facto de os portugueses ainda não terem uma cultura democrática tendo em conta que “(...) *Nós somos democratas desde 1974, e durante 50 anos, (...), o país foi sempre ensinado a meter a cabeça debaixo da terra e fazer aquilo que lhe mandam, os cidadãos. (...) isso é falta de cultura democrática, não é por as pessoas serem obviamente burras, mas porque as pessoas têm uma democracia jovem (...) acho que isso é um assunto que merece uma reflexão cuidada.*” (cf. Anexo 3). Uma ausência de cultura democrática que, na opinião do Dr. Mário Belo Maciel, membro da direcção demissionária do Núcleo da Quercus em São Miguel, (cf. Anexo 5) está associada a um grande desconhecimento da linguagem ambientalista e “*a um certo comodismo e conformismo da parte dos cidadãos*, tendo em conta que a ONGA que representa enfrenta grandes dificuldades na mobilização das populações. Comportamento que na óptica do actual director regional do ambiente e do Dr. Rui Coutinho é derivado da falta de interesse por parte da população (cf. anexos 2 e 4). Apesar deste cenário, o Professor Doutor Virgílio Cruz, tem uma visão optimista do presente e futuro considerando que : “*as pessoas cada vez mais estão a libertar-se desse peso e acredito muito nas gerações futuras para isso (...).*” *E reconhece que apesar de não se poder “estar a pensar soluções para um problema que conhecemos mal. (...), não deixa de ser verdade que as entidades públicas também têm de procurar de alguma forma dinamizar a participação dos cidadãos.*”

Mas, as causas para a fraca participação pública a que se assiste na região, na opinião do Dr. Mário Belo Maciel não se resume apenas à falta de interesse e iliteracia ambiental dos cidadãos, mas também da inexistência de canais de comunicação, de diálogo: “*Nós queríamos esses canais, mas já percebemos que esses canais... é preciso haver uma reciprocidade para haver comunicação e nós não conseguimos. Não há*

canais de ligação porque eles entendem que podem delinear as suas estratégias sem nós, portanto, a nossa fraqueza também deriva dessa... (...) Há falta de vontade política, há falta de diálogo, há falta de transparência, há falta de circulação de informação entre as ONGA e o governo, pois esse circuito está fechado”.

Tal como refere Cheryl King, é necessário haver desejo de uma maior participação pública por parte dos administradores e dos cidadãos, o que, por imposição legal ou não, desde a elaboração do PRA, a administração regional tem revelado interesse na participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão. E, este interesse tem vindo a crescer à medida que vão sendo elaborados novos planos de gestão, como é o caso do Plano de Gestão da Região Hidrográfica 9, com a organização de um workshop intitulado “A Gestão da Água em Santa Maria” sem que existisse a obrigação legal para o efeito. Apesar disso, não se pode deixar de verificar que, ao nível geral, o modelo de participação pública ainda não é eficaz, um facto que a própria administração regional reconhece e está motivada a alterar, como se pode constatar pelas palavras do actual director regional do Ambiente (entrevista do anexo 2), Dr. João Bettencourt: “ (...) nós podemos fazer uma sessão pública e se virmos que a sala está vazia é sinal que algo falhou. E, se calhar o principal culpado é quem está a organizar. Porquê? Porque se calhar não facultou a informação de forma atempada, se calhar não tentou envolver a população na tomada de decisão, na elaboração dos projectos. Por isso, isso deve ser uma preocupação que qualquer político deve ter sempre presente. Pelo menos, no meu entender, e o que o Secretário Álvaro Menezes neste momento está a fazer ao nível da Secretaria do Ambiente e do Mar é exactamente, pela sua forma de ser, por ser muito próximo das pessoas, das populações e julgo que ele, com essa forma de ser político, faz com que as pessoas se interessem mais.”

Também, o Professor Doutor Rui Coutinho, especialista e ex-director regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, em entrevista (cf. anexo 4), reconhece a importância de uma maior participação pública: “É importante, eventualmente, uma maior participação, divulgação, uma componente educativa. Eu digo, ao nível dos jovens e ao

nível das pessoas que estão numa altura que são capazes de aprender mais facilmente e terem ainda tempo para porem em prática muitos dos novos hábitos e das aprendizagens. As pessoas com mais idade podem ser positivamente influenciadas, mas são pessoas mais maduras, adultas e é preciso que queiram colaborar. (...) os processos de participação pública só são eficazes se houver sensibilidade, se houver urbanidade por parte das populações. Se as populações se recusarem a reconhecer o problema, não há como. A não ser explicando as coisas e tomando uma decisão que, por vezes, tem que ser autoritária”.

Ou seja, nota-se que estão a ser encetados esforços ao nível regional, nacional, como europeu ou mundial para uma participação pública de sucesso mas, no entanto, “há evidências para sugerir que esses esforços não são eficazes (Crosby, Kelly, and Shaefer, 1986; Kathlene and Martin, 1991; Kweit and Kweit, 1981, 1987; Parsons, 1990). (...). Alguns esforços parecem ser inefficientes devido ao pobre planeamento e execução. Outros esforços podem não resultar porque os sistemas administrativos que estão baseados na especialidade e no profissionalismo deixam muito pouco espaço aos processos de participação pública (de Leon, 1992; Fisher, 1993; Forester, 1989; White and McDwain, 1993). (...). Uma participação pública efectiva ou autêntica implica muito mais do que simplesmente encontrar os instrumentos e técnicas mais adequadas para aumentar o envolvimento público nas decisões públicas. Uma autêntica participação pública, isto é, uma participação que funcione para todas as partes e estimule o interesse e investimento em ambos administradores e cidadãos, requer um repensar dos papéis, de relacionamento entre administradores e cidadãos” (King, Cheryl, 1998:317).

Este repensar de papéis crê-se que seja extremamente importante na determinação de um modelo de participação pública autêntico, caso contrário, julga-se que esta situação continue a culminar no isolamento dos cidadãos e de algumas dos processos públicos, tal como refere Cheryl King et al.: “Apesar de se preocuparem com os assuntos que afectam as suas comunidades e a nação, os cidadãos sentem-se “colocados à margem” dos processos públicos (Fundação Kettering, 1991) na falta de

confiança política”. De acordo com a figura 4 do Second European Quality of Life Survey de 2007 (pp.56), pode-se verificar que a confiança dos portugueses nas instituições políticas é muito baixa, posicionando-se no 12.º lugar do *raking* de índice de confiança:

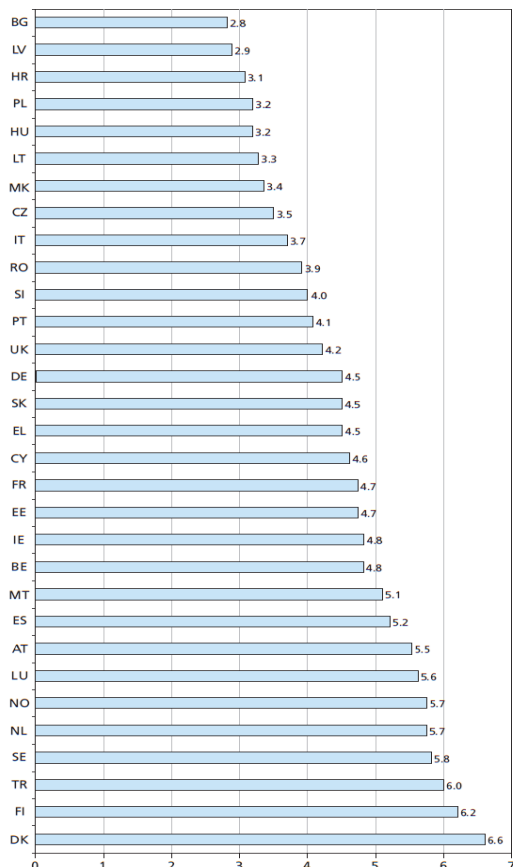


Figura 4 - Level of trust in political institutions

“In the EU15, lack of trust in such institutions is most evident in Italy, Portugal and the UK”, assim como num estudo recente (2010) levado a cabo pela Consultora GfK e do Wall Street Journal revela que, dos 19 países que formam o objecto de estudo, os portugueses são os que desconfiam mais dos políticos, apresentando um índice de confiança de apenas 17% (*in* http://economico.sapo.pt/noticias/portuguesesaoosquemenosconfiamnospoliticos_92565.html, acedida a 6 de Abril de 2011).

Outra das razões apontadas pelo Dr. Mário Maciel para a fraca participação das ONGA nos processos de tomada de decisão deriva do facto de “... *em matéria de debate político ambiental não há uma presença forte do Departamento Ambiental, do titular no próprio reconhecimento desses problemas, mas isso também faz parte de um problema de subalternização cultural que existe nos Açores em matéria de assunto ambientais*”.

Neste âmbito, e para explicar como se desenvolve o processo de participação pública e os relacionamentos entre o tema ambiental, cidadãos, administradores, e sistemas e processos administrativos, Cheryl King et al., apresenta quatro componentes

principais: 1 – o assunto ou situação; 2 – os sistemas e estruturas administrativas; 3 – os administradores; e, 4 – os cidadãos.

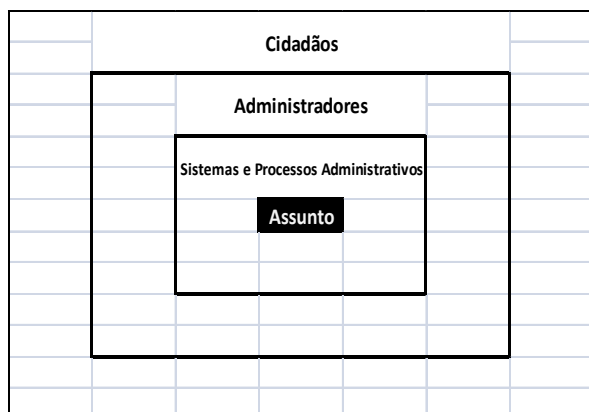


Figura 5 – Contexto Convencional de Participação (in

King, 1998: 320)

Neste contexto, o administrador controla a capacidade dos cidadãos para influenciar a situação ou o processo. As estruturas e processos administrativos são enquadramentos politicamente e socialmente construídos nos quais os administradores terão de operar.

Esses enquadramentos dão ao administrador a autoridade de formular decisões apenas depois do assunto ter sido definido. Mas, o administrador não tem o poder real para redefinir o assunto ou alterar os processos administrativos de forma a permitir um maior envolvimento dos cidadãos (Forester, 1989, citado por King et al., 1998: 320)⁴. Neste contexto, o administrador parece estar separado dos apelos, necessidades e valores dos cidadãos que o mesmo deveria servir. Deste modo, este modelo de participação é aparentemente ineficiente e conflitual e surge tardiamente no processo, ou seja, depois dos assuntos estarem identificados e as decisões tomadas, em oposição ao modelo de autêntica participação que coloca os cidadãos próximos do assunto e muito distantes dos sistemas e processos administrativos, sendo os administradores a ponte de ligação entre os dois. Logo, ao invés de colaborarem de maneira a decidir a melhor forma de discutir os assuntos, os cidadãos tornam-se reactivos e sentenciadores, e muitas vezes acabam por sabotar as melhores intenções dos administradores, facto que, de acordo com o director regional do Ambiente, se poderá dever a razões políticas: *“Barreiras que passam mesmo..., que passam também, às vezes e infelizmente, pela*

⁴ Tradução do autor

política em si. Quando digo política, digo a política partidária, pelos partidos políticos e pelo facto de, em determinado local (que não faz sentido, mas a política é assim e às vezes acontecem infelizmente estas situações) não digo boicotar, mas uma vez que é de outra cor política e o governo é de outra cor política, quando as cores políticas não são as mesmas, não são coincidentes, muitas vezes, não há tanto interesse em participar.” Mas, também pelo simples facto de as pessoas viverem cada vez mais num mundo individualista, como refere o Professor Doutor Rui Coutinho “As pessoas são egoístas. E, se houver a possibilidade entre de ir assistir a um jogo de futebol ou assistir a uma outra coisa e ir assistir a uma sessão dessas (sessão pública), as pessoas optam por aquilo que lhes dá mais gozo”.

Quanto à avaliação do desempenho das Associações Ambientalistas no âmbito do processo de participação pública/tomada de decisão, o Dr. Mário Belo Maciel mostra um grande descontentamento com o modelo de participação pública que tem vindo a ser adoptado pela administração regional que não permite conduzir a um grande espaço de diálogo (cf. anexo 5): *“as ONGA, umas mais do que outras, estão todas numa encruzilhada de um misto de interrogação e desmotivação de como é que podem participar de forma diferente sem os modelos estafados do passado na política ambiental.” (...) devia haver mais oportunidades de diálogo. Há esse conselho (CRADS) que, por razões diversas, nós temos tido dificuldades em comparecer, mas ele também reúne raramente. (...) nós temos tido também grandes dificuldades, como todas as Organizações, de obter informação concreta de projectos, o que acontecia mais no passado... (...)Deve-se talvez, penso eu... a uma presunção do próprio governo de que as Associações já não são os tais parceiros na elaboração das políticas com o mérito que deviam ter. Ou seja, eu acho que o governo desvaloriza o papel das Associações na construção da sua estratégia ambiental. Porque acha que essas associações que não têm alguma mais-valia a dar, acha que elas estão desmobilizadas, eventualmente, que estão sem entusiasmo que estão desmobilizadas. Acho que não se preocupa se quer em*

chamar a si o contributo dessas Associações. Isso é mau como procedimento político desde logo, porque demonstra uma atitude nem democrática nem aberta à sociedade. E, é mau também, porque as Associações têm pessoas com muita experiência e muito conhecimento dos problemas ambientais açorianos e eles só ganhariam em saber a sua opinião. As associações ambientalistas são vistas de soslaio, com desconfiança, como forças de bloqueio, são vistas como elementos algo estéticos que apenas querem é bloquear e criar problemas, aliás demasiado sensíveis, com questões que o governo em si, o decisor em si, não valoriza e daí que decorrem comentários, às, vezes, injustos.” (cf. anexo 5)

De opinião diferente é o actual director regional do Ambiente que descreve com grado o desempenho das ONGA: *“As Organizações Não-Governamentais têm tido, sobretudo, um papel bastante positivo. São parceiras da SRAM mesmo no pleno conceito da palavra parceiro e que desenvolvem actividades de sensibilização, sobretudo, mas também trabalho prático. E, apresenta o exemplo do projecto Percebias - projecto de erradicação de espécies invasoras no arquipélago – que já contou com a colaboração de algumas ONGA em conjunto “com os nossos funcionários no arranque e no tipo de tratamento que é feito para erradicação dessas espécies. Nós temos protocolos que são celebrados com algumas dessas ONGA precisamente para isso... de certa forma, põem em prática determinadas orientações que nós temos, determinadas políticas que nós implementamos e eles em colaboração com a Secretaria colocam em prática essas acções. Ou acções de sensibilização, por um lado, ou em acções práticas de trabalho concreto em determinadas zonas, também fazem isso”.*

Já o Professor Doutor Virgílio Cruz refere que o *“Associativismo Ambiental na região é uma forma de pressão, às vezes, muito gauchist, muito folclórica, mas não deixa de ser uma forma de pressão quando bem exercida, mas que simplesmente não existe.”* A opinião do Professor Doutor Rui Coutinho não é muito diferente: *“assisti a participações muito interessantes por parte das ONGA, muito conscientes e assisti, em algumas circunstâncias, a uma participação, digamos, menos interessada, menos interventiva no*

sentido em que, por vezes, as questões, portanto, eles davam os seus pareceres nos quadros da legalidade, mas esperava-se que tivessem uma participação mais rica. E, eu percebo que, por vezes, nem sempre essas ONGA têm quadros suficientes e não têm associados que sejam especializados em algumas dessas áreas. Mas, de uma forma geral, as ONGA tinham perfeita consciência dos problemas e, aliás, posso-lhe dizer uma coisa, no caso da Fajã do Calhau aqui em São Miguel, a Quercus teve um papel incansável.”

Apesar de nos permitir obter algumas pistas de investigação, considera-se que esta parte da análise carece de uma recolha de um maior número de entrevistas, nomadamente no que se refere aos restantes parceiros sociais de forma a recolher as perspectivas de, por exemplo, de outras associações ambientais. Porém, enaltece-se a real e vital importância de um repensar do modelo de participação pública adoptado até ao momento, no seu estilo de interacção, nos papéis dos administradores e dos cidadãos, na visão do “outro”, nos contributos que os cidadãos poderão trazer para todo o processo, no repensar de uma integração de todos os actores sociais num processo de participação pública integrado num verdadeiro sistema democrático que urge fazer-se sentir, hoje, mais do que nunca no nosso país, na nossa região. Senão vejamos o quadro comparativo entre o modelo de participação convencional com o modelo de autêntica participação, o esquema explicativo e sugestões deste último modelo de Cheryl King (1998: 321) (cf. anexos 7, 8 e 9).

Em jeito de conclusão e à luz dos modelos de participação pública apresentados por Cheryl King, parece-nos que a administração regional segue o modelo convencional “by the book”, reactivo tal como através referiu o Professor Doutor Virgílio Cruz. Modelo este que segundo a abordagem de King posiciona os cidadãos a uma grande distância dos projectos, planos ou assuntos ambientais em questão, separados pelos administradores e pelo próprio sistema e processo administrativo.

Neste âmbito, Cheryl King et al. apresenta os apelos de alguns investigadores para que sejam efectuadas alterações no processo governativo: Stivers define essas alterações de relacionamento de “*accountability activa*”:

“A legitimação administrativa requer uma accountability activa para os cidadãos, de quem provém o poder governativo. Accountability, por sua vez, requer um enquadramento partilhado para interpretação de valores básicos, os quais têm de ser desenvolvidos em parceria por burocratas e cidadãos em situações reais, em detrimento dos assumidos. Por outras palavras, o estado administrativo legitimado é habitado por cidadãos activos” (1990, 247).

A julgar pela informação obtida sobre o workshop “A Gestão das Águas em Santa Maria”, crê-se que é o mesmo é indicador de alguma emancipação do modelo tradicionalista, pelo que ainda há muito “caminho a trilhar” no sentido de um contexto de participação autêntica que King et al. sugere no seu artigo científico intitulado “The Question of Participation: Toward Authentic Public Participation in Public Administration”.

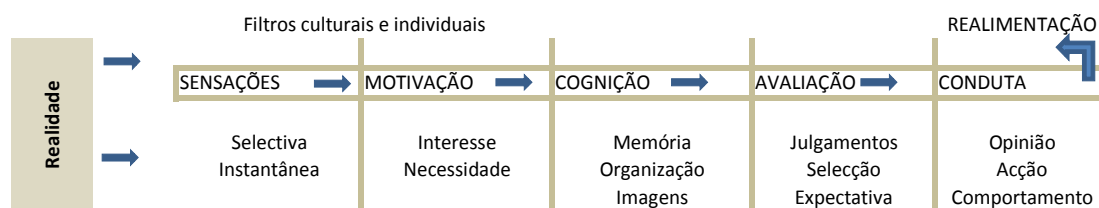
CAPÍTULO II - COMUNICAÇÃO AMBIENTAL: A INFLUÊNCIA DAS FONTES DE INFORMAÇÃO NA PERCEPÇÃO, ATITUDES E PARTICIPAÇÃO

“É hoje inegável o papel dos mass media na cultura das sociedades modernas, com particular ênfase na sua produção simbólica, enquanto difusores de informação e conhecimento. Sobretudo com a televisão, a imagem converteu-se num ícone da cultura contemporânea, a chegar a um cada vez maior número de pessoas e através de uma linguagem descodificada”.

Luísa Schmidt

Após a análise documental efectuada do capítulo II onde se pretende obter pistas de investigação sobre a problemática do insucesso da participação pública nos processos de tomada de decisão, a base central da problemática desta dissertação prende-se com a grande questão central de investigação: a existência ou não de relação entre a frequência de exposição às fontes de informação, nomeadamente, televisão, e sítios da internet de algumas entidades do Governo Regional dos Açores, autarquias e ONGA com a adesão dos inquiridos às concepções de ambiente, práticas de poupança de água e participação cívica.

Mas, para tal, vamos abordar sucintamente como é que o processo perceptivo acontece e de que forma os *media* entram no cenário da experiência perceptiva dos indivíduos. A percepção é um processo muito mais subjectivo do que aparenta ser na realidade, sendo que a experiência perceptiva de cada pessoa difere no tempo e no espaço, existindo outros factores que influenciam a percepção das pessoas, nomeadamente, a motivação pessoal, as emoções, os valores, os objectivos, os interesses, as expectativas e os estados mentais. “Segundo Del Rio (1999), a nossa mente organiza e representa a realidade percebida através de esquemas perceptivos e imagens mentais, com atributos específicos” (Noronha: 2). Tal como se pode verificar no seguinte esquema teórico do processo perceptivo de Del Rio exposto por Noronha:

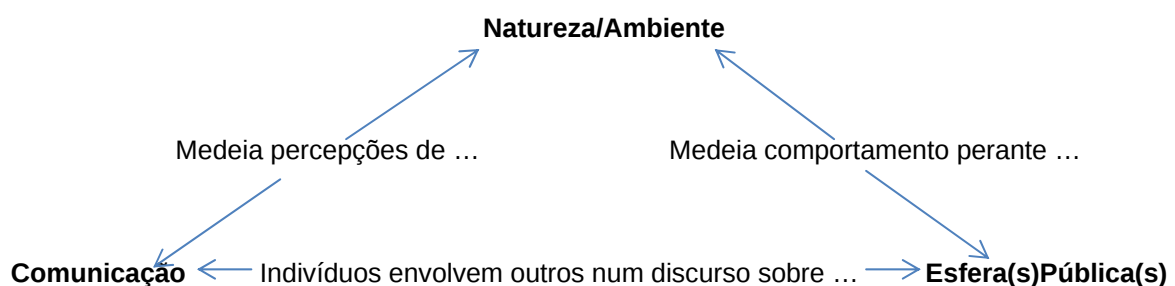


Mas, no âmbito do processo perceptivo, a Comunicação Ambiental presta o seu valioso contributo, dado que, de acordo com Cox⁵: *é o estudo das formas pelas quais comunicamos sobre o ambiente, os efeitos dessa comunicação nas nossas percepções de ambos: ambiente e em nós mesmos, e ainda na nossa relação com o mundo natural.*

⁵Tradução do autor: in Cox, Robert (2006), *Environmental Communication and the Public Sphere*, University of North Carolina at Chapel Hill, SAGE Publications, Thousand Oaks, London, New Delhi, pp. xxiii

Cox defende que ao contrário do modelo de comunicação de Shannon-Weaver (modelo linear matemático que definia a comunicação humana como a simples a transmissão de informação de um emissor para um receptor) a acção simbólica assume que a linguagem e os símbolos fazem mais do que transmitir informação: *“modelam activamente a nossa compreensão, criam significado, e orientam-nos para um mundo mais amplo”* (2006: 12)⁶. No seu livro, Cox define a comunicação ambiental como *“o veículo pragmático e constitutivo para a nossa compreensão do ambiente assim como as nossas relações com o mundo natural; é o meio simbólico que usamos na construção dos problemas ambientais e na negociação das diferentes respostas aos mesmos pelas sociedades”* (2006: 12)⁷. A comunicação Ambiental é pragmática, porque educa, alerta, persuade, mobiliza, e ajuda a resolver problemas ambientais. É este o sentido instrumental de comunicação que provavelmente ocorre inicialmente para nós: comunicação-em-acção.

De acordo com autor, a Comunicação Ambiental é constitutiva num nível mais subtil, pois a comunicação ambiental também ajuda a constituir, ou a compor, representações da natureza e de problemas ambientais como sujeitos do nosso entendimento. *“Moldando a nossa **percepção** da natureza, a comunicação ambiental, convida-nos a perceber florestas e rios como ameaças ou como abundantes, a considerar os recursos naturais como se fossem explorados de forma abusiva ou como um suporte de vida vital, como algo a conquistar ou como algo para partilhar”* (2006, pp. 12-13)⁸:



⁶ Tradução do autor

⁷ Ibidem

⁸ Ibidem

“Para Ferrara (1999), a percepção ambiental supõe uma forma e uma produção de conhecimento. A autora define percepção ambiental como: a forma de conhecimento, processo activo de representação que vai muito além do se vê ou penetra pelos sentidos, mas é uma prática representativa de claras consequências sociais e culturais [...] supõe uma elaboração de informações que ocorrem no interior do indivíduo a partir de pequenas experiências, porém são apenas possíveis e, nesse sentido, não podem ser jamais previstas ou programadas” (FERRARA, 1999: 264 citada por Mansano, Cleres do Nascimento et al:2)

Neste processo comunicativo, e tal como refere Francisco Fernandes (2001) *“A participação dos meios de comunicação na difusão do conhecimento (...) actua como (...) um sistema de representações que interage com o conhecimento pessoal directo, adquirido pelos indivíduos por meio da sua formação cultural, convivência social e experiência própria”*, e se quisermos enriquecer ainda mais a complexidade do processo comunicativo podemos acrescentar a teoria do processo comunicativo de Berlo (vide Berlo, 1960). Isto é o mesmo que dizer que, presentemente, os *media* desempenham um papel preponderante na formação e disseminação de representações sociais, pois são estes que definem o calendário dos acontecimentos, a triagem e a hierarquia dos assuntos da preocupação pública. Tal como refere Lang (McCombs e Shaw: 177) *“The mass media force attention to certain issues”*. Neste âmbito os *media* desenvolvem um papel importante na difusão de significados que eventualmente poderão contribuir para a preferência de adesão a um tipo de “perfil” ambiental em detrimento de outro, e consequentemente, tal como refere Macedo (2000) *“a percepção inevitavelmente influencia o comportamento humano”*.

Na visão de Cox (2006:183), há teorias que explicam os efeitos das notícias e programas televisivos nas atitudes e comportamento dos públicos. Essas teorias são: o Modelo de transmissão directa que também é conhecido como o Modelo Hipodérmico, a Agenda Setting, a Teoria de Enquadramento narrativo e Cultivation Analysys. De forma geral, Cox refere que estas abordagens permitem obter pouca evidência dos efeitos

causais directos nas crenças e comportamentos das audiências; pelo contrário, sugerem que o impacto dos *media* é tanto cumulativo e parte de um contexto mais abrangente da influência social que permite ajudar a construir o nosso interesse e entendimento do ambiente.

As teorias anteriores dos efeitos dos *media* funcionavam através do modelo que assumia a comunicação como uma transmissão directa - descrevia os efeitos dos média como resultados da transmissão directa de informação de um emissor (fonte) para um receptor. Ou seja, este modelo considerava as audiências como altamente susceptíveis à manipulação e as pessoas eram vistas tipicamente como *“uma massa homogénea de esponjas, absorvendo uniformemente as mensagens dos media”* (Anderson, 1997, pp. 18-19 citado por Cox, 2006: 183); ou simplesmente comparava os *media* a *“uma seringa que “injectava” mensagens numa audiência, assumindo que as pessoas iriam responder de formas previsíveis”* (Tradução do autor: Anderson, 1997, pp.19, citado por Cox, 2006:183).

Mas, como o modelo de transmissão directa não se mostrou particularmente útil para explicar a influência dos *media* ambientais, outras abordagens surgiram: “estas concepções chegam mais além do estudo dos efeitos específicos dos *media* nos indivíduos, estudam as grandes influências dos média na moldagem das percepções de assuntos e construindo narrativas sociais sobre o ambiente” (2006: 184). Uma delas a agenda setting que, segundo Cox, “é talvez a única e mais influente teoria dos efeitos dos *media* aplicada às notícias ambientais”. De acordo com o autor (2006, pp.184, citando Cohen, 1963), Cohen sugere inicialmente a ideia de agenda setting para distinguir entre opinião individual (o que as pessoas acreditam) e a percepção pública da importância ou importância de um assunto. *“As reportagens jornalísticas podem não ter sucesso a maior parte das vezes em dizerem às pessoas no que pensar, mas são surpreendentemente bem sucedidas em dizerem aos leitores no que devem pensar”* (McCombs & Shaw, 1972 citados por Cox, 2006: 184). E, Cox explica mesmo que no estudo sobre televisão desenvolvido por Iyengar e Kinder, a *agenda setting* define como os problemas que

recebem uma atenção proeminente nas notícias nacionais transformam-se em problemas nacionais. Ou seja, a percepção pública do que é importante influencia muito menos os *media* do que a influência dos *media* nas prioridades do público (Tradução do autor: Ader, 1995: 300 citado por Cox: 184). Também Schmidt (2008: 85) refere que “*vários estudos, em diferentes países, estabelecem recorrentemente correlações positivas entre a projecção mediática e as sondagens de opinião pública, provando que o grau de interesse público manifesto pelas questões ambientais varia na razão directa do volume da sua cobertura mediática*”. Daí que, de acordo com McQuail (2003: 502) “*Os Media são hoje a instituição chave da esfera pública e a qualidade desta dependerá da qualidade dos primeiros*”.

No entanto, há outros autores que rejeitam a teoria dos efeitos da agenda setting baseados nestes estudos. Tal como menciona Cox (Tradução do autor: 2006: 185), “*Ader observa que as condições do mundo real podem afectar as percepções de seriedade do problema independentemente das coberturas mediáticas destes assuntos. Anderson (1997) também defende que outras influências, tais como amigos e família, podem afectar a percepção pública da importância dos assuntos ambientais e que a investigação sobre a agenda-setting deveria ter em conta estes aspectos*”.

De acordo com Schmidt (Tradução do autor: 2008: 89): “*Outras análises comprovam que os mass media cumprem também um papel de fonte primordial de informação, já que o público terá pouco acesso a outras fontes, sendo muitas vezes a única forma de distribuição dos conhecimentos e dos saberes ambientais e científicos. (...), o Eurobarómetro de 2005 (mas também o de 2000 e o de 2002) apura que a esmagadora maioria dos cidadãos dependem das notícias televisivas e, logo a seguir, das rádios e jornais, para acompanharem os assuntos científicos em geral e o ambientais em particular*”. Para o caso português, os inquéritos levados a cabo no âmbito do OBSERVA confirmam e ainda reforçam mais esta situação de dependência mediática”. Refira-se a nota de rodapé: “*No inquérito do OBSERVA aplicado em 2000, verificava-se que 80% dos inquiridos tinha como fonte principal sobre o ambiente a televisão (Almeida*

e tal. 2004) (...)” (Tradução do autor: 2008: 91). O que de acordo com a mesma autora se deverá aos níveis de literacia, mas também à falta de alternativas, verificando-se já que um terço dos jovens em idade escolar preferem a internet.

Em termos de um auto-diagnóstico dos portugueses sobre o quão estão informados sobre assuntos ambientais, há estudos que indicam que, comparativamente à União Europeia (EU), “sentem-se menos bem informados (65%) enquanto os dinamarqueses, eslovenos e finlandeses são os que melhor se sentem informados (com percentagens de 70%). Assim como vários estudos têm evidenciado uma correlação positiva entre a cobertura mediática e as sondagens de opinião pública mostrando que o interesse público varia de acordo com o volume dos assuntos cobertos pelos *media* (Tradução do autor: Schmidt, 2008:157).

No entanto, há quem entenda que os *media* nem sempre são as fontes de informação que reúne as informações ambientais mais credíveis. Fernandes (2001) refere que embora os jornais e a televisão sejam mais frequentemente empregues como fonte de informação ambiental, nem sempre são os mais fiáveis: *“indivíduos com maior grau de escolaridade usam menos televisão como fonte de informações ambientais do que indivíduos com menos grau de escolaridade, e tendem a rejeitar a televisão como uma fonte confiável de informação científica sobre meio ambiente, preferindo a media impressa, sendo as revistas especializadas mais confiáveis do que os jornais. Em estreita oposição em relação àqueles que têm níveis académicos baixos e que não têm acesso a livros, jornais e revistas. A televisão vem “complementar a transmissão de informações para um grande contingente da nossa população. Isso se deduz pelo facto de que a televisão tem uma função fundamental na consciencialização das pessoas na medida em que se constitui num veículo massivo com grande prestígio nos segmentos com menor grau de escolaridade”.*

Segundo as teorias da cultivation analysis (Gerbner, 1986 citado por Schmidt, 2000) aplicadas à violência televisiva concluíram que “os telespectadores assíduos não se tornaram necessariamente mais violentos, mas acabam por ver o mundo como mais

violento e por isso desenvolvem um medo de se tornarem vítimas do crime. Isto significa que poderá não existir uma relação directa entre o visionamento da violência na televisão e o facto de se ficar violento. Contudo, visionar a violência, fragiliza as pessoas no sentido em que as torna receosas de serem vitimadas pela violência”.

Posto isto, o propósito deste trabalho é tentar perceber se os inquiridos com determinados perfis ambientais são influenciados pelos *media* ou portais de internet, e por conseguinte, se essas percepções influenciam os mesmos nas suas práticas de poupança de água e na sua participação cívica.

De forma a ter uma noção das concepções ambientais a que os inquiridos mais aderem, vão atribuir-se aos inquiridos perfis ambientais baseados na teoria de Jacques Thays utilizada no estudo desenvolvido pela equipa do OBSERVA aquando do II Inquérito Nacional às representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente: as concepções: antropocêntrica, biocêntrica, e tecnocêntrica.

Neste âmbito, Jacques Thays explica que (*in Os portugueses e o Ambiente: de Lima e Guerra: 30*), “as várias representações sociais do ambiente (que acentuam mais uma ou outra dimensão) dão origem a três grandes concepções que corresponderão a diferentes estádios de autonomização do ambiente em relação à natureza”. A Concepção Objectiva Biocêntrica resulta assim da representação do ambiente “*como um conjunto de elementos naturais e as suas relações e interdependências, distanciando-se pouco do conceito de natureza. Nesta concepção o Homem deve-se adaptar às leis e condições naturais. O interesse pelo ambiente não traduzirá mais que a crescente tomada de consciência de pertença do subsistema social mais vasto da biosfera*” (2004:30). Na Concepção subjectiva e Antropocêntrica “os problemas ambientais só ganham visibilidade quando afectam o próprio Homem. O ambiente é aqui o espaço de relações entre o Homem e o seu meio envolvente (natural ou construído) e é neste espaço em que a sociedade engloba a natureza e determina a sua evolução que ganham sentido termos como “uso”, “recursos”, “património”, “delapidação”, “preservação”, “acesso”, etc” (2004:30). Quanto à Concepção Objecto-Subjectiva Tecnocêntrica, esta reflecte a ideia

de que o *“Homem e o seu meio (natural e construído) fazem parte de uma relação de interdependência, condicionando-se mutuamente, está na base da concepção tecnocêntrica que incorpora simultaneamente uma visão objectiva e subjectiva. O conceito de ambiente projecta assim a existência de relações de transformação recíproca, num processo dialéctico de acções e reacções, efeitos e contra-efeitos, que realçam a capacidade de adaptação dos vários elementos. É uma concepção que apresenta o ambiente como um aglomerado de limites, de disfuncionalidades, de riscos ou de problemas que interessa resolver, tendo em conta as interacções do sistema global”* (2004, 30-31). E foi tendo em conta estas três concepções ambientais que se criaram três índices de adesão dos inquiridos a cada uma das referidas concepções ambientais para, *a posteriori*, correlacioná-las com a frequência de exposição à televisão durante a semana, com a frequência de visionamento de programas e com a frequência de consulta dos portais da administração regional, autarquias e ONGA ou Associações Ambientais., com as práticas de poupança de água e de participação cívica.

Portanto, o que aqui se pretende não é chegar a conclusões de que a frequência de exposição televisiva durante a semana é determinante na percepção dos inquiridos na sua visão de ambiente ou na frequência das suas práticas ambientais, mas certamente complementa esse interesse. Interessa aqui obter-se pistas de investigação sobre o papel da televisão, portais de internet institucionais relacionados directamente com o ambiente, neste caso com os recursos hídricos, na adesão de concepções ambientais dos inquiridos. Em conclusão, saber se o papel destas fontes de informação se prolongam na produção de práticas frequentes de poupança de água e de participação cívica dos inquiridos. Interessa então avaliar eventuais correlações entre a frequência de exposição destas fontes de informação e a adesão à concepção de ambiente, e, por conseguinte, na frequência de práticas de poupança de água e de participação cívica medidas através dos índices construídos para esse efeito, uma correlação que se julga ser pouco provável ocorrer tendo em conta os resultados dos trabalhos desenvolvidos pela equipa do OBSERVA no II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos

Portugueses sobre o ambiente organizado pelo Professor Doutor João Ferreira de Almeida e até mesmo os estudos realizados por Shanahan e McComas que indicam que a forte exposição aos *media* poderá retardar o “desenvolvimento” (cultivation) de atitudes ambientais: *“Most correlations with amount of television viewing were negative and significant: heavier viewers consistently expressed lower levels of environmental concern...This tends to go against the suggestion that media attention to the environment results in greater socioenvironmental concern. That television’s heavy viewers tended to be less environmentally concerned suggest opposite: Television’s messages place a kind of “brake” on the development of environment concern, especially for heavy viewers (p.125)”* (Cox,2006, pp.189-190).

De acordo com um primeiro estudo desenvolvido por Shanahan e McComas o decréscimo de interesse ou preocupação ambiental entre telespectadores assíduos era maior entre estudantes politicamente activos. No segundo estudo, pretendiam saber se as mulheres estavam mais dispostas que os homens a fazer um sacrifício financeiro por razões ambientais por estarem mais expostas à televisão do que os homens, mas verificou-se que à medida que as mulheres se tornavam telespectadoras mais assíduas estavam menos dispostas a fazer os tais sacrifícios (Cox, 2006:190).

Uma segunda explicação para este decréscimo do interesse ambiental entre telespectadores assíduos/frequentes foi o que Shanahan denominou de *Cultivation in reverse* (Cox, 2006:190); ou seja, o reverso de “desenvolvimento” ou “cultivação”; ou seja, é o desenvolvimento de uma atitude anti-ambiental através da falta persistente de imagens ambientais ou por dirigirem a atenção dos telespectadores para outras imagens, outras histórias não ambientais. Ignorando ou descrevendo passivamente o ambiente natural, a televisão tende a marginalizar a sua importância. Teóricos da “Cultivation” (Shanahan e McComas, 1999) também consideram isto um fenómeno de aniquilação simbólica – os *media* apagam a importância do tema por darem, indirectamente ou passivamente, importância e ênfase ao tema sobre o ambiente (Tradução do autor – Cox, 2006: 190).

Num primeiro estudo como este, poderá ser muito difícil detectar-se efeitos específicos dos *media* nas crenças e atitudes dos telespectadores, mas num eventual futuro estudo, poderá aprofundar-se esta investigação no âmbito das teorias de *agenda setting* e a *cultivation analysis* que, segundo Cox, sugerem maiores efeitos.

CAPÍTULO III – ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

O inquérito geral foi desenvolvido com o intuito de se obter pistas sobre a percepção ambiental dos cidadãos residentes e utilizadores de computador e internet na Região Autónoma dos Açores, o nível de informação, o grau de participação pública e cívica, e as atitudes dos inquiridos face à poupança de água. Também foi intenção recolher informações sobre os *media* mais presentes e, influentes na vida dos inquiridos para a aquisição de informações ambientais e conhecer se existe correlação entre a frequência de exposição dos inquiridos à televisão e aos portais de internet e as percepções e, por conseguinte, e as práticas de poupança de água e participação cívica dos inquiridos.

A hipótese central do nosso estudo quantitativo aponta para a existência de uma relação entre a frequência de exposição mediática e as atitudes de poupança de água e participação cívica.

Para tal criaram-se “perfis” de percepção ambiental, e índices: práticas de poupança de água e participação cívica. Para a construção dos índices de adesão às três concepções ambientais (pergunta 9 do questionário), procedeu-se à contagem de números de casos (*count* – SPSS), em primeiro, segundo, e terceiro lugar, das palavras associadas a cada tipo de ambiente depois de ponderadas pela respectiva ordem. Tal como efectuado pela equipa OBSERVA, de Almeida (2004): “cada inquirido pode atingir, em cada índice o máximo de 6 pontos. Deste modo, atribuiu-se 3 pontos para a 1.^a escolha, 2 para a 2.^a escolha e 1 para a 3.^a escolha”. Para o índice de adesão à concepção de ambiente antropocêntrico, as palavras são: paisagem, campo, cidade e qualidade de vida, para o índice de adesão à concepção de ambiente biocêntrico as palavras são: natureza, terra, animais e lagoas (em substituição de vegetação usada pelo OBSERVA porque considerou-se ter mais a haver com o contexto regional), e para o índice de adesão à concepção ao ambiente tecnocêntrico as palavras são: riscos/perigos

e poluição. Tendo em conta que há uma diferença de números de palavras, procedeu-se à respectiva normalização.

Para a construção do índice de práticas de poupança de água, construiu-se um índice sintético, procedendo-se previamente a um teste de fiabilidade dos itens, retirando-se os itens que apresentavam valores de fiabilidade não aceitáveis (compro equipamentos “Classe A”, Lavo o veículo o mais depressa possível..., e os itens seguintes); retirou-se no total, 7 índices com valores de *alpha cronbach* inferiores a 0,7) assim como se inverteu a escala de *likert* de forma a que o 1 correspondesse ao Nunca e o 5 ao Muito Frequentemente.

Quanto à construção de um índice de participação cívica, também se efectuou, *a priori*, o teste de fiabilidade de *alpha cronbach*, criando-se de seguida um índice aditivo que procedeu à contagem do número de respostas “sim” (através do *count*, SPSS).

A metodologia utilizada para colectar dados foi a aplicação de um questionário online: *kwiksurveys*, inspirada no estudo realizado pelo OBSERVA sobre as atitudes dos portugueses face ao ambiente. Deste modo, construiu-se um inquérito contendo 50 (cinquenta) perguntas de opções objectivas do tipo fechada e outras perguntas do tipo abertas.

A amostra foi de 119 (cento e dezanove) utilizadores de computador e internet residentes na Região Autónoma dos Açores que preencheram os pré-requisitos da pesquisa (residentes nos Açores com o nível escolar entre o 12º. Ano e o Pós-Doutoramento e detentores de computador e acesso à internet no âmbito do contexto familiar).

Quanto ao inquérito ONGA, este foi aplicado com o propósito de se obterem pistas de investigação sobre percepção e conhecimento dos inquiridos sobre as problemáticas ambientais e dos recursos hídricos nos Açores, assim como analisar o seu grau de envolvimento com outras entidades e o seu envolvimento nos processos de tomada de decisão em matéria ambiental, assim como os canais mais utilizados para a divulgação das suas actividades e para comunicar com as diferentes entidades.

A análise dos dados quantitativos foi feita através do SPSS (*Statistical Package Science Social*), versão 13.0, que é um programa especializado em análise de dados, tendo como foco análises estatísticas.

Estes questionários foram divididos em quatro dimensões: Percepção, Conhecimento, Participação Pública e Comunicação. Na dimensão da Percepção pretende-se perceber a percepção e o nível de importância que estes 119 cidadãos têm e atribuem ao estado ambiental e dos recursos hídricos num afunilar de espaços geográficos (desde a nível mundial até ao nível local), o nível de preocupação dos cidadãos com os recursos hídricos; na dimensão dos conhecimentos, pretende-se perceber o nível de informação ambiental e em matéria de recursos hídricos; especificamente no caso do inquérito geral, pretende-se que atitudes os cidadãos têm com vista à protecção e valorização da água de consumo; na dimensão da participação pública pretende-se compreender os seus níveis de participação pública e cívica; e na dimensão da comunicação pretende-se saber quais as fontes de informação ambiental mais utilizadas. Mas, para tal, houve a necessidade de analisar quais os canais de comunicação utilizados pela Administração Regional para informar os cidadãos e divulgar as informações e discussões públicas a realizar (informação recolhida e analisada a partir dos Relatórios de Participação Pública de todos os planos executados até ao momento na Região Autónoma dos Açores que foram cedidos gentilmente pela Direcção de Serviços de Recursos Hídricos e pela Direcção de Serviços de Ordenamento do Território).

Este trabalho tem em conta um estudo organizado pelo Professor João Ferreira de Almeida e levado a cabo pela equipa do OBSERVA “Os portugueses e o ambiente”, na perspectiva de comunicação ambiental do especialista Robert Cox da Universidade da Carolina do Norte, EUA, da especialista Luísa Schmidt do ICS da Universidade de Lisboa, do especialista Francisco Fernandes da Universidade do Taubaté, Brasil, e do tema da participação pública da especialista Cheryl King da Universidade de Akron, EUA.

O objectivo central deste projecto visa obter pistas sobre correlação entre fontes de informação e a percepção, atitudes e participação cívica/pública dos inquiridos, apresentar sugestões comunicacionais que venham a permitir, na prática, a criação de pistas de investigação para um eventual futuro estudo aprofundado sobre a matéria que venha a contribuir posteriormente para uma maior qualidade de serviços da administração regional e uma maior proximidade e envolvimento dos cidadãos.

3.1. População Alvo

A primeira população-alvo deste estudo é constituída por residentes na Região Autónoma dos Açores cujo agregado familiar seja detentor de computador e acesso à internet num total de 119 indivíduos com escolaridade entre o 12.º ano e o Pós-Doutoramento (Inquérito Geral). Dos 119 inquiridos, 68% correspondem à ilha de São Miguel, seguindo-se a ilha Terceira com 19,3%, Faial com 4,2%, Santa Maria com 3,4%, São Jorge com 1,7%, e Flores, Graciosa, e Pico com 0,8%.

Quanto ao género, 66,4% dos inquiridos correspondem ao género feminino e 33,6% ao género masculino; em termos absolutos, o mesmo será dizer que dos 119 inquiridos, 79 indivíduos correspondem ao sexo feminino e 40 pessoas ao sexo masculino.

A maior parte dos respondentes enquadram-se no grupo etário entre os 15 e os 24 anos (23,5%), seguindo-se a o grupo de idades entre os 30 e os 34 anos (17,6%), o grupo etário entre os 25 e os 29 anos (16,8%), o grupo de idades entre os 35 e os 39 anos (12,6%), o grupo etário entre os 45 e os 49 anos (9,2%), o grupo de idades entre os 40 e os 44 anos (8,4%), e finalmente, os grupos etários entre os 50 e os 54 anos e, entre os 55 e os 59 anos (5,9%).

No que respeita ao nível de habilitações académicas, a maior parte dos inquiridos diz-se ser detentor do grau de licenciatura (37%), seguindo-se o doutoramento (18,5%), 12.º ano (17,6%), pós-graduação (11,8%), mestrado (10,9%), e o pós-doutoramento (4,2%).

Quanto à situação profissional das ou dos respondentes, 52,1% são empregados (as) por conta de outrem, estudantes (19,3%), trabalhadores(as)-estudante (12,6%), desempregados (6,7%), outra (5,9%), e trabalhadores(as) independentes (3,4%). Da situação profissional “Outra” insere-se um Professor Assistente Convidado, cinco bolseiros de investigação e um profissional ao exercício de funções públicas.

A segunda população-alvo deste estudo é constituída por oito membros dos corpos sociais das 23 Associações Ambientalistas da Região Autónoma dos Açores contactadas. Dos oito membros inquiridos, dois são membros dos corpos sociais da Associação “Os montanheiros” da ilha Terceira, um é membro dos corpos sociais do Centro de Jovens Naturalistas de Santa Maria (CJN), um é membro dos corpos sociais do Corpo Nacional de Escutas da Ilha Terceira, um é membro da Assembleia Geral da Associação “Amigos dos Açores” e representante da referida associação na ilha de Santa Maria, um é membro (actualmente demissionário) dos corpos sociais do núcleo da Quercus na ilha de São Miguel, um é membro do Observatório do Mar dos Açores (OMA), e outro da Associação “Os amigos da Maia” da ilha de Santa Maria.

No que diz respeito às formações académicas dos inquiridos, por ilha, por sexo e por grupos de idade, refira-se que um indivíduo do sexo masculino, com idade compreendida entre os 24 e os 35 anos, da ilha de Santa Maria, tem um nível académico correspondente ao 12.º ano, tal como outro indivíduo do sexo feminino da ilha de Santa Maria, residindo a diferença apenas no grupo de idade a que pertence este: entre os 50 e os 64 anos de idade. Quanto ao nível de licenciatura, refira-se um indivíduo do sexo masculino da ilha de Santa Maria com idade compreendida entre os 36 e os 49 anos, um indivíduo do sexo masculino da ilha de São Miguel com idade compreendida entre os 50 e os 64 anos, e um indivíduo do sexo masculino da ilha Terceira com idade compreendida entre os 36 e os 49 anos. Com pós-graduação refira-se um respondente do sexo masculino com idade compreendida entre os 36 e os 49 anos da ilha Terceira. E, com o nível académico de doutoramento refira-se três inquiridos do sexo masculino com

idades compreendidas entre os 36 e os 49 anos, dois dos mesmos da ilha Terceira e um indivíduo da ilha do Faial.

No que diz respeito às áreas de formação académicas dos oito membros de direcção de ONGA ou Associações ambientais na Região Autónoma dos Açores, dos dois inquiridos membros da Associação “Os montanheiros”, um dos mesmos tem formação na área da Engenharia Agrária e, o outro indivíduo tem formação na área de Ecologia, tendo como profissões o ensino universitário, e técnico superior na administração pública (sem especificar a área). O membro da direcção do CJN de Santa Maria tem formação na área de informática e desempenha as respectivas funções. O membro da direcção do Corpo Nacional de Escutas e o membro da direcção do Associação Amigos dos Açores têm formação na área do ensino são professores. O membro da direcção do núcleo da Quercus tem formação na área de Biologia-Geologia e é professor e formador acreditado em Educação Ambiental. Quanto às áreas de formação dos membros das direcções da OMA e da Associação “Amigos da Maia”, respectivamente, tem formação na área das Ciências do Mar e desempenha as funções de biólogo, e o outro indivíduo desempenha as funções de inspector de viação. Quanto à situação profissional dos inquiridos, refira-se que são todos empregados por conta de outrem, excepto um que não responde. Saliente-se que todas estas ONGA ou associações ambientalistas têm sede própria à excepção do CJN de Santa Maria.

3.2. Instrumentos de Recolha de Dados

Para operacionalizar este estudo recorreu-se à metodologia quantitativa mediante a auto-aplicação de dois questionários: um dirigido à população em geral (Inquérito Geral) e um dirigido aos membros dos corpos sociais de Associações Ambientalistas (Inquérito ONGA) (com questões dicotómicas, abertas e em escala de *Likert*). O Inquérito Geral de 60 questões (com escala de *likert*, perguntas de resposta dicotómica e aberta) e foi auto-aplicado por indivíduos residentes nos Açores, com o nível de escolaridade entre o 12.º ano e o pós-doutoramento, detentores de computador e de acesso à internet nos

seus agregados familiares, através de uma ferramenta de pesquisa gratuita da *World Wide Web*: o *kwiksurveys*.

O inquérito ONGA foi enviado para os *emails* de 23 membros de Associações Ambientais na Região Autónoma dos Açores, pelo que apenas 8 responderam completamente ao questionário de 65 questões (escala de *likert* e perguntas de resposta aberta e dicotómica).

No caso do inquérito Geral a **amostragem é Não Probabilística Por Conveniência**: “Este tipo de amostra baseia-se na premissa de que certo tipo de respondentes apresenta uma maior disponibilidade ou se encontram mais acessíveis para responder ao inquérito” (Reis, 1997: 39). Dadas as dificuldades e os custos elevados da realização de um processo de amostragem aleatório, esta amostragem tornou-se atractiva. Este tipo de amostragem não é representativo da população, mas também não era a intenção deste estudo. A intenção deste trabalho é de constituir uma primeira experiência ou a primeira fase de um eventual estudo mais alargado.

No caso do Inquérito ONGA a **amostragem é Não Probabilística Intencional**: Neste procedimento, “a escolha dos elementos a constituírem a amostra baseia-se na opinião de uma ou mais pessoas que são fortemente conhecedoras das características específicas da população em estudo que se pretende analisar” (Reis, 1997), neste caso são os membros dos corpos sociais das Associações Ambientalistas dos Açores.

3.3. Aplicação dos Questionários

Os questionários foram auto-aplicados no *kwiksurveys* pelos respondentes através do *link* disponibilizado para o efeito. No caso do inquérito geral, o *link* foi colocado na rede social do *facebook* e enviado através do correio electrónico da Universidade dos Açores para toda a comunidade universitária dos três pólos (Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada), incluindo o staff da referida instituição. No caso do inquérito ONGA o *link* para o inquérito foi enviado directamente para os endereços electrónicos de cada membro dos corpos sociais de cada uma das associações.

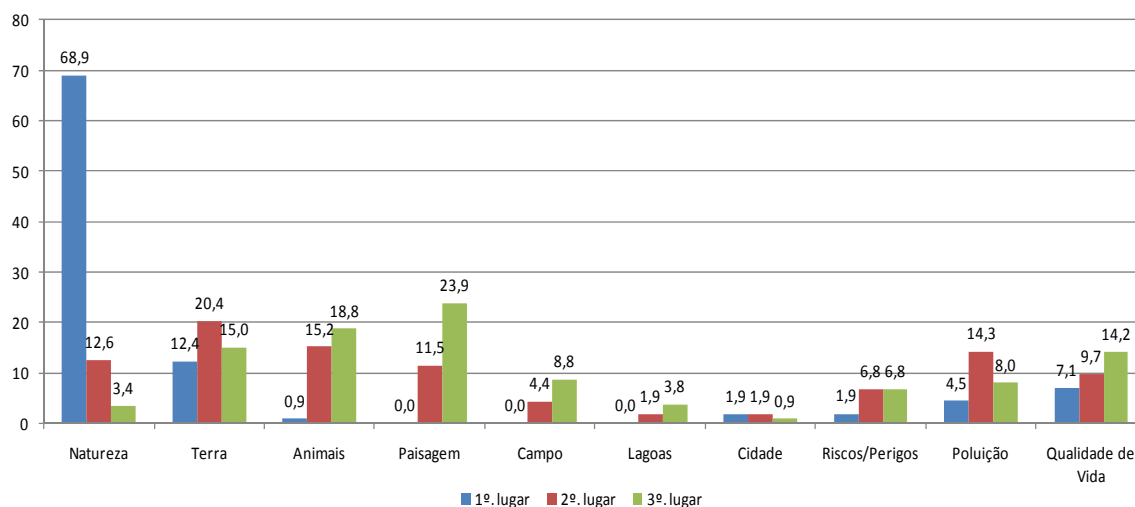
CAPÍTULO IV – EXPOSIÇÃO ÀS FONTES DE INFORMAÇÃO: PERFIS, ATITUDES E PARTICIPAÇÃO

4.1. Inquérito Geral

Dos (as) 119 inquiridos (as), apenas 15,1% dos (as) mesmos (as) afirmam ser sócios (as) de Organizações Não Governamentais para o Ambiente (ONGA), 79,8% reconhecem-se como não sócios de ONGA, e 5% afirmaram não saber ou não respondem. Entretanto, quando questionados sobre o conhecimento de ONGA, 68% afirmaram conhecer, sendo que a maioria identificou ONGA regionais, 18,5% admitem não conhecer qualquer ONGA, e 13,4% assumem não saber ou não responder.

Tentando responder às perguntas de investigação da investigação, começamos por tentar saber a que concepções de ambiente os inquiridos têm ou não adesão. Este quadro conceptual foi construído à semelhança do da equipa do OBSERVA. Atente-se à pergunta 9 do questionário: O que lhe vem à mente em primeiro lugar (segundo, terceiro e assim sucessivamente) quando ouve o termo ambiente? Como opções de resposta foram apresentados os seguintes termos: natureza, terra, animais, paisagem, campo, lagoas, cidade, riscos/perigos, poluição, qualidade de vida e, outros. Tendo em conta as três concepções de ambiente descritas anteriormente no enquadramento teórico, a partir destes agrupamentos compostos, cada um, por duas palavras ou termos correspondentes às três representações do termo ambiente, ou seja: ambiente antropocêntrico (qualidade de vida e paisagem), ambiente biocêntrico (natureza e terra), e o ambiente tecnocêntrico (riscos/perigos e poluição), procedeu-se à construção de índices para cada uma das formas de representação do conceito de natureza. Para a construção dos índices o procedimento foi o mesmo que a equipa do OBSERVA: *procedeu-se ao cômputo as respostas depois de ponderadas pela respectiva ordem. Assim sendo, cada inquirido pode atingir, em cada índice, o máximo de seis pontos (3 para a primeira escolha, 2 para a segunda escolha, e 1 para a terceira escolha)* (2004: 32).

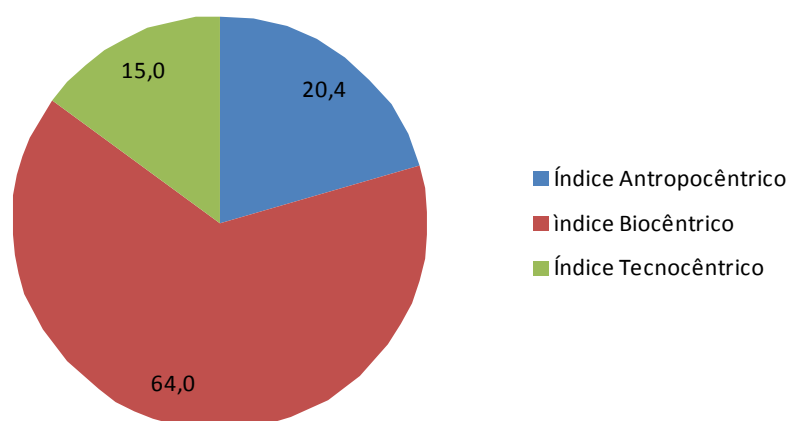
Gráfico 3 - Expressões que os 119 inquiridos associam ao ambiente, segundo a ordem de resposta.



É evidente que a “natureza” é a expressão mais escolhida em primeiro lugar (68,9%). Mas, dos 119 inquiridos, também houve quem elegeisse em primeiro lugar a opção “terra” (12,4%), “qualidade de vida” (7,1%), “poluição” (4,3%), “riscos/perigos” (1,9%), “cidade” (1,9%) e, “animais” (0,9%). Já em segundo lugar, a maior parte das respostas recaem sobre a opção “terra” (20,4%), seguindo-se “animais” (15,2%), “poluição” (14,3%). Em terceiro lugar, destacam-se a “paisagem” (23,9%), “animais” (18,8%) e “terra” (15,0%).

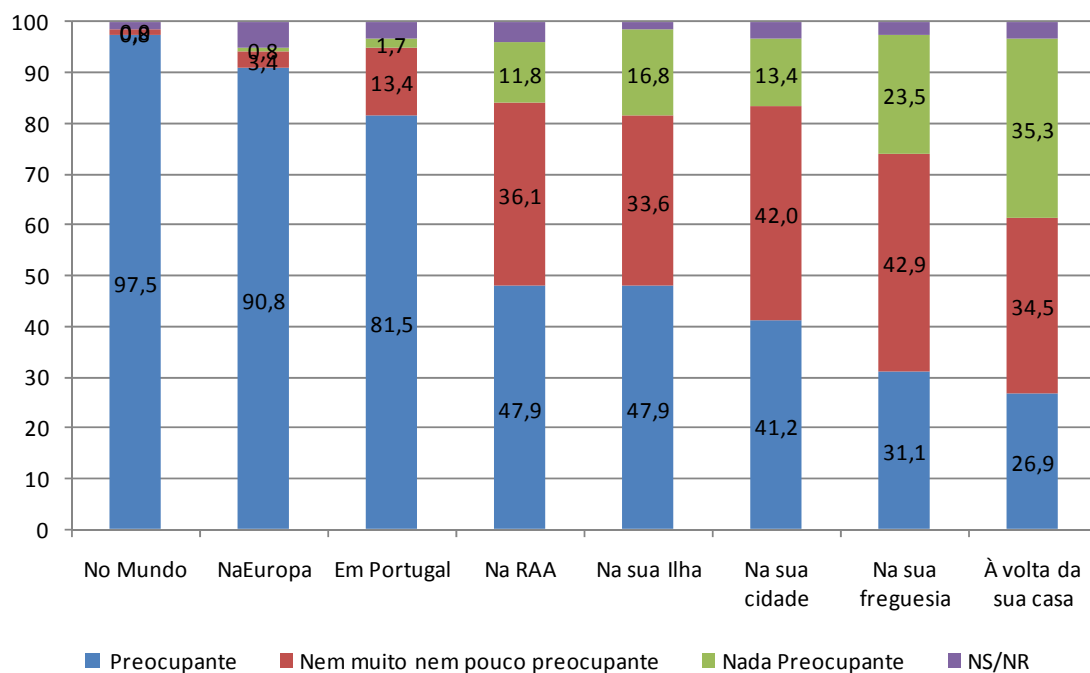
À semelhança da interpretação de resultados do estudo realizado pelo OBSERVA, a maioria dos inquiridos identifica o ambiente=natureza (*visão biocêntrica*), associando, embora com muito menos evidência a visões antropocêntricas (qualidade de vida, paisagem, campo e cidade) e tecnocêntricas (poluição e riscos/perigos), como se pode verificar no seguinte gráfico:

Gráfico 4 - Adesão dos inquiridos às três concepções de ambiente



Tal como no inquérito aos portugueses sobre o ambiente realizado pela equipa OBSERVA, é o ambiente biocêntrico que concentra mais adesão dos inquiridos (64,0%), seguindo-se o ambiente antropocêntrico (20,4%), e por fim o ambiente tecnocêntrico (15,0%).

Gráfico 5 – Auto-diagnóstico de Percepção do estado do ambiente (%), por nível de preocupação



Quanto ao diagnóstico de Percepção do estado do ambiente, verifica-se que 97,5% das preocupações dos inquiridos recaem sobre o estado do ambiente mundial, seguindo-se a Europa com 90,8%, Portugal (81,5%), Região Autónoma dos Açores e a ilha de residência (47,9%), a cidade onde residem (41,2%), a freguesia onde residem (31,1%), e finalmente, à volta da sua casa (26,9%). Nem muito nem pouco preocupante apresenta valores mais altos na freguesia e na cidade onde residem (42,9% e 42,0%, respectivamente), seguindo-se a Região Autónoma dos Açores (36,1%) à volta da sua casa (34,5%). Nada preocupante é o estado do ambiente à volta de casa dos inquiridos (35,3%), seguindo-se a freguesia de residência (23,5%). Quanto mais se confina o espaço geográfico para próximo dos inquiridos, menos preocupante se revela o estado do ambiente. Estes resultados estão aparentemente em contradição com a lei proxémica de A. Moles que afirma que o que está longe (em geral, no espaço como no tempo) é a priori hierarquicamente menos importante, menos carregado de valor do que está próximo. (cf. Moles, A. 1982)

Quando questionados sobre a frequência das suas preocupações em relação a assuntos ambientais, 60,5% dos inquiridos dizem preocupar-se frequentemente, 31,9% admitem que só se preocupam com o ambiente de forma ocasional, 6,7% confessa preocupar-se raramente, e 0,8% não responde (cf. Quadro 2).

Quadro 2 - Grau de Preocupação com os problemas ambientais

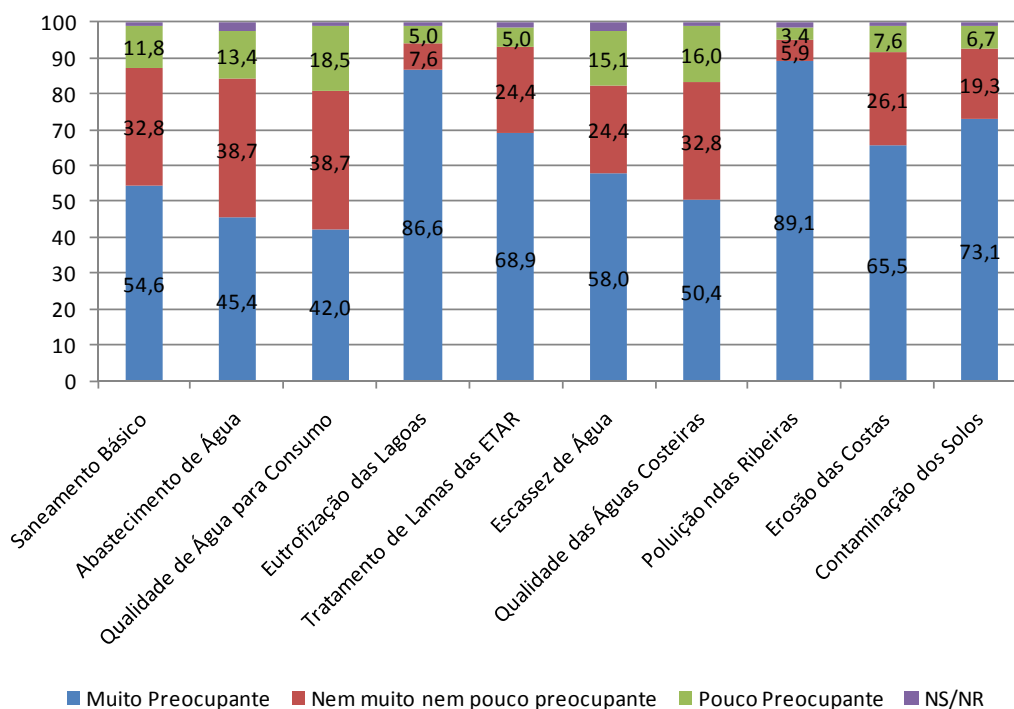
	Muito Preocupante	Nem muito nem pouco preocupante	Nada Preocupante
Poluição Atmosférica e Sonora	100	15	2
Alterações Climáticas	105	8	0
Aquecimento Global e Destruição da Camada de Ozono	111	7	0
Poluição da Água	111	4	2
Escassez de Água	107	7	3
Eutrofização das Lagoas	106	10	1
Espécies em via de extinção	104	11	2
RSU e Resíduos Perigosos	112	4	0
Poluição e Contaminação dos Solos	113	2	1
Desflorestação	110	2	3
Erosão de Arribas nas Orlas Costeiras	100	13	4

Os problemas ambientais que os inquiridos elegem como os mais preocupantes, são, em primeiro lugar, a Poluição e Contaminação dos Solos, os Resíduos Sólidos Urbanos e Resíduos Perigosos, e em terceiro lugar, o Aquecimento Global, e a Poluição

da Água. Como nem muito nem pouco preocupantes surge, em primeiro lugar, o problema da poluição atmosférica e sonora, em segundo lugar, a erosão de arribas nas Orlas Costeiras, e em terceiro lugar, as espécies em via de extinção.

No âmbito da percepção do Estado dos Recursos Hídricos, por áreas geográficas, e tal como atrás verificado ao nível do estado do ambiente, o nível de preocupação com os recursos hídricos, por área geográfica, diminui quanto mais próximo se delimitar a área ao inquirido. Ou seja, ao nível da preocupação, o estado dos recursos hídricos no mundo é a que reúne mais preocupação dos inquiridos, notando-se um considerável decréscimo de preocupação quando se entra em território da Região Autónoma dos Açores, diminuindo gradualmente, até chegar à área geográfica que confina 42,0% das preocupações à volta de casa dos inquiridos. (Cf. Gráfico 6)

Gráfico 6 - Auto-diagnóstico de Percepção dos problemas relacionados com os Recursos Hídricos na RAA (%)



Dos problemas relacionados com os recursos hídricos, é a poluição das ribeiras que causa mais preocupação aos inquiridos (89,1%), seguindo-se a eutrofização das Lagoas (86,6%), e a contaminação dos solos (73,1%). A qualidade de água para consumo (18,5%) é dos temas que menos parece preocupar os inquiridos, seguindo-se a qualidade das águas costeiras (16,0%) e a escassez de água (15,1%).

Quadro 3 – Auto-avaliação poupança de água (Valores Absolutos)

Poupa água na sua casa?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	103	86.6	86.6	86.6
	Não	10	8.4	8.4	95.0
	NS/NR	6	5.0	5.0	100.0
	Total	119	100.0	100.0	

Quando questionados sobre o hábito de poupança de água nas suas casas, 86,6% dos inquiridos afirmam poupar água, enquanto 8,4% admitem não o fazer, e 5,0% dos inquiridos prefere não responder (cf. Quadro 2).

Quadro 4 – Auto-avaliação de poupança de água, por sexo

Poupa água na sua casa? * Sexo Crosstabulation					
		Sexo			
			Feminino	Masculino	Total
Poupa água na sua casa?	Sim	Count	66	37	103
		% within Sexo	83.5%	92.5%	86.6%
	Não	Count	7	3	10
		% within Sexo	8.9%	7.5%	8.4%
	NS/NR	Count	6	0	6
		% within Sexo	7.6%	.0%	5.0%
	Total	Count	79	40	119
		% within Sexo	100.0%	100.0%	100.0%

Como se pode constatar no quadro 4, são os homens que estão, percentualmente, ligeiramente em maior número quanto às atitudes face à poupança de água de consumo, tendo em conta que as mulheres estão aqui representadas: 79 mulheres para 40 homens. Apesar de haver uma diferença percentual (9,0%), crê-se que,

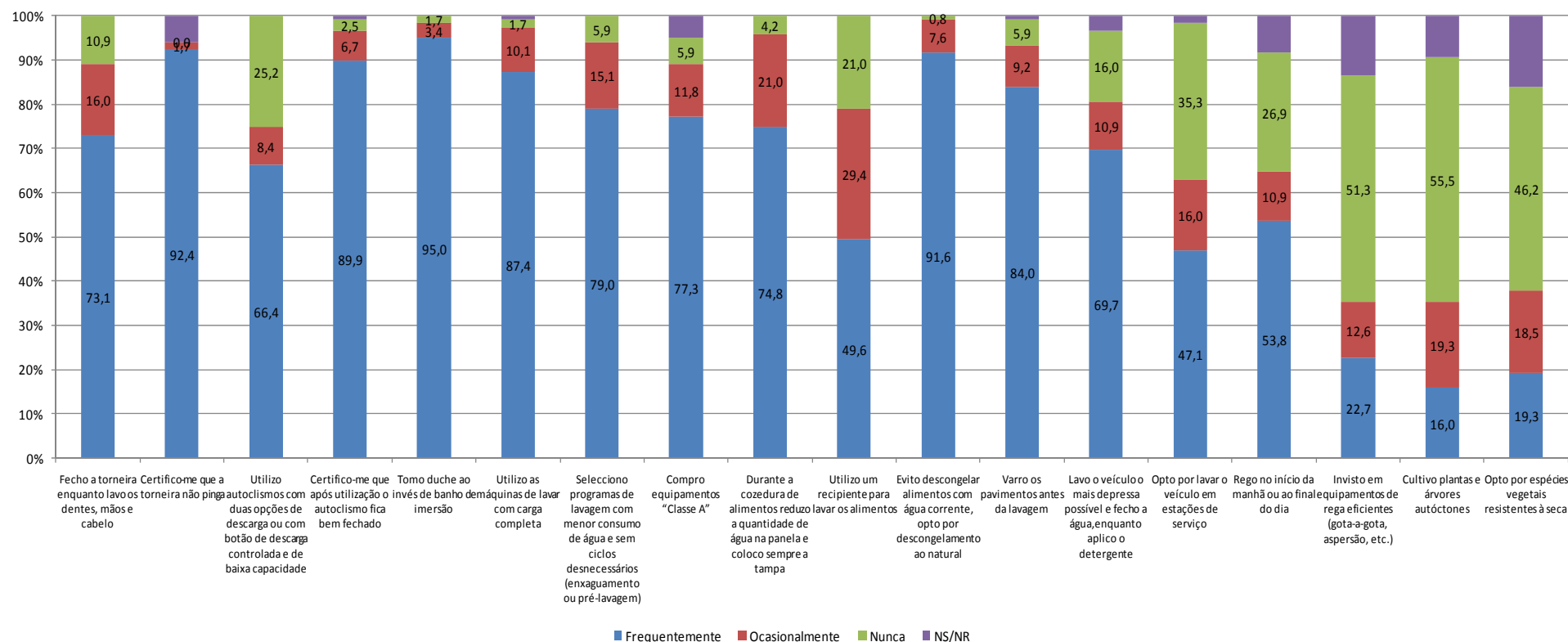
à semelhança dos resultados do estudo de da Silva e Gabriel (2007:88) “o género não apresenta ser um factor diferenciador das atitudes” ambientais face à água.

Quadro 5 – Auto-avaliação de poupança de água, por grupos de idade

Poupa água na sua casa? * Idade Crosstabulation										
		Idade								Total
		15 - 24 anos	25 - 29 anos	30 - 34 anos	35 - 39 anos	40 - 44 anos	45 - 49 anos	50 - 54 anos	55 - 59 anos	
Poupa água na sua casa?	Sim	Count	22	19	20	13	9	9	5	6
		% within Idade	78.6%	95.0%	95.2%	86.7%	90.0%	81.8%	71.4%	85.7%
	Não	Count	5	1	0	2	0	0	1	1
		% within Idade	17.9%	5.0%	.0%	13.3%	.0%	.0%	14.3%	14.3%
	NS/NR	Count	1	0	1	0	1	2	1	0
		% within Idade	3.6%	.0%	4.8%	.0%	10.0%	18.2%	14.3%	.0%
Total	Count	28	20	21	15	10	11	7	7	119
	% within Idade	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

No quadro anterior pode verificar-se que, independentemente dos grupos etários, a grande maioria afirma ter atitudes favoráveis à poupança de água nas suas casas.

Gráfico 7 - Frequência de práticas de poupança de água em casa



Quanto às práticas de poupança de água, tomar duche ao invés de banho de imersão (95,0%) é prática mais comum entre os inquiridos, seguindo-se o certificar que a torneira não pinga (92,4%), e o evitar descongelar alimentos com água corrente (91,6%).

Das práticas desempenhadas ocasionalmente, destacam-se a utilização de um recipiente para lavar os alimentos (29,4%), reduzir a quantidade de água na panela e colocar a tampa na panela durante a cozedura dos alimentos (21%), e cultivar plantas autóctones (19,3%).

Neste âmbito, construiu-se um índice sintético de atitudes de poupança de água, procedendo-se um a um teste de fiabilidade dos itens, retirando-se os itens que apresentavam valores de fiabilidade não aceitáveis (compro equipamentos “Classe A”, Lavo o veículo o mais depressa possível..., e os itens seguintes); retirou-se no total, 7 ítems com valores de *alpha cronbach* inferiores a 0,7) assim como se inverteu a escala de *likert* de forma a que o 1 correspondesse ao Nunca e o 5 ao Muito Frequentemente.

Quanto ao nível de importância atribuída aos diferentes sectores para o desenvolvimento regional, destaque-se que a seguir à energia (98,3%) e à agricultura (96,6%) surge o ambiente (95,8%), em terceiro lugar. Os sectores que os inquiridos relevam ter menos importância para o desenvolvimento regional são o desporto (10,1%), a indústria (4,2%), e a cultura (3,4%).

No âmbito da responsabilidade de protecção dos recursos hídricos, 90,8% dos inquiridos elegem o Governo Regional como principal responsável, seguindo-se os próprios cidadãos (75,6%), e as autarquias (74,8%), e em quarto lugar as ONGA (35,3%). As entidades que menos responsabilidade devem ter em prol da protecção dos recursos hídricos são as empresas privadas (13,4%) e a comunicação social (8,4%).

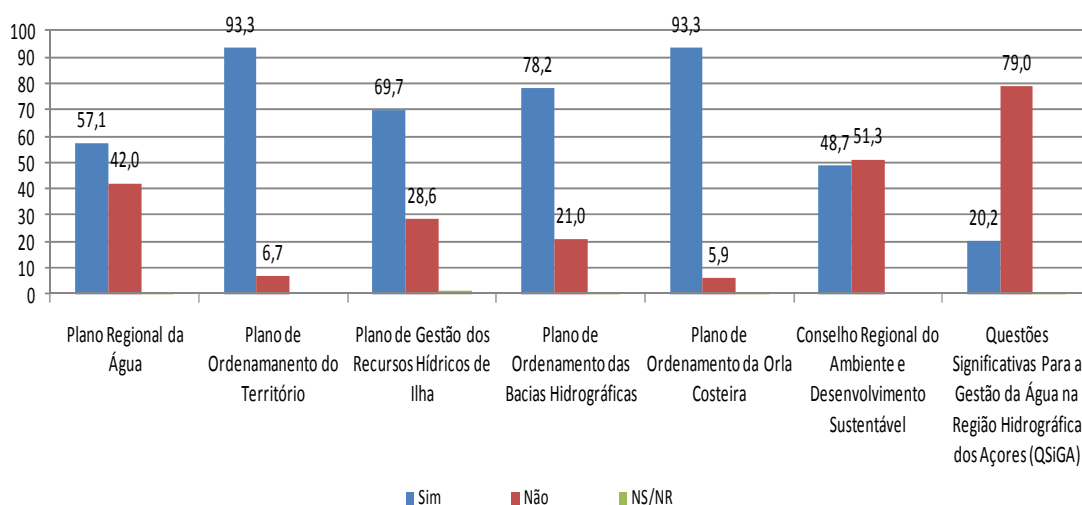
Na dimensão do conhecimento, perguntamos aos inquiridos que grau de informação detinham sobre o ambiente, sendo que 69,7% diz estar informado sobre assuntos ambientais relativos à sua ilha, 61,3% em relação à sua cidade, e 63,0% em relação à Região Autónoma dos Açores, seu concelho e sua freguesia. Ao contrário das preocupações, por área geográfica, que reflectem um nível de preocupação menor na sua freguesia, é nesta categoria que os inquiridos revelam ter menos conhecimento (14,3%), seguido de seu concelho e sua cidade (10,9%), sua ilha (7,6%) e Região

Autónoma dos Açores. Os níveis de preocupação e os níveis de informação movem-se em direcções geográficas opostas.

Também foi solicitado aos inquiridos que avaliassem a qualidade de água de consumo, por áreas geográficas regionais, partindo da Região Autónoma dos Açores para a sua freguesia. De forma geral, os inquiridos avaliam a qualidade da água de consumo como boa. No entanto, há quem considere de a qualidade de água de consumo na sua freguesia é má (11,3%), na sua cidade (9,6%), no seu concelho (7,8%), na Região (4,5%) e na sua ilha (3,5%). Foi igualmente questionado aos inquiridos sobre o valor do consumo de água nas suas casas, por dia e por litro, e mais da metade dos inquiridos (53,8%) admitiu não saber, e uma pequena percentagem (3,4%) demonstrou saber que gastava mais de 150 litros por dia. No entanto, no que toca à despesa mensal do consumo de água, os inquiridos já demonstram ter um melhor conhecimento, sendo que 26,1% afirma pagar entre 15 a 20 euros/mês, 22,7% entre 10 a 15 euros/mês, 16,0% entre 20 a 35 euros/mês e menos de 10 euros/mês, 10,9% não respondem, e 8,4% admite pagar mais de 30 euros/mês.

No âmbito do conhecimento dos trabalhos desenvolvidos e a desenvolver pela Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, os planos que os inquiridos afirmam ter mais ouvido falar são o Plano de Ordenamento do Território e de Plano de Ordenamento da Orla Costeira (93,3%), seguindo-se o Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas (78,2%), o Plano de Gestão de Recursos Hídricos de Ilha (69,7%), Plano Regional da Água (57,1%), Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (48,7%), e finalmente das Questões Significativas para a Gestão da Água na Região Hidrográfica dos Açores (20,2%). Dos trabalhos que inquiridos menos ouviram, falar dizem respeito às QSIGA, CRADS, PRA (42,0%), o Plano de Gestão de Recursos Hídricos de Ilha (28,6%), Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas (21,0%), Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas (6,7%), e Plano de Ordenamento da Orla Costeira (5,9%). (Cf. Gráfico 6).

Gráfico 8 – Já ouviu falar de ...



Pediou-se para os inquiridos identificarem a entidade governamental responsável pelos recursos hídricos na Região, e surpreendentemente, 10,1% admitiu não saber, 4,1% seleccionaram outras entidades que não a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM), e 85,7% seleccionaram tratar-se da SRAM.

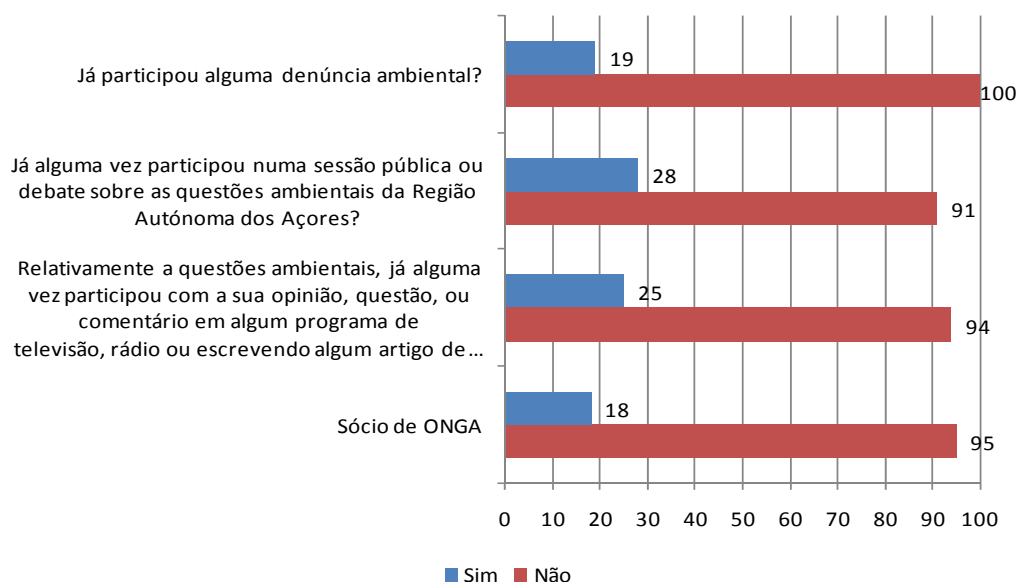
Na dimensão da participação pública, menos de metade dos inquiridos afirmam debater informalmente assuntos de natureza ambiental com frequência (44,5%), enquanto 42,0% admite fazê-lo ocasionalmente, e 13,4% raramente.

Quanto à importância que os inquiridos atribuem à participação pública dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, refira-se que 95,0% defende ser importante, 3,4% refere não ser nem muito nem pouco importante, e 1,7% considera não ser importante.

Apesar de quase metade dos inquiridos afirmar debater informalmente assuntos de carácter ambiental, os níveis de participação pública nessas matérias é muito baixo: 25 inquiridos (21%) afirma já ter participado com a sua opinião, questão ou comentário

em algum programa de televisão, rádio ou escrevendo algum artigo de opinião para um jornal ou espaço na internet, enquanto 94 respondentes (79,0%) admite nunca o ter feito.

Gráfico 9 – Acções de Participação Pública



O mesmo se passa em termos de participação em Sessão Pública ou Debate sobre questões ambientais em que 91 respondentes (76,5%) admitem nunca o ter feito, e apenas 28 inquiridos (23,5%) ter participado nesse tipo de actividades. Se em termos de participação em Sessões Públicas e Debates ou participar com a sua opinião os níveis de envolvimento na “coisa pública” são baixos, então veja-se em termos de denúncias ambientais em que 100 inquiridos (84,0%) reconhece nunca ter efectuado uma denúncia, e 19 respondentes (16,0%) afirma já o ter feito. Estes resultados não são surpreendentes tendo em conta que de acordo com Luísa Schmidt: “(...), *there are noticeable differences in Europe. In countries that have recently emerged from dictatorships, such as East European ones, people tend to be much less civically organized. However, although Portugal’s democratic revolution occurred over thirty years ago in 1974, its indicators of long-term participative behavior put it well at the bottom of the list. Portugal has association rates far below the European average, either in general or specifically in environment activism*” (2006: 155).

Dos inquiridos que já participaram uma denúncia, foi questionado sobre o tempo de resposta à mesma, e segundo as resposta dos mesmos, dos 19 inquiridos que já praticaram uma denúncia ambiental, 5 nunca obtiveram resposta, 5 não responderam, 3 obtiveram resposta na mesma semana, dois obtiveram resposta entre a primeira e a terceira semana, e 1 obteve resposta entre a terceira e a sexta semana.

Em termos de canais de comunicação, os inquiridos seleccionaram os que mais lhe pareciam apropriados para efeitos de denúncia ambiental, nomeadamente, 76,5% são defensores que as denúncias sejam feitas pessoalmente, seguindo-se as modalidades comunicativas por *email* (73,9%), por telefone (49,6%), por ofício (47,1%) e por fax (12,6%).

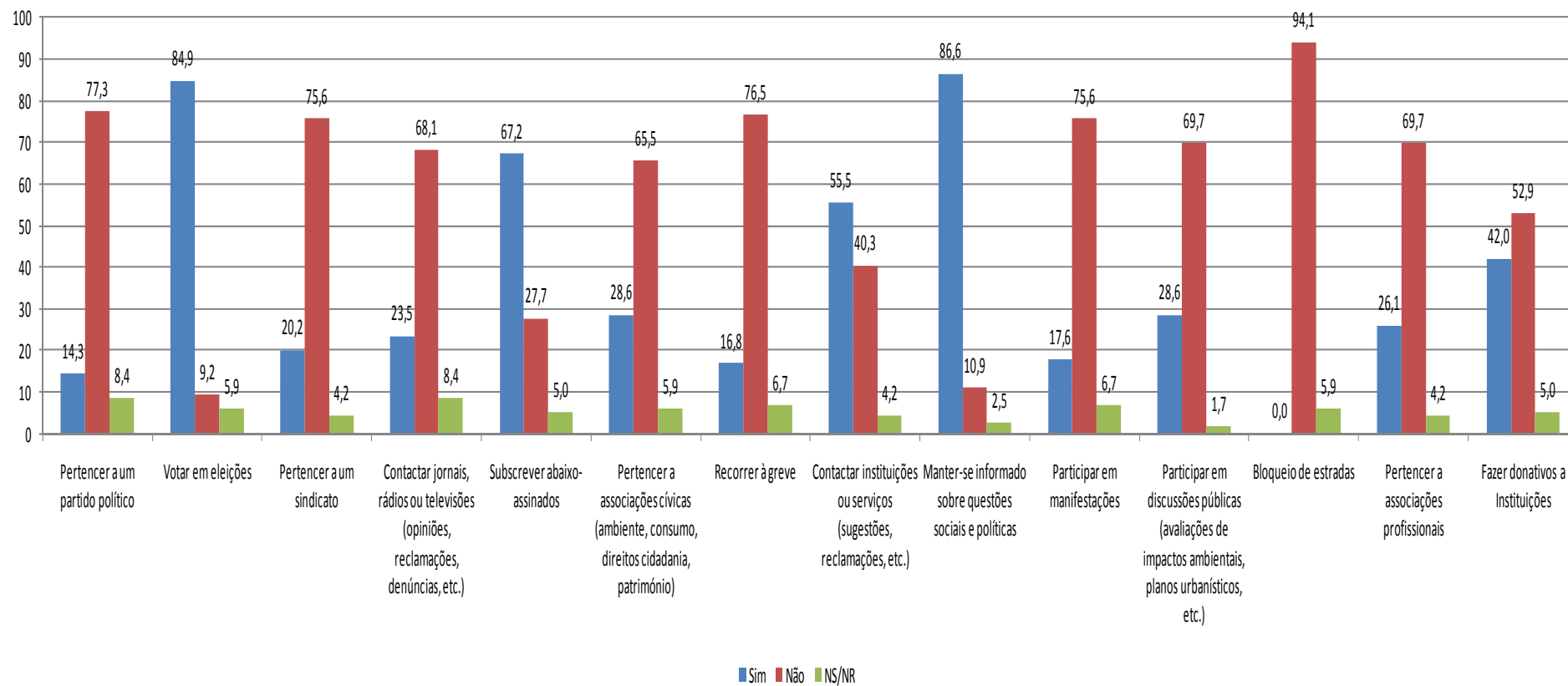
Em termos de formas de participação cívica nos últimos cinco anos, veja-se no gráfico 10 mais à frente (página 82) que o maior número de acções tomadas pelos inquiridos consiste em manter-se informado sobre questões sociais e políticas (86,6%), seguindo-se o voto em época de eleições (84,9%), subscrever a abaixo-assinados (67,2%), contactar instituições ou serviços – sugestões, reclamações (55,5%), fazer donativos a instituições (42,0%), pertencer a Associações Cívicas e participar em discussões públicas (28,6%), pertencer a associações profissionais (26,1%), contactar jornais, rádios ou televisões (23,5%), pertencer um sindicato (20,2%), participar em manifestações (17,6%), recorrer à greve (16,8%), e pertencer a um partido político (14,3%).

Quanto às percentagens de não participação destas acções, os números são mais elevados, e destaque-se: 94,1% dos inquiridos não procedeu a bloqueio de estradas, 77,3% não se filiou a qualquer partido político, 76,5% não recorreram à greve, 75,6% não aderiram a qualquer sindicato assim como não participaram em manifestações, 69,7% não participaram em discussões públicas, e 68,1% não contactaram jornais, rádios ou televisões. Tal como refere Schmidt (Tradução do autor: 2006: 156), “os indicadores de

Portugal são baixos até mesmo no curto prazo, há pouco esforço para a participação, tal como participar em manifestações, assinar uma petição ou abaixo assinados ou até mesmo boicotando um produto por razões éticas”, pelo que “estes resultados podem ter origem em diversos factores, nomeadamente, nos níveis de literacia, ou no sentimento de “distância do poder” e medo de expressar desacordo com decisões realizadas por entidades públicas e o sentimento de desconfiança perante um poder visto como autocrático (Villaverde Cabral, 2001)”.

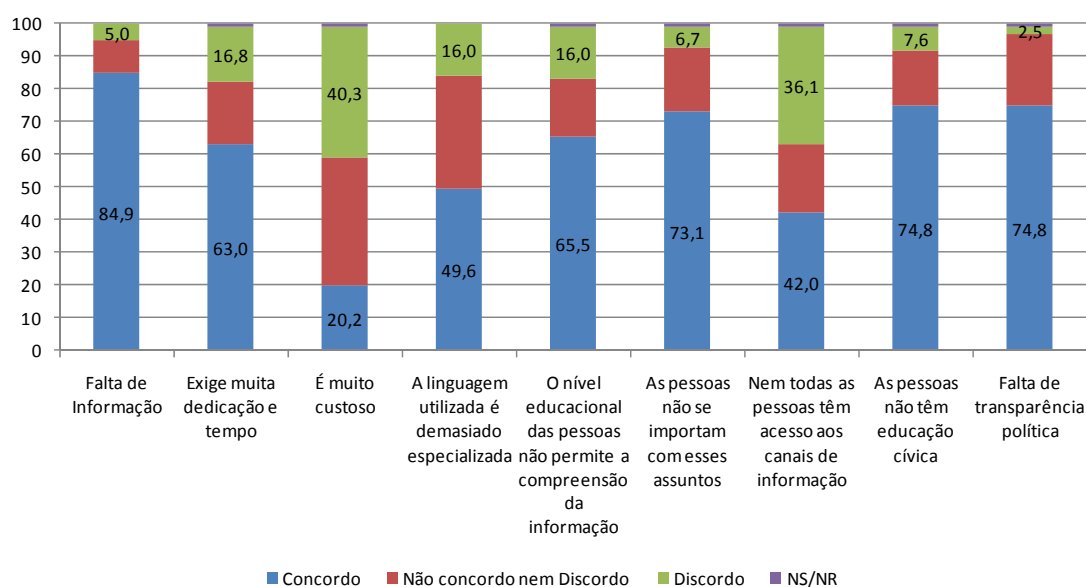
A partir dos itens gráfico seguinte, procedeu-se à construção de um índice de participação cívica, através da criação de um índice aditivo que procedeu à contagem do número de respostas “sim” (através do *count*, SPSS).

Gráfico 10 – Participação Cívica (%)



Quando questionados sobre a influência de determinadas instituições na sociedade açoriana, destaca-se o papel de relevo dado ao Governo Regional como das instituições mais influentes (95,0%), seguindo-se as autarquias (88,1%), a comunicação social (85,7%) e os grupos económicos (79,8%). No âmbito de quais as instituições que deveriam ter mais influência: Instituições para a Ciência e Tecnologia (84,0%), seguida da Universidade (81,5%), as ONGA (80,7%), as associações profissionais (66,4%), os sindicatos (63,0%), e as autarquias (58,8%). Entre as instituições que menos influência deve ter, destaca-se a igreja (27,7%), os partidos políticos (22,7%), os grupos económicos (14,3%), o governo regional (12,6%), e a comunicação social e os militares (10,1%).

Gráfico 11 – Factores que conduzem à não-participação pública



No âmbito dos factores que conduzem uma não participação pública por parte dos cidadãos, destaca-se as causas mais elegidas pelos inquiridos: a falta de informação (84,9%), a falta de transparência política e a falta de educação cívica das pessoas (74,8%), o facto das pessoas não se importarem com esses assuntos (73,1%), o nível educacional das pessoas não permitir a compreensão da informação (65,5%), e o facto de exigir muito tempo e dedicação (63,0%).

Quadro 6 – Regularidade de leitura de jornais regionais e locais (%)

	O Baluarte	Açoriano Oriental	Diário dos Açores/Correio dos Açores	Expresso das Nove Ilhas	A União	Diário Insular	Tribuna das Ilhas	Outros
Mensalmente	9,2	0,8	5,0	4,2	0,8	2,5	0,8	0,8
Semanalmente	1,7	21,0	17,6	15,1	5,9	5,9	2,5	1,7
Diariamente	0,0	38,7	23,5	0,0	6,7	13,4	0,8	3,4
Raramente	22,7	28,6	40,3	47,9	37,0	35,3	22,7	0,0
Nunca	61,3	7,6	11,8	28,6	45,4	41,2	67,2	0,0
NS/NR	5,0	3,4	1,7	4,2	4,2	1,7	5,9	0,0

Na dimensão da comunicação, explorou-se a regularidade de leitura dos jornais regionais e locais, ao que se verifica que os jornais mais lidos diariamente são o Açoriano Oriental e o Diário dos Açores/Correio dos Açores (respectivamente, 38,7% e 23,5%). Recorde-se que a maior parte dos inquiridos são residentes na ilha de São Miguel, daí que a maior parte das respostas recaia sobre jornais da ilha do Arcaño. Mas, refira-se que também há quem raramente leia os mesmos jornais (respectivamente, 28,6% e 40,3%).

Em termos de regularidade de escuta de rádio durante a semana, 31,1% dos inquiridos escuta rádio 1 hora por dia, 20,2% escuta rádio menos de uma hora por dia, 16,0% quase nunca escutam rádio, e apenas 18,5% escuta rádio mais de três horas por dia, durante a semana. Se formos analisar a escuta de rádio, ao fim-de-semana, os números decrescem, excepto a escuta de rádio entre duas e três horas por dia que se mantém.

Durante a semana é quando os inquiridos vêem mais televisão, sendo que 45,8% vê entre 2 a 3 horas por dia, 23,7% vê 1 hora por dia, 11,9% vê menos de 1 hora por dia, 2,5% vê quase nunca, e 08% admite que não sabe, mas é no fim-de-semana que 32,8% dos inquiridos assume ver televisão mais de três horas por dia, assim como 16,8% dos inquiridos afirmam não saber responder.

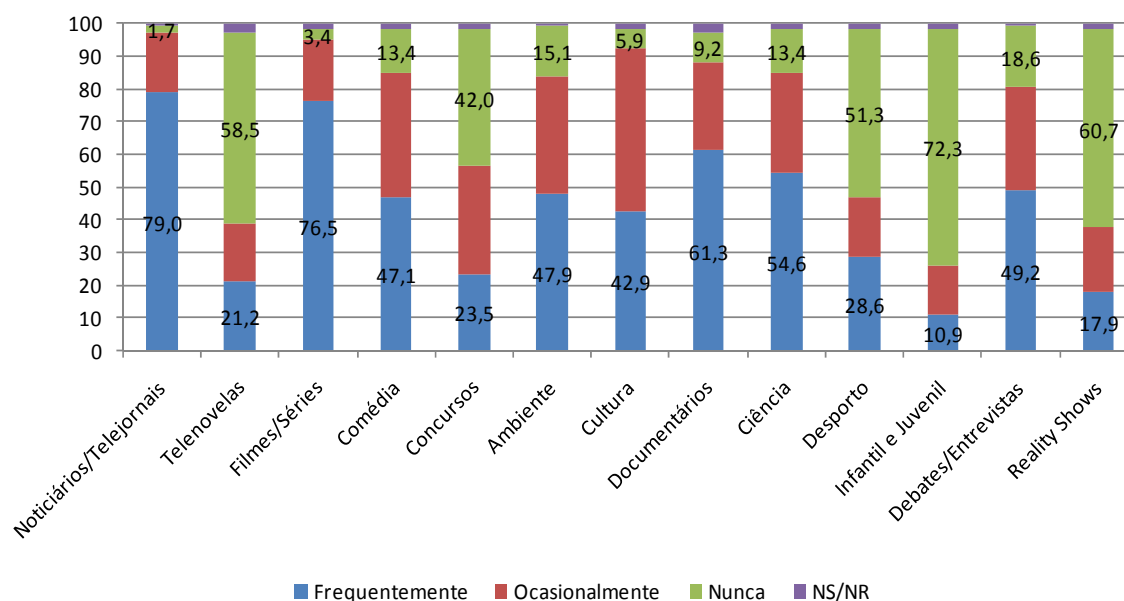
Em termos de perfis, note-se no quadro abaixo que os telespectadores mais frequentemente expostos à televisão durante a semana são os que mostraram ter adesão à concepção biocêntrica, seguindo-se os respondentes com adesão à concepção antropocêntrica e, por último os indivíduos que mostraram ter adesão à concepção tecnocêntrica.

Quadro 7 – Frequência de exposição à televisão durante a semana, por perfis ambientais

	Durante a Semana					NS/NR
	+ 3 horas por dia	Entre 2 a 3 horas por dia	1 hora por dia	- 1 hora por dia	Quase nunca	
	Mean	Mean	Mean	Mean	Mean	
Índice Antropocêntrico	23.15	18.21	24.40	19.05	16.67	.
Índice Biocêntrico	63.89	70.06	56.55	54.76	61.11	.
Índice Tecnocêntrico	13.33	10.37	17.86	28.57	20.00	.

Quanto aos canais de televisão mais vistos pelos inquiridos, saliente-se que a SIC Notícias é o canal visualizado por mais inquiridos (56,3%), seguindo-se a TVI (48,7%), RTP1 (47,1%), SIC (46,2%), e RTP Açores (41,2%). Entre os canais nunca televisionados pelos inquiridos, destaque-se a RTP África (80,7%), RTP Memória (68,1%), SIC Radical (58,8%), RTP N (38,7%), RTP 2 (32,8%), e TVI 24 (29,4%).

Gráfico 12 – Géneros de programas televisivos



Dos programas televisivos mais vistos pelos inquiridos, destaque-se os noticiários/telejornais (79,0%), seguindo-se os filmes/séries (76,5%), os documentários (61,3%), ciência (54,6%), e debates/entrevistas (49,2%). Programas de cariz ambiental não são os mais visualizados pelos inquiridos (47,9%). De entre os nunca vistos, saliente-

se os infantis e juvenis (72,3%), seguindo-se os *reality shows* (60,7%), telenovelas (58,5%), desporto (51,3%), e concursos (42,0%).

Antes de se analisar a frequência de utilização de internet, refira-se que todos os inquiridos são possuidores de computador e internet em casa – 100% (119 inquiridos têm computador e acesso à internet nas suas casas).

No âmbito da utilização da internet durante a semana, 26,1% dos inquiridos diz “surfear na *net*” entre 2 a 4 horas, por dia, seguindo-se 23,5% de utilizações entre 6 a 8 horas por dia, 15,1% admite utilizar a internet mais de 8 horas por dia, sendo que 12,6% utiliza a internet menos duas horas por dia e 0,8% não responde. No fim-de-semana, a utilização da internet é ligeiramente menor, à excepção de 21,2% que utilizam-na menos de duas horas por dia e 11,0% que não respondem.

Quadro 8 – Frequência de exposição à rádio, durante a semana, por perfil ambiental

	Durante a Semana					
	+ 3 horas por dia	Entre 2 a 3 horas por dia	1 hora por dia	- 1 hora por dia	Quase nunca	NS/NR
	Mean	Mean	Mean	Mean	Mean	Mean
Índice Antropocêntrico	15.91	11.90	26.58	18.75	21.05	27.78
Índice Biocêntrico	65.15	70.24	60.81	62.50	67.54	55.56
Índice Tecnocêntrico	16.36	18.57	12.43	18.33	10.53	20.00

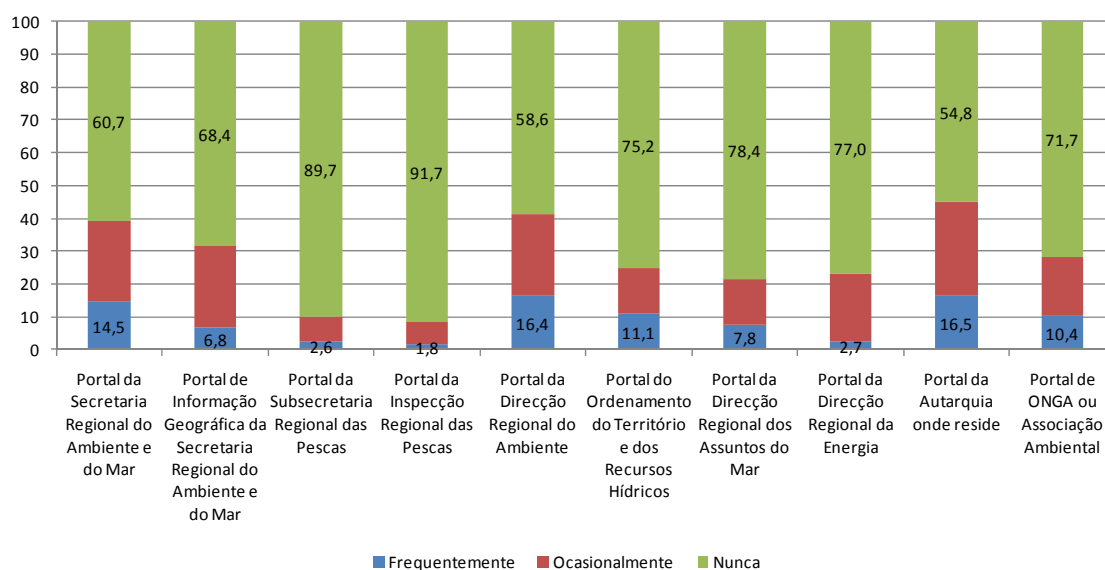
No que diz respeito à rádio, são os biocêntricos que mais frequentemente estão expostos à rádio durante a semana.

Quando questionados em relação à frequência com que obtêm informações de cariz ambiental de determinadas fontes, 77,8% dos inquiridos revela obter essas informações pela televisão, seguindo-se o jornal (69%), e a internet (63,0%). Das fontes de onde nunca obtêm informações de cariz ambiental, destaque-se os workshops/Ateliers/Acções de Formação (54,5%), reuniões (53,9%), palestras/Seminários/Conferências (32,5%), panfletos afixados em locais públicos (31,0%), publicações científicas (29,9%), Revistas (29,1%), e rádio (24,1%).

Deste modo, pretendeu-se perceber de que forma os inquiridos gostariam de ter acesso à informação ambiental, pelo que destaque-se as três formas de aceder à mais escolhidas pelos inquiridos: informação afixada em locais públicos (52,1%), consulta de sites da internet (47,9%), envio regular para casa (44,5%).

Sendo uma das formas de aceder à informação ambiental preferidas dos inquiridos, perguntamos qual a frequência de visita dos inquiridos a alguns portais da internet do Governo Regional, Autarquias e ONGA, pelo que, como se pode observar no seguinte gráfico, o portal da autarquia de residência dos inquiridos (16,5%) é a mais vista pelos inquiridos, seguindo-se o portal da Direcção Regional do Ambiente (16,4%), e o Portal da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (14, 5%). Sendo o portal da Inspeção Regional das Pescas (91,7%) que os inquiridos consideram que nunca visitaram, seguindo-se o portal da Subsecretaria Regional das Pescas (89,7%), Direcção Regional dos Assuntos do Mar (78,4%). O portal das ONGA também não são muito procurados pelos inquiridos, apenas 10,4% já o consultou, contra 71,7% que nunca acederam à sua página.

Gráfico 13 – Frequência de visita dos sites institucionais



Como já se explicou anteriormente, para se realizar algumas operações estatísticas desta investigação foram construídos índices de adesão a três concepções ambientais (antropocêntrica, biocêntrica e tecnocêntrica), índice de atitudes de preservação de água, e o índice de participação cívica. Pretende-se saber se há correlação entre o grau de adesão ao ambiente antropocêntrico/biocêntrico/tecnocêntrico e a frequência de exposição à rádio e à televisão, e a utilização da internet.

Quadro 9 – Correlação entre perfis ambientais e a frequência de exposição à rádio e televisão e utilização da internet

Correlations											
			Rádio Durante a semana	Rádio Fim-de-semana	Televisão Durante a semana	Televisão Fim-de-semana	Internet Durante a semana	Internet Fim-de-semana	Índice Antropocêntrico	Índice Biocêntrico	Índice Tecnocêntrico
Spearman's rho	Rádio Durante a semana	Correlation Coefficient	1.000	.439**	.254**	.142	.177	-.120	-.108	-.007	.104
		Sig. (2-tailed)		.000	.006	.167	.057	.231	.250	.937	.269
		N	116	84	114	96	116	102	116	116	116
	Rádio Fim-de-semana	Correlation Coefficient	.439**	1.000	.227*	.096	-.030	.080	-.157	.010	.097
		Sig. (2-tailed)	.000		.037	.383	.788	.473	.149	.930	.375
		N	84	86	85	84	85	83	86	86	86
	Televisão Durante a semana	Correlation Coefficient	.254**	.227*	1.000	.772**	.007	.115	.002	.169	-.191*
		Sig. (2-tailed)	.006	.037		.000	.939	.249	.986	.069	.039
		N	114	85	117	97	116	103	117	117	117
	Televisão Fim-de-semana	Correlation Coefficient	.142	.096	.772**	1.000	-.027	.123	-.011	.103	-.087
		Sig. (2-tailed)	.167	.383	.000		.790	.236	.917	.309	.392
		N	96	84	97	99	98	95	99	99	99
	Internet Durante a semana	Correlation Coefficient	.177	-.030	.007	-.027	1.000	.473**	.055	-.078	.052
		Sig. (2-tailed)	.057	.788	.939	.790		.000	.557	.401	.574
		N	116	85	116	98	118	104	118	118	118
	Internet Fim-de-semana	Correlation Coefficient	-.120	.080	.115	.123	.473**	1.000	-.020	.117	-.157
		Sig. (2-tailed)	.231	.473	.249	.236	.000		.836	.236	.109
		N	102	83	103	95	104	105	105	105	105
	Índice Antropocêntrico	Correlation Coefficient	-.108	-.157	.002	-.011	.055	-.020	1.000	-.585**	-.116
		Sig. (2-tailed)	.250	.149	.986	.917	.557	.836		.000	.211
		N	116	86	117	99	118	105	119	119	119
	Índice Biocêntrico	Correlation Coefficient	-.007	.010	.169	.103	-.078	.117	-.585**	1.000	-.610**
		Sig. (2-tailed)	.937	.930	.069	.309	.401	.236	.000		.000
		N	116	86	117	99	118	105	119	119	119
	Índice Tecnocêntrico	Correlation Coefficient	.104	.097	-.191*	-.087	.052	-.157	-.116	-.610**	1.000
		Sig. (2-tailed)	.269	.375	.039	.392	.574	.109	.211	.000	
		N	116	86	117	99	118	105	119	119	119

** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

* Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Deste teste de *Spearman*, a única correlação que se identifica como significativa é entre os inquiridos com adesão à concepção de ambiente tecnocêntrico e a frequência de exposição à televisão durante a semana. Trata-se de uma correlação média negativa (-0,191) com um nível de significância de 0,05 o que significa que quanto mais tecnocêntricos são os inquiridos menos frequentemente vêem televisão durante a semana.

Quadro 10 – Correlação entre concepções ambientais, práticas de poupança de água e participação cívica

Correlations							
			Índice Antropocêntrico	Índice Biocêntrico	Índice Tecnocêntrico	Índice Sintético de Poupança de Água	Índice Aditivo de Participação Cívica
Spearman's rho	Índice Antropocêntrico	Correlation Coefficient	1.000	-.585**	-.116	-.175	.168
		Sig. (2-tailed)		.000	.211	.066	.068
		N	119	119	119	111	119
	Índice Biocêntrico	Correlation Coefficient	-.585**	1.000	-.610**	.022	-.284**
		Sig. (2-tailed)	.000		.000	.820	.002
		N	119	119	119	111	119
	Índice Tecnocêntrico	Correlation Coefficient	-.116	-.610**	1.000	.133	.200*
		Sig. (2-tailed)	.211	.000		.164	.029
		N	119	119	119	111	119
	Índice Sintético de Poupança de Água	Correlation Coefficient	-.175	.022	.133	1.000	.053
		Sig. (2-tailed)	.066	.820	.164		.579
		N	111	111	111	111	111
	Índice Aditivo de Participação Cívica	Correlation Coefficient	.168	-.284**	.200*	.053	1.000
		Sig. (2-tailed)	.068	.002	.029	.579	
		N	119	119	119	111	119

** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

* Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Como se pode observar no quadro acima, onde se aplica o teste de correlação bivariada de *Spearman* entre o índice sintético de atitudes de poupança de água e os índices de adesão aos ambientes, estamos perante uma relação fortemente negativa (com um nível de significância de 0,01) entre as atitudes de poupança de água e os indivíduos biocêntricos, isto é, quanto mais biocêntricos são os inquiridos menos estes poupam água, ao contrário dos indivíduos tecnocêntricos que (ao nível de significância de 0,05) quanto mais tecnocêntricos são mais poupam água. O que nos leva a crer que para se determinar um perfil de ambiente desta natureza ter-se-á de obter muitos mais indicadores para se poder atribuir um perfil.

Aqui o que se denota é que os indivíduos que aderiram à concepção biocêntrica fizeram-na pela simples ideia do que o termo “ambiente” lhes suscita, logo pela selecção de palavras natureza, terra, animais e lagoas transmitindo-lhes apenas a ideia que o senso comum lhes ditou. Diga-se que a própria selecção dos termos no questionário para cada concepção ambiental foi feita à semelhança da metodologia aplicada pela equipa OBSERVA o que, na opinião da autora desta dissertação, poderá dizer-se ser subjectiva e muito discutível.

No âmbito da correlação entre adesão ao ambiente biocêntrico e a frequência de participação cívica, verifica-se uma correlação média negativa (-0,28) com um nível de significância de 0,01, o que é o mesmo que dizer que quanto mais biocêntricos são os inquiridos menos frequentemente participam civicamente. Inversamente acontece na correlação da frequência de participação pública com os inquiridos com adesão tecnocêntrica onde se constata uma correlação média positiva (0,20) o que significa que quanto mais tecnocêntricos são os inquiridos maior a frequência de participação cívica.

De forma a compreender a frequência de visionamento dos inquiridos de diferentes géneros televisivos com adesão às diferentes concepções de ambiente, procedeu-se à correlação destas variáveis. A partir do teste de *spearman*, pode-se afirmar que entre os indivíduos com perfil antropocêntrico e a frequência de visionamento destes géneros televisivos não existe qualquer relação significativa.

Quanto aos indivíduos com perfil biocêntrico refira-se a existência de correlação média (com um nível de significância de 0,05) com a frequência de visionamento de concursos (0,19) e *reality shows* (0,19), e correlações médias negativas com a frequência de visionamento (-0,26 e -0,20, respectivamente) no que diz respeito aos géneros televisivos de ambiente e ciência. O que significa que quanto mais biocêntricos são os inquiridos mais frequentemente visionam programas do género de concursos e *reality shows*, e quanto menos biocêntricos são mais frequentemente visionam programas sobre o ambiente e sobre ciência (Cf. Anexo 6). Neste âmbito, também existe uma

correlação média (0,19) com os canais de televisão SIC e TVI, e uma correlação média negativa (-0,20) com a RTP África. O que significa que quanto mais biocêntricos são, menos frequentemente televisionam a RTP África e, mais frequentemente televisionam a SIC e a TVI.

Quanto aos inquiridos tecnocêntricos, embora não se verifique qualquer correlação positiva, podemos constatar duas correlações médias negativas com os géneros de programas: concursos (0,21) e *reality shows* (-0,22) o que significa que quanto mais tecnocêntricos são os inquiridos menos televisionam programas do género concursos e *reality shows*.

No âmbito do teste de correlação entre frequência de exposição à televisão durante a semana e esta adesão ao ambiente, verifica-se uma correlação média negativa (-0,19), o que indica que quanto mais tecnocêntricos menos frequentemente televisionam a televisão durante a semana.

Já no que diz respeito aos testes de correlação efectuado entre a adesão antropocêntrica e a frequência de visionamento de canais de televisão, verifica-se que quanto mais antropocêntricos são os inquiridos mais frequentemente televisionam a RTP África.

No que diz respeito à correlação entre a frequência de leitura de jornais e as adesões às concepções de ambiente, não se verifica qualquer relação significativa.

Quanto à correlação entre a adesão de concepção ao ambiente e a frequência de consulta dos portais de internet da última questão do questionário, refira-se que os inquiridos com adesão à concepção antropocêntrica não têm qualquer correlação significativa com a frequência de consulta daqueles portais; quanto aos biocêntricos, verifica-se que quanto mais biocêntricos são os inquiridos, menos frequentemente consultam os portais: da SRAM (-0,289), Portal de Informação Geográfica da SRAM (-0,234), DRA (-0,275), Portal do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos (OTRH) (-0,260), DRAM (-0,239), autarquia onde reside (-0,208) e das ONGA ou Associações Ambientais (-0,254). Já os tecnocêntricos mostram ter correlações positivas

em relação à frequência de consulta dos referidos portais, nomeadamente, quanto mais tecnocêntricos são os inquiridos mais frequentemente consultam os portais da: SRAM (0,280) Subsecretaria Regional das Pescas (0,204), da DRA (0,257), do OTRH (0,303), DRAM (0,313), DRE (0,218), autarquia onde reside (0,228), ONGA ou Associação Ambiental (0,289).

4.2. Inquérito ONGA

Em termos de número de sócios, refira-se que aquando da fundação das referidas entidades, a maior parte das mesmas reuniam mais de 25 associados. Presentemente, “Os montanheiros”, “Os amigos dos Açores”, o núcleo da Quercus em São Miguel, e a OMA têm mais de 100 associados, enquanto os “Amigos da Maia” têm 100 associados, e o CNJ de Santa Maria tem menos de 25 associados.

Quanto ao valor das cotas, por ONGA ou Associação, entre os 20 e os 25 euros é quanto paga cada sócio ao Núcleo da Quercus em São Miguel, ao OMA e à Associação “Os Montanheiros”. Valores entre 10 a 15 euros pagam os sócios dos Amigos dos Açores. No CJN de Santa Maria não existem cotas. Destas ONGA e Associações quem tem o pagamento das cotas regularizadas por parte dos seus sócios é a Associação “Amigos dos Açores”, a Associação “Os Montanheiros”, e o CNE da Terceira. As restantes ONGA e, ou Associações estão com o pagamento das suas cotas por regularizar por parte dos seus associados.

Quadro 11 – Endereços dos sítios da Internet das associações

Sites ou Blogs na Internet	ONGA/Associações
http://cjnaturalistas.weebly.com/	CNJ de Santa Maria
http://www.montanheiros.com/	Os Montanehiros
http://www.acores.cne-escutismo.pt/	CNE
http://quercus-saomiguel.blogspot.com/	Quercus São Miguel
www.amigosdosacores.pt	Amigos dos Açores
www.oma.pt	OMA
www.osamigosdamaia.com	Os amigos da Maia

Quanto ao número de colaboradores em funções nas respectivas entidades, quatro das mesmas têm mais de 10 colaboradores, duas ONGA ou Associações têm dois colaboradores e outras duas entidades não têm nenhum colaborador em funções, uns remunerados outros em regime de voluntariado e outros ainda estagiários, uns a tempo inteiro, e outros a tempo parcial.

No âmbito do registo das ONGA ou Associações no registo nacional de ONGA e equiparadas ou na SRAM, A Associação “Os Montanheiros”, os “Amigos dos Açores”, e o núcleo da Quercus em São Miguel já se encontram registadas há mais de dez anos, seguindo-se depois “Os amigos da Maia” de Santa Maria, registada há 9 anos, o OMA registado há dois anos, o CNE da Terceira registado há um ano, e o CNJ de Santa Maria registado há menos de um ano.

Em termos de fontes de financiamento, os membros da direcção das referidas entidades enunciam apoios derivados das cotas dos seus associados, donativos, e apoios governamentais conseguidos através de projectos realizados com o governo regional, protocolos de cooperação institucional, e projectos próprios. Apoios estes que a maioria destas entidades tem vindo a receber há mais de 10 anos. Quando questionados sobre o valor do montante de financiamento, mais de metade dos inquiridos não respondeu, e os outros três indivíduos apresentaram valores como: “cerca de 17 mil euros no total”, “entre 30 a 100 mil euros por ano”, e tendo como referência o ano de 2010: “414.675,00 (quatrocentos e catorze mil seiscientos e setenta e cinco euros)”.

No âmbito das actividades das ONGA ou Associações, por área geográfica, a maior parte desenvolve as suas actividades com mais frequência no contexto da sua ilha, cidade e concelho.

Quanto às suas áreas de interesse, as ONGA e associações têm, muito frequentemente e frequentemente, particular interesse sobre a temática da defesa e conservação do património natural e a defesa e, ou preservação de sítios classificados, a Educação Ambiental, Defesa de espécies em vias de extinção, protecção da floresta,

Protecção dos recursos e património marinhos, e os recursos hídricos surgem muito para meio da escala dos interesses das referidas associações ou ONGA.

No quadro da avaliação do estado do ambiente no mundo, os inquiridos consideram o estado do ambiente a nível mundial o mais preocupante, e de forma gradativa, à medida que se vai afunilando a área geográfica para a volta das suas casas, os inquiridos vão reduzindo o índice de preocupação com o estado do ambiente. Ou seja, o número de inquiridos aumenta relativamente aos níveis de despreocupação quanto mais se restringe o espaço geográfico.

Quando solicitados para avaliarem os problemas ambientais na Região Autónoma dos Açores, os temas que merecem mais preocupação na perspectiva dos membros dirigentes são, em primeiro lugar, a eutrofização das lagoas, seguindo-se os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e os resíduos perigosos, e a poluição e contaminação dos solos em terceiro lugar, com a poluição da água. As temáticas menos preocupantes no cenário regional são: a poluição atmosférica e sonora, e a desertificação.

No que diz respeito ao estado dos recursos hídricos na Região Autónoma dos Açores, sete dos inquiridos considera encontrarem-se numa situação preocupante, enquanto um dos membros da direcção de ONGA ou associação considera muito preocupante. E, partimos para a análise dos problemas relacionados dos recursos hídricos, para as quais os inquiridos classificaram novamente a eutrofização das lagoas como dos problemas que suscita maior preocupação, seguindo-se o tratamento de lamas das ETAR, e a poupança da água de consumo. Entre os menos problemáticos, os inquiridos elegeram o abastecimento de água, a qualidade de água para consumo, e a qualidade das águas costeiras.

Agora entramos na avaliação da importância dada pelos inquiridos aos Planos de Ordenamento de Bacias Hidrográficas (POBH) em que os sete dos respondentes elevam os POBH das lagoas das Sete Cidades, Furnas e Fogo como as mais importantes; dos Planos de Ordenamento das Orlas Costeiras (POOC) destaque-se o da ilha de São Jorge, em primeiro lugar, seguindo-se os das ilhas de São Miguel e Terceira; assim como

a importância atribuída à existência de um portal na internet para o Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CRADS) em que quatro dos inquiridos atribui muita importância, três atribuem importância e um declara não ter nem muita nem pouca importância.

Posto isto, entramos na dimensão do conhecimento. Pretende-se saber o quão informados se consideram os membros dirigentes das ONGA ou Associações ambientais em relação ao PRA, POBH, POOC e Plano de Gestão dos Recursos Hídricos de ilha (PGRHI). Refira-se que dos quatro planos, três indivíduos consideram-se informados sobre os PRA, POBH e POOC, e um respondente de Santa Maria considera-se muito informado sobre o PGRHI onde decorreu neste âmbito o workshop “Gestão da Água em Santa Maria”, sendo que outros três consideram-se nem muito nem pouco informados, três inquiridos consideram-se pouco informados e um respondente nada informado. Os Planos que os respondentes consideram menos conhecer é sobre os PGRHI e POBH. Perguntando mais especificamente sobre o quão informados se consideram sobre os PGRHI de cada ilha (planos ainda em elaboração, excepto o da ilha de Santa Maria), mais uma vez, o inquirido de Santa Maria considera-se muito informado sobre o PGRHI daquela ilha, informados consideram-se dois indivíduos consideram-se informados sobre o PGRHI da Ilha de São Miguel, um sobre o PGRHI da ilha Terceira, Outro sobre o PGRHI das Flores, e ainda outro respondente considera-se informado sobre o PGRHI da ilha dos Pico, mas a grande maioria considera-se pouco ou nada informada sobre os PGRHI. Quanto aos POOC, o conhecimento ainda é menor, mas há três indivíduos que se consideram informados sobre o POOC da ilha de São Jorge. No que se refere aos POBH, há um inquirido que se considera muito informado sobre o POBH das Sete Cidades e outros três consideram-se informados, e em relação ao POBH das Furnas quatro respondentes consideram-se informados. No que diz respeito aos POBH das lagoas Rasa, Comprida, Funda e Branca um dos respondentes afirma-se informado, e a maioria dos restantes consideram-se pouco ou nada.

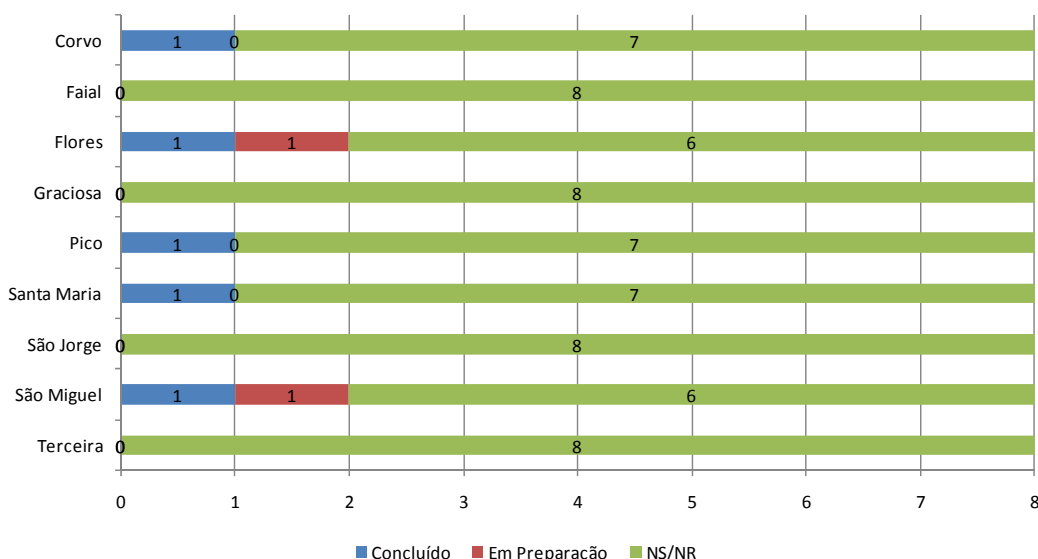
Relativamente aos conhecimentos sobre a eutrofização das Lagoas, dois dos inquiridos dizem-se muito informados, e outros dois dizem-se informados, três respondentes consideram-se ora nem muito nem pouco informados e um membro de direcção de ONGA ou Associação considera-se nada informado. A erosão das costas é uma temática que quatro dos respondentes afirmam estar informados, e um inquirido reconhece-se como muito informado, pelo que a temática da qualidade das águas costeiras assume os mesmos valores de conhecimento pelos inquiridos. Metade dos inquiridos reconhece também ter conhecimento sobre a qualidade de água de consumo.

No que diz respeito ao conhecimento de informações e actividades desenvolvidas na área ambiental, os inquiridos todos os inquiridos consideram-se informados sobre as actividades desenvolvidas por outras ONGA, seis dos mesmos consideram ter conhecimento de palestras, seminários, encontros, colóquios e debates sobre o ambiente, e o número de inquiridos vai diminuindo para cinco quando se pergunta sobre o seu nível de conhecimento sobre legislação regional, reuniões do CRADS, e apoios financeiros regionais. Decresce mais ainda o número de conhecedores sobre Planos e Projectos em fase de planeamento ou execução na Região Autónoma dos Açores onde apenas dois inquiridos admitem estar informados dos mesmos, enquanto cinco dos mesmos dizem não estar nem muito nem pouco informados e, um respondente admite não possuir qualquer conhecimento sobre estas matérias.

Quando questionados sobre o ponto de situação dos PGRHI relativamente a cada ilha dos Açores, todos os inquiridos consideram desconhecer o ponto de situação dos PGRHI das ilhas do Faial, Graciosa, São Jorge, e Terceira, enquanto um inquirido considera que os PGRHI das ilhas do Corvo, Flores, Pico, Santa Maria e São Miguel já foram concluídos. Segundo a informação disponível, no dia 15 de Abril de 2011, no portal <http://www.azores.gov.pt/Gra/sram-drotrh/menus/secundario/grh/>, apenas o PGRHI de Santa Maria já foi concluído, os restantes estão por realizar, à excepção do PGRHI de São Miguel que está em fase de preparação. Mas, refira-se que estes membros da direcção de ONGA e Associações ambientais reflectem um desconhecimento

praticamente total sobre o ponto de situação dos referidos planos que vão ser todos integrados futuramente num único plano final: o Plano de Gestão da Região Hidrográfica 9.

Gráfico 14 – Conhecimento do ponto de situação dos PGRHI



Entramos agora na dimensão da participação pública, pelo que se pretende saber qual o envolvimento dos membros da direcção destas ONGA ou Associações têm com outras entidades, qual o seu envolvimento na elaboração e monitorização dos vários planos, o nível de participação públicas nos processos de tomada de decisão e a identificação de factores que conduzem à não-participação.

Quando se pergunta sobre a frequência de debate de questões ambientais com várias entidades, o organismo que a maioria dos representantes de ONGA ou Associações discutem estas questões é com outras associações cívicas (ONGA) e com o governo regional.

Em termos de influência de entidades da sociedade açoriana, sete dos inquiridos reconhecem que o governo regional é quem tem muita influência na sociedade açoriana, seguindo-se os partidos políticos, e as autarquias. Apenas três inquiridos considera que as Associações Cívicas (ONGA) têm influência, destacando-se a comunicação social em que um inquirido refere ter muita influência e os restantes consideram ter influência, tal como a universidade e a ciência e tecnologia que assumem um papel importante na

esfera de influências da comunidade açoriana. Entre as entidades menos influentes destacam-se as forças militares.

Relativamente à influência que as referidas entidades deveriam ter na sociedade açoriana, destaque-se as Associações Cívicas (ONGA) consideradas como as entidades que deveriam ter mais influência na esfera pública açoriana, seguindo-se a Ciência e a Investigação, as Associações Profissionais e a Universidade. Na opinião dos respondentes quem não deve ter mais nem menos influência são as forças militares, seguindo-se a Igreja, e o Governo Regional; e quem deveria ter menos influência seriam os partidos políticos e os grupos económicos/empresas.

Em relação ao trabalho em parceria, seis inquiridos dizem que as ONGA que representam trabalham em parceria e os outros dois respondentes declaram não o fazer. Na lista de entidades com que as ONGA ou Associações Ambientais trabalham em pareceria destaca-se que cinco dos inquiridos apontam outras ONGA ou Associações Ambientais, cinco indicam as autarquias, três referem o governo regional, um nomeia as juntas de freguesia, as escolas, a universidade e entidades privadas.

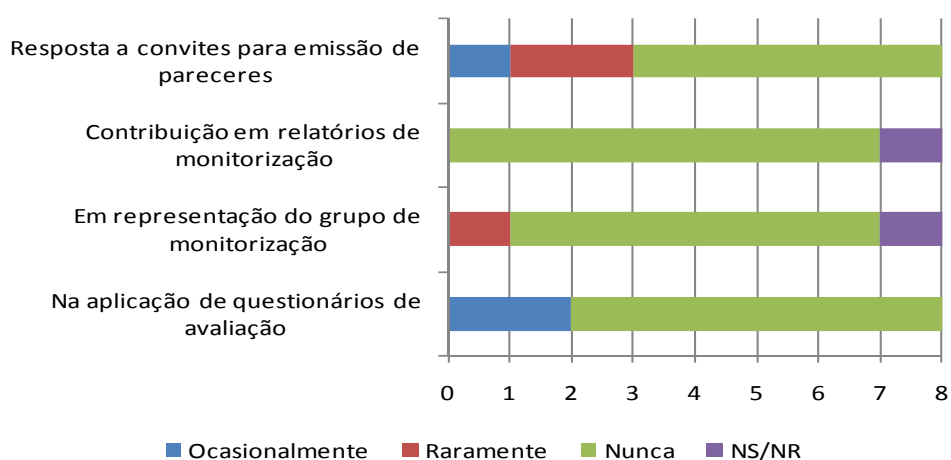
No que se refere ao envolvimento das ONGA que representam e outras no processo de elaboração e monitorização do PRA, cinco respondentes afirmam que a ONGA que representam participou no processo, nomeadamente, a Associação “Os Montanheiros”, o CNE da Terceira, os “Amigos dos Açores” e o núcleo da Quercus em São Miguel. Neste âmbito, os membros dos corpos sociais das Associações “Os Montanheiros”, “Amigos dos Açores”, e núcleo da Quercus manifestaram ter tido e ter uma participação moderada no processo de elaboração e monitorização do PRA e POBH, sendo que as restantes entidades tiveram uma participação fraca ou inexistente. No âmbito do POOC, o representante dos “Amigos dos Açores” considera que a sua associação tem tido uma participação intensa, e “Os montanheiros” uma participação moderada. Saliente-se que os POOC referentes a cada ilha dos Açores já estão em vigor, à excepção dos POOC das ilhas do Faial e do Pico que se encontram em fase de preparação, tendo já havido lugar à discussão pública do POOC do Pico. Relativamente

ao PGRHI a maioria admite que as suas organizações não têm tido qualquer participação no processo de elaboração do referido plano.

Em relação ao grau de envolvimento destas entidades na elaboração e monitorização dos POBH das Lagoas da ilha das Flores (Branca, Negra, Funda, Comprida, Rasa, Lomba e Patos) e do POBH das Lagoas de São Miguel Fogo, do Congro, de São Brás, e da Serra Devassa), os todos os inquiridos consideram que a participação das ONGA ou Associações que representam é inexistente em todos os planos, excepto um inquirido (membro da direcção demissionária do núcleo da Quercus em São Miguel) que refere que a entidade que representa teve uma participação moderada nos POBH das lagoas das Sete Cidades e das Furnas.

Todas as entidades já foram convidadas a emitir pareceres por organismos do Governo Regional, no entanto, apenas as associações “Amigos dos Açores” e “Os montanheiros” contribuem ocasionalmente na aplicação de questionários de avaliação, sendo que esta primeira associação a única a dar ocasionalmente resposta a convites para emissão de pareceres, o CNE da Terceira e o núcleo da Quercus raramente respondem a convites para emissão de pareceres, e as restantes nunca respondem (Cf. Gráfico seguinte).

Gráfico 15 – Contribuição das associações no âmbito de planos de recursos hídricos

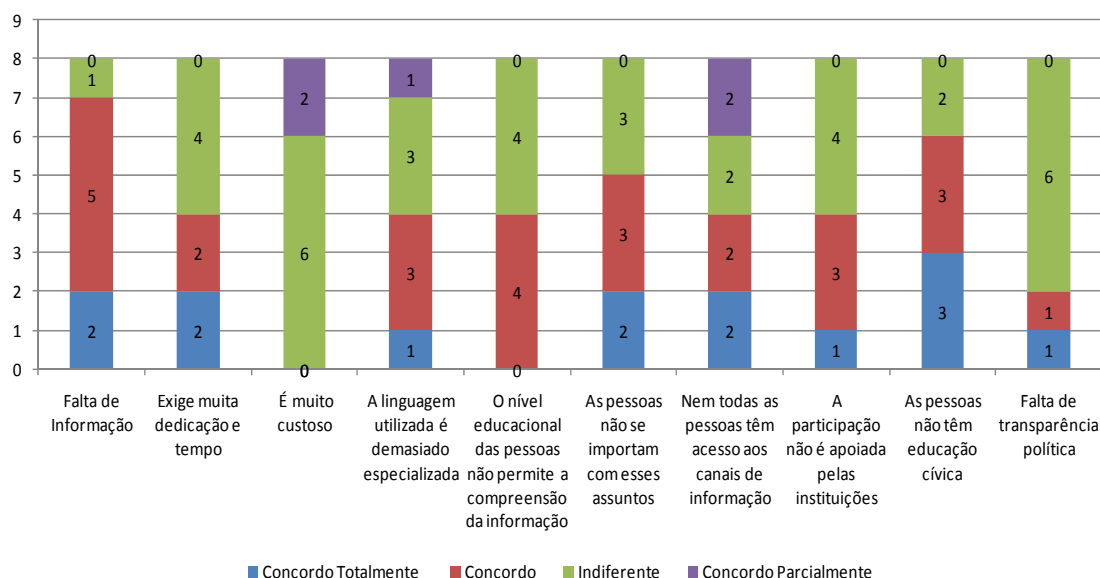


Dos oito inquiridos apenas três já participaram numa sessão pública, e das oito entidades quatro inquiridos declaram que as associações que representam têm assento no CRADS: “Os montanheiros”, “Os amigos dos Açores”, o CNE, e a OMA. E, precisamente em relação ao CRADS, perguntou-se aos inquiridos se concordavam com a periodicidade das reuniões deste concelho, ao que dois dos respondentes concordam totalmente, quatro indivíduos concordam, sendo um inquirido indiferente, e um respondente concorda parcialmente. No entanto, quando questionados sobre quantas vezes se deveria reunir o CRADS, seis dos inquiridos considera que o CRADS deve reunir mais de três vezes por ano, e apenas dois consideram que o CRADS deve manter o disposto por lei: reunir-se duas vezes por ano. Em relação à extinção do Conselho Regional da Água, apenas um inquirido mostrou-se discordante, dois dos restantes concorda com a extinção, e os outros quatro mostram-se indiferentes em relação ao mesmo.

Quando questionados sobre o grau de participação pública nas questões relacionadas com os recursos hídricos na Região Autónoma dos Açores, seis dos inquiridos considera haver uma fraca participação, um inquirido considera haver nem muita nem pouca participação, e um respondente não responde à questão. No entanto, quatro dos respondentes concordam totalmente que deve haver mais participação pública nos processos de tomada de decisão relacionados com os recursos hídricos da RAA, três inquiridos concordam, e um dos respondentes mostra-se indiferente.

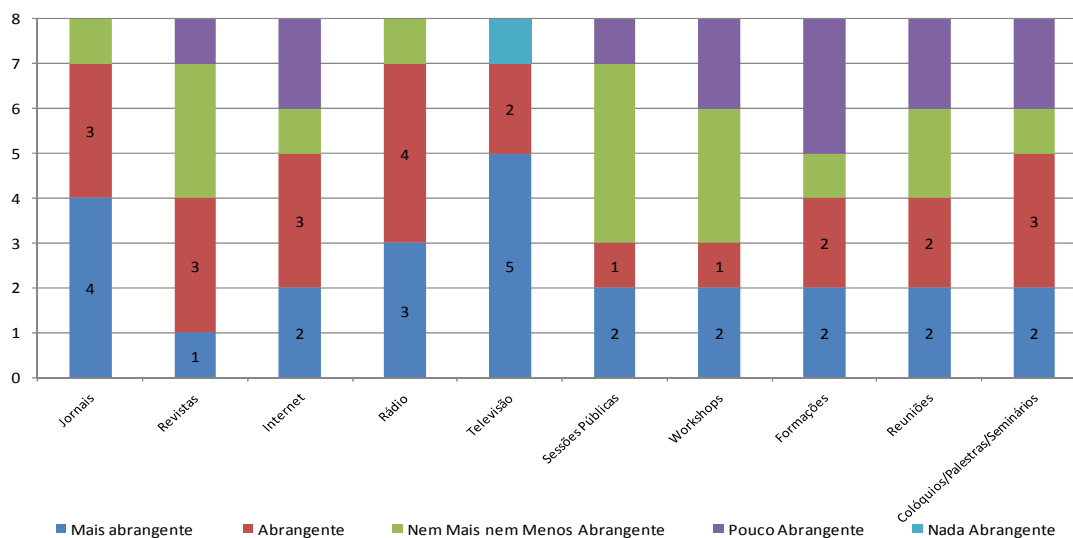
Neste âmbito, perguntou-se quais as razões que levariam à não participação pública, e como se pode verificar no gráfico seguinte: os respondentes elegem a falta de informação, em primeiro lugar, seguindo-se o facto de as pessoas não terem educação cívica, de as pessoas não se interessarem por estes assuntos, porque exige muita dedicação e tempo, porque nem todas as pessoas têm acesso aos canais de comunicação, por a linguagem ser demasiado especializada, e pelo facto da participação pública não ser apoiada pelas instituições.

Gráfico 16 – Causas para a não participação dos cidadãos



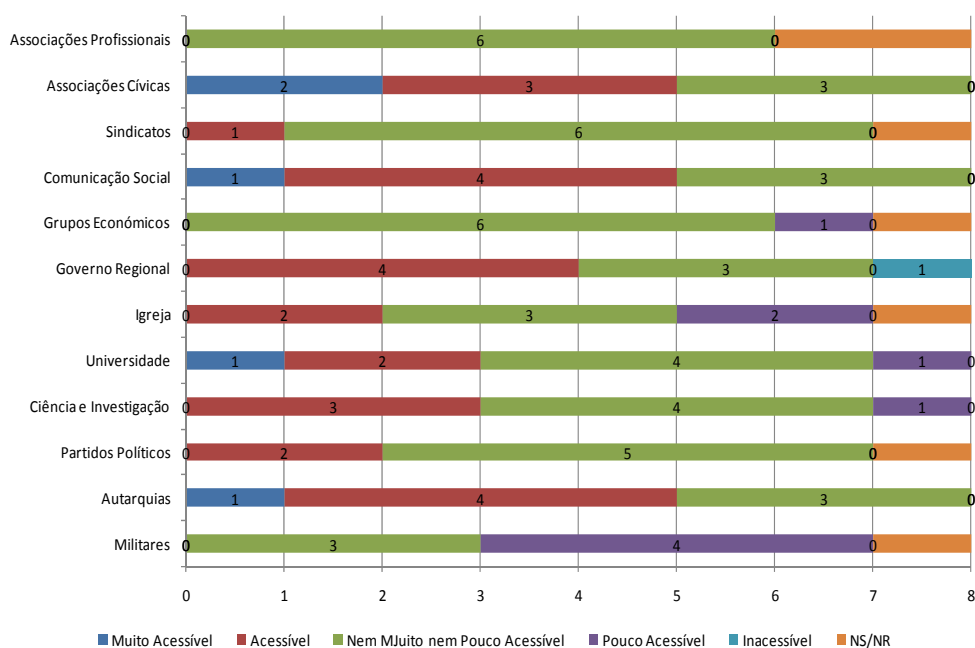
E, sendo os canais/formas de comunicação uma das razões apontadas pelos inquiridos da falta de participação pública, perguntou-se quais os canais de comunicação mais abrangentes de forma a informar, sensibilizar e convidar os cidadãos a participarem nos processos de tomada de decisão em matéria ambiental. E, em primeiro lugar, surge a televisão, seguindo-se os jornais, a rádio, internet e colóquios, palestras, seminários, como formas de comunicação mais abrangentes e abrangentes (Cf. Gráfico seguinte).

Gráfico 17 – Canais de comunicação mais abrangentes para os cidadãos



A maioria das entidades estabelecem contacto frequente o governo regional e os órgãos de comunicação social, ocasionalmente com partidos políticos e grupos económicos/empresas. Também se pediu para classificar as referidas entidades quanto à sua acessibilidade, e como se pode verificar no gráfico 18, a entidade considerada mais acessível por pouco mais da metade dos inquiridos foram as outras associações cívicas (ONGA), seguindo-se a comunicação social e as autarquias, surgindo o governo regional em quarto lugar eleito por metade dos inquiridos, sendo que a outra metade considera que a administração regional nem é muito nem pouco acessível e um inquirido considera que é mesmo inacessível.

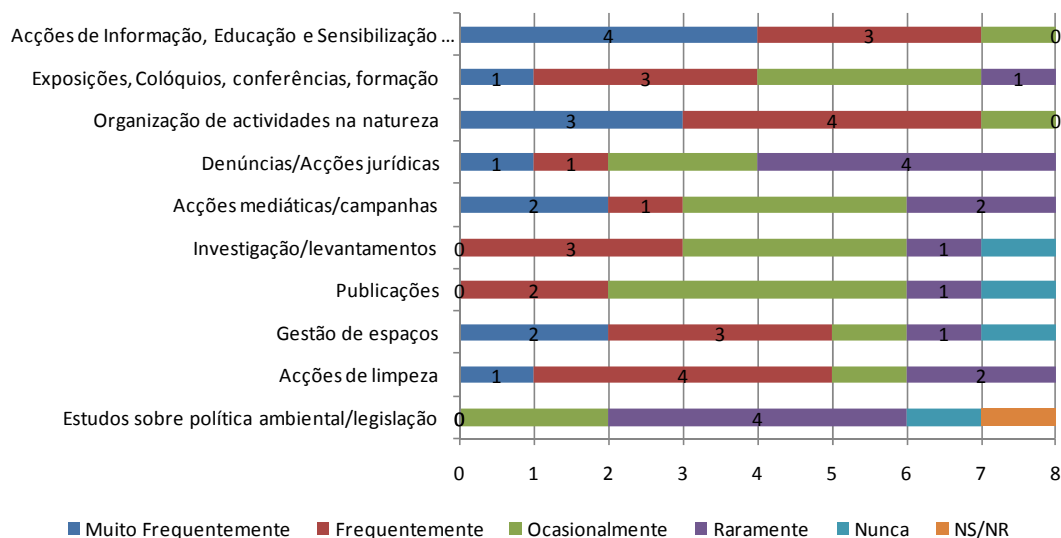
Gráfico 18 – Acessibilidade dos contactos com entidades



Quanto às actividades desenvolvidas pelas associações, sete dos inquiridos refere que as associações que representam desenvolvem muito frequentemente e frequentemente acções de informação, educação e sensibilização ambiental, seguindo-se a organização de actividades na natureza, e a gestão de espaços. Das actividades que

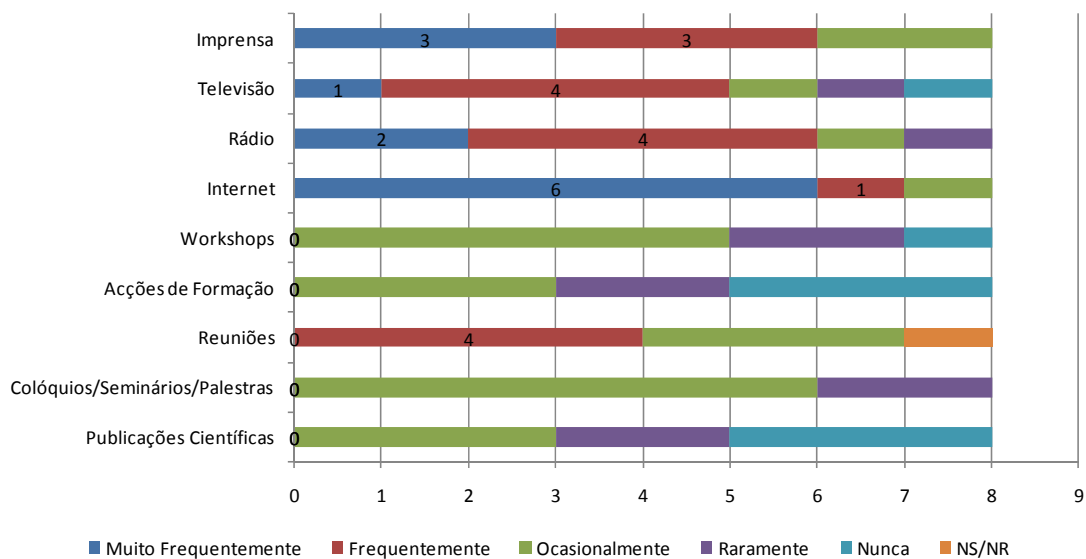
desenvolvem raramente destaque-se as denúncias/acções jurídicas, os estudos sobre política ambiental/legislação e as acções mediáticas/campanhas.

Gráfico 19 – Frequência de realização de actividades



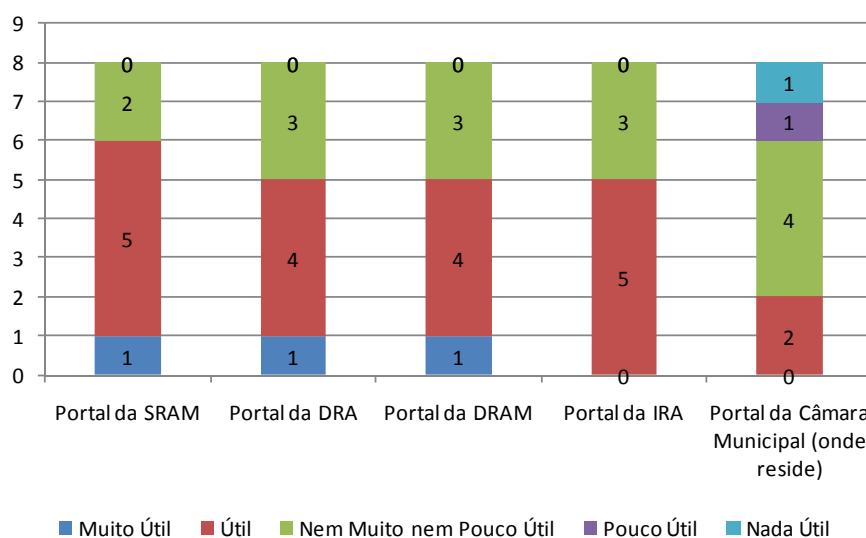
E, para divulgar estas actividades, as associações utilizam mais frequentemente a internet, seguindo-se imprensa, a rádio e, em último lugar a televisão.

Gráfico 20 – Frequência de utilização de canais de comunicação



Tendo em conta que um dos canais utilizados pelos organismos do governo regional é a internet, tanto para informar como para servir de utensílio à participação pública, perguntou-se aos membros dos corpos sociais das associações cívicas para avaliarem a utilidade dos conteúdos dos portais da internet dos organismos dependentes da SRAM e a própria SRAM. Refira-se que apenas um inquirido afirma que os conteúdos dos portais da SRAM, DRA e DRAM são muito úteis, cinco referem que os conteúdos do portal da SRAM tem utilidade, e dois consideram ser nem muito nem pouco úteis. Em relação aos conteúdos da DRA e da DRAM, quatro indivíduos consideram-nos úteis, e outros três defendem serem conteúdos nem muito nem pouco úteis. Menor utilidade têm os conteúdos dos portais das autarquias onde residem quatro dos inquiridos.

Gráfico 21 – Utilidade de portais de entidades



Em termos de qualidade das informações dos portais atrás referidos, refira-se que dois inquiridos elegem as informações contidas nos portais dos organismos do governo regional como bons, mas a maioria consideram-nos nem bons nem maus. O mesmo não se poderá dizer das informações contidas nos portais das autarquias onde residem os inquiridos pois seis deles consideram-nas nem boas nem más, e um aponta como sendo muito más.

CONCLUSÃO

No âmbito do processo de participação pública do PRA que analisamos no capítulo II, os canais de transmissão de informações, nomeadamente, a publicitação da realização do processo de consulta pública foi realizado através da afixação de editais nas autarquias, o que vai de encontro às preferências de mais da metade dos inquiridos: obter informações de cariz ambiental através de informação afixada em locais públicos (52,1%), seguindo-se a consulta de sites da internet (47,9%), envio regular para casa (44,5%). Mas estas são as preferências na obtenção de informação ambiental, ao contrário do que acontece na realidade, pois quando os inquiridos foram questionados em relação à frequência com que frequentemente obtêm informações de cariz ambiental de determinadas fontes, 77,8% dos inquiridos revela obter essas informações frequentemente pela televisão, seguindo-se o jornal (69%), e a internet (63,0%). Dados que vão de encontro às conclusões que Schmidt apresenta (2008, pp.89): “o *Eurobarómetro de 2005 (mas também o de 2000 e o de 2002) apura que a esmagadora maioria dos cidadãos dependem das notícias televisivas e, logo a seguir, das rádios e jornais, para acompanharem os assuntos científicos em geral e os ambientais em particular*”. No que se refere aos canais de comunicação que julgam mais abrangentes de forma a informar, sensibilizar e convidar os cidadãos a participarem nos processos de tomada de decisão em matéria ambiental, as preferências dos inquiridos não se alteram muito, voltando a estar posicionada, em primeiro lugar, a televisão, seguindo-se os jornais, a rádio, internet e colóquios, palestras, seminários, como formas de comunicação mais abrangentes.

Por outro lado, apesar de os documentos para consulta pública serem disponibilizados na SRAM e restantes secretarias da administração regional, nas respectivas direcções, Serviços de Ambiente, Ecotecas, municípios, juntas de freguesia, e em páginas de internet criadas especificamente para o efeito, a divulgação de que estes documentos estão disponíveis para consulta pública poderá não ter sido

suficientemente abrangente, tendo em conta que o veículo de comunicação por onde os inquiridos recebem mais informações ambientais evidenciar ser a televisão. Neste âmbito, e pelo que se pôde apurar no relatório do processo de consulta e participação pública do PRA, estas informações não foram divulgadas em forma de anúncio público apelativo na televisão. Já no âmbito das sessões de apresentação e discussão do PRA, estes anúncios seguiram um procedimento comunicacional mais abrangente, logo mais funcional, mas numa fase muito tardia do processo: o plano já está elaborado e é dado o lugar à sua apresentação e discussão, não se espera haver grandes contributos dos cidadãos, ONGA e *stakeholders*, uma situação referenciada pelos comentários de muitos dos intervenientes no processo de consulta pública atrás analisado e pelo membro da direcção demissionária do núcleo da Quercus em São Miguel, Dr. Mário Belo Maciel: “as ONGA, umas mais do que outras, estão todas numa encruzilhada de um misto de interrogação e desmotivação de como é que podem participar de forma diferente sem os modelos estafados do passado na política ambiental.” Um modelo de participação pública que, de acordo a abordagem de Cheryl King et al., é convencional porque “*the citizen is placed at the greater distance from the issue, the administrative structures and processes are the closest, and the administrator is the agent between the structures and citizens. (...) participation within this context is structured to maintain the centrality of the administrator while publically presenting the administrator as representative, consultative, or participatory*” (1998:320). O que de acordo com Schmidt, “é o que geralmente acontece. A consulta pública ocorre geralmente no final do processo, limitada a uma ou duas sessões onde os planos são apresentados como finais e onde as pessoas, apanhadas de surpresa, não têm meios para contribuir no processo (Tradução do autor: 2006: 186). Refira-se que no âmbito dos canais de informação e comunicação, o Dr. Mário Belo Maciel assinala a inexistência de circulação da informação entre as associações ambientais e o governo, a inexistência de canais de comunicação, de diálogo, transparência, e a falta de vontade política. Posto isto, denota-se que o modelo de participação pública adoptado pela administração regional poderá estar de certa forma

esgotado, havendo falhas nos canais de comunicação que a juntar à falta de divulgação dos documentos para consulta pública no principal órgão de comunicação social (e a principal fonte de informação), a televisão, crê-se que, tal como afirma Schmidt (2006, pp.182) “é necessário dar-se um salto qualitativo nos métodos de participação pública em Portugal. A falta de participação não deriva apenas da inércia da população, mas da falta de vontade das instituições oficiais para a promover. (...) Tornaram-se estruturas de topo, fechadas ao diálogo e inacessíveis aos cidadãos que representam”. (Schmidt, Nave and Guerra, 2005 citados por Schmidt, 2006: 182 – tradução do autor).

Senão veja-se quando questionamos os 119 inquiridos (inquérito geral) sobre as causas da não participação por parte dos cidadãos, a grande maioria dos respondentes destaca a falta de informação (84,9%), a falta de transparência política e a falta de educação cívica das pessoas (74,8%), o facto das pessoas não se importarem com esses assuntos (73,1%), o nível educacional das pessoas não permitir a compreensão da informação (65,5%), e o facto de exigir muito tempo e dedicação (63,0%). Esta “falta de informação” é destacada igualmente, em primeiro lugar, pelos inquiridos membros dos corpos sociais das associações, seguindo-se “as pessoas não terem educação cívica”, de “as pessoas não se interessarem por estes assuntos”, porque “exige muita dedicação e tempo”, porque “nem todas as pessoas têm acesso aos canais de comunicação”, por a linguagem ser demasiado especializada, e pelo facto da participação pública não ser apoiada pelas instituições. Estes resultados não são surpreendentes tendo em conta que de acordo com Luísa Schmidt: “(...), *there are noticeable differences in Europe. In countries that have recently emerged from dictatorships, such as East European ones, people tend to be much less civically organized. (...) However, although Portugal's democratic revolution occurred over thirty years ago in 1974, its indicators of long-term participative behavior or it well at the bottom of the list. Portugal has association rates far bellow the European average, either in general or specifically in environment activism*” (Schmidt et al, 2006: 155). Uma opinião que vai de encontro à visão partilhada pelo Professor Doutor Virgílio Cruz (Cf. Entrevista do Anexo 3). Segundo uma avaliação do

Plano Nacional da Água, Schmidt refere que mesmo utilize demasiada linguagem técnica e especializada, “(...) - *the information very often is sparse, and in general “very technical (Marques et al, 2001; Lima et al, 2001), therefore inaccessible to the general public”* (2006:180). Desta feita, há uma necessidade muito grande dos especialistas ajudarem os cidadãos a entender vários aspectos do mundo moderno e os riscos com que eles se confrontam. Esses problemas complexos devem ser relatados em palavras simples, “*sem receio de usar metáforas, narrativas e a emoção se necessário. Deverá haver um novo contrato social entre ciência e sociedade, pois a ciência deverá entrar na agora, entrar no circuito da informação e participar na produção de um robusto conhecimento social (Gibbons, 1999). A informação ambiental não pode continuar a ser deixada à responsabilidade dos media. Jornalistas e especialistas têm de trabalhar em conjunto num mundo onde o conhecimento e a comunicação são recursos estratégicos*” (Tradução do autor: Schmidt, 2006, pp.180-181).

Em termos de formas de participação cívica nos últimos cinco anos, o maior número de acções tomadas pelos inquiridos consiste em manter-se informado sobre questões sociais e políticas (86,6%), seguindo-se o voto em época de eleições (84,9%), subscrever a abaixo-assinados (67,2%), contactar instituições ou serviços – sugestões, reclamações (55,5%), fazer donativos a instituições (42,0%), pertencer a Associações Cívicas e participar em discussões públicas (28,6%), pertencer a associações profissionais (26,1%), contactar jornais, rádios ou televisões (23,5%), pertencer um sindicato (20,2%), participar em manifestações (17,6%), recorrer à greve (16,8%), e pertencer a um partido político (14,3%).

Quanto às percentagens de não participação destas acções, os números são mais elevados, e destaque-se: 94,1% dos inquiridos não procedeu a bloqueio de estradas, 77,3% não se filiou a qualquer partido político, 76,5% não recorreram à greve, 75,6% não aderiram a qualquer sindicato assim como não participaram em manifestações, 69,7% não participaram em discussões públicas, e 68,1% não contactaram jornais, rádios ou televisões. Tal como refere Schmidt (2006: 156), os indicadores de Portugal são baixos

até mesmo no curto prazo, há pouco esforço para a participação, tal como participar em manifestações, assinar uma petição ou abaixo assinados ou até mesmo boicotando um produto por razões éticas (tradução do autor). Tal como refere Luísa Schmidt (2006, pp.156), *“estes resultados podem ter origem em diversos factores, nomeadamente, nos níveis de literacia, ou no sentimento de “distância do poder” e medo de expressar desacordo com decisões realizadas por entidades públicas e o sentimento de desconfiança perante um poder visto como autocrático (Villaverde Cabral, 2001)”* (Tradução do autor: Schmidt, 2006:156).

Em relação à influência da frequência da exposição à televisão nas percepções e práticas de poupança de água e participação pública dos inquiridos, conclui-se que não há uma influência directamente significativa deste órgão de comunicação social nas percepções ambientais e comportamentos dos inquiridos. Refira-se que quanto mais tecnocêntricos são os inquiridos, menos frequentemente vêem televisão durante a semana; e menos televisionam programas do género concursos e *reality shows*. Uma conclusão que poderá eventualmente ir de encontro à abordagem defendida por Fernandes (2001) quando diz que embora os jornais e a televisão sejam mais frequentemente empregues como fonte de informação ambiental, nem sempre são os mais fiáveis: *“indivíduos com maior grau de escolaridade usam menos televisão como fonte de informações ambientais do que indivíduos com menos grau de escolaridade, e tendem a rejeitar a televisão como uma fonte confiável de informação científica sobre meio ambiente, preferindo a media impressa, sendo as revistas especializadas mais confiáveis do que os jornais”*.

No entanto, são os tecnocêntricos que mais frequentemente consultam os portais da: SRAM (0,280) Subsecretaria Regional das Pescas (0,204), da DRA (0,257), do OTRH (0,303), DRAM (0,313), DRE (0,218), autarquia onde reside (0,228), ONGA ou Associação Ambiental (0,289), poupam água e participam civicamente mais frequentemente. O que é compreensível tendo em conta que *“a internet tem um papel crescente no acesso à informação, mas a filtragem necessária apenas pode ser realizada*

por indivíduos com “know-how”. É requerido ter-se um novo tipo de literacia para utilizar este instrumento”. (tradução do autor: Schmidt, 2006: 181)

Quanto aos biocêntricos, estes quanto mais biocêntricos (na sua maioria licenciados) mais frequentemente estão expostos à televisão durante a semana, mais frequentemente televisionam programas do género de concursos e *reality shows* ao contrário dos programas de ambiente e sobre ciência que menos frequentemente televisionam, sendo a SIC e a TVI os canais que mais frequentemente televisionam. Também são os que quanto mais biocêntricos menos frequentemente poupam água, menos frequentemente participam civicamente, e que menos frequentemente consultam os portais. Senão vejamos os valores das correlações entre “os perfis ambientais” e a frequência de exposição aos seguintes portais da internet: da SRAM (-0,289), Portal de Informação Geográfica da SRAM (-0,234), DRA (-0,275), Portal do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos (OTRH) (-0,260), DRAM (-0,239), autarquia onde reside (-0,208) e das ONGA ou Associações Ambientais (-0,254). Estes resultados não são surpreendentes à luz da teoria de Cultivation in Reverse de Shanahan, isto é, a forte exposição mediática dos inquiridos com “perfil biocêntrico”, a menor disposição para as práticas de poupança de água e para a participação pública, pode estar associada ao facto dos *media* não apresentarem persistentemente imagens ambientais ou por dirigirem a atenção dos telespectadores para outras imagens, outras histórias não ambientais, ou ignorando ou descrevendo passivamente o ambiente natural, marginalizando assim a sua importância. Teóricos da “Cultivation” (Shanahan e McComas, 1999) também consideram isto um fenómeno de aniquilação simbólica – os *media* apagam a importância do tema por darem, indirectamente ou passivamente, importância e ênfase ao tema sobre o ambiente (Tradução do autor – Cox, 2006: 190).

Pelo facto dos inquiridos mais expostos aos meios de comunicação não serem os que apresentam ter uma maior frequência de práticas de poupança de água nem de participação cívica (como se pode verificar no caso da exposição à televisão), e tal como os resultados alcançados pelo estudo do OBSERVA, “isto não significa que as emissões

dos meios de comunicação social não influenciem as representações e valores ambientais” (Schmidt, 1999), mas significa que as atitudes de poupança de água não estão relacionadas de modo correspondente ao grau de exposição aos meios de comunicação social, e que essas práticas são sobretudo influenciadas por outros factores sociais e culturais.

RECOMENDAÇÕES

Para haver uma maior participação pública têm de existir canais de informação que abranjam todos os indivíduos da sociedade para que ninguém fique excluído desta exposição informativa, devendo haver a divulgação dos mesmos para que os cidadãos tenham conhecimento da sua existência assim acedê-los. É com esta oportunidade de aceder a uma informação de linguagem compreensível e simples que os cidadãos poderão sentir-se integrados e motivados a participar na “coisa pública”. Neste sentido, crê-se que terá de haver um maior esforço da administração regional que, embora já tenha vindo a desenvolver um bom trabalho, deve continuar a desenvolvê-lo, pois tal como acontece nacional e internacionalmente, as administrações têm um longo caminho a percorrer em prol de uma participação pública autêntica. Mas, para tal Cheryl King (1998) sugere que a administração deve reflectir sobre o modelo de informação e participação pública adoptado, e *“os próprios administradores deverão sentir-se como cidadãos em representação da maioria e trabalhar em prol do bem comum”*.

Acredita-se que, entre outras medidas necessárias, se houvesse mais publicitação televisiva da informação, dos respectivos canais de informação e participação pública, se fossem criados *sketches* de boas práticas de poupança de água, de selecção de resíduos, de utilização de fertilizantes, de boas práticas cívicas, entre outros, que os cidadãos sentir-se-iam mais sensíveis e consciencializados para estas questões. Com estas estratégias mediáticas criar-se-iam alertas de situações reais, de forma simples e esclarecedora sobre os riscos que poderão advir da falta dessas boas práticas, tal como sobre os reflexos positivos que daí virão, não só em prol do bem individual, mas do bem comum, da projecção exterior das nossas ilhas como um modelo de referência a seguir.

D. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Citações

- ✚ Almeida, João Ferreira de (2004), *Os Portugueses e o Ambiente - II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o ambiente*
- ✚ Brito, António G. et al. Costa, (s.d.). *Acesso à Informação e Participação Pública - Planeamento de Recursos Hídricos e Desenvolvimento Sustentável nos Açores*. Braga: Universidade do Minho.
- ✚ Cox, R. (2006). *Environmental Communication and the Public Sphere*. North Carolina: University of North Carolina at Chapel Hill, Sage Publications.
- ✚ da Silva e Gabriel, Rosalina (2007), *As Atitudes face ao Ambiente em Regiões Periféricas*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e pelo Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional
- ✚ Fernandes, Francisco (2001), *O papel da Mídia na defesa do meio ambiente*, Departamento de Comunicação Social, Universidade de Taubaté
- ✚ Hansen, Anders (1991), *The media and the social construction of the environment*, Media, Culture & Society, Centre for Mass Communication Research, University of Leicester

- ✚ King, Cheryl, et al (1998), *The question of Participation: Toward Authentic Public Participation in Public Administration*, Public Administration Review, Volume 58, N.º 4
- ✚ De Lima, Maria Luísa Pedroso e Pato, João (2006), *A participação pública no domínio da água*, *Questões sociais*, 1º Relatório de suporte aos trabalhos do Workshop, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
- ✚ McCombs, Maxwell E. and Shaw, Donald L. (s/d), *The Agenda-Setting function of Mass Media, a study partially supported by the National Association of Broadcasters*; UNC Institute for Research in Social Science and the School of Journalism Foundation of North Carolina
- ✚ McQuail, D. (2003), *Teoria da Comunicação de Massas*, Tradução de Carlos de Jesus; rev. de Cristina Ponte, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- ✚ Malcata, F. Xavier (2009), *Água: um desafio sem espaço nem tempo*, Lisboa: Universidade Católica
- ✚ Mansano, Cleres et al (2005), *A escola e o bairro: percepção ambiental e representação da paisagem por alunos de uma 7ª série do ensino fundamental*
- ✚ Moles, Abraham (1982) *Les labyrinthes du vécu. L'espace, matière d'actions* Paris, Librairie des Méridiens (Collection Sociologies au quotidien)
- ✚ Noronha, Inês de Oliveira (2005), *Percepção e Comportamento Sócio-ambiental: a problemática dos resíduos sólidos urbanos*, Minas Gerais

- ✚ Planeamento dos Recursos Hídricos – Informação e Participação Pública,
Secretaria Regional do Ambiente e do Mar

- ✚ Plano Regional da Água (2001) - Relatório Técnico, Versão para consulta pública,
Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos/Secretaria
Regional do Ambiente e Instituto da Água/Ministério do Ambiente e do Ordenamento
do Território

- ✚ Plano Regional da Água (2002) - Relatório do processo de consulta e participação
Públicas, Secretaria Regional do Ambiente e do Mar

- ✚ Relatório de Acompanhamento do Plano Regional da Água (2007), Secretaria
Regional do Ambiente e do Mar, Edição de Bolso

- ✚ Reis, Elisabeth et al (1997), *Estatística Aplicada*, Volume 2, Edições Sílabo, 3.^a Edição
Revista, Lisboa

- ✚ RMV & Associados – Sociedade de Advogados (2008), *Água*, Porto Editora, Porto

- ✚ Schmidt, L. e Ferreira, José (2003), *O ambiente na agenda mediática em 2003*, Actas
dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia, Sociedades Contemporâneas:
Reflexividade e Acção, Atelier: Ambiente;

- ✚ Schmidt, L. (2008), *Comunicar a Ciência: o papel dos media e os problemas científico-ambientais* (“*Communicating Science: the role of the media and environmental problems*”) in *Ciência e Cidadania – Homenagem a Bento de Jesus Caraça*, org.

- ✚ Schmidt, L. (2006), *Civic Action and Media in the Water Issues Making the Passage through the 21st century, Water as a Catalyst for Change*, Luso-american Foundation

Consulta

- ✚ Berlo, David, K (1999). *O processo da comunicação: introdução à teoria e à prática*, tradução de Jorge Arnaldo Fontes; rev. Irami B. Silva, 9.^a edição, São Paulo: Livraria Martins Fontes
- ✚ Murteira, Bento et al (2010), *Introdução à Estatística*, Escolar Editora, Lisboa
- ✚ Pestana, M., Gageiro, João (2005), *Análise de Dados para Ciências Sociais, A complementaridade do SPSS*, 4.^a Edição Revista e aumentada, Lisboa: Edições Sílabo
- ✚ Reis, Elisabeth, *Estatística Descritiva* (1994), Edições Sílabo, 2.^a Edição, Lisboa, 1994
- ✚ Reis, Elisabeth et al, *Estatística Aplicada* (1999), Volume 1, 3.^a Edição Revista, Lisboa: Edições Sílabo
- ✚ Siegel, Sudney (1956), *Estatística não-paramétrica* (para as ciências do comportamento), McGraw-Hill do Brasil, Lta.

Documentos analisados

- ✚ Planeamento dos Recursos Hídricos (s/d), *Workshop “Gestão das águas de Santa Maria”– Informação e Participação Pública*, Secretaria Regional do Ambiente e do Mar

- ✚ Plano Regional da Água (2001) - *Relatório Técnico, Versão para consulta pública*,
Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos/Secretaria
Regional do Ambiente e Instituto da Água/Ministério do Ambiente e do Ordenamento
do Território

- ✚ Plano Regional da Água (2002) - *Relatório do processo de consulta e participação*
Públicas, Secretaria Regional do Ambiente e do Mar

- ✚ Relatório de Acompanhamento do Plano Regional da Água (2007), Secretaria
Regional do Ambiente e do Mar, Edição de Bolso

Anexo 1



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE
DIRECÇÃO REGIONAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DOS RECURSOS HÍDRICOS

EDITAL

O *Plano Regional da Água* visa contribuir para assegurar a protecção e valorização dos recursos hídricos na Região Autónoma dos Açores e, para esse efeito, procurando optimizar o planeamento e a gestão da água, assume-se como um instrumento de natureza estratégica e operacional integrando, portanto, as correspondentes orientações para a actuação dos diversos intervenientes e agentes nesse domínio a nível da Região Autónoma dos Açores.

Neste sentido, no cumprimento da Resolução do Governo Regional dos Açores nº 2/2002, de 10 de Janeiro, do Conselho do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores, informa-se que o projecto de *Plano Regional da Água*, cuja responsabilidade de execução foi partilhada pela Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos / Secretaria Regional do Ambiente e pelo Instituto da Água / Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, se encontra disponível para consulta pública, em todas as Câmaras Municipais da Região Autónoma dos Açores e nos Serviços de Ambiente das respectivas ilhas, bem como na Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos e no Instituto da Água, incluindo na Internet (<http://www.sra.raa.pt/pr>), até ao dia 28 de Fevereiro de 2002.

A programação das sessões de apresentação pública do *Plano Regional da Água* é a seguinte:

- Ilha do Faial – 4 de Fevereiro de 2002, às 17.30h Sociedade "Amor da Pátria", Horta;
- Ilha de Santa Maria – 7 de Fevereiro de 2002, às 17.30h na Câmara Municipal de Vila do Porto;
- Ilha Graciosa – 14 de Fevereiro de 2002, às 17.30h no Centro Cultural de Santa Cruz da Graciosa;
- Ilha do Pico – 18 de Fevereiro de 2002, às 17.30h no Auditório da Escola Secundária da Madalena;
- Ilha de São Jorge – 19 de Fevereiro de 2002, às 18.00h no Auditório Municipal de Velas;
- Ilha Terceira – 20 de Fevereiro de 2002, às 17.30h no Palácio dos Capitães Gerais, Angra do Heroísmo;
- Ilha das Flores – 21 de Fevereiro de 2002, às 14.00h no Auditório Municipal de Lajes das Flores;
- Ilha do Corvo – 26 de Fevereiro de 2002, às 10.00h no Salão Nobre Municipal do Corvo;
- Ilha de São Miguel – 28 de Fevereiro de 2002, às 17.30h no Centro Cultural e Municipal de Ponta Delgada

Todos os comentários deverão ser dirigidos, por qualquer meio e sob a forma escrita, à Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos, sita na Avenida Antero de Quental, nº 9-C, 2º Piso, 9500-160 Ponta Delgada, ou através do endereço de correio electrónico - pra@sra.raa.pt.

Pel' Director Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

António Guerreiro de Brito

Anexo 2

Entrevista com o Director Regional do Ambiente, Dr. João Bettencourt

HB: Será que me podia explicar a que se deveu a extinção da DROTRH e a passagem de todos esses encargos para uma única entidade?

JB: Ou seja, a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, tentou de certa forma reorganizar toda a estrutura orgânica da secretaria. Havia aqui uma falha, entre aspas, porque não havia um organismo que se dedicasse exclusivamente ao meio marinho, para além das pescas que tem uma vertente mais económica, mas a vertente científica do meio marinho, havia uma lacuna. Foi assim que foi criada a Direcção Regional dos Assuntos do Mar em que o Dr. Frederico Cardigos, antigo Director Regional do Ambiente, ocupa agora esta pasta e que se poderá dedicar agora, então de forma mais eficaz e abrangente... dedicar-se, como estava a dizer, a esta questão dos recursos marinhos. Toda a preocupação, toda a problemática, toda a diversidade biológica que estes recursos representam para a nossa Região.

No que diz respeito à Direcção Regional do Ambiente, viu, agora alargada o seu âmbito de competências em que absorve agora duas direcções de serviço que pertenciam à ex-DROTRH, que são a Direcção de Serviços de Recursos Hídricos e a Direcção de Serviços do Ordenamento do Território. Porquê? Porque estas duas... num contexto nacional, estas duas direcções de serviços, essas áreas do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos estão enquadradas em todas as temáticas ambientais. Por isso, faz sentido que a Direcção Regional do Ambiente absorver no seu âmbito de competências essas áreas. E, ficou assim definida a estrutura orgânica, mantendo-se a Direcção Regional da Energia, também, e uma Subsecretaria das Pescas, o subsecretário das Pescas. Por isso, neste momento, a estrutura orgânica da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar é constituída desta forma: tem o subsecretário das Pescas, a económica da actividade, e três direcções regionais: a Direcção Regional dos Assuntos do Mar, a Direcção Regional do Ambiente e a Direcção Regional da Energia. Para além da Inspeção Regional do Ambiente e no âmbito do Subsecretário Regional das Pescas também tem sob a sua tutela a Inspeção Regional das Pescas e neste momento é a forma como está estruturada a Secretaria do Ambiente e do Mar, tendo também presente, também, em todas as ilhas, desde o Corvo até Santa Maria, os Serviços de Ilha como elementos, em todas elas, elementos com conhecimentos bastante profundos da realidade local e, neste aspecto desempenham um trabalho

excepcional no que diz respeito a todas estas questões, todos estes domínios de intervenção da Secretaria.

HB: Se lhe perguntar qual é o modelo de governação que agora está em vigor no domínio da Informação e Participação Pública, como é que caracteriza esse modelo de governação?

JB: O modelo de governação centraliza-se muito no aspecto da participação cívica que na política, nas várias políticas implementadas pela Secretaria Regional, aquilo que se pretende é que exista um envolvimento directo da população. Para isso, todas as iniciativas que são levadas a cabo são devidamente divulgadas e, de certa forma, também, são recolhidas as opiniões quer de entidades oficiais, nomeadamente, da universidade dos Açores que é um parceiro fundamental em todas as iniciativas levadas a cabo pelo ambiente, quer as ONGA e a população em geral com vários contactos mais directos nas várias ilhas e esses contactos são efectuados ou pelos nossos Serviços de Ilha ou então através de estruturas que existam nessas ilhas ligadas ao ambiente... refiro-me, neste caso particular, às Ecotecas que têm servido ao longo destes anos como veículos de informação e de divulgação das várias áreas de competência do ambiente. Não só, também, mas não só, ao nível de escalões etários mais baixos, as Ecotecas têm muito mais essa incidência nas Escolas, nos escalões etários mais baixos mas, também, e ultimamente, também muito vocacionados para acções e seminários dedicados também à população activa, os adultos.

HB: Pelo que pude perceber, já fizeram uma segmentação dos públicos. Portanto, falou das ONGA, falou também do público mais especializado no âmbito da Universidade e do Público em Geral, existe algum outro tipo de público? Ou seja, existem outros stakeholders? É assim que se costuma denominar as partes interessadas.

JB: Pois, isso depende muito da área de intervenção do ambiente...

HB: ... na área dos Recursos Hídricos...

JB: Pois, no que diz respeito aos Recursos Hídricos, nós temos, por um lado, a Universidade dos Açores e os vários organismos que estão associados à Universidade dos Açores, o SIVISA o Centro Vulcanológico, tudo o que tem a ver com questões de fenómenos da natureza e os vários observatórios que existem na Região, são tudo parceiros, podemos considerar tudo parceiros da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar. Porque todos os diplomas que são criados e todas as acções que são desenvolvidas em cada uma das ilhas, nós temos que ter esse apoio e essa colaboração dos técnicos especialistas das mesmas áreas. Temos obviamente também as autarquias,

falo desde a Junta de Freguesia que é quem está mais próximo dos locais até Às Câmaras Municipais, também são nossos parceiros e, eventualmente em algumas situações colaboradores nas obras que às vezes têm de ser realizadas ou então na sensibilização e na chamada de atenção para problemas que existam no âmbito dessa área dos Recursos Hídricos. E, temos obviamente, e em primeiro plano, as populações e são elas que sentem as adversidades da natureza, em primeiro lugar, e temos que nós temos que ter uma especial atenção em garantir o seu bem-estar e a preservação da sua qualidade de vida. Relativamente às populações, é a nossa maior preocupação é o que está no âmbito das nossas prioridades em responder de forma eficaz aos problemas que surgem. Temos na Região, algumas situações que carecem de maior intervenção, de maior atenção e é isso que nós, constantemente, estamos a fazer. E, no âmbito da Direcção de Serviços dos Recursos Hídricos, possui um leque de técnicos especializados nesta área e que um pouco por toda a Região, com o apoio dos tais parceiros que referi, são elaborados estudos e são lançados concursos para desenvolver determinadas obras que são necessárias neste âmbito.

HB: Se lhe perguntar qual é a importância ou o peso da Informação e Participação Pública tem nas Políticas Públicas...?

JB: A nível percentual?

HB: Já fizeram alguma avaliação?

JB: Neste caso específico, fazer uma avaliação do peso, não... agora

HB: Mas, há alguma avaliação sobre a percentagem de Informação e de Participação do Público nos Processos de Tomada de Decisão?

JB: Nós, ao nível... isto agora... falando agora um pouco no aspecto geral da organização da administração pública existem mecanismos que devem ser implementados. Mecanismos esses que tem que ver com inquéritos que deverão ser, pelo menos, anualmente, feitos à população ou aos chamados clientes dos vários serviços da administração pública. E, isso é feito, anualmente, é feito um inquérito, mas de satisfação das pessoas que se dirigem aos Serviços Públicos, também porque os Serviços Públicos são avaliados com essa nova metodologia de avaliação que existe, para além de serem avaliados os vários funcionários da administração pública, os Serviços, como um todo, também são avaliados. E, essa avaliação quem a faz, para além de outros serviços que recorram a um determinado serviço, também essa avaliação é feita sobretudo pela população: se o serviço está a funcionar de forma eficaz ou não. Relativamente ao aspecto específico da Informação a disponibilizar, não temos um (como

é que eu hei-de dizer) um registo da percentagem de Informação que é disponibilizada à população, porque nós temos, como lhe disse, temos a Informação a ser disponibilizada pela Internet e os acessos são aos milhares mensais. Mensalmente, conseguimos ver, temos no computador, e são vários milhares de cidadãos que recorrem a essa nossa informação. E, basicamente é isto que nós temos contabilizado.

HB: Nesse âmbito, como que é que processam, como é que fazem a accountability de toda esta avaliação? A quem é que prestam contas?

JB: Por um lado, prestamos contas internamente. Ou seja, qualquer funcionário é avaliado pelo seu dirigente directo e qualquer dirigente é avaliado pelos seus próprios funcionários também. Os funcionários também têm metodologias de avaliação dos seus dirigentes. Ao primeiro nível, é feita uma avaliação interna, e depois isto funciona de forma hierarquia e em última instância está a Presidência do Governo que vai avaliar e vai receber toda essa informação da avaliação que é feita a toda a estrutura da administração pública, aos vários organismos da administração pública e depois todos estes dados são facultados, as pessoas têm acesso a toda a essa informação e essas pessoas também avaliam. Há uma avaliação que é feita sempre de 4 em 4 anos, ou seja, qualquer executivo vai a sufrágio e a população aí, quando exerce o seu direito de voto, está de certa forma a avaliar a prestação de determinado executivo. Se a prestação for negativa, há a transição para outro governo, outro partido e depois, durante o acto de gestão desse governo, há sempre formas da população avaliar a execução das várias políticas.

HB: Em termos de ... quando falo de prestar contas, falo nomeadamente, ao processo de informação e participação pública. Tendo em conta que deverá ser feita uma recolha através dos inquéritos, por exemplo, que são feitos anualmente, ... a quem é que prestam contas, nomeadamente ao que se refere à Informação e Participação Pública, da avaliação que procederam?

JB: A quem prestam contas, nós dirigentes? A quem prestamos contas? Aos nossos superiores, não é? Por exemplo, em determinada ilha poderá haver alguma reclamação e que se não for dada resposta a essa reclamação obviamente que depois vão-me perguntar por que é que essa resposta não foi dada num determinado período de tempo que é exigido. Essa informação é sempre... quando entra no sistema uma qualquer reclamação passa sempre pelo gabinete do Sr. Secretário e pelo Secretariado do Secretário Regional e depois é que acciona isso para as Direcções Regionais para darem a resposta efectiva. Qualquer resposta que é dada, tem que ser dado o conhecimento ao gabinete do Sr. Secretário para confirmar que essa resposta foi dada. E, essa avaliação é

feita desta forma e muito com base na opinião das pessoas e nas reclamações que possam surgir. E, é fácil detectar em determinadas ilhas, principalmente nas ilhas mais pequenas, consegue-se sentir o pulso do descontentamento da população. Nas ilhas maiores é mais complicado, por isso é que temos de descentralizar um pouco as nossas competências e sentir, através de reuniões com as Juntas de Freguesia, por exemplo, é uma forma mais próxima de se tentar saber se há contentamento ou descontentamento.

HB: A próxima pergunta que lhe ía colocar tem que haver precisamente com isso. Como é que são ouvidos os stakeholders?

JB: Há várias formas. Ou contactam-nos por via formal: por ofício e obtém a respectiva resposta também por ofício, ou contacto presencial, por exemplo, ainda hoje à tarde, por volta das às 14 horas vou cá receber um presidente de uma Junta de Freguesia aqui de São Miguel. E, no que diz respeito ao Director Regional e ao Secretário Regional, aos Directores Regionais e Secretário Regional, são sempre receptivos a agendar reuniões e a falarem presencialmente com todas essas entidades. Esta é uma forma. E, também temos outra forma de contacto que é através de candidaturas de apoios, que neste caso específico das Juntas de Freguesia, existem candidaturas que ocorrem anualmente em que as Juntas de Freguesia concorrem para, de certa forma, colaborarem com a Secretaria na execução de determinadas tarefas que supostamente estariam na alçada da Secretaria. Uma vez que o espaço físico de intervenção é muito vasto e nalgumas ilhas, e na maioria das ilhas não temos técnicos suficientes para dar conta de todas essas necessidades, temos que muita vez, recorrer a essas entidades, às Juntas de Freguesia que possuem conhecimentos do meio e têm alguns recursos humanos, nomeadamente, que nos permitem estabelecer essas parcerias, esses acordos de colaboração e que anualmente executam uma série de trabalhos bastante importantes para nós.

HB: Fora estes meios de comunicação que têm, em termos de planeamento de Recursos Hídricos, existem vários projectos que estão em agenda e em apreciação pública, como é que os stakeholders podem participar publicamente nesse processo? Ou seja, como podem participar nos Processos de Tomada de Decisão?

JB: Nós temos vários sistemas. Por um lado, o início do procedimento resulta sempre de uma necessidade de um determinado local. Essa necessidade chega-nos ou através do cidadão comum ou através de quem os representa, neste caso, as autarquias. E, normalmente, na fase inicial de qualquer procedimento são feitos vários trabalhos, nomeadamente, visitas ao local, reuniões de trabalho e aí já há uma maior participação das várias pessoas interessadas que o problema seja resolvido. Depois vem a parte

técnica, a componente técnica especificamente da Secretaria em que o assunto transita para uma esfera dos seus técnicos que fazem uma análise mais pormenorizada e mais técnica com estudos científicos que sejam necessários, muitas vezes temos que recorrer a terceiros, nomeadamente à Universidade dos Açores ou ao Laboratório Regional de Engenharia Civil, quando são casos mais técnicos e mais complexos e daí resulta a fase de projecto. O projecto executado, normalmente, e dependendo das circunstâncias é colocado para análise pública. É feita uma apresentação, às vezes, nas várias autarquias do concelho a que se destina essa execução desse projecto e aí é dada... é transmitida a informação e é dada a possibilidade das pessoas tomarem conhecimento daquele projecto executado e apresentarem sugestões de melhoria de alteração, etc. Por isso, através desta...

HB: São organizados também Workshops... Sessões Públicas?

JB: Sim, também. E, muitas vezes até é algo de realçar as Sessões Públicas Institucionais quando são promovidas por nós, e depois há as outras sessões que isso é também algo de realçar e de destacar e julgo que é bastante positivo que é as próprias autarquias ou grupo de cidadãos que decidem juntar-se e falar sobre determinado projecto. São eles próprios a organizar uma Sessão Pública em que convidam, por exemplo, um representante da Secretaria a estar presente e falam dos projectos da Secretaria, são as chamadas, nalgumas ilhas, e existem ainda as... agora falta-me o termo, ... utiliza-se muito na Terceira, as "Tertúlias", no Faial também agora ultimamente têm feito muito isso, em que abordam um determinado tema e é aberto à população em geral e as pessoas opinam e trocam impressões.

HB: Nunca foi feito um levantamento da participação pública? Uma avaliação?

JB: A avaliação é feita no local. Como é que lhe hei-de explicar, ... Nós temos noção de que em cada evento que organizamos do número de pessoas que estão presentes, e do universo da população daquele local, temos, mais ou menos, uma noção do nível percentual. Infelizmente, nunca é um número muito elevado nestas apresentações públicas.

HB: Por que é que acha que os número de participação nunca é muito elevado? A que é que se deve?

JB: Eu podia dizer que é da falta de interesse das pessoas, talvez. Ou muitas vezes...

HB: Não podia ser também o reverso: a falta de motivação?

JB: Eu quando digo falta de interesse está associado à falta de motivação. Eu não digo que é falta de interesse por não se tratar de um assunto de importante para o seu dia-a-dia para o seu futuro..., mas se calhar associado a isso também está um bocadinho a falta de motivação...

HB: O papel das entidades governativas não passará também pela injeção dessa motivação?

JB: Isso é uma realidade e muitas vezes... e, nós podemos fazer uma sessão pública e se virmos que a sala está vazia é sinal que algo falhou. E, se calhar o principal culpado é quem está a organizar. Porquê? Porque se calhar não facultou a informação de forma atempada, se calhar não tentou envolver a população na tomada de decisão, na elaboração dos projectos. Por isso, isso deve ser uma preocupação que qualquer político deve ter sempre presente. Pelo menos, no meu entender, e o que o Secretário Álamo Menezes neste momento está a fazer ao nível da Secretaria do Ambiente e do Mar é exactamente, pela sua forma de ser, por ser muito próximo das pessoas, das populações e julgo que ele, com essa forma de ser político, faz com que as pessoas se interessem mais. Aquela ideia de que as pessoas são adversas à política...

HB: Numa democracia mais representativa?

JB: Sim, sim, sim. Representativa e participativa e aquilo que faz faz-se para bem das pessoas e para o interesse das pessoas daí que é importante que elas estejam presentes nessas apresentações públicas e nos momentos em que devem e podem colaborar e dar a sua opinião.

HB: Que outras barreiras é que considera que possam que possam dificultar a...

JB: Políticas, às vezes.

HB: Diga?

JB: Políticas. Barreiras que passam mesmo, que passam também, às vezes e infelizmente, pela política em si. Quando digo política, digo a política partidária, pelos partidos políticos e pelo facto de, em determinado local (que não faz sentido, mas a política é assim e às vezes acontecem infelizmente estas situações) não digo boicotar, mas uma vez que é de outra cor política e o governo é de outra cor política, quando as cores políticas não são as mesmas, não são coincidentes, muitas vezes, não há tanto interesse em participar. O que é de lamentar porque o governo governa para todos, para todos os açorianos quer sejam de uma cor quer sejam de outra. Por isso, há que haver essa percepção e participarem em todos os actos públicos que existam porque é para o

bem de todos e se eu quero que a minha freguesia, o meu local, a minha rua que esteja com aquele problema resolvido eu quero participar e devo participar. Independentemente se o decisor for de outra orientação contrária à minha, eu vou, e vou se calhar, sobretudo nessas alturas, porque quero reivindicar e perceber o que é que vai ser feito.

HB: Vamos supor... a linguagem, por exemplo, empregue nessas comunicações de proximidade... ou mesmo ao nível da informação disponibilizada, acha que pode constituir uma barreira na percepção dessa informação?

JB: Sim, eventualmente. Mas, por isso é que há a preocupação de ter, pelo menos, dois tipos de intervenientes ou oradores nessas sessões, que é o técnico que faz a apresentação técnica do projecto com uma linguagem técnica e com todas as componentes associadas ao projecto e depois deverá haver outro orador que é o político, o funcionário normal que faz, que transmite essa informação mas com outro tipo de linguagem à população...

HB: ... mais acessível?

JB: É. E que faz, de certa forma, o papel de tradutor não digo, mas de moderador dessas reuniões de trabalho em que qualquer pessoa pode fazer uma pergunta que não percebeu aquela componente técnica e essa pessoa faz exactamente essa explicação e pede ao técnico para fazer outro tipo de explicação mais pormenorizada.

HB: Mais uma vez lhe pergunto se foi feita alguma avaliação foi feita, por exemplo ao nível da percepção que o público envolvido, por exemplo, no âmbito de uma sessão pública, se já foi feita alguma avaliação de que informações é que foram captadas e absorvidas pelo público presente?

JB: Ah..., como é que eu lhe hei-de dizer... essa avaliação é feita da seguinte forma... não sei se enquadra naquilo que está a dizer..., mas nessas sessões públicas que são obrigatórias há a necessidade de fazer um documento, de se elaborar um documento escrito dessas sessões públicas e onde são registadas as várias participações, as várias questões que são colocadas. Nessas sessões públicas, e no período (há sempre um período, quando um projecto é elaborado... Por exemplo, no caso dos Planos do Ordenamento do Território, há sempre um período público de participação da população e há sempre a obrigatoriedade, nesse período, de qualquer reclamação, qualquer dúvida suscitada por escrito pelo cidadão, ser dado resposta. E, isso está tudo contabilizado. Cada plano tem esse período e tem as respectivas actas e ou relatórios que são elaborados e tem o número de pessoas que participaram nessas sessões, as questões que foram colocadas nas sessões públicas, as reclamações ou todas as reivindicações

que surgiram por escrito e as respostas que foram dadas, associa-se também sempre todos os registos de notícias que tenham saído nos Órgãos de Comunicação Social, isso também fica tudo lá arquivado. Por isso, essa noção, essa percepção da avaliação que é feita, essa avaliação nós temos essa possibilidade de a fazer e conseguimos contabilizar e perceber se houve muita adesão por parte da população ou não. Por exemplo, o último que foi apresentado foi o Plano de Ordenamento da Orla Costeira do Pico, nos três concelhos, e nós conseguimos medir o número de pessoas e o número de participações nos três concelhos. Houve um que sobressaiu relativamente aos outros dois que... foi-me transmitido isso, que a sala estava cheia, foram colocadas várias questões, foram feitos vários debates em torno daquele assunto e, portanto...

HB: Tem a Direcção Regional do Ambiente ou a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar direito para restringir o acesso público à informação, por exemplo, no caso de vulnerabilidades?

JB: Não. A informação não pode ser restringida a ninguém. A informação é pública e terá de ser fornecida, independentemente das situações. Só se for alguma informação que seja confidencial, mas que por lei seja protegida a informação e que não seja para divulgar. Mas, tudo o que são assuntos, matérias de âmbito das competências da Secretaria qualquer pessoa pode aceder a essa informação.

HB: No seu ponto de vista, o que é que deve ser feito para captar mais a atenção das pessoas?

JB: Parte prende-se muito com a questão da informação. Da informação e da forma como a informação é transmitida. Julgo que resulta nas ilhas, nas várias ilhas resulta bem todas essas infra-estruturas que existem: os centros de interpretação ambiental e as ecotecas. Ecotecas estas que a filosofia de actuação delas terá que ser repensada pelo menos nos moldes em que anteriormente em que estavam só vocacionadas quase única e exclusivamente para as escolas, trabalhar muito com as escolas. Isso é fundamental para as gerações futuras. Agora, nós assistimos a questões que têm que ser resolvidas hoje, já e isso compete aos elementos activos da sociedade, aos adultos da sociedade e interiorizarem essas temáticas e colocarem em prática as mesmas. Por isso, as ecotecas, no meu entender, devem também ter uma vocação e ter uma especial atenção a uma outra faixa etária. E é isso que nós estamos a começar a alargar a sua lei de competências.

HB: Há algum projecto em mente?

JB: Eu tenho... por exemplo, ao nível de resíduos, está-se a desenvolver neste momento um projecto que posso dizer gigantesco ao nível da Região Autónoma dos Açores. Estão a ser construídos centros de processamento de resíduos em várias ilhas, vai cobrir o arquipélago praticamente todo. Quando falo em praticamente todo, estou aqui a excluir a Terceira e São Miguel porque a lógica de gestão vai ser diferente das outras ilhas. E, esses centros de processamento de resíduos pressupõem que exista aqui uma sintonia entre o nosso investimento e o trabalho que depois, posteriormente, terá de ser praticado pelas autarquias e fundamentalmente pela população em geral que tem que ver com a separação dos resíduos. Esses centros de processamento vão permitir que tudo o que são resíduos de carácter orgânico possam, através de um método de compostagem, ser processados nessas ilhas e em todas as ilhas., E, depois tudo o que são os outros resíduos é feita a respectiva triagem nesses centros de processamento, é feito o armazenamento em contentores e depois exportado para São Miguel ou Terceira que são as ilhas onde vão ter uns locais já de valorização de parte desses resíduos. Os outros serão exportados para o continente.

HB: E, depois que é que irão fazer com esses resíduos?

JB: Ao nível de valorização poderá ser uma valorização energética. Poderá ser através dessa forma de valorizá-los e transformar... ou seja, o resíduo deixa de ser considerado resíduo e passa a ser considerado um bem, um bem com valor, com valor eventualmente comercial, que terá. Por isso, é que nesse processo todo vão estar envolvidos também operadores privados que vão querer com certeza explorar esta... esta actividade de processamento e de valorização dos resíduos. Por isso, o que eu estava aqui a dizer é que tem que haver aqui uma grande partilha de conhecimentos, uma grande interacção entre o trabalho que nós estamos a fazer e as autarquias e a população em geral. Os cidadãos têm que ter consciência que terão de fazer essa separação dos resíduos para as autarquias quando fizerem a recolha já terem...

HB: Mas, vão trabalhar nesse sentido? Vão organizar algum plano de consciencialização ou de sensibilização?

JB: Sim. Estamos a elaborar nesse momento e, já começa no final deste mês... começa no final deste mês não, ... neste momento, estamos a 29 de Novembro (2010), temos uma técnica, a directora de serviços de resíduos que neste momento está na ilha das Flores, deve ir hoje ou foi ontem para as Flores, para reunir com as autarquias sessões públicas em cada município, nas Lajes das Flores e em Santa Cruz das Flores, para dar um fazer um pouco de sensibilização e de informação e de explicação sobre esta temática dos resíduos e forma correcta de gestão dos mesmos.

HB: E, agora fugindo um pouco para as ONGA. Qual é a sua avaliação do papel das mesmas?

JB: As Organizações Não-Governamentais têm tido, sobretudo, um papel bastante positivo. São parceiras da Secretaria. São parceiras mesmo no pleno conceito da palavra parceiro e que desenvolvem actividades de sensibilização, sobretudo, mas também trabalho prático: colaboram com a Secretaria nomeadamente num projecto..., posso-lhe dar este exemplo que é um projecto que se chama Percefas que tem a ver com um projecto de erradicação de espécies invasoras que existem um pouco por todo o nosso arquipélago e com algumas ONGA já tivemos essa colaboração no sentido prático de no terreno colaborarem com os nossos funcionários no arranque e no tipo de tratamento que é feito para erradicação dessas espécies. Nós temos protocolos que são celebrados com algumas dessas ONGA precisamente para isso... de certa forma, põem em prática determinadas orientações que nós temos, determinadas políticas que nós implementamos e eles em colaboração com a Secretaria colocam em prática essas acções. Ou acções de sensibilização, por um lado, ou em acções práticas de trabalho concreto em determinadas zonas, também fazem isso.

HB: E, em relação ao papel dos media? Qual é a sua leitura em relação à cobertura de assuntos relacionados com o ambiente, nomeadamente no que se refere aos Recursos Hídricos?

JB: Têm feito o seu papel, o papel de informar a população e reportar situações que ocorram, de chamar a atenção para problemas que existem em determinadas zonas. Infelizmente, nem sempre as coisas correm como nós consideramos que deveriam correr. Muitas vezes, ... mas estou a falar em casos específicos, não estou a generalizar, estou a falar em casos específicos, muitas vezes surgem algumas notícias que carecem a devida explicação por parte do Governo. Ou seja, surgem, às vezes, algumas notícias sobre um determinado problema e que, às vezes, são situações com algum grau de complexidade elevado, mas que os serviços próprios não foram ouvidos, nem tentaram saber se... o que é que existe, que projecto existe para determinada situação e surge a notícia que, de certa forma, poderá até causar algum mal-estar e alguma sensação de instabilidade, de medo e de receio às populações. Nesse sentido, é aquilo que eu vejo, mas como disse não estou a generalizar, estou a falar de casos muito específicos. Porque de uma forma geral, o papel da comunicação social tem desempenhado é bastante positivo.

Eu tenho sentido, na minha curta passagem ainda por esta casa, mas algumas iniciativas que a Direcção Regional do Ambiente tem desenvolvido tem tido a cobertura necessária

e tem sido dado destaque com a importância que os assuntos têm e a comunicação social tem tido esse papel de perceber e de se tentar envolver nos assuntos e por outro lado, aquilo que é a responsabilidade deles que é transmitir essas mesmas áreas, esses mesmos assuntos à população.

HB: Quais são os maiores desafios que a Direcção Regional do Ambiente enfrenta no âmbito dos Recursos Hídricos?

JB: Nós temos um projecto gigantesco que está a ser implementado neste momento que tem a ver com o Reordenamento das Lagoas, estou a falar no caso específico daqui da ilha de São Miguel, Pico e Flores. Isso é um projecto bastante complexo, face à complexidade dos problemas que existem nalgumas dessas lagoas, no caso específico de São Miguel, e que surgiu agora há pouco tempo, na semana passada, surgiu o primeiro relatório de avaliação que foi feito da aplicação dos Planos de Reordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Furnas e das Sete Cidades em que saiu já o primeiro relatório de avaliação e em que os resultados são aqueles que esperávamos relativamente à Lagoa das Furnas e à Lagoa das Sete Cidades. Esse é o grande desafio que nós temos pela frente no âmbito dos Recursos Hídricos. E, o outro tem a ver com a questão de segurança. Como sabe, as nossas ilhas são muito fustigadas por calamidades, por fenómenos que a natureza, quase anualmente, nos tem pregado determinadas partidas e a nossa grande meta é garantir sobretudo o bem-estar dessas populações. E, para isso são necessárias, em alguns casos, obras muito complexas, muito avultadas a nível financeiro e é um grande peso no orçamento regional esse tipo de intervenções nas nossas orlas costeiras, nas nossas ribeiras, nos nossos serrados que nós temos aí pelas várias ilhas, são obras que são sempre muito caras e muito complexas.

HB: E têm feito alguns trabalhos de sensibilização para a prevenção neste âmbito?

JB: Sim. Isso também é... esse trabalho é feito em parale..., é dividido e se calhar a parte de sensibilização para esse tipo de acção tem sido desempenhado com mais afinco pelo Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores. Nós temos tido as tais acções de sensibilização mais na vertente ambiental não tanto nesta vertente das calamidades. Essa tem sido mais uma área de intervenção do Serviço Regional de..., apesar de estarmos todos interligados.

Anexo 3

Entrevista com o Professor Virgílio Cruz

HB: Como é que pode caracterizar ou definir o modelo de governação no domínio da informação e participação pública adoptado pelo Governo Regional. Nomeadamente, podemos começar por abordar como é que se desenvolve o processo de informação e participação pública. Ou então, antes disso, como é que se desenvolve o processo de Planeamento das Bacias Hidrográficas, por exemplo?

VC: Começando pela primeira pergunta que me fez, o processo de participação é essencialmente decorre, é quase como um processo *by the book*. O que é que eu quero dizer com isso? Tem decorrido forçosamente e unicamente na sequência dos prazos que resultam dos instrumentos de planeamento ou outros que, como sabe, mandam fazer períodos de participação pública. Eu estou-me a recordar, desde logo, do Plano Regional da Água, depois os Planos de Ordenamento das Orlas Costeiras ou os Planos de Bacia Hidrográfica das Lagoas das Furnas, das Sete Cidades. Agora, as do Pico também tiveram um período de discussão pública. Portanto, tem decorrido essa participação do público em geral, apesar de fraca, mas isso podemos discutir depois, mas tem decorrido unicamente, eu diria não unicamente, mas eu diria que na grande parte dos casos, pois não quero atrever-me a dizer que são todos, para estar a focar aqui algum, mas tem decorrido unicamente da observância da legislação. Ou seja, a legislação manda abrir um período de participação pública de x dias após a fase tal e é isso que é feito. Portanto, é um trabalho não tanto prospectivo, mais reactivo, chamemos-lhe assim, na sequência da lei. Quanto à segunda pergunta e que joga com esta que tem a ver com o Planeamento dos Recursos Hídricos, e uma série de instrumentos de gestão quase territoriais estão conexos com a gestão de recursos hídricos. Eu estou a pensar por exemplo nos Planos de Bacia, não é? Como sabe, o “chapéu” principal o qual tem dirigido toda a política da água desde 2003 quando foi a sua formalização, publicação, foi o Plano Regional da Água que foi publicado em 2003, apesar de ter sido elaborado em 2000/2001, aliás ele foi terminado em 2001 e depois levou um período de aprovação. E, portanto, nesse entretanto já, julgo eu, eu não estava na Administração, mas já pressenti que a Administração já estava a tentar, mesmo que ele não estivesse aprovado, já estava a tentar seguir aqueles preceitos do Plano Regional da Água que apesar de ter sido feito de outra forma em 2000/2001 já tentava dar resposta a algumas questões que resultam da Directiva-Quadro da Água. Sabe, a Directiva-Quadro da Água foi publicada em 2000 e só foi transposta para o direito interno nacional mais tarde. Mas, no entretanto, já o Plano

Regional da Água de alguma forma tentou dar corpo à Directiva-Quadro da Água que também obriga à participação do público. Aliás, é um aspecto importante da Directiva-Quadro da Água. Depois do Plano Regional da Água, foram feitos uma série de Planos de Gestão Territorial, mas que estão relacionados com os Recursos Hídricos. Os primeiros tem que ver com as Bacias Hidrográficas da Lagoa das Furnas, da Lagoa das Sete Cidades , ... agora não sei qual deles é que foi, ... eles foram aprovados na mesma altura, depois os Planos das Lagoas do Pico, mais recentemente, muito mais recentemente, e agora estão em curso o resto dos Planos das Lagoas de São Miguel e os Planos das Lagoas, das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Flores que estão em curso. Isto tudo para fechar, porque, entretanto, a Região teve de começar a dar resposta às exigências da Directiva-Quadro da Água e produziu (depois posso-lhe propiciar essa informação é uma questão de a procurar) um relatório da caracterização da Região Hidrográfica na sequência da Directiva-Quadro da Água e da sua transposição nacional. Os Açores são a Região Hidrográfica 9, e uma das Regiões Hidrográficas de Portugal e na sequência disso foi produzido um relatório de caracterização prévia dessa Região Hidrográfica que mais uma vez não teve participação do público, aliás não é obrigatório que tenha, depois houve algum atraso, no entretanto. Foi feito o trabalho de identificação e caracterização das Questões Significativas para a Gestão da Água (também era outra obrigação), foi feito, aliás, nós somos “os responsáveis”, foi feito aqui no Departamento por uma equipa que foi dirigida por mim e que está ainda em discussão pública e, depois está em curso agora a elaboração dos Planos de Gestão de Recursos Hídricos de Ilha que depois colmatarão no célebre Plano de Gestão de Região Hidrográfica que a Directiva-Quadro da Água e a Lei da Água mandam que já estivessem elaborados mas que há um atraso, aliás não é um atraso só nos Açores, é um atraso nacional e que a Administração está a tentar, aliás, nós estamos mais uma vez a ajudar a participar nesse processo, está ser dirigido por um consórcio liderado pela empresa Simbiente Açores e, portanto, fecharemos esse processo neste fim de ano e depois iremos para discussão pública. No entretanto, obviamente houve tem havido algumas tentativas de trabalhos mais inovadores ao nível da participação pública...

HB: Nomeadamente?

VC: Nomeadamente, quando foi elaborada uma primeira aproximação ao Plano de Gestão de Recursos Hídricos da ilha de Santa Maria, tentou-se “furar” um pouco aquela perspectiva reactiva que lhe disse há pouco eu acho que os Planos de Gestão de Ilha não têm, vamos lá fazer um contexto, não têm uma obrigação de fazer uma fase de participação pública *tout-court* na lei. Aliás, eles, na lei, eles não têm cobertura. A Região e, penso que bem, aliás foi um processo que foi influenciado por mim, portanto,

necessariamente eu penso que foi bem feito, como cada ilha é uma realidade por si, obviamente, a Administração optou por mandar elaborar, primeiro, Planos de Gestão específicos por ilha que depois serão de alguma forma concatenados no plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica Açores que obviamente temos que considerar que são 9 regiões, sub-regiões muito particulares e ao nível de Recursos Hídricos também com simetrias grandes. E, portanto, quando foi feito o trabalho de Santa Maria, foi um trabalho que teve como objectivo essencialmente também a elaboração de um guia metodológico para depois fazer agora os Planos para as outras ilhas, e está a ser usado. Tentou-se fazer uma, e foi conseguida, uma abordagem de participação pública que foi chamar um pouco todos os interessados, os *stakeholders* como se diz em inglês – que é um palavrão, chamemos-lhes os interessados foram a uma sessão pública e de alguma forma estiveram ali fechados...

HB: Como é que definiram os stakeholders?

VC: Como é que foi definido? Por todas as entidades públicas e privadas existentes na ilha. Ou seja, representantes dos organismos públicos, representantes da...eu não gosto de usar o termo de sociedade civil, os empresários, a Câmara de Comércio local, os agricultores, as ONGA que existiam, a imprensa esteve presente e constituíram-se grupos de trabalho, fez-se um trabalho diferente. Aliás, foi um trabalho com muito êxito que as pessoas sentiram-se satisfeitas.

HB: Foi algum workshop?

VC: Foi um workshop, mas não foi naquele modo “tradicional” que é aquele modelo que hoje chamam de reactivo que é a equipa técnica chega, apresenta o trabalho, as pessoas intervêm, aquele que tem sido o modelo de discussões públicas já como nos documentos, já estão na fase oficial da discussão pública, que é a equipa técnica apresenta o trabalho, as pessoas que estão na assistência, geralmente, e muitas vezes, e eu não estou a criticar isso, na defesa dos seus interesses, tem-se visto muito isso, por exemplo, nos Planos de Ordenamento da Orla Costeira que também tem que ver com Recursos Hídricos. Como sabe a Directiva-Quadro da Água já não fala só em águas interiores, fala também nas águas de transição e etc. E, portanto, de alguma forma conseguiu-se “furar” essa perspectiva da defesa dos interesses próprios, fazendo essa sessão prévia em, que as pessoas pensaram mais nos Recursos Hídricos da Ilha e não nos interesses particulares deles ou da instituição que representam. Portanto, eu acho que foi um sucesso que necessariamente porventura terá resultado à escala de Santa Maria, e porventura, se calhar, em São Miguel não resultaria tão facilmente.

HB: É um meio mais pequeno.

VC: É. E, portanto, foi um processo que considero que foi inovador.

HB: E, qual foi o feedback que tiveram. Já disse que foi uma avaliação positiva, houve bastante adesão...

VC: Sim, as pessoas aderiram, preencheram, deram as suas ideias para os recursos hídricos e que de certa forma depois a equipa técnica tentou dar corpo obviamente às que tinham sustentação.

HB: E, não houve nenhuma dificuldade em termos de interpretação?

VC: Houve, houve, houve. Aliás, aquilo foi um grupo... embora fossem grupos heterogêneos que necessariamente...

HB: Porque há esta barreira da linguagem científica?

VC: Há. Mas, eu acho que essa barreira, às vezes, também é muito... como é que eu hei-de dizer... eu tenho essa visão, eu presumo que quando um cientista quer falar e quer-se fazer entender...ou, vamos pôr pela negativa, quando não se quer fazer entender é fácil. Basta chegar perante uma audiência e começar a disparar terminologia técnica. Quando se quer fazer entender, acho que se consegue fazer entender e eu não vejo, no meu entender, que isso seja uma dificuldade. Aliás, eu gosto imenso de processos de participação pública, acho especialmente enriquecedores até para as pessoas que estão do outro lado, não é para o público em geral, para as equipas técnicas. Eu já participei em muitos e eu acho interessantes. O feedback... foi essencialmente na altura... isso até é uma coisa que posso facultar isso, é uma questão de procurar, ou posso pedir a quem fez isso que eu conheço, sou amigo deles, dessa equipa da Simbiente. Eles devem ter isso ainda... fizeram o preenchimento de umas fichas que faziam em grupo, discutindo, e necessariamente a equipa técnica esteve sempre na sala, estavam vários elementos, para poderem indo se sentando nos vários grupos, explicar, puxar pela discussão, ou seja, não foi pôr as pessoas numa mesa e agora...descortinem o que é que acham, não. Houve um acompanhamento e tentar puxar um pouco... o que é que acham...o quem é que não acham de maneira as pessoas libertarem também o seu potencial criativo. Porque depois é fácil. Depois até das pessoas libertarem o seu potencial criativo “às vezes até é demais”. (risos)

HB: Por exemplo, imaginemos que vai ser desenvolvido um Plano de Bacia Hidrográfica... por que etapas é que passa em termos de estrutura orgânica, governativa?

VC: Pois, eles têm sido feitos dentro do chapéu da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar. Não é. Pronto. Ponto um. Depois são feitos necessariamente ao abrigo da contratação pública. Houve trabalhos, por exemplo, essas bases metodológicas de Santa Maria que deram uma primeira versão do Plano de Gestão dos Recursos de Ilha de Santa Maria foi um trabalho essencialmente feito... foi um ajuste directo... foi um trabalho muito pouco dispendioso, mas por exemplo, agora, para a elaboração dos sete Planos de Gestão de Recursos Hídricos de Ilha, os PGRH' das ilhas do Grupo Central e Ocidental, que são os que estão agora em curso, foi um concurso público lançado pelo Governo Regional, nomeadamente no âmbito, na altura, pela Direcção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos e agora é pela Direcção Regional do Ambiente onde os serviços foram integrados e portanto, foi um concurso público normal. Pelos órgãos que passa, por decisão da Administração em mandar elaborar e abrir o concurso público necessariamente. Anteriormente, e isso é um aspecto crítico e julgo que teve pouco impacto regional, e aliás só não falei nele porque eu tinha acabado de sair do lugar e não queria que pensassem que eu estava a disparar sobre o lugar onde estive sentado. Por isso é eu mantive algum decoro esses anos. Havia um órgão de acompanhamento da política da água dos Açores que era o Conselho Regional da Água que, reunindo pouco, que reunindo muito...

HB: Havia...

VC: Havia.

HB: Já não há.

VC: Já não há. Foi extinto. Foi morto, passo a expressão. Não sei se com papel passado, mas nesta última legislatura, esse órgão ainda reuniu na anterior legislatura, ...

O Conselho Regional da Água foi criado... eu fui à primeira reunião...aliás, aquela fotografia que está ali é a tomada de posse dos elementos do Plano Regional da Água que terá sido em 2001/2002. Aliás, na altura quem o criou foi o professor António de Brito, portanto, ele saberá reconstituir isso melhor, até melhor que eu. Depois foi reunindo episodicamente, não com a, porventura, com a frequência que deveria ter reunido, é um facto, mas o que é certo é que existia, reunia e discutia os trabalhos. Por exemplo, esse Plano de Gestão de Recursos Hídricos de Santa Maria, os resultados foram apresentados no último Conselho Regional da Água. O Conselho Regional da Água era um órgão de aconselhamento directo do Secretário Regional do Ambiente e do Mar. Portanto, o Secretário Regional considerou que era menos importante ouvir esse Conselho e digamos, desapareceu de cena, passo a expressão. O que é um...

HB: Isso foi em 2007?

VC: Não, isso foi em 2008. Só ficou em “funções”, e tem reunido mas não sei com que periodicidade por que eu não faço parte, o Conselho Regional do Ambiente e para o Desenvolvimento Sustentável que eu não sei se discutem assuntos sobre os Recursos Hídricos ou não, mas...

HB: Esse Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável é recente?

VC: Não, não. Já existia.

HB: Foi criado na mesma altura que o Conselho Regional da Água?

VC: Não se foi criado na mesma altura, mas sei que existiam esses dois conselhos. O CRA ainda sou capaz de reconstituir a história, é uma questão de procurar as papeladas, o outro eu não sei. Presumo que terá sido na mesma altura porque, se pensarmos a Secretaria Regional do Ambiente só existe a partir de 2000. Só tem 10 anos. Portanto, os Conselhos foram criados na sequência disso e, devem ter sido na mesma altura, porventura. Agora, o CRA existiu desde, presumo, de 2001, mas isso carece de confirmação, até 2008, aí desapareceu.

HB: Esse órgão consultivo (Conselho Regional da Água) teve, como já disse, um papel de aconselhamento para a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, e que outras funções tinha? Exercia alguma ponte de comunicação com os stakeholders?

VC: Não. O Conselho Regional da Água tinha um funcionamento, ..., digamos que reunia pouco frequentemente que é uma crítica que tem de se fazer e tem de se assumir, e que eu assumo por todas e mais variadas razões, mas essencialmente, como é que funcionavam as reuniões? Era feito um Plano de Trabalhos da Reunião para essencialmente para apresentar os trabalhos que tinham sido feitos naquele período pelas equipas técnicas que estavam sempre presentes e depois necessariamente havia um período de discussão pública que já era bastante alargado porque do Conselho Regional da Água, da última competição, faziam parte todos os órgãos do Governo que de alguma forma tinham a ver com Água, e para lhe dar um exemplo, A Secretaria Regional da Economia, ao nível das Direcções Regionais: Direcção Regional do Turismo, na altura a Direcção Regional do Comércio e Energia, a Direcção Regional do Ambiente, a outra Direcção Regional, é que na altura havia que era a Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos, a Agricultura, as Florestas, etc. Além de esse conjunto todo de entidades governamentais, tinha depois a tal sociedade fora desta esfera tinha a Câmara de Comércio, Associações Agrícolas, as ONGA..., portanto,

já ali naquele órgão tinha já uma larga representatividade da sociedade açoriana no geral. Já era um órgão com uma importância grande e daí o meu lamento de ele ter sido de alguma forma extinto. E este é o tipo de funcionamento que é assumido no Conselho Nacional da Água. Por acaso, continuei a ser o representante da Região Autónoma dos Açores, o professor António de Brito também está sentado no Conselho Nacional da Água. E, o Conselho Nacional da Água também acaba de alguma forma por ter o mesmo tipo de funcionamento, reúne periodicamente, duas vezes por ano, salvo o erro, tem sido mais ou menos isso, em média. E, depois, geralmente, equipas de trabalho apresentam temas de trabalho sobre um ou outro assunto e depois os membros do Conselho dizem da sua justiça sobre esse tema e tentam dar achegas. O Conselho Nacional da Água tem ainda a vantagem de conseguir constituir grupos de trabalho que são constituídos por membros do Conselho Nacional da Água especialistas de um ou outro tema, e têm sido convidados a reflectir sobre temas diversos e, depois apresentam o resultado dessa reflexão conjunta ao final de um determinado período tempo e é apresentado no Conselho e discutido. Agora, estou-me a lembrar, por exemplo, de um onde participou o professor António de Brito sobre Água e Ordenamento do Território, só para lhe dar um exemplo de um grupo de trabalho. Ao nível regional, isso era muito difícil de conseguir porque o funcionamento do Conselho Regional da Água e, penso que também do Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, foi sempre feita..., e isso é outra crítica que se pode fazer no meu entender, ...a um nível muito amador. Ou seja, o esforço das pessoas..., as pessoas iam às reuniões, necessariamente, se eu deslocasse alguém para ir ao Faial a uma reunião e a convidasse para participar, a Administração Pública passa... paga a passagem e a estadia na outra ilha para a pessoa ir à reunião, mas não havia como que um..., eu não quero pôr isto de uma maneira mercenária, mas não havia um incentivo financeiro, uma senha de presença para as pessoas participarem. E, o que é difícil para pessoas ainda por cima ocupadas, é complicado dizer assim: olhe, agora o senhor vai fazer parte de um grupo de trabalho para reflectir sobre a Água e o Ordenamento do Território nos Açores para daqui a três meses ter um documento preparado, vai perder uma infinidade de horas do seu esforço e depois nós nem sequer lhe damos uma senha de presença para estar nas reuniões. Isso é uma coisa que eu acho que dificulta as operações dos órgãos. Este tipo de funcionamento com grupos de trabalho também é um pouco o funcionamento do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável que é o outro Conselho Nacional que também responde directamente perante a Ministra e do qual eu também sou o representante regional e que também reúne comi grupos de trabalho; ou seja, constitui grupos de trabalho para apreciar legislação ou outro tipo de iniciativas. Esse Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável tem um

carácter mais de..., reúne mais frequentemente do que o Conselho Nacional da Água e, portanto, acaba por produzir uma maior quantidade de contributos que aliás costuma publicar anualmente numa actas, porque acompanha com maior regularidade a actividade governamental na área do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável. E, presumo que não há nova legislação que não vá à apreciação do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável. E, agora vai-me dizer que daqueles conselhos que o Conselho dá, passo a expressão, se calhar nada é aproveitado, mas pronto. Não deixa de estar..., não deixa de ser ouvido e não deixa de ser respeitado e, por isso é que esta é mais uma razão para eu lamentar a eliminação pura e simples *tout-court* do Conselho Regional da Água.

HB: Pois, mas nem por isso foi extinto?

VC: Pois, não. Exactamente. Por isso é que eu lamento, porque eu acho que...eu acho que não custa...

HB: Na sua opinião, é então uma mais-valia?

VC: É uma mais-valia e se quer que lhe diga, acho que é mesmo uma falta, às vezes, até de senso comum porque se eu reunir, nem que seja uma ou duas vezes por ano, todas aquelas entidades nenhuma delas pode dizer que algo se faz que elas não tenham conhecimento. Portanto, eu acho que qualquer governante, governo ou instituição pública ganha logo uma legitimidade que eu penso que é uma das coisas que a participação pública lhe confere que é a transparência. Que toda a gente já percebeu que é um dos pilares básicos da política ambiental a qualquer domínio ou de qualquer outra que será a participação, ouvir as pessoas, etc. Eu acho que isso é um ganho que de alguma forma se perdeu.

HB: Retirando agora esse exemplo e o exemplo de Santa Maria, como é que podem ser ouvidos os stakeholders?

VC: Tem sido ouvidos unicamente através desse exemplo de Santa Maria ou através dos Conselhos e já vimos que foi de alguma forma ferido no Conselho Regional da Água, têm sido ouvidos apenas nas fases oficiais de participação pública e aí, são ouvidos quer por escrito..., isto é, porque quando há a fase de discussão pública, as pessoas podem, por escrito, enviar os seus comentários, as suas sugestões e as suas críticas, sendo depois respondido, porque isso é uma obrigação que é preciso dar corpo. Isto é, vou-lhe dar um exemplo, foi lançado agora os Planos das Lagoas de São Miguel, mal é lançado o Plano saí um aviso na comunicação social a dizer que o plano teve início e que as pessoas podem enviar os seus comentários e sugestões para a entidade tal. Por isso, recorre-se

cada vez mais à internet. Porque esses planos todos têm uma página Web e depois geralmente têm um apontador que nos levam a uma caixinha de sugestões em que o cidadão ou a cidadã põe lá o seu nome, o seu bilhete de identidade obviamente, a sua identificação, ... às vezes, há pessoas que consideram isso uma intimidação, mas não tem de ser uma intimidação porque também, de alguma forma, as pessoas têm de se responsabilizar, obviamente, não é? Embora haja quem pense que seja uma intimidação obrigar a pessoa a por o bilhete de identidade. Isso também é uma verdade. Mas, depois as pessoas têm uma caixa para fazerem as suas sugestões e as suas críticas, etc., na certeza de que depois lhes é respondido algo sobre isso, nem que seja para dizer que aquilo não tem..., e as razões porque é que aquilo não tem provimento. E, tem sido assim. Desde o princípio do Plano, as pessoas têm sempre e depois há aquela fase final da discussão pública em que além das pessoas poderem enviar os seus comentários, por escrito, geralmente têm decorrido reuniões públicas, e depois as pessoas têm também acesso aos documentos em si, além de poderem descarregar os documentos dos Planos via internet, podem ir às Câmaras Municipais por exemplo, costumam estar sempre presentes, mas as pessoas podem ir consultar os documentos e sentar-se ali e consultar. Isso, geralmente, tem sido conseguido até com a simpatia das Câmaras Municipais que colaboram em ter ali uma secretariazinha ou uma cadeirinha para as pessoas poderem sentar-se e apreciarem os documentos e depois preencher, quem não quer preencher, não é, preenche fisicamente a sua sugestão que depois é remetida para as entidades públicas.

HB: Durante o seu “mandato” na Direcção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, foi feita alguma avaliação desta participação?

VC: Avaliação como? É sempre feita... Faz sempre parte dos Planos um relatório de Discussão Pública.

HB: E, foi feita uma avaliação sobre a adesão ou não?

VC: Ah! Se foi feito um estudo sobre... Não. Não. De qualquer maneira, posso lhe dizer que para cada plano existe um relatório, isso até é fácil e até o pode fazer, porque existe para cada plano um relatório de discussão pública que refere quantas respostas houve, etc., mas geralmente, é muito fraco. Posso-lhe dizer que é...

HB: E, nunca foi feito um estudo que avaliasse as razões porque é fraco?

VC: Não. Penso que não. Que eu conheça, não. Daí se calhar a importância da sua tese. Mesmo a nível nacional..., isso é sempre uma questão muito complicada. A pouca resposta nas participações públicas não é um problema dos Açores, nem um problema

de Portugal, porque lá fora é a mesma coisa. É um problema global que eu julgo que se resolverá a médio-longo prazo em Portugal, aliás já o escrevi uma vez quando mantive umas crónicas no jornal...e isso já saiu publicado em livro, uma coisa sobre a participação pública e, eu acho que isso resulta um pouco... nós somos democratas desde 1974 e durante 50 anos, mais aquele interregno da república que as pessoas estavam mais preocupadas a fazer revoluções, e depois do período monárquico, o país foi sempre ensinado a meter a cabeça debaixo da terra e fazer aquilo que lhe mandam, os cidadãos. E, as pessoas cada vez mais estão a libertar-se desse peso e acredito muito nas gerações futuras para isso, eu vejo em casa o meu filho quem é muito mais interventivo e é capaz de fazer coisas que se calhar eu com a idade dele ainda tendo a educação à moda antiga que eu ainda apanhei antes do 25 de Abril, se calhar ainda tinha esse medo, mas eu acho que isso é falta de cultura democrática, não é por as pessoas serem obviamente burras, mas porque as pessoas têm uma democracia jovem. Porque a nossa democracia, apesar de tudo é jovem. Portanto, não podemos querer que a participação pública em Portugal tenha o mesmo nível que tem, por exemplo, no Reino Unido onde apesar de ter uma monarquia o rei já desde o século IX já o poder estava todo no Parlamento e o rei era uma figura protocolar ou quase. E, portanto, tem esse problema. Para já, falta de tempo, ainda para se consolidar essa..., mas acho que isso é um assunto que merece uma reflexão cuidada. E, eu acho que isso são respostas que só podem ser pensadas com maior grau de certeza depois de ter uma caracterização dos processos como têm corrido. Daí a importância do seu trabalho. Não podemos estar a pensar soluções para um problema que conhecemos mal. Agora, o facto de eu estar a dizer que isto é um processo que a democracia nos vai ensinar que eu acho que qualquer pessoa subscreverá aquilo que eu digo, não deixa de ser verdade que as entidades públicas também têm de procurar de alguma forma dinamizar a participação dos cidadãos. E, é por isso que eu lhe saliento mais uma vez esse exemplo de Santa Maria que não é um..., eu também não estou aqui a pintar..., aquilo também não foi a coisa mais inovadora do mundo, mas foi pôr as pessoas numa mesa, numa sala, em mesas, em grupos de trabalho heterogéneos, e pôr as pessoas a discutir. Mas, funcionou. O que é certo é que as pessoas discutiram. Fora isso, acabamos por ter, um pouco como tem acontecido que é: as pessoas reagem *a posteriori* e, quando reagem *a posteriori* é na defesa pura e dura dos seus interesses pessoais. E, depois isso acaba por ter problemas acrescidos. Eu vou-lhe dar um exemplo, nas Sete Cidades havia um local que durante muito tempo..., quando se começa a descer..., no acesso às Sete Cidades havia ali pela direita num lugar chamado “As Criações”, havia um curso de água e que tinha um processo de erosão dos terrenos circundantes, erosão remontante que ia destruindo as pastagens, e as entidades públicas estiveram ali muitos anos a tentar resolver a situação.

Necessariamente, tentando contar, melhor ou pior, com o beneplácito dos agricultores que ali tinham as suas explorações para resolver a situação. Necessariamente, que se ia ouvindo ecos de insatisfação porque as pessoas cada vez mais viam os seus terrenos sendo comidos pela erosão. E, eu lembro-me, na altura, fui eu que fui lá pessoalmente, de ir lá com a, na altura, Secretária Regional, numa noite, às Sete Cidades e, em que com a ajuda do presidente da Junta de Freguesia se reuniram todos os lavradores daquela zona, eram uma ou duas dezenas, eu agora já não sou capaz de rever, isso já foi há alguns anos, mas explicar-lhes que durante um período alargado de tempo eles não poderiam ter lá as vacas porque se iam tentar fazer uma intervenção que, finalmente, ao invés de ser só pôr um penso rápido sobre a situação, e depois o penso cessar o problema continuar, resolver a situação. E, acho que como este tipo de atitudes pró-activa como esse de Santa Maria, como este exemplo que lhe estou a dar, que é uma coisa mais prática, mais pontual, se consegue, de alguma forma, mobilizar as pessoas e foi muito fácil, claro que há uma ou outra pessoa mais exaltada ou com comportamentos que, na altura a gente acha menos racional, mas que pensando bem, como é o ganha-pão deles, se fosse também o meu ganha-pão eu também gostaria de ser protegido, eu nem sequer ponho isso em causa. O que é certo é que as pessoas colaboraram nessa obra, e a obra foi um sucesso e conseguiu-se resolver o problema. Portanto, mais uma vez, eu acho que se deve procurar novas metodologias de participação pública e elas tem que ser pró-activas, tem que ir ter com as pessoas, e depois esperar que as pessoas cada vez mais que não tenham medo de escrever, que não tenham medo de pôr lá o tal o número de bilhete de identidade e que se identifiquem.

HB: Ainda há muito esse medo, não é?

VC: Ainda há. Eu acho que ainda há. Quando se for reparar essas fichas desses sítios pede uma coisa tão simples que é o nome da pessoa e o bilhete de identidade. Isso, eu penso que, pesar de tudo, ainda causa algum pânico, algum medo. Parece que as pessoas ainda têm medo que alguém os vai buscar a casa ou que a Administração ..., agora é claro que já ninguém vai buscar ninguém a casa e as pessoas já não têm esse medo. Mas, têm medo de ser de alguma forma prejudicadas ou pela Câmara ou pela Junta de Freguesia, ou pelo...

HB: Mas, não acha que esse medo pode ser quebrado, por exemplo, se o Governo Regional ou as entidades responsáveis..., vou-lhe dar um exemplo, se por exemplo fizerem uma publicidade institucional a motivar e a incentivarem as pessoas a participar?

VC: Não sei...

HB: Porque é uma forma de encorajamento, não?

VC: Isso no fundo já se faz, porque quando, pode não ser da melhor forma de marketing (chamemos-lhe a palavra marketing), mas isso já se faz, saí o anúncio: arrancou o Plano do Plano das Lagoas das Flores, participe, vá ao sítio, consulte os documentos. Isso já se faz.

HB: Mas, como sabe, a televisão é um meio que atinge toda a gente. O jornal nem todos...

VC: E, especialmente se formos às Flores, nem isso...

HB: E, existem muitos agricultores, por exemplo, que são partes interessadas, que às vezes, nem sabem ler, alguns deles, ainda, infelizmente, ainda é assim. Portanto, se puserem esses avisos e esses anúncios nos jornais, se calhar não atinge toda uma população...

VC: Eu acho que poderá ser uma ferramenta, mas, não sei se será uma ferramenta definitiva, se haverá uma ferramenta definitiva... penso que não há, haverá um conjunto de... e será um conjunto de algo para fazer um trabalho melhor. Agora que é preciso fazer esse trabalho mais prospectivo...

HB: Não tem que haver mais um esforço da...

VC: Tem. Tem. Tem. Isso, eu dou-lhe de barato. É ... leva já isso de barato. Eu acho que tem de haver um esforço maior. No contexto da Administração, esse esforço maior é difícil porque é um contexto que, desde alguns anos, já..., e eu já apanhei essa fase, já sou do tempo da fase das vacas magras, já houve o tempo das vacas gordas há algumas décadas, mas agora já estamos no tempo das vacas magras, e é difícil para administração porque a administração não tem técnicos suficientes para fazer isso...

HB: Falta de recursos humanos?

VC: Falta de recursos humanos, falta de recursos financeiros, obviamente. Um anúncio da televisão custa...quanto? Bastante, se calhar. Não estou a dizer que não existam recursos humanos ou recursos financeiros noutro lado qualquer, mas não estão nos locais onde estes processos decorrem. E, portanto, eu acho que a administração também tem esses hobbies que de alguma forma configuram como desculpa, embora não seja tudo, mas acho que deve de alguma forma fazer com que a penalização da administração nas suas culpas nesse processo seja de alguma forma regrada.

HB: Para esse tipo de justificação financeiras, se calhar...

VC: Mas, digo-lhe que são verdade. São verdade. São verdade. Mas, digo-lhe mesmo que são verdade. E, dou-lhe de barato, porque eu já estive num serviço público e estou aqui na universidade que também é uma instituição pública que, se calhar, também se desbarata às vezes, se calhar, meios... É o que eu lhe estou a dizer, eu não estou a dizer que não existam os meios e não estejam noutros lados quaisquer a serem mal utilizados e que possam ser postos ali. Mas, o que é certo é que os processos também são de alguma forma feridos por essa falta de meios... Eu vou-lhe dizer uma coisa tão simples como: vamos onde fazer as discussões públicas, as sessões? Vamos a todas as freguesias? Vamos a todos os concelhos? Quem paga as deslocações? Os técnicos? As ajudas de custo? Estes são tudo encargos que estão por detrás desta estrutura. E depois, eu julgo que também, que para fazer um processo tão eficaz que estamos a falar, proactivo, é preciso ter uma pessoa ou duas que estejam exclusivamente devotados a esse...

HB: ... que não há?

VC: ... que não há. Porque estão envolvidos, e cada vez mais isso será pior atendendo às dificuldades de entrada de jovens nos serviços públicos e julgo que esse problema agravar-se-á no futuro próximo, cada vez mais as pessoas não vão entrar e, portanto, não há quadros para isso. Os quadros estão envolvidos a dar respostas ao parecer tal e ao parecer tal, e não têm “tempo” para fazer esse trabalho. Isso não justifica tudo, mas ajuda a justificar parte. Agora, repito, na opinião, há dinheiro mal gasto e poderia ser desviado para ali, mas na realidade actual é difícil.

HB: Ou seja, o que me está a tentar dizer é que se não fosse imposto pela Directiva-Quadro da Água, a participação pública não existia?

VC: Era mais difícil. Não é pela Directiva-Quadro da Água, é pela legislação nacional também. Não é que seja imposto, mas o pouco se faz é muito motivado pela, isso eu tenho a certeza, pela pressão que é feita, pelas necessidades que são colocadas pela legislação. Isso é uma realidade. Agora, se isso é inteligente, não é. Mas, é a realidade.

HB: Como é que se faz a accountability do trabalho? A como e a quem prestam contas?

VC: A como e a quem? Fantástico! Para já, contas pessoais – a quem contribui. Se for numa reunião, a pessoa que se levanta e coloca a questão necessariamente quer ser respondida, e geralmente é, na própria reunião, E, depois se formalizar por escrito a sua questão, terá ou tem recebido, toda a gente tem recebido, penso que aí, ninguém pode

dizer que não tenha recebido, uma resposta escrita a justificar, estou a lembrar-me do último processo do Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores, a justificar se a sua questão foi considerada positivamente, ou seja, se foi resolvida no âmbito do trabalho, se foi resolvida parcialmente e porquê, ou se não foi resolvida de todo e porquê. E, aí essa justificação tem sido feita a todas as pessoas que participam formalmente, necessariamente. Ou seja, as pessoas têm de se identificar e têm de pôr a sua morada para poderem receber essa resposta, obviamente. Portanto, isso tem sido feito. E, depois tem sido publicado porque é colocado também no site dos Planos, o Relatório de Participação Pública. O tal relatório que diz que houve x questões de x pessoas ou de entidades tal, tal, tal sobre esta questão. Isso tem sido feito. E, pronto. Mais nada. Mas, já é alguma coisa, aí. Ou seja, ninguém pode dizer, julgo eu porque isto comigo foi assim e já era antes e presumo que continua a ser, as pessoas têm tido a sua resposta formal. Agora, as pessoas também têm de perceber que existe um momento para dar a sua contribuição, os indivíduos, e as organizações onde eles... as ONGA, as Câmaras, etc. Portanto, existe um momento. Os trabalhos estão a ser feitos e a equipa técnica não pode estar à espera, dez meses, seis meses, três meses, que as pessoas contribuam.

HB: O professor Virgílio Cruz acredita ou é de opinião que a maior parte dos stakeholders têm consciência dos direitos que têm em termos de informação e participação pública?

VC: Acho que têm muito pouca consciência. Nós estamos numa Região onde, só para lhe dar o exemplo e eu lamentavelmente acho isso, o Associativismo Ambiental, que é uma forma de pressão, às vezes, muito *gauchist*, muito folclórica, mas não deixa de ser uma forma de pressão. Quando bem exercida, simplesmente não existe. Eu, há quantos meses, especialmente, desde o desaparecimento de uma pessoa que realmente foi, ... pronto vamos dizer o nome dela, desde que o Dr. Veríssimo Borges faleceu que, durante anos, e anos, foi uma pessoa que nós víamos nas sessões públicas a levantar a voz e a pôr questões, inclusive, ele fazia parte do Conselho Regional da Água, foi um dos mais interventivos na nossa última reunião, o que é certo que especialmente desde, eu marco este desaparecimento pessoal dele, eu não era amigo pessoal dele, portanto, eu falo disso com toda a frontalidade, não era amigo pessoal dele, portanto eu nem tenho de estar a lembrar uma pessoa por causa disso, mas o que é certo é que desde que ele desapareceu o Associativismo Ambiental desapareceu nos Açores. Tem-se visto, de vez em quando, uma associação, os Amigos dos Açores, a falar dos cagarros, apareceu na televisão e, de resto não se tem visto mais nada.

HB: Isto deve-se a quê, na sua opinião?

VC: Falta de mobilização da sociedade civil. Mas, essas culpas não podem ser assacadas à Administração. Onde é que está... isso pergunto eu... onde é que está, por exemplo, a inteligência da Academia? Dos meus colegas académicos, simplesmente, ninguém aparece a comentar nada. Só por falar dessa pseudo-elite.

HB: Voltando só um bocadinho para a questão da DROTRH, qual é a sua avaliação do desempenho da DROTRH antes da sua extinção, do trabalho que fez na área da Informação e Participação Pública?

VC: Nesta área, julgo que é das áreas mais fracas da DROTRH. Eu, inclusive, estou a penalizar-me a mim próprio. Tentou-se, de alguma forma, fazer-se algumas coisas pró-activas, por exemplo, esse plano de Santa Maria, fizeram-se os concursos juvenis, levamos um jovem ou dois a Bruxelas no âmbito do projecto europeu, fizemos umas exposições, uma sobre os Recursos Hídricos que esteve ali no Solmar e outra sobre Ordenamento do Território que também esteve exposta no Teatro Micaelense. E, portanto, tentou-se de alguma forma fazer algum esforço nessa direcção, fez-se algum caminho, não se fez tudo o que se devia, acho que se deu um passo e confesso que desde 2008, esse passo, no meu entender, foi de alguma forma tolhido. Agora, fez-se alguma coisa. Não se deixou de se fazer. Mas, muitas vezes, em reacção pura e dura à legislação, como lhe disse, aí cumpriu-se tudo, as pessoas tiveram as suas respostas, ninguém se pode sentir atingido. Mas, o que é certo é que antes de 2008, existia o Conselho Regional da Água, fizeram-se essas exposições que eu não lhe tinha referido ainda (posso arranjar-lhe os guias das exposições), a DROTRH tinha técnicos que iam às escolas, não sei se têm hoje, essa é uma questão que terá de colocar a quem de direito, não sei se vai fazer alguma entrevista aos técnicos da DROTRH, eventualmente seria interessante ouvir a Dra. Dina Pacheco (Bióloga) que é a Directora dos Serviços dos Recursos Hídricos. E, portanto, tentou-se fazer alguma coisa, agora se o desempenho é tão satisfatório como no número de planos que se fez, como a monitorização que se conseguiu fazer a nível regional, uma série de coisas a nível técnico, não é tão satisfatório, isso é verdade. Mas, tentou-se fazer alguma coisa com a tal prata da casa e com os meios esparsos que existem.

HB: Na sua opinião, a que se deve a extinção da DROTRH?

VC: Ah... não sei. A questões políticas, provavelmente. Não estou por dentro e isso é uma das coisas que eu não quero comentar, se me permite. Acho que foi um passo lamentável. Isso, então, eu digo-lhe frontalmente. Foi um passo lamentável porque havia uma Direcção Regional que de alguma forma integrava os Recursos Hídricos e a Política do Ordenamento do Território que são áreas que se complementam de uma forma brutal.

E, de repente tinham ali um conjunto de técnicos já com alguma coesão, tinham uma infra-estrutura tecnológica ao nível dos Sistemas de Informação muito mais desenvolvida que outros organismos da mesma secretaria e de repente foi tudo baralhado. Não percebi. Também as razões não foram explicadas. Foi assim, e foi assim. Eu acho que foi um passo atrás na política dos Recursos Hídricos Regionais, na minha modéstia opinião.

Anexo 4

Entrevista com o Professor Rui Coutinho

HB: Começaria por lhe perguntar, dada a sua experiência na área, como pode caracterizar ou definir o modelo de governação no domínio da informação e da participação público no que se refere aos Recursos Hídricos nos Açores? Como é que se desenvolve todo esse processo de informação e participação pública?

RC: Isto é um processo que segue o que está estipulado na lei. À medida que os projectos são lançados a concurso..., normalmente, esses projectos ultrapassam determinado valor e, por imposições legais, a entidade administrante, nesse caso, era a Direcção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, através da Secretaria Regional do Ambiente que lançava os concursos. E, uma vez quando esses concursos eram lançados, havia uma componente que já constava do caderno de encargos que previa verbas destinadas à participação pública, por imposição legal e por interesse da própria entidade administrante. Porquê? Porque, na maior parte das vezes, o que acontecia e, o que acontece, por outras razões, é que as pessoas, uma vez aprovados os projectos e entrados em vigor, diziam que não sabiam que não estavam informados, que não concordavam, todos esses argumentos que na realidade não correspondiam à verdade, na medida em que os documentos eram colocados para participação pública. Aliás, algumas dessas imposições legais implicam que os documentos sejam colocados em locais públicos, normalmente as autarquias da área envolvida no estudo, o site da própria Secretaria Regional ou da entidade contratante e, inclusivamente, a dos órgãos de comunicação social a alertar para que esses projectos ou para que esses documentos, por vezes documentos de trabalho, estavam em discussão, estavam em fase de participação. Portanto, isso era, normalmente, o trâmite que existia. E, eu sei que, numa determinada altura, os Planos de Ordenamento do Território tinham toda esta parte de ser noticiados, ser publicitados, mas havia pouca participação pública. E, normalmente, o que se fazia ou o que se decidiu fazer,

posteriormente, ter uma equipa que desenvolvesse um trabalho para levar as pessoas a participar mais nas diferentes fases.

HB: E, o que é que foi feito nesse sentido?

RC: Eu sei..., ou tanto quanto sei, pelo menos, nos Planos de Ordenamento do Território... os chamados POOC's – Planos de Ordenamento da Orla Costeira, de algumas ilhas, eu estou-me a lembrar de um pacote que incluiu Flores, Corvo, Graciosa e Santa Maria, a entidade que foi contratada, o grupo que foi contratado para elaborar esse estudo, subcontratou uma equipa especializada em Participação Pública de uma das universidades em Lisboa, agora não lhe sei precisar e, o que acontece é que eles desenvolveram um trabalho mais apurado, de pessoas com mais experiência na área, para divulgar o problema, para fazer a recolha, ...

HB: ...sensibilização?

RC: ... sensibilização, e, digamos, fazer inclusivamente, uma avaliação da sensibilidade das pessoas para a participação.

HB: E, isso foi feito?

RC: Eu creio que isso foi feito, e acho que a pessoa a falar sobre isso é a Professora Helena Calado. Não sei se já teve oportunidade de falar com ela, mas ela era a Coordenadora dessa equipa e ela pode-lhe dizer, mais ou menos, o que foi feito nessa altura. Sei que foram feitos brochuras de publicação, houve sessões de esclarecimento, numa fase bastante inicial para alertar para o processo e, eu creio que isto teve alguns efeitos, apesar de eu sentir que o que acontece é que, quando as questões são relativamente pacíficas, as pessoas não reagem. De todos os Planos em que eu estive envolvido como presidente das comissões ministras de coordenação quando fui Director Regional ou como membro integrante das equipas que elaboraram os Planos, a ilha que suscitou mais problemas foi a ilha de São Jorge. Por causa das fajãs, por causa da interdição ou do condicionamento de algumas actividades de construção e recuperação de adegas nas fajãs. E, o que é que acontece? É que, no fundo, as pessoas reagiram porque perceberam que...

HB: ... que lhes ia afectar...

RC: ... que lhes ia afectar, quer dizer..., isto é, ia afectar as suas intenções porque, no fundo, o que eles queriam era, a partir de adegas que tinham 14, 15 e 20 m² que no fundo era uma porta e duas janelas com chão térreo, e queriam fazer a recuperação da adega. A recuperação da adega não era uma recuperação da adega, era normalmente o

que se faz nessas coisas... como sabe... eles têm uma casa com uma forma, mais ou menos, rectangular, e o que eles queriam era depois criar um anexo para fazer uma cozinha e uma casa de banho e mais um primeiro andar e mais isso e mais aquilo. E, depois queriam que muitos acessos pedonais fossem convertidos em acessos para viaturas, porquê? Porque as pessoas começam a ter outras posses e começam a ter mais disponibilidade económica e não podem estar a descer e a subir e preferem que as viaturas... Portanto, sempre com mo argumento que aquilo tem um valor histórico e sentimental, todas essas coisas que são perfeitamente compreensíveis...

HB: Ou seja, houve aqui um conflito, ao fim ao cabo, de interesses...?

RC: Não..., houve um conflito de interesses por uma razão muito simples. É que uma pessoa na qualidade de técnico, se identifica um perigo e se caracteriza e sinaliza esse perigo, não pode anuir a que as pessoas evocando a sua propriedade e valores ancestrais continuem a cometer os mesmos erros. E, o que acontece é que a própria definição de risco... porque há uma questão que é importante... é o conceito de perigo e o conceito de risco. Os perigos são os vários perigos que contribuem para um determinado risco. Isto é, a actividade sísmica pode constituir-se como um perigo, o movimento de vertentes pode constituir-se como um perigo, as erupções vulcânicas podem constituir-se como um perigo, como os factores climatéricos e meteorológicos podem constituir-se como um perigo. O somatório de todos esses perigos conjugado com o valor do local, quer seja o valor em vidas humanas quer seja do valor do património edificado, contribui para o aumento do risco na globalidade. Ora, se nós não temos como contrariar estes outros perigos parcelares, o que resulta é que se permitirmos a fixação de pessoas, se permitirmos o aumento de construção de infra-estruturas, estamos a aumentar os factores de riscos. Portanto, a Administração Pública não pode compactuar com isso. Aliás, isso foi o que aconteceu, em São Jorge, na altura do Plano de Ordenamento da Orla Costeira e que, agora, está outra vez, a ser discutido na comunicação social, porquê? Porque se verificou, e tem-se verificado ao longo dos anos, a movimento de vertentes tanto nas Flores, como nas fajãs de São Jorge, como por exemplo aqui na ilha vizinha de Santa Maria. Portanto, isso são situações que são incontornáveis, quer dizer... um técnico não tem como parar determinados processos que têm uma dimensão que não é passível de ser controlada porque nós não podemos estar a fazer intervenções de betão em todo o lado para conter instabilidades geológicas.

HB: No caso das fajãs de São Jorge, vamos colocar isso como exemplo, que procedimentos foram feitos no âmbito da informação, de preparar as pessoas, da consciencialização das pessoas para essa situação de perigo?

RC: Nas discussões públicas as equipas faziam a apresentação do Plano, e é preciso dizer uma coisa, uma comissão ministra de coordenação engloba elementos das autarquias, portanto, das Câmaras Municipais, ou por responsáveis políticos ou técnicos a quem foram delegadas as... digamos, as capacidades para intervir e para votar nessas comissões, os técnicos dos diversos departamentos do governo, de Organizações Não-Governamentais. Portanto, a sociedade civil está também representada através das Organizações Não-Governamentais e, está representada por direito através do poder local. O que acontece é que, muitas vezes, e isso tem que ser dito, ao invés de haver uma consciencialização por parte de alguns elementos que deveriam ser determinantes na sensibilização das populações, isto era convertido numa arma de conflito quase político...

HB: Está a falar nomeadamente das autarquias...?

RC: Eu estou a falar das autarquias e de algumas Organizações Não-Governamentais que defendiam mais os interesses locais do que propriamente os interesses..., defendiam a realidade técnica do estudo. Porque eu senti isso enquanto parte integrante da Administração e, quando nós temos uma responsabilidade como parte administrante temos que gerir os bens públicos e não podemos malbaratar os bens públicos porque determinadas pessoas decidem que aquela zona, sentimentalmente, tem um valor afectivo e que querem construir ali, e que querem... e, depois evocam argumentos que são extremamente perniciosos que é a alusão aos antepassados. Portanto, há um tipo de quase demagogia nestas coisas que é perniciosa. Porque eu sei que, em determinadas alturas as fajãs foram importantíssimas para a sobrevivência daquelas pessoas sobretudo quando as ilhas tiveram população em..., mais população, muito mais população da que tem hoje. E, o que acontece é que hoje, esta já não é a realidade. Portanto, as fajãs, embora tenham bens que sejam um valor sentimental, hoje em dia são muitíssimo mais utilizadas para fins lúdicos. Isto é, lazer, ou anteriormente, pessoas que já estão na situação de aposentadas que cultivam as suas coisas, eu percebo isso tudo... agora, isto de facto, ...

HB: Não houve uma estratégia compensatória?

RC: Não. Não podem... vamos lá ver uma coisa...

HB: Essas zonas nas fajãs foram adquiridas pelo governo regional?

RC: Não. Não. Não pode,...vamos a ver uma coisa. A Região Autónoma dos Açores já tem territórios de reserva natural e de reserva em grande quantidade. A entidade administrante, neste caso o Governo Regional, não tem capacidade financeira para estar

a expropriar isso tudo. Porque também repare uma coisa, a expropriação implica que essas zonas sejam colocadas sob a alçada do Governo Regional. E, muitas dessas zonas, se não tiverem também uma componente de intervenção humana, quer dizer... começam a tornar-se em zonas ainda mais complexas porque começa a crescer tudo de mato e começa a ser uma zona ainda mais...agora, uma coisa é as pessoas terem a possibilidade de desenvolver algumas actividades nesses locais sem que para isso tenham que aumentar o valor do património edificado. Isto é, pode-se permitir que as pessoas vão para lá, deve-se aconselhar as pessoas a irem, por exemplo, mais no verão do que propriamente na altura em que as chuvas são mais intensas, se bem que, por exemplo, o perigo sismo é um perigo que ocorre o ano todo. Portanto, nós estamos sempre expostos, podemos, é minimizar. Por exemplo, estar a construir estradas de acesso. Aquilo são zonas extremamente instáveis, muitas daquelas fajãs são o que se chama de fajãs detríticas, isto é, é a própria ilha que vai sofrendo erosões e aquele material se vai depositando em arribas muito instáveis e estar a construir estradas para passar trânsito pesado com 2 ou 3 mil quilos ou não sei o quê, provoca ainda mais instabilidade. E, o que acontece é que depois começam-se a construir estradas que é necessário manter, que é necessário construir com segurança, que é necessário proceder à drenagem e, eu pergunto, será que a Região se pode dar ao luxo de estar a construir estradas dessas para servir 15 pessoas. Portanto, a grande questão é essa. É que nós passamos a vida a argumentar, a dizer que o dinheiro é pouco, mas toda a gente acha que tem todos os direitos do mundo. E enquanto nós temos uma administração regional que tem poucos recursos, o orçamento de uma Direcção Regional como a Direcção Regional do Ordenamento do Território por ano, andava à volta dos 12, 13 milhões de euros para as nove ilhas dos Açores, para o Ordenamento do Território, para fazer projectos, para fazer monitorização, para os Recursos Hídricos. Se nós vamos investir nesse tipo de estratégia nós estamos reféns, e mais, nós corremos o risco de estar a contribuir para o Desordenamento e não para o Ordenamento. Portanto, aqui o que há por fazer é explicar às pessoas...

HB: Na sessão pública que decorreu em São Jorge foi explicado às pessoas...?

RC: Foi explicado às pessoas, foram explicadas todas as razões técnicas que levaram àquela classificação.

HB: Será que por se usar uma linguagem demasiado especializada ou técnica não pode constituir uma barreira?

RC: Eu estive presente, a linguagem foi uma linguagem muito clara. A linguagem foi acompanhada por debate das pessoas, as pessoas colocaram questões, as pessoas

participaram, mas já iam com ideias pré-concebidas. Portanto, no momento, em que algumas destas sessões ocorrem, o que acontece é que as pessoas já vão com, isto é um pouco como uma questão coloquial, mas quer dizer, já iam com o machado de guerra na mão, iam para uma confrontação. Iam arrasar tudo o que era feito. Ainda no outro dia, num daqueles programas da RTP-Açores, daqueles das 6 da tarde, estava um senhor padre de São Jorge a falar de todas as virtudes das fajãs e eu telefonei e disse: olhe, eu gostava dizer que as questões técnicas são assim, são assado, e assado. E, o senhor disse: eu não vou comentar o que esse senhor disse, mas e tal, porque o valor, porque os antigos. Portanto, quer dizer, quando as pessoas não querem ver ou se recusam a perceber, não há linguagem passível de comunicar. Portanto, há sempre um momento em que há que tomar uma decisão. Eu acho que não, digamos, aplicar qualquer medida de força, mas a entidade administrante tem que tomar decisões. E, tem que tomar decisões, por vezes, elas são condicionadas. Porque isso implica, em meios pequenos, abrir feridas que se podem reflectir depois no desvio de votos em épocas eleitorais. Mas, quero dizer, eu acho que do ponto de vista técnico, e aqui interessa-me sobretudo a questão técnica, nós não podemos escamotear a verdade. E, a verdade quando é afirmar esta é uma zona em que o risco é elevado, nós não podemos contornar isso. E, as pessoas têm que perceber isso. Agora, o que é importante, é chegar a uma situação em que se diz: como é que se contorna essa situação. E, como é que se contorna essa situação? É se as pessoas acederem a acatar algumas sugestões. Por exemplo, em algumas localidades, por exemplo, no caso de São Jorge, eu sei que houve fajãs em que entrou uma máquina para abrir o início de um caminho, sem pedir autorização previamente, e depois de terem começado a fazer as obras, disseram “Bom, nós temos uma nascente que queremos captar ali em baixo e precisamos de transportar material.” Portanto, isso é uma forma sub-reptícia dar início à abertura do caminho, ver se se consegue, digamos, ludibriar a própria administração que tem poder legislativo ou, pelo menos, poder de autorizar estas obras e depois da política, do facto consumado, quem chegou aqui faz a nascente e depois continua a obra até à fajã. O que é que se está a fazer? Está-se a criar mais instabilidade e depois começam a descer viaturas, e depois os terrenos estão saturados de água, uma viatura empurra um bocado, o terreno cede e depois tem de ir outra máquina reparar e, no fundo, nós estamos a criar instabilidade. Eu posso-lhe dizer uma coisa, eu sei que em São Jorge muitas das fajãs, pessoal que trabalha nas autarquias passa lá diariamente para limpar pedras que caem na estrada. E, eu pergunto, embora isso não seja reportado dessa maneira, nós sabemos que essas coisas acontecem. Como é que é possível nós negarmos essas evidências?

HB: E, não acha que o Governo Regional ou as entidades competentes deviam fazer algo mais direccionado para a população para um alerta, para uma consciencialização? Utilizar a televisão, por exemplo?

RC: Eu vou-lhe dizer uma coisa... eu vou-lhe dar um exemplo que não tem exactamente a ver com isso, mas que, para mim, enquanto docente surtia muito efeito. Eu, durante vários anos, dei uma disciplina de (não se percebe)... e, depois havia alguns alunos que faziam estágios profissionalizantes quando faziam a licenciatura em Biologia-Geologia. E, depois tinham de fazer um trabalho e vinham-me propor: olhe, diga-me o que é que devo fazer? E eu dizia, olhe uma coisa que eu acho que é importante é sensibilizar as crianças, sensibilizar os jovens estudantes. Portanto, se vocês fizerem um trabalho sobre a gestão de resíduos, o que é que se deve fazer, a recolha selectiva, alertar para a colocação de resíduos, as boas práticas no consumo da água. Portanto, sensibilizem as crianças na escola, envolvam as crianças nesses trabalhos que isso depois vai surtir efeito. O que é que acontecia? De facto, esses alunos estagiários envolviam as crianças, as crianças, por sua vez, transportavam para as suas residências alguns destes conceitos, debatiam essas questões com os familiares e acabavam por levantar problemas que, no fundo, eram questões quês as pessoas tinham..., porque se formos para aí fazer uma entrevista de rua e perguntarmos: eh! Senhor. O senhor preocupa-se com o ambiente. Oh! Senhor, eu preocupo-me imenso com o ambiente! E, depois vamos para a estrada e vê-se gente a atirar latas de Coca-Cola e pacotes disso e pacotes daquilo. Portanto, quer dizer, há que sensibilizar. Portanto, em meu entender, qualquer coisa que tenha de se fazer passa por uma via de educação. Passa por educação e por uma acção continuada dos professores ao nível das escolas do pré-primário, do primário e depois ao longo da vida de formação de estudantes no ensino secundário. Portanto, esta componente é extremamente importante, e as outras componentes e uma coisa que eventualmente, o governo e as próprias autarquias, poderiam fazer e de certa maneira o governo faz um pouco através das ecotecas e de algum dessas coisas, sensibilizar as pessoas. Mas, não tenhamos dúvidas, enquanto houver interesses inconfessados, nós nunca vamos conseguir debater as coisas de uma forma franca. Porque, no fundo o objectivo é, nem que seja pela porta do cavalo, conseguir autorização para fazer a obra. E, isso é mau ordenamento.

HB: Essas pessoas que se estavam a “atrever” a ter esse tipo de atitudes estiveram presentes na sessão pública ou foram só representadas?

RC: Não, algumas dessas pessoas estiveram presentes. Algumas dessas pessoas estiveram presentes com o argumento que aquilo sempre existiu, as pessoas sempre

foram para ali e que nunca houve problemas. E, o que acontece é que nós temos imagens e temos fotografias de problemas que surgem ao longo dos tempos. Eu tenho imagens e posso mostrar-lhe, depois, se quiser, um dia com mais calma, eu posso mostrar-lhe uma data de escorregamentos e de coisas que aconteceram dessa natureza.

HB: E, durante a apresentação na sessão pública isso foi tudo exposto?

RC: Epá, eu mostrei fotografias. Porque quando a entidade administrante autoriza é automaticamente co-responsável pela autorização. E, isto é assim, quando nós autorizamos e quando se dá a anuência para fazer obras em zonas de perigo, o que é que acontece? Epá, se nós autorizamos, somos umas excelentes pessoas, não dificultamos nem nada. Mas, se acontecer alguma coisa e houver danos materiais nos bens das pessoas, eles olham para o governo e dizem, e agora quem é que vai pagar isso? E, agora eu pergunto: Será que nós temos capacidade económica para fazer... Eu posso-lhe dizer, alguns destes caminhos... a recuperação desses caminhos são milhões de euros. E, eu pergunto, é viável? Nós, como região, temos capacidade económica para fazer isso? Não temos. Epá, nós não temos o problema do saneamento básico resolvido em muitas ilhas. Isto quer dizer que as pessoas continuam a ter esgotos a contaminar as águas. Nós continuamos a ter problemas seríssimos dessa natureza, não temos que definir prioridades? É evidente que temos! Portanto, quer dizer, não é má vontade. Eu também chego a uma fajã de São Jorge, como cidadão, e fico deliciado porque aquilo é quase um paraíso. Agora, eu tenho de ter consciência de quais são as reais situações que estão ali. Muitas vezes é o problema que vem de terra e é o próprio mar que também é agressivo do outro lado. E, o que é que nós vamos fazer às nossas ilhas? Vamos fazer tipo como aquelas para fazer queijos que é pôr uma protecção à volta de tudo? Epá, nós não podemos fazer isso. Porque depois essas obras são muito bonitas, fazem-se mas não ficam feitas. Uma obra marítima entra em trabalho de manutenção a partir do momento em que começa a ser construída. Nós vemos! Olhe, por exemplo, o porto da Praia da Vitória foi um porto construído com todas as seguranças, já levou dezenas de milhões de euros para recuperar dos temporais. Opá, mas eu aí admito que é uma obra que serve uma população de 70 mil pessoas e que agora está a ser vista como uma plataforma para a circulação de mercadorias, e nem quero discutir isso. Ou seja, há interesses colectivos que devem ser preservados. Agora, estas coisas, nós temos que ter cuidado. Porque se nós vamos licenciar isso tudo, nós estamos tramados. Portanto, os processos de participação pública só são eficazes se houver sensibilidade, se houver urbanidade por parte das populações. Se as populações se recusarem a reconhecer o problema, não há como. A não ser explicando as coisas e tomando uma decisão que, por vezes, tem que ser autoritária. Pá! Tem que ser. Nós temos os nossos filhos, nós

procuramos fazer pedagogia, mas chega a um momento que os nossos argumentos todos não são suficientes e nós temos que dizer não se faz, e acabou. Pronto, quer dizer. Eu acho que todos nós passamos por isso, tentamos pegar em tudo o que aprendemos das questões pedagógicas e explicar porque é que isto é perigoso, porque é que isto é assim e porque é que... quer dizer, os miúdos também fazem birras e os grandes também fazem. É isto que está em causa. Epá, eu não trabalho com coisas caídas do céu. Isto são argumentos e, algumas dessas coisas são mostradas às pessoas e as pessoas recusam-se a ver aquilo.

E educação ambiental é um processo continuado. Se nós formos ver uma coisa, a produção de resíduos hoje é muito mais complexa daquilo que era há 50 anos atrás. Para já não havia sacos de plástico, os restos de comida eram para os porcos ou para as galinhas, ou não sei quê, por vezes, muitos dos excrementos eram para as estrumeiras que depois eram utilizados para fertilizantes. Nós íamos fazer as compras e as pessoas levavam uma cesta de vimes e traziam as coisas numa cesta de vimes ou num cesto e levavam uma garrafa para trazer o azeite, levavam uma garrafa para trazer o petróleo, compravam uma garrafa de vinho e depois aquela garrafa servia para ir buscar vinho tirado da pipa e tinham uma lata que era para trazer o petróleo para o fogão e sabíamos que os pacotinhos de açúcar vinha envolto em papelinhos e, naquela altura, se calhar, nem toda a gente tinha posses para adquirir papel higiénico... Portanto, tudo isto era reciclado. Tudo isto era aproveitadíssimo. Claro que se produziam resíduos, mas não era da maneira que se produz hoje em dia. Hoje em dia, com avinda do plástico, a quantidade de produtos plásticos e de produtos que são deterioráveis e que nós estamos a colocar para o lixo, é uma coisa impressionante. Ora, se não houver uma educação continuada as pessoas não se sensibilizam para isso. As pessoas, agora estão a ser sensibilizadas para a recolha selectiva. Isso é importante que se faça. Nos Estados Unidos, esta fase já passou. Eles não passam todos os dias a recolher lixo. Passam uma vez por semana para recolher os produtos seleccionados e vão seleccionar. E, se as pessoas não fazem a recolha selectiva são multadas. Enquanto, hoje, aqui nos Açores, basta nós irmos passear ao longo das ilhas e ver a quantidade de entulho que se coloca nas bermas da estrada por todo o lado. Portanto, não pelo facto de as pessoas não serem informadas, as pessoas são informadas, agora, têm é uma atitude passiva e displicente relativamente a isso. Portanto, há que educar, mas também, nós temos que ver uma coisa, se as pessoas não estiverem interessadas em participar não há educação que chegue.

HB: E, geralmente, as pessoas estão interessadas em participar quando há um ponto que lhes afecte, não é?

RC: Eu diria que sim. As pessoas, pá, custa-me dizer isso, mas as pessoas são egoístas. As pessoas são egoístas. E, se houver a possibilidade entre de ir assistir a um jogo de futebol ou assistir a uma outra coisa e ir assistir a uma sessão dessas, as pessoas optam por aquilo que lhes dá mais gozo. Portanto, isso é assim. Eu posso lhe dizer que isso passou-se nos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, passou-se nas Sete Cidades, por exemplo, com o Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica, eu tive discussões imensas, eu tive discussões imensas nas Sete Cidades. Até, inclusivamente, eu falei com os herdeiros do Eng.º Caetano de Andrade por causa de alguns caminhos e de terrenos que pertenciam e eles disseram: nós cedemos o terreno para fazer caminhos alternativos deste que seja do interesse da colectividade e do nosso interesse. Eu fui falar com alguns dos rendeiros e, os rendeiros tinham algumas propriedades e diziam: ah, mas isso vai-me tirar aqui..., e eu dizia: mas, oh, senhor, mas esse terreno não é seu, mas o senhor em contrapartida vai ter um caminho de acesso que melhora, porque o senhor vai partir menos molas do seu jipe ou da sua carrinha que vai levar carga, vai desgastar menos os pneus, vai preservar melhor a sua viatura. Está bem, mas então, eu quero um muro. E, esse muro, ... oh, senhor, isso vai ser um muro de cimento que a gente vai tentar fazer aqui, e .. Não. Não. Isso é um muro de leivas e o que vocês vão fazer aqui é cortar leivas e pôr leivas em cima de leivas para fazer o muro. Eh, senhor, se eu for cortar erva e, colocar erva sobre erva sem terra o que vai acontecer é que aquela matéria orgânica vai apodrecer toda e não faz muro nenhum. Mas, está assim, e é assim que eu quero. Portanto, eu tive afrontas dessa natureza. Portanto, não se consegue. Epa, eu falei com eles com a mesma abertura, com o mesmo nível de linguagem a explicar as coisas, a dizer que vamos fazer assim, o senhor ganha com isso, o senhor ganha com aquilo e foram irredutíveis. E, algumas dessas coisas tem que ver com outros assuntos. Com o quê? Algumas das pessoas estavam interessadas que se fizesse o resgate de algumas explorações agrícolas, mas por preços perfeitamente exorbitantes. Eu disse, eh, senhor diga-me uma coisa, eu bem sei que aqui há um património importante que é uma lagoa, mas repare uma coisa, se eu for fazer um resgate, ou se o governo for fazer um resgate da sua propriedade e dos seus animais por um preço, qualquer cidadão dos Açores vai-me perguntar: oh, amigo, eu sou filho de quem? Não tenho os mesmos direitos? E, o que o senhor está fazendo é criando um problema porque está inflacionando tudo isto, está desregrando tudo isto, e mais, o próprio dinheiro que existe para essas coisas não dá para fazer absolutamente nada. Portanto, se não houver uma colaboração por parte das pessoas, nós não conseguimos fazer.

HB: E, o papel das ONGA nessa questão?

RC: Olhe, eu posso-lhe dizer uma coisa, e eu sou suspeito porque eu sou sócio da Quercus, sou sócio dos amigos dos Açores e assisti a participações muito interessantes por parte das ONGA, muito conscientes e assisti, em algumas circunstâncias, a uma participação, digamos, menos interessada, menos interventiva no sentido em que, por vezes, as questões, portanto, eles davam os seus pareceres nos quadros da legalidade, mas esperava-se que tivessem uma participação mais rica. E, eu percebo que, por vezes, nem sempre essas ONGA têm quadros suficientes e não têm associados que sejam especializados em algumas dessas áreas. Mas, de uma forma geral, as ONGA tinham perfeita consciência dos problemas e, aliás, posso-lhe dizer uma coisa, no caso da Fajã do Calhau aqui em São Miguel, a Quercus teve um papel incansável, a Quercus teve um papel incansável. E, mais uma vez, nós chegamos a uma situação em que há interesses de uma população ou, por vezes, interesses de mais do que um grupo e por mais que se sensibilize, por mais que se levante os problemas, por vezes, a grande falha é havendo a informação científica e havendo a informação técnica operacionalizar os Planos. Isto é, passa-los a letra de lei e pô-los efectivamente em acção. Eu posso-lhe dizer uma coisa, enquanto se teve a fazer o Plano de Orla Costeira de Santa Maria, houve ali uma fase em que o Plano ainda não tinha possibilidade de fazer uma data de restrições e houve uma data de obras que foram autorizadas que, agora, uma vez concluído o Plano se verificou que eram obras feitas em zonas que nunca deviam ter sido autorizadas. Portanto, e isto aí, eu não posso deixar de dizer que a própria autarquia teve responsabilidade. Doa a quem doer essas coisas têm que ser ditas. E, portanto, o que é... e, porque é que isto acontece assim? Porque por vezes a proximidade ao invés de promover o diálogo, só serve para permitir uma maior pressão. Vamos lá a ver uma coisa, lá aquele sujeito que está lá em São Miguel, eu não o conheço, o engenheiro, mas vão lá a uma pessoa da Câmara e dizem: epa, então, agora tanto que eu estou à espera daquilo e vocês estão encravando aquilo. Epa, vocês não se esqueçam que vai haver eleições, e depois os votos. E, cá está. As pessoas, às vezes, atemorizam-se e ao invés de tomarem decisões conscientes acabam por ser coniventes com coisas que não são correctas.

HB: Mas, cá está, se as pessoas também tivessem a informação prévia das situações...

VC: Epá. Vamos a ver uma coisa. Eu percebo o que é que quer me dizer, mas ter uma atitude cívica e ser um cidadão consciente também não é ficar à espera que chegue tudo. Hoje em dia, com os meios de comunicação que existem, inclusivamente, em alguns sites do próprio governo, pode junto de alguns organismos do governo, basta as pessoas dirigirem-se e aconselharem-se, falarem com alguém que trabalha nos Serviços Ambientais da ilha ou nos serviços técnicos da Câmara ou..., opa, diga-me uma coisa, eu gostava de fazer isso, o que é que você acha, o que é que você pensa. Muitas vezes,

não é nada isso. As pessoas, às vezes, sabem que têm casas construídas no leito de ribeira e querem recuperá-las assim. Veja o que aconteceu na Madeira. Veja o que voltou a acontecer na Madeira.

HB: Mas, a Madeira é um caso fora do normal dada a configuração geográfica...

RC: Eu concordo consigo. É importante, eventualmente, uma maior participação, divulgação, uma componente educativa. Eu digo, ao nível dos jovens e ao nível das pessoas que estão numa altura que são capazes de aprender mais facilmente e terem ainda tempo para porem em prática muitos dos novos hábitos e das aprendizagens. As pessoas com mais idade podem ser positivamente influenciadas, mas são pessoas mais maduras, adultas e é preciso que queiram colaborar. Porque eu posso ir fazer uma sessão de esclarecimento, posso sensibilizar as pessoas, e as pessoas, nós voltamos as costas e eles dizem: eu tenho entulho para ir despejar, mas alugar uma carrinha para ir despejar lá em baixa custa 100 euros e eu aqui com uma curva ali a seguir despejo aquilo para a ribeira e são mais 100 euros para comprar um leão de loiça para o corredor. Infelizmente, nós vemos coisas dessas.

HB: Como é que vê a extinção do Conselho Regional da Água?

RC: Eu não concordo com essa medida. Eu acho que o Conselho Regional da Água poderia ter um papel bastante importante exactamente integrando uma participação alargada desde a sociedade civil através das ONGAS, através de pessoas que estão colocadas em determinadas áreas sensíveis, conjuntamente com técnicos com formação na área, e poderia ser um espaço privilegiado para o diálogo, para o esclarecimento, e para definir estratégias e, para dar, inclusivamente, cobertura e apoio a algumas decisões governamentais. Eu acho que a extinção deste conselho não é uma boa medida. Aliás, nós tivemos duas reuniões ou três reuniões, no tempo ainda em que eu fui director regional, e depois no tempo da Dra. Ana Paula Marques ainda houve uma outra reunião. E, depois daí para cá nunca mais reuniu. Esse Conselho regional não tinha nenhum presidente remunerado nem nada disso, tinha algumas convidadas. Muitas das pessoas que integravam eram funcionários do Estado dos diversos organismos e quando eram convocados a única que se teria de fazer era, digamos, pagar as ajudas de custo e a deslocação e a viagem. Mas, isso é uma coisa que se faz em tantas reuniões de tantas comissões. Eu acho que o Conselho Regional da Água era útil e extremamente importante para a gestão dos recursos hídricos da região.

HB: Ou seja, ao fim ao cabo veio por enfraquecer um bocado a informação e a participação pública?

RC: Completamente, e se quiser a minha opinião, é um erro político. E, em última análise é um erro estratégico.

HB: E a extinção da Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos?

RC: Eu sou suspeito porque eu fui director Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos. E, tive o prazer de trabalhar numa direcção regional com gente competente e que desenvolvia um trabalho importantíssimo na gestão de recursos hídricos, sobretudo nas zonas das captações e nas zonas sensíveis, no fundo, nas fontes, nas origens da água e, ao nível do ordenamento do território, os planos do ordenamento do território passaram quase integralmente pela direcção regional e, tanto na direcção de serviços de recursos hídricos como na direcção de serviços do ordenamento do território havia, e há um conjunto de pessoas extremamente capazes que deveria desenvolver a suas actividade enquanto direcção regional. Portanto, o que vai acontecer é que a direcção regional deixa de existir, passa a estar sob a alçada de um director do Ambiente que está no Faial. Portanto, eu acho que ao invés de agilizar processos estamos a dificultar o funcionamento da máquina. E, devo dizer com franqueza que, não quero estar aqui a fazer juízos de valor sobre quais são as áreas mais ou menos importantes, porque a pensar desta forma, nós acabaríamos por ter todo o governo aqui em São Miguel, porque mais de 50% da população dos Açores está aqui. Agora, áreas tão importantes como é o caso do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos aonde o maior número de pedidos e solicitações é feito para aqui e aonde o quadro técnico desta direcção regional está aqui, digamos, esta medida o que vai fazer é aumentar os custos de funcionamento e deixar de agilizar. Porque eu vou-lhe dizer uma coisa, muitos destes documentos têm prazos muito curtos para responder e a circulação de documentos por mais agilizada que seja mesmo com os processos electrónicos, a circulação, por vezes, é morosa e impede que sejam tomadas decisões em tempo útil para permitir o licenciamento e a autorização. Eu digo-lhe uma coisa...

HB: Ou seja, a própria informação interna vai acabar por ser dificultada também?

RC: Repare uma coisa, é tão simples quanto isso...há determinadas responsabilidades que estão na alçada do director regional. Qualquer documento que tenha que chegar ao director regional tem que chegar à Horta e depois tem que ser devolvido da Horta para aqui. O que existia anteriormente era que existiam direcções regionais em São Miguel e no Faial, havia a Direcção regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos em São Miguel, e a Direcção Regional do Ambiente na Horta e, existiam os Serviços de Ambiente de ilha para a maior parte das ilhas que acabavam por receber essa

informação e redireccionar, porque isso faz sentido, porque uma ilha com 5 mil habitantes, o número de processos e a complexidade dos processos não é a mesma do que existia aqui. E, eu agora, pergunto: eu, enquanto fui Director Regional desloquei-me muitas vezes para ver situações no terreno das mais variadas índoles. E, eu pergunto, como é que um Director Regional do Ambiente tendo todo o ambiente a seu cargo, tendo isso tudo, quer dizer, ele vai ter de delegar as suas competências. E, no fundo o que é que vai acontecer: o Director Regional vai ter uma função muitíssimo mais burocrática, muitíssimo mais distante dos problemas e vai ter de depender muito mais do apoio técnico do seu staff.

HB: ... ou seja, isso vai afectar a informação e a participação pública?

RC: As pessoas não deixam de lá estar, as pessoas não deixam de lá estar e os técnicos não deixam de lá estar. Agora, eu digo-lhe uma coisa, se eu trabalhasse num sítio desses e se visse uma extensão de uma direcção regional da qual eu tive e tenho muito orgulho em ter pertencido, e as pessoas que lá estão e que dão a cara e que investem o seu tempo, e que vestem a camisola para estas situações eu ficaria no mínimo desmotivado. Mas, apesar disso, eu tenho impressão que aquelas pessoas têm excelentes condições profissionais e humanas ainda vão continuar a lutar. Agora, na realidade isso acaba por vir complicar o processo.

Anexo 5

Entrevista com o Dr. Mário Belo Maciel

HB: Eu começaria por lhe pedir para fazer uma breve caracterização do Núcleo da Quercus em São Miguel.

MM: O Núcleo da Quercus é um, digamos, um pólo dessa grande organização nacional de conservação da natureza que é a Quercus. Dentro do possível, tem reclamado para si autonomia de actuação, dentro do possível, dado que a Organização é de âmbito nacional, tem os seus núcleos e o núcleo dos Açores não foge à regra. Todavia, sendo a nossa região autónoma muito específica e de ter um estatuto político próprio, os direitos da Quercus sempre procuraram ter uma actuação que, por um lado que respeitasse os estatutos nacionais, mas também que fosse muito identificativa dos problemas açorianos, designadamente da ilha de São Miguel. Porque o núcleo da Quercus cedia atenção a São Miguel, de certa forma, especializou-se e preocupou-se mais com problemas da ilha de São Miguel. Não esquecendo os outros problemas açorianos, mas de facto teve uma

acção mais vincada na ilha de São Miguel. É um núcleo que teve uma acção preponderante, em termos mediáticos, com o seu dirigente já falecido, Veríssimo Borges, sobretudo na área dos Recursos Hídricos, com muitas batalhas contra a eutrofização, também na área do tratamento dos resíduos sólidos urbanos, foi uma área em que a Quercus sempre se debateu com muita abnegação, procurando encontrar soluções, por exemplo, que evitassem a eliminação por incineração que nós somos totalmente contra. Na questão da reciclagem, a Quercus participou activamente em Comissões do Governo, não deste, dos anteriores governos do PS e mesmo do PSD, em que delineamos estratégias para a gestão dos resíduos sólidos urbanos. E, acho que mesmo a grande bandeira da Quercus que nós ainda empunhamos é que, dentro das nossas dificuldades e limitações, é a defesa da qualidade dos recursos hídricos, designadamente das nossas Lagoas que continuam eutrofizadas. E, portanto, recursos hídricos, resíduos sólidos, e outras questões mais pontuais sempre preocuparam a Quercus.

HB: Quando é que foi formado o núcleo da Quercus na ilha de São Miguel?

MM: O núcleo da Quercus em São Miguel, tendo impressão que é na década de oitenta que arranca, em 1986, tenho a impressão, agora não posso precisar, mas depois posso-lhe dar esta data com mais precisão e, desde aí tem tido uma acção continua. Essa acção foi perturbada pela doença e depois falecimento do seu líder, Veríssimo Borges, que teve sempre uma dedicação extrema ao núcleo e o núcleo sentiu a sua falta.

HB: Quantos membros tinha o núcleo nessa altura?

MM. Bem, os membros da Quercus sempre foram diminutos, em termos de associados. O associativismo ambiental nos Açores nunca angariou grande número de sócios pagantes. Simpatizantes temos tal como as outras associações. De qualquer forma, a simpatia é mais um dado muito volátil porque quando se trata de querer colaboração concreta e organizar acções o número de participantes é sempre diminuto. E, portanto, nós encontramos grandes dificuldades na mobilização e não é por falta de esforço nosso na mobilização das populações. Parece-me que há uma grande indiferença e resignação com algumas práticas ambientais que não sendo as mais correctas e as pessoas, talvez, achem que é um esforço inglório ou inútil estar a tomar posição pública contra elas.

HB: A que acha que isso se deve?

MM: Acho que é uma forma de mentalidade. Acho que é uma questão de mentalidade, desde logo, associada a um certo comodismo e conformismo da parte dos cidadãos.

HB: Acha que também poderá ser devido a um grau de iliteracia ambiental?

MM: Também, também. Há um grande desconhecimento da linguagem ambientalista. As escolas têm feito um trabalho magnífico neste aspecto. Sendo eu professor, posso testemunhar que as escolas, não só através dos seus conteúdos programáticos que já incluem conceitos de ecologia e ambientalismo vastos, mas sobretudo através de iniciativas que os professores levam a cabo como no programa de eco-escolas, reciclagem de resíduos, visitas de estudo.

HB: Essas iniciativas desenvolvidas nas escolas são tomadas pelas próprias escolas ou...?

MM: Pelas próprias escolas. Aí há que dar todo o mérito às escolas. Obviamente, às vezes, em parcerias com associações ambientalistas, às vezes, pedindo apoio ao Governo, mas aqui a iniciativa parte das escolas. As escolas têm-se afirmado como um veículo de promoção ambiental muito, muito importante. E, não se pode assacar o mérito ao Governo nem às Associações Ambientalistas, é às escolas. Obviamente que às vezes há parcerias com as escolas. Sessões em que ambientalistas vão esclarecer, vão elucidar. Mas, a escola tem tido um papel importante na educação das novas gerações e penso que essas novas gerações também influenciam os próprios pais. Não quero dizer que os modifiquem por completo, mas deixam uma influência positiva sobretudo em boas práticas ambientais ligadas ao lixo, ligadas à preservação do ambiente, à conservação da natureza, boas práticas ambientais em geral, como o respeito pelos seus filhos, não maltratar os animais, reconhecer o valor das espécies endémicas e sobretudo ter esta consciência que nós vivemos numa região que é internacionalmente reconhecida pelo seu valor ambiental, nada mais. Os Açores são conhecidos pelo seu valor ambiental, pela beleza da sua natureza e pelo cuidado que ainda ..., eu não diria cuidado, mas pela preservação que ainda é possível observar nas nove ilhas em termos ambientais. Ou seja, não somos propriamente uma região em que o ambiente esteja delapidado de forma irreversível, mas há preocupações fortes.

HB: Quais são as maiores preocupações da Quercus?

MM: Tendo em conta o crescimento dos aglomerados populacionais e a produção de lixo que tem tido um incremento enorme, sem dúvida que há que arranjar uma solução para os aterros sanitários que estão esgotadíssimos. A solução do aterro sanitário de São Miguel já começou mal porque, prevendo-se um tempo de vida útil de oito anos, ao fim de três ou quatro anos, eles já estava bastante esgotado. Nós sempre defendemos um incremento na reciclagem e achamos que a melhor filosofia é não desvalorizar o resíduo em si, mas valorizá-lo pela reciclagem. Ora, quando se aposta forte, como vai acontecer infelizmente, contra a nossa opinião, num modelo de incineração, estamos a lançar uma

imagem errada de que, afinal, a reciclagem não tem mérito. Estamos a lançar uma imagem errada para a opinião pública que “façam lixo que isso é tudo para queimar”. Não devia ser assim. Mesmo com esse argumento que é falacioso da produção de energia eléctrica que será sempre uma produção residual, quando a própria central de tratamento ainda alguma será injectada na EDA, mas a EDA não está à espera daquela produção energética na zona do aterro para aumentar a sua produção. Nós achamos que é um erro pela poluição atmosférica, pelas toxinas que cientificamente estão demonstradas que apesar da qualidade dos filtros ainda são emitidas, e sobretudo por essa mentalidade que despreza o valor do resíduo pela reciclagem. Não é nesse sentido que caminham nos países mais evoluídos ambientalmente. E, mesmo alguns os países que se entusiasmarão com incineradoras, estão a reduzi-las drasticamente. Para já, num país em crise, uma incineradora é caríssima. Achamos que há situações e situações. Mas, nós poderíamos ter aqui, nos Açores, uma atitude ambientalmente mais construtiva e mais amiga do ambiente. Numa ilha onde, às vezes, a situações desesperadas, que levem à instalação de uma incineradora. Uma incineradora é caríssima, a sua manutenção é caríssima. E, portanto, há também grandes interesses económicos por detrás disso que a Quercus, não sendo ingénua, quer também assinalar. Grandes interesses económicos ligados a fabricantes de incineradoras e de montagem da fábrica e de manutenção da fábrica. Além disso, São Miguel, muito lentamente, avança no caminho do aumento da reciclagem. Tem havido melhorias significativas, mas ainda estamos com percentagens de reciclagem muito aquém do desejável. Há exportação para o continente, mas devíamos apostar ainda mais, com mais vigor, na reciclagem dos resíduos.

HB: E, problemas ambientais na área dos recursos hídricos?

MM: Como já disse a nossa grande preocupação neste momento continua a ser a eutrofização das Lagoas. E, também não nos iludamos., A nossa água também não a qualidade que, às vezes, as pessoas pensam que tem. Não sendo uma água de má qualidade, já foi melhor. Porque há muitas nascentes cujos perímetros não estão protegidos. O governo já legislou na matéria, mas é preciso avançar. O Plano Regional da Água prevê isso de forma muito incisiva. Não pode haver aglomerados de animais, nem produção pecuária junto a nascentes e as captações têm de estar muito protegidas contra intrusões e animais e humanas. Portanto, o excesso de fertilização que existe, acarreta a contaminação dos solos e, por inerência, dos aquíferos. E, portanto, nós temos águas com problemas de contaminação de nitratos e fosfatos – isso, águas subterrâneas. Também com contaminação fecal de animais. E, as Lagoas. O eterno problema que se arrasta desde a década de oitenta. É toda uma acumulação excessiva de nutrientes,

resultantes do excessivo encabeçamento em zonas nevrálgicas das Lagoas que há muito tempo deviam estar libertas do encabeçamento excessivo e deviam estar florestadas e fizeram arroteias e portanto, há muita pastagem, mas agora o governo tem um plano de florestação gigantesco e nós apelamos que esse plano incida em zonas ecologicamente sensíveis como as margens das lagoas. E, as Sete Cidades é um problema diferente do das Furnas. Porque as Sete Cidades tem uma comunidade que, sem dúvida, precisa de sobreviver também com a pecuária. E, nós sempre dissemos, tanto actual direcção como as direcções anteriores, que era necessário indemnizar as pessoas. Porque não podem abandonar a sua actividade. Nós, Quercus, sempre nos debatemos por uma interligação forte entre o Governo e a população das Sete Cidades, estudando caso-a-caso. Quem dependia da pecuária e esse estudo significaria que as pessoas receberiam ajudas comunitárias até, porque não, porque aquilo é uma zona internacionalmente reconhecida como sendo de grande interesse ecológico e geológico, para reduzir o seu efectivo bovino ou mesmo abandonado a sua actividade, quem o quisesse. Nós sempre tivemos uma atitude conciliatória, nesse aspecto. A situação foi-se arrastando ou por falta de vontade política ou por falta de investimento no plano de Ordenamento bacia hidrográfica das Setes Cidades entretanto aprovado, porque o Plano levou anos para fazer. Houve uma fase em que a Quercus apelou à elaboração de um plano e foram anos, e disseram que não havia plano.

HB: E, como é que foi feito este apelo? Como é que interagem com as instituições governamentais, em termos de comunicação?

MM: A Quercus teve historicamente uma atitude que, acho que uma ONGA deve ter, de denúncia utilizando a comunicação social que, também desperta para o assunto, procurava a opinião da Quercus, como é evidente, e não só, de outras organizações, mas a Quercus nessa altura estava muito activa. Fazendo protestos, aproveitando a vinda inclusivamente de destacados políticos nacionais, Presidente da República, primeiros-ministros, para com mais algumas acções mais mediáticas, de chamar a atenção. Lembro-me que, quando veio cá Mário Soares na presidência aberta, a Quercus teve uma acção na Lagoa (que nessa altura era o grupo SOS Lagoas)...

HB: Esse grupo pertencia...?

MM: Esse grupo era um grupo de activistas da Quercus. E, depois esse grupo desfez-se.

Mas, a Quercus sempre teve um discurso de defesa da Lagoa das Sete Cidades e das Furnas, mas nunca com radicalismos ecologistas, ou seja, nunca esquecendo que as Sete Cidades também é aquela freguesia e aquelas pessoas. Não querendo fazer daquilo

um santuário, digamos só ambientalista, esquecendo que aquilo é também uma paisagem humanizada. E portanto, o Homem também construiu aquela paisagem. Foi a geologia, foi o vulcão há muitos milhões de anos, mas também foi o Homem e vive da terra. Nós achamos que o Governo deveria ter um diálogo caso-a-caso com aquelas pessoas porque tem havido períodos que nos parece que o assunto está a avançar e outros...

HB: E, como é que esse diálogo pode ser estabelecido?

MM: As famílias estão todas identificadas. O governo tem toda a informação e agora é avançar com o Plano. Inclusivamente, o Plano...Há pouca informação sobre...

HB: Era precisamente esse o ponto da minha próxima questão. Como é que a Quercus tem acesso à informação?

MM: A Quercus tem actualmente grande dificuldade no acesso à informação. E, como é que pode ter acesso à informação se o Governo não tem espaços de diálogo com as Associações Ambientalistas? Esta direcção tem dois anos de actividade, e só uma vez, podemos falar face-a-face ou cara-a-cara com o Secretário Regional do Ambiente e do Mar numa reunião por ele convocada com outras ONGA.

HB: Essa reunião foi no âmbito do CRADS?

MM: Não. Foi numa reunião fora desse espaço e, em São Miguel, na sequência de uma visita dele à ilha de São Miguel. E, portanto, achamos que devia haver mais oportunidades de diálogo. Há esse conselho que, por razões diversas, nós temos tido dificuldades em comparecer, mas ele também reúne raramente.

HB: Por lei, são duas vezes, por ano.

MM: Sim, são duas vezes. Mas, nós temos tido também grandes dificuldades, como todas as Organizações, de obter informação concreta de projectos, o que acontecia mais no passado...

HB: E, isso devia-se a quê?

MM: Não sei. Deve-se talvez, penso eu... a uma presunção do próprio governo de que as Associações já não são os tais parceiros na elaboração das políticas com o mérito que deviam ter. Ou seja, eu acho que o governo desvaloriza, neste momento, desvaloriza o papel das Associações na construção da sua estratégia ambiental. Porque acha que essas associações que não têm alguma mais-valia a dar, acha que elas estão

desmobilizadas, eventualmente, que estão sem entusiasmo que estão desmobilizadas. Acho que não se preocupa se quer em chamar a si o contributo dessas Associações. Isso é mau como procedimento político desde logo, porque demonstra uma atitude nem democrática nem aberta à sociedade. E, é mau também, porque as Associações têm pessoas com muita experiência e muito conhecimento dos problemas ambientais açorianos e eles só ganhariam em saber a sua opinião.

HB: Das informações que conseguiram obter até à data, daquelas informações que conseguiram obter, como é que conseguiram obtê-las? Através de que veículos?

MM: Nós obtemos pedindo por ofício informações aos membros do governo o que nem sempre é possível.

HB: Não é possível obter essas informações?

MM: Não, não é. Por exemplo, a questão..., ainda recentemente, eu dei uma entrevista a uma jornalista do Diário de Notícias que veio cá precisamente por causa da qualidade dos recursos hídricos açorianos e em particular sobre a eutrofização das Lagoas, e os dados disponíveis sobre a redução do encabeçamento de bovino que o PRA obriga que fique no 0,9, para aí, já foi 3, por hectare de pastagem forrageira, os dados que ela conseguiu apurar e que nós já suspeitávamos que estavam desactualizados e que nós nunca tivemos acesso a eles porque pedimos e não nos deram, são de 2005. E, portanto, há cinco anos, eu não sei como, de desactualização em matéria de ...

HB: Acha que há falta de monitorização?

MM: Há falta de monitorização, claramente, ou então, não há vontade política e é o que nós suspeitamos de dizer à população que a redução do encabeçamento de bovino não está a decorrer de acordo com o exigido pelo PRA.

HB: Ou seja, há falta de transparência?

MM: Há. Há reserva de informação. Porque eu tenho a certeza que o encabeçamento não está ao nível dos parâmetros exigidos no PRA. E, então, não convém dizer isso. Quanto ao Plano de Ordenamento Hidrográfico da Lagoa das Sete Cidades, o Secretário Regional do Ambiente e do Mar, nessa reunião, lançou umas ideias que nos pareceu serem bastante preocupantes, designadamente de asfaltar vias em torno das Sete Cidades que actualmente são em terra batida, com o argumento técnico para não carregar mais carga sólida para a Lagoa, mas nós ficamos muito preocupados com isso porque nós não queremos que a Lagoa das Sete de Cidades fique transformada num parque de estacionamento, com carrinhas de comes e bebes. A Lagoa das Sete Cidades

tem a sua mística própria como a Lagoa do Fogo que queriam estragar com um passadio também por cima e, que nós, Quercus conseguimos através de uma grande luta mediática, hum..., na televisão, e evitamos. A Lagoa das Sete Cidades, nós admitimos que... A Lagoa do Fogo é diferente – é um santuário, isso sim, é um santuário, além de ser uma reserva estratégica de água para a ilha de São Miguel, porque há muita água que bebemos que vem dali. A Lagoa das Sete Cidades tem a questão da freguesia, das pessoas, pronto. Nós achamos que o ambiente é para ser usufruído pelas pessoas. Mas, já li, foi na comunicação social, grandes euforias, construção de praias fluviais e construções de...

HB: Ou seja, estas informações a Quercus obtém é através da Comunicação Social? Não há canais de comunicação?

MM: Não, não há canais de ligação. Nós queríamos esses canais, mas já percebemos que esses canais... é preciso haver uma reciprocidade para haver comunicação e nós não conseguimos. Não há canais de ligação porque eles entendem que podem delinear as suas estratégias sem nós, portanto, a nossa fraqueza também deriva dessa...

HB: Mas, isso sempre foi assim ou...?

MM: Nem sempre foi assim, mas sempre houve grandes dificuldades. Nem sempre foi assim. Actualmente, acho que esse problema agudizou-se, porque as próprias associações vivem uma situação muito difícil, não só em termos financeiros, mas também em termos de afirmação, reconhecimento, e de sobretudo de angariação de cooperantes. Não me refiro só em termos financeiros, mas em termos de dedicação, de cidadania, pessoas que voluntariamente se associem, e podíamos estar aqui a explanar, desde logo a desmotivação, desinteresse, conformismo, inclusivamente, há pessoas que já foram grandes activistas ambientais e entretanto, a vida vai passando e passam por outras fases da sua vida e isso pertence ao passado. Mas, o que eu noto é que a própria juventude que devia ser um referencial na defesa de valores ambientais, não noto jovens a entrar pela porta da Quercus e perguntar o que é que há para fazer, estou disponível.

HB. E, agora, fazendo a pergunta ao contrário, o que é que a Quercus tem feito para cativar a atenção dos jovens?

MM: Dentro das suas enormes dificuldades, que nós reconhecemos, esta direcção foi uma direcção que herdou uma situação muito difícil, e conseguiu que, felizmente, a porta não fechasse. Mas, isso já foi a muito custo. Nós temos desenvolvido algumas campanhas de sensibilização, temos lançado, por exemplo, houve um concerto nas Sete Cidades e nós marcamos presença com um quiosque e com umas tascas tentando

angariar Jovens para a nossa causa, temos aproveitado todas as solicitações que a comunicação social nos tem dado para darmos a nossa opinião. Temos aproveitado tudo. E, temos um blog onde de forma activa publicamos as nossas opiniões e, pouco mais podemos fazer. E ter um papel de alerta.

HB. Falando em financiamento, considera que a Quercus ou os dirigentes da Quercus estão inteirados dos planos de financiamento disponíveis?

MM: Nós tivemos, digamos, a anterior direcção teve um problema de relacionamento financeiro com o governo que não nos compete a nós, somos alheios a isso. Nós quando chegamos, a Quercus não tinha dívidas, mas tinha esse assunto pendente. Um problema de relacionamento no plano financeiro, de apoios do governo, mas isso remete para anteriores direcções. Esta direcção quando assumiu a responsabilidade de dirigir a Quercus, verificou que de facto que não havia compromissos pesados a pagar. Não. Mas, o que é facto é que as nossas receitas são muito frágeis e daí as nossas dificuldades.

HB: Não têm cotas?

MM: Isso é uma organização nacional, as cotas são dadas a nível nacional e eles devolvem cerca de 40%. E, temos dificuldades em pagar a nossa renda, temos feito um grande sacrifício...

HB: Têm sede própria?

MM: Temos sede própria arrendada. Temos sede própria o que é uma mais-valia. Mas, temo-nos movido com muitas dificuldades financeiras, porque inclusivamente, o governo mudou a legislação de apoio às ONGA, exigindo ao Núcleo da Quercus ao invés dos 50 sócios que exigiram para as outras de cariz regional, para nós exigiram-nos que fossem 100, o dobro. E, portanto, nós na altura manifestamos a nossa discordância. É um critério absurdo, mas nós fizemos um esforço para a angariação de sócios e conseguimos ultrapassar a fasquia dos 100. De qualquer forma, esta lei... já tínhamos perdido o comboio dos apoios neste ano. Esta lei, só pode dar apoios só para o ano. Na Quercus neste momento, esta direcção está a terminar o seu mandato este ano, onde em Março irá decorrer uma Assembleia Geral...e, esperamos que apareçam sócios para continuar a actividade deste núcleo que tem história e, não é só isso, é uma associação da conservação da natureza importantíssima em Portugal e tem muito que fazer aqui nos Açores, muito que fazer. Tem muitas causas que se deve e pode debater. Obviamente que esta direcção deixará a Quercus na melhor situação possível. Nós não queremos, e

estamos a trabalhar para isso e está tudo bem encaminhado para que a próxima direcção a existir tenha condições de trabalho. O nosso objectivo nesse momento é esse.

HB: Quando a Quercus desenvolve actividade como é que as divulgam?

MM: Nós não somos um partido político, como é evidente. Nem temos natureza partidária como é evidente. Nós somos totalmente isentos nesse aspecto e temos uma boa colaboração com a comunicação social...

HB: Mas, é em geral, ou é mais voltada para a imprensa?

MM: É mais para a imprensa. Mas, o que é um facto é que a televisão esporadicamente e ainda hoje o presidente da Quercus vai dar uma entrevista à televisão sobre precisamente o Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades que é o assunto que novamente começa a estar...

HB: Em que canal?

MM: É na RTP Açores. E, obviamente que a televisão procura, a imprensa também. Porque a comunicação social, não estando alheada dos problemas açorianos, obviamente que as questões ambientais são um caso à parte de uma estratégia de desenvolvimento. E, nós entendemos que uma estratégia de desenvolvimento tem que ter uma componente ambientalista porque senão não é desenvolvimento a sério. Portanto, a comunicação social faz eco também de denúncias, faz eco de situações que observa porque o jornalista é um observador e, nós também. Outra coisa que eu lhe queria dizer é que a Quercus recebe, via telefone, via presencial e via mail, muitas denúncias de cidadãos. Por exemplo, nós recebemos muitas denúncias relativamente aos maus cheiros das pocilgas ou da empresa que cria porcos no Cabouco. E, também temos recebido... ainda no outro dia um senhor procurou-me preocupado com as podas excessivas no jardim. E, portanto, nós temos uns cidadãos que, numa atitude cívica, procuram, as associações ambientalistas para serem a voz das suas preocupações. Agora, o que nós também, às vezes, constatamos é que os cidadãos têm medo de dar o rosto e que as associações ambientalistas são muitas vezes uma espécie de advogados de defesa que patrocinam de forma voluntária e gratuita as suas causas, nas quais eles têm interesse, como é evidente, mas depois quando se trata de fazer “finca-pé” e dar a cara, os cidadãos, às vezes, não competem. Um caso concreto, quando essa empresa espanhola das SCUT que está aí, a Ferrovia, e começou a desventrar a ilha de São Miguel, e a construir essa cicatriz vai ficar para sempre, que são as SCUT, foi preciso movimentar muitos solos. E, esses solos foram despejados arbitrariamente em terrenos privados com agricultores indefesos a assistir àquilo. Foi uma violação dos direitos da

propriedade. E, nós alertamos para isso por carta e desde logo nessa reunião como o Secretário Regional de Ambiente e do Mar em linguagem dura e firme. E, os cidadãos procuraram a Quercus. Ia haver uma reunião em Água de Pau para resolver esse assunto. E, o presidente da Quercus esteve lá, foi solidário com eles e perante a comunicação social, foi o porta-voz das suas preocupações. Dias depois, já não havia descontentamentos. Já não havia cidadãos e aquela reunião tinha sido uma reunião fantasma. Porque entretanto, o secretário regional, e cá está o poder exercido, a *posteriori* e não por diálogo, já se tinha reunido com eles, já tinha arranjado estratégias de compensação (não sei quais) e aquilo desmobilizou. Ou seja, bastou desmobilizar alguns para os restantes ficarem desorientados. E, portanto, a Quercus sentiu-se, de certa forma, desanimada com isso, porque é mais uma espécie de uma lança que é usada, mas depois o exército não está, desaparece. E, portanto, isso é uma questão sintomática de como está a sociedade. A sociedade está egocêntrica, egoísta e olha para as organizações como lanças dos seus interesses mas depois deixa-nos sozinhos. Ou seja, o pilar das ONGA é muito idealismo, sem dúvida, mas muita independência, muita isenção e muita cidadania. Muita cidadania. O que não se compadece com essas estratégias com esses truques para compensar e dar cidadãos, portanto, truques políticos. Truques políticos. E, portanto, que nos movemos que é um terreno muito difícil. Para não falar dos interesses que as ONGA às vezes tocam em nome da defesa do ambiente e que são interesses poderosíssimos económico-financeiros. Poderosíssimos. Portanto, é por isso que muitas vezes os ambientalistas são menosprezados, humilhados com frases nos jornais depreciativas, bastantes depreciativas, às vezes, como, por exemplo, a nossa luta na Fajã do Calhau, também foi uma luta... nós também publicamos fotografias, nós também denunciámos sempre com grandes comentários depreciativos das pessoas que acham que deve haver uma estrada ali.

HB: Entre as vossas publicações, existem algumas publicações científicas?

MM: Nós, esta direcção, criamos um conselho científico presidido pelo ilustre professor Farias Martins e inclusivamente houve aqui uma palestra dele sobre questões científicas importantes com a autoridade científica que lhe é devida. É claro que esse conselho científico não produziu aquilo que nós queríamos que produzisse. Mas, a nossa intenção era que no âmbito desse conselho científico se produzissem artigos científicos, reflexões na área do ambiente e, não só na geologia, na biologia, também o Dr. Rui Coutinho, antigo dirigente da Quercus e que é também o nosso colaborador, mas pronto. Não foi possível, reconhecemos que esse conselho científico produzisse aquele caudal de artigos e trabalhos que nós queríamos.

HB: E isso deveu-se a quê?

MM: Isso deveu-se a um clima de desmobilização entre a anterior direcção e esta, a nossa. Não estou a falar de desconfiança relativamente a nós, não. A anterior direcção teve muitos problemas, porque houve uma comissão que ficou em gestão demasiado tempo e houve muitas lutas internas e as pessoas ficaram dilaceradas. E, quando esta direcção chegou não foi possível reunir as pessoas que tinham estado na Quercus anteriormente. Umas porque acharam por bem terminar o seu contributo cívico, respeitavelmente, outras porque estavam desavindas, outras porque iniciaram outros projectos na sua vida, inclusivamente de natureza política e partidária. Enfim, seguiram outras trajectórias. Em, isso também foi uma razão pela qual esta direcção olhou em redor e verificou que tinha pouco apoio, pouca gente. Todavia, com grande persistência nossa conseguimos cumprir o nosso mandato.

HB: As áreas de formação dos sócios, são todas da área do ambiente?

MM: Diversas. Nós somos muito ecléticos. Nós temos um psicólogo, um biólogo, tem outra especializada em radiologia e ecografia, mas uma ambientalista de excelente qualidade. A Quercus sempre foi muito eclética.

Nós notamos que em matéria de debate político ambiental não há uma presença forte do Departamento Ambiental, do titular no próprio reconhecimento desses problemas, mas isso também faz parte de um problema de subalternização cultural que existe nos Açores em matéria de assunto ambientais.

As associações ambientalistas são vistas de soslaio, com desconfiança, como forças de bloqueio, são vistas como elementos algo estéticos que apenas querem é bloquear e criar problemas, aliás demasiado sensíveis, com questões que o governo em si, o decisor em si, não valoriza e daí que decorrem daí comentários, às, vezes, injustos. Porque se uma região, como essas, não tem como principal vector orientador a defesa ambiental e a preocupação constante na conservação da natureza e na preservação das suas áreas protegidas.

HB: Pode-se dizer que há falta de vontade política?

MM: Há. Há falta de vontade política, há falta de diálogo, há falta de transparência, há falta de circulação de informação entre as ONGA e o governo, pois esse circuito está fechado.

HB: Como é que acha que o Governo deve facultar essas informações?

MM: Eu acho que devia haver da parte do decisor político do governo uma manifestação de vontade clara para se encontrar com as ONGA para haver encontros periódicos...

HB: Mas, o Governo também pode dizer o mesmo em relação às ONGA, não?

MM: Eles podem dizer e eles vão dizer isso. Simplesmente, enquanto as ONGA enquanto não tiverem atrás de si a força representativa que deviam ter e a robustez financeira e em termos de sócios e voluntariado e iniciativas, fica difícil chegar com peso ao decisor político, o decisor político se não se sentir muito pressionado, e se não sentir que a ONGA não tem impacto, não reconhece e desvaloriza.

Reconhecemos que as ONGA, umas mais do que outras, estão todas numa encruzilhada de um misto de interrogação e desmotivação de como é que podem participar de forma diferente sem os modelos estafados do passado na política ambiental.

HB: A Quercus já emitiu pareceres?

MM: Já. Já participamos. Chegamos a enviar pareceres diversos para a Assembleia Regional. No passado mais do que actualmente, esta direcção enviou poucos, mas tem conhecimento de que nas anteriores direcções havia uma prática, uma boa prática mais regular de pedir parecer às Associações. Mas, isso toca aqui também num assunto importante. Eles, de facto, já nos pediram um parecer, mas um parecer não pode ser algo banal. Tem de se fazer uma reflexão muito aprofundada, tem de ser uma reflexão feita com conhecimento de causa, e há assuntos que, se há membros da Quercus que dominam determinados assuntos, noutros não dominam. E, aí põe-se a questão da Quercus ter de recorrer, ter de pagar as especialistas para fazer esses parecer e nós não temos verbas para tal. Portanto, pedir um parecer muito especializado a uma ONGA exige auscultar a opinião desses especialistas. Porque nós temos as nossas formações e podemos fazer um parecer generalista, mas às vezes, as leis são demasiado aprofundadas e exigem pareceres de grande minúcia. E isso exige pedir a opinião a especialistas e nós não temos dinheiro para isso. Isso, já dissemos uma vez ao Governo. Ainda recentemente fiz um parecer sobre sacos-plásticos, uma iniciativa do Bloco de Esquerda m que nos pediu opinião e fiz o parecer, porque achei que tinha em condições, em nome da Quercus, de escrever o parecer.

Anexo 6

Correlação entre concepções ambientais e frequência televisionamento de géneros de programas

Correlations																
	Índice Antropocêntrico	Índice Biocêntrico	Índice Tecnocêntrico	Noticiários/Telemjornais	Telenovelas	Filmes/Séries	Comédia	Concursos	Ambiente	Cultura	Documentários	Ciência	Desporto	Infantil e Juvenil	Debates/Entrevistas	Reality Shows
Spearman's rho	Correlation Coefficient	1.000	-.585**	-.116	.010	-.042	-.024	.008	-.106	.137	.021	.102	.106	.037	.004	-.080
	Sig. (2-tailed)		.000	.211	.911	.653	.796	.928	.258	.140	.825	.276	.256	.692	.970	.394
	N	119	119	119	118	115	117	117	117	118	117	116	117	117	117	115
Índice Biocêntrico	Correlation Coefficient	-.585**	1.000	-.610**	-.123	.139	.139	.086	.198*	-.265**	-.134	-.142	-.200*	.042	-.006	-.148
	Sig. (2-tailed)	.000		.000	.184	.140	.135	.358	.032	.004	.151	.128	.031	.649	.945	.038
	N	119	119	119	118	115	117	117	117	118	117	116	117	117	117	115
Índice Tecnocêntrico	Correlation Coefficient	-.116	-.610**	1.000	.110	-.169	-.120	-.167	-.214*	.131	.059	.082	.070	-.112	-.032	-.220*
	Sig. (2-tailed)	.211	.000		.237	.072	.198	.071	.021	.159	.528	.383	.452	.229	.731	.018
	N	119	119	119	118	115	117	117	117	118	117	116	117	117	117	115
Noticiários/Telemjornais	Correlation Coefficient	.010	-.123	.110	1.000	-.163	-.047	-.175	-.171	.209*	.112	.134	.139	.135	.011	.523**
	Sig. (2-tailed)	.911	.184	.237		.081	.618	.058	.066	.024	.230	.150	.138	.148	.906	.462
	N	118	118	118	115	117	117	117	117	117	117	116	116	117	117	115
Telenovelas	Correlation Coefficient	-.042	.139	-.169	-.163	1.000	.119	.224*	.416**	-.093	-.094	-.246**	-.192*	-.038	.310**	.586**
	Sig. (2-tailed)	.653	.140	.072	.081		.208	.017	.000	.327	.319	.009	.041	.685	.001	.000
	N	115	115	115	115	115	114	114	114	114	114	113	113	114	114	112
Filmes/Séries	Correlation Coefficient	-.024	.139	-.120	-.047	.119	1.000	.421**	.338**	.024	.103	.233*	.153	.110	.044	.260**
	Sig. (2-tailed)	.796	.135	.198	.618	.208		.000	.000	.802	.272	.012	.103	.239	.636	.005
	N	117	117	117	117	114	117	117	116	116	116	115	115	116	116	114
Comédia	Correlation Coefficient	.008	.086	-.167	-.175	.224*	.421**	1.000	.379**	.038	.057	-.006	.109	.111	.228*	.293*
	Sig. (2-tailed)	.928	.358	.071	.058	.017	.000		.000	.683	.545	.948	.245	.233	.014	.002
	N	117	117	117	117	114	117	117	116	116	116	115	115	116	116	114
Concursos	Correlation Coefficient	-.106	.198*	-.214*	-.171	.416**	.338**	.379**	1.000	-.067	.068	-.009	-.038	.172	.189*	.596**
	Sig. (2-tailed)	.258	.032	.021	.066	.000	.000	.000		.474	.466	.922	.689	.065	.041	.000
	N	117	117	117	117	114	116	116	117	116	116	116	116	116	117	115
Ambiente	Correlation Coefficient	.137	-.265**	.131	.209*	-.093	.024	.038	-.067	1.000	.265**	.470**	.810**	.119	.014	.267**
	Sig. (2-tailed)	.140	.004	.159	.024	.327	.802	.683	.474		.004	.000	.000	.205	.884	.269
	N	118	118	118	117	114	116	116	116	116	116	115	117	116	116	114
Cultura	Correlation Coefficient	.021	-.134	.059	.112	-.094	.103	.057	.068	.265**	1.000	.298**	.231*	-.047	-.002	.372**
	Sig. (2-tailed)	.825	.151	.528	.230	.319	.272	.545	.466	.004		.001	.013	.618	.984	.195
	N	117	117	117	117	114	116	116	116	116	117	115	115	116	116	114
Documentários	Correlation Coefficient	.102	-.142	.082	.134	-.246**	.233*	-.006	-.009	.470**	.298*	1.000	.536**	.270*	-.086	.281**
	Sig. (2-tailed)	.276	.128	.383	.150	.009	.012	.948	.922	.000	.001		.000	.004	.359	.298
	N	116	116	116	116	113	115	115	116	115	115	116	115	115	116	114
Ciência	Correlation Coefficient	.106	-.200*	.070	.139	-.192*	.153	.109	-.038	.810**	.231*	.536**	1.000	.151	.006	.191*
	Sig. (2-tailed)	.256	.031	.452	.138	.041	.103	.245	.689	.000	.013	.000		.108	.952	.220
	N	117	117	117	116	113	115	115	116	117	115	115	117	115	116	114
Desporto	Correlation Coefficient	.037	.042	-.112	.135	-.038	.110	.111	.172	.119	-.047	.270**	.151	1.000	.083	.255**
	Sig. (2-tailed)	.692	.649	.229	.148	.685	.239	.233	.065	.205	.618	.004	.108		.374	.006
	N	117	117	117	117	114	116	116	116	116	116	115	115	117	116	114
Infantil e Juvenil	Correlation Coefficient	.004	-.006	-.032	.011	.310**	.044	.228*	.189*	.014	-.002	-.086	.006	.083	1.000	.048
	Sig. (2-tailed)	.970	.945	.731	.906	.001	.636	.014	.041	.884	.984	.359	.952	.374		.806
	N	117	117	117	117	114	116	116	117	116	116	116	116	116	117	115
Debates/Entrevistas	Correlation Coefficient	.096	-.148	.009	.523**	-.010	-.044	-.145	-.074	.267**	.372**	.281**	.191*	.255**	.048	1.000
	Sig. (2-tailed)	.302	.112	.920	.000	.912	.642	.120	.430	.004	.000	.002	.041	.006	.606	.265
	N	117	117	117	117	114	116	116	116	116	116	115	115	116	116	114
Reality Shows	Correlation Coefficient	-.080	.193*	-.220*	-.069	.586**	.260**	.293**	.596**	-.104	-.122	-.098	-.116	.112	.310**	1.000
	Sig. (2-tailed)	.394	.038	.018	.462	.000	.005	.002	.000	.269	.195	.298	.220	.236	.001	.265
	N	115	115	115	115	112	114	114	115	114	114	114	114	114	115	115

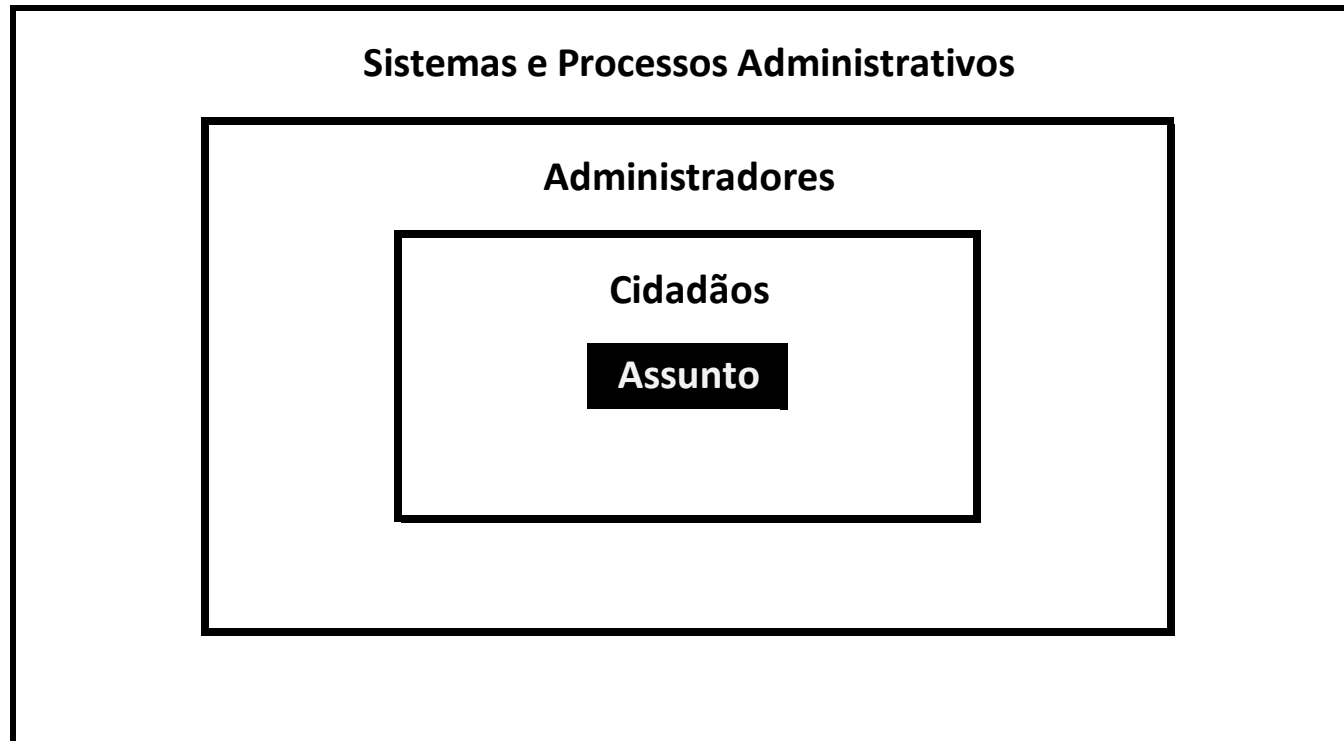
** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).
 * . Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Anexo 7

Comparação entre Participação Autêntica e Não Autêntica

	Participação Não Autêntica	Participação Autêntica
Estilo de Interação	Conflitoso	Colaborativo
Procura de Participação	Depois do Plano elaborado e decisões tomadas	Antecipação, antes de qualquer elaboração
Papel do Administrador	Especialista/Técnico/Gestor	Técnico/Governante Colaborativo
Competências administrativas necessárias	Técnica; de Gestão	Técnicas, competências interpessoais, discursivas, facilitação
Papel do Cidadão	Parceiro Diferente	Parceiro Igual
Competências de cidadania necessárias	Nenhumas	Cívicas, Competências de participação, competências discursivas
Visão do "outro"	Desconfiança	Confiança
Processo administrativo	Estático, invisível e fechado	Dinâmico, visível e aberto
Opções do Cidadão	Reactiva	Proactiva ou reactiva
Contributos dos Cidadãos	Buy-in	Design
Administrator output	Decisão	Processo
Tempo de Decisão	Aparentemente curto e fácil, mas por vezes envolve um retrocesso e um refazer baseado na reação do cidadão	Aparentemente longo e complexo mas geralmente não requer um refazer porque os cidadãos têm sido envolvidos desde sempre; poderá demorar menos tempo a chegar a decisões do que através dos processos tradicionais
A Decisão é tomada	Pelo administrador/político e, ou processos administrativos talvez na consulta de cidadãos	Emerge como resultado dos discursos; igualdade de oportunidade para todos discursarem e influenciarem os resultados

Anexo 8



Contexto de Autêntica Participação (in King, Cheryl, 1998, 321)

Anexo 9

Ultrapassar barreiras para uma autentica participação: Recomendações práticas

Barreiras	Concedendo poder e educando os cidadãos	Reeducando os administradores	Capacitar Sistemas e Processos Administrativos
Realidades do dia-a-dia	Falar com administradores; estabelecer relações face-a-face	Tome iniciativa para falar com os cidadãos; estabeleça relações face-a-face. Saia e obtenha democracia	Planeie reuniões com calendários flexíveis; multiplas oportunidades
	Prestar atenção		
	Falar com vizinhos; formar relacionamentos com outros na sua área (por interesse ou área geográfica)	Na se separe do seu trabalho; você também é um cidadão Pense sobre a sua vida e planeie os esforços de participação em concordância	Vá ao encontro das pessoas onde elas estão (horas de almoço, creches, escolas, igrejas, lavandarias, etc.)
	Fortalecer economicas locais, enaltecendo os beneficios para as pessoas e para a economia;	Tenha a certeza que os projectos são publicitadosde forma as pessoas serem informadas (planfletos em espaços públicos movimentados, telefonemas, envio de emails, etc).	Utilize recursos electrónicos (mas, não se limite apenas a estes)
Sistemas e Processos Administrativos	Criar oportunidades para as pessoas interagirem umas com as outras.		Providencie on-site, cuidados gratuitos para as ciranças, refeições para um número considerável de participantes, alimentação gratuita, para participantes desfavorecidos
			Procure ter uma representação diversificada
	Ensine os cidadãos a trabalhar no sistema e a trabalhar com o sistema;	Comece a encarar a cidadania como a quarta ramificação do governo; não se pode falar em governabilidade e em governo sem falar de cidadãos	Reúna fontes para os esforços de participação
	Termine com o sentimento de anti-governo educando os cidadãos aobre a necessidade de prática governativas (cerimónias protocolares, etc), assumindo que estas são realizadas num esforço de boa fé de forma a encontrar maneiras de trabalhar efectivamente mais com os cidadãos	Altere o foco da atenção da educação de capacidades de gestão para a atenção de competências de governabilidade	Recompense os administradores pelos seus esforços na participação mude as descrições de funções dos funcionários; a participação deve ser uma profissão integral, e não uma mais-valia;
Técnicas de Participação	Coloque mais ênfase na participação cívica e pública assim como na educação superior. Educar para participar.	Requeira créditos de educação continuada para os administradores que, na prática, sejam inovadores	Reúna as pessoas antes da preparação da agenda; crie equipas de projectos continuados que acompanhem os projectos até ao fim
	Realize workshops com administradores que se focalizem para além das competências discursivas, competências de reunião, e competências de investigação e estatística	Inclua Mestres em Administração Pública e licenciados com formação nas seguintes competências: capacidade de desenvolver uma formação on-site fundada por agências e governo local; competências de facilidade; competências de construção de equipas; competências de desenvolvimento organizacional; competências discursivas; e competências interpersonais.	Mude da ênfase dos papéis de gestão administrativa para papéis de governabilidade
	Realize workshop e oportunidades de formação com administradores antes de iniciar o trabalho com a equipa do projecto		
		Requer a estes currículos alterações para efeitos de preenchimento dos requisitos do modelo de acreditação	Evite técnicas como inquéritos, conselhos e, ou painéis.

Anexo 10

Inquérito Geral

Caracterização do Respondente

Comunicação Ambiental nos Açores: Planeamento dos Recursos Hídricos - Informação e Participação Pública. Os processos comunicativos entre os actores sociais e a sua influência para uma esfera pública activa. Estudo de Caso.

Este inquérito surge no contexto da realização da dissertação de mestrado em Ambiente, Saúde e Segurança do Departamento de Biologia da Universidade dos Açores por parte da mestranda Heraldina Belchior.

Pretende-se com este inquérito avaliar a motivação, interesse, percepção e a participação pública nas tomadas de decisão, assim como compreender e analisar os processos comunicativos entre os actores sociais, nomeadamente, no que se refere às questões relacionadas com os recursos hídricos na Região Autónoma dos Açores.

1 - Ilha

- | | | |
|------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------|
| ☐ Corvo | ☐ Faial | ☐ Flores |
| ☐ Graciosa | ☐ Pico | ☐ Santa Maria |
| ☐ São Jorge | ☐ São Miguel | ☐ Terceira |

2 - Sexo

- | | |
|-----------------------------------|------------------------------------|
| ☐ Feminino | ☐ Masculino |
|-----------------------------------|------------------------------------|

3 - Idade

- | | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| ☐ 15-24 anos | ☐ 25-29 anos | ☐ 30-34 anos |
| ☐ 35-39 anos | ☐ 40-44 anos | ☐ 45-49 anos |
| ☐ 50-54 anos | ☐ 55-59 anos | ☐ 60-64 anos |
| ☐ + 65 anos | | |

4 - Nível de Escolaridade:

- | | | |
|---|---------------------------------------|---|
| ☐ Sem escolaridade | ☐ 1.º ano | ☐ 2.º ano |
| ☐ 3.º ano | ☐ 4.º ano | ☐ 5.º ano |
| ☐ 6.º ano | ☐ 7.º ano | ☐ 8.º ano |
| ☐ 9.º ano | ☐ 10.º ano | ☐ 11.º ano |
| ☐ 12.º ano | ☐ Licenciatura | ☐ Pós-Graduação |
| ☐ Mestrado | ☐ Doutoramento | ☐ Pós-Doutoramento |

4.1 - Área de Formação Académica:

5 - Situação Profissional

- | | |
|--|---|
| ☐ Desempregado (a) | ☐ Doméstico (a) |
| ☐ Empregado (a) por Conta de Outrem | ☐ Estudante |
| ☐ Inválido (a) | ☐ Patrão/Patroa |
| ☐ Reformado (a)/Pensionista | ☐ Trabalhador (a) Independente |
| ☐ Trabalhador(a) - Estudante | |
| ☐ Outra. Qual? _____ | |

6 - Profissão: _____

7 - É sócio ou membro de alguma Associação?

☐

Sim

☐

Não

☐

7.1 - Se sim, qual? _____

8 - Conhece alguma Organização Não Governamental para o Ambiente ou Associação Ambiental?

☐

Sim

☐

Não

☐

NR/NS

8.1 - Se sim, qual ou quais? _____

Percepção

9 - O que lhe vem à mente em primeiro lugar (segundo, terceiro e assim sucessivamente) quando ouve o termo "Ambiente"?

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Natureza	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Terra	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Animais	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Paisagem	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Campo	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Lagoas	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Cidade	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Riscos/Perigos	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Poluição	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Qualidade de Vida	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outros	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

9.1 - Outros. Quais? _____

10 - Como classifica o estado do Ambiente...

	Muito Preocupante	Preocupante	Nem muito Preocupante	nem pouco Preocupante	Pouco Preocupante	Nada Preocupante
No Mundo	☐	☐	☐		☐	☐
Na Europa	☐	☐	☐		☐	☐
Em Portugal	☐	☐	☐		☐	☐
Na Região Autónoma dos Açores	☐	☐	☐		☐	☐
Na sua Ilha	☐	☐	☐		☐	☐
Na sua Cidade	☐	☐	☐		☐	☐
Na sua Freguesia	☐	☐	☐		☐	☐
À volta da sua casa	☐	☐	☐		☐	☐

11 - Com que frequência costuma preocupar-se com os assuntos ambientais da Região Autónoma dos Açores?

- ☐ Muito Frequentemente
- ☐ Frequentemente
- ☐ Ocasionalmente
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca

12 - Enumere aqueles que considera serem os três maiores problemas ambientais na Região Autónoma dos Açores..._____

13 - Qual o grau de preocupação que atribui aos seguintes problemas ambientais?

	Muito Preocupante	Preocupante	Nem Muito nem Pouco Preocupante	Pouco Preocupante	Nada Preocupante
Poluição Atmosférica e Sonora	☐	☐	☐	☐	☐
Alterações Climáticas	☐	☐	☐	☐	☐
Aquecimento global e destruição da camada de ozono	☐	☐	☐	☐	☐
Poluição da água	☐	☐	☐	☐	☐
Escassez de Água	☐	☐	☐	☐	☐
Eutrofização das Lagoas	☐	☐	☐	☐	☐
Espécies em via de extinção	☐	☐	☐	☐	☐
Resíduos sólidos urbanos e resíduos perigosos	☐	☐	☐	☐	☐
Poluição e contaminação dos solos	☐	☐	☐	☐	☐
Desflorestação	☐	☐	☐	☐	☐
Erosão de Arribas nas Orlas Costeiras	☐	☐	☐	☐	☐
Outros	☐	☐	☐	☐	☐

13.1 - Outros. Quais? _____

14 - Como classifica o estado dos Recursos Hídricos...

	Muito Preocupante	Preocupante	Nem muito nem pouco Preocupante	Pouco Preocupante	Nada Preocupante
No Mundo	☐	☐	☐	☐	☐
Na Europa	☐	☐	☐	☐	☐
Em Portugal	☐	☐	☐	☐	☐
Nos Açores	☐	☐	☐	☐	☐
Na sua Ilha	☐	☐	☐	☐	☐
Na sua Cidade	☐	☐	☐	☐	☐
Na sua Freguesia	☐	☐	☐	☐	☐
À volta da sua casa	☐	☐	☐	☐	☐

15 - Como classifica os problemas relacionados com os recursos hídricos da Região Autónoma dos Açores?

	Muito preocupante	Preocupante	Nem muito preocupante nem pouco preocupante	Pouco Preocupante	Nada Preocupante
Saneamento Básico	☐	☐	☐	☐	☐
Abastecimento de água	☐	☐	☐	☐	☐
Qualidade da água para consumo	☐	☐	☐	☐	☐
Eutrofização das Lagoas	☐	☐	☐	☐	☐
Tratamento de Lamas das ETAR	☐	☐	☐	☐	☐
Escassez de Água	☐	☐	☐	☐	☐
Qualidade das Águas Costeiras	☐	☐	☐	☐	☐
Poluição das Ribeiras	☐	☐	☐	☐	☐
Erosão das Costas	☐	☐	☐	☐	☐
Contaminação dos Solos	☐	☐	☐	☐	☐
Outros	☐	☐	☐	☐	☐

15.1 - Outros. Quais? _____

16 - Poupa água na sua casa?



Sim



Não

17 - Com que frequência costuma praticar as seguintes acções na sua casa?

	Muito Frequentemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
Fecho a torneira enquanto lavo os dentes, as mãos ou tomo duche	☐	☐	☐	☐	☐
Certifico-me que a torneira não fica a pingar	☐	☐	☐	☐	☐
Utilizo autoclismos com duas opções de descarga ou com botão de descarga controlada e de baixa capacidade	☐	☐	☐	☐	☐
Certifico-me que após utilização o autoclismo fica bem fechado	☐	☐	☐	☐	☐
Tomo duche ao invés de banho de imersão	☐	☐	☐	☐	☐
Utilizo as máquinas de lavar com carga completa	☐	☐	☐	☐	☐
Selecciono programas de lavagem com menor consumo de água e sem ciclos desnecessários (enxaguamento ou pré-lavagem)	☐	☐	☐	☐	☐
Compro equipamentos “Classe A”	☐	☐	☐	☐	☐
Durante a cozedura de alimentos reduzo a quantidade de água na panela e coloco sempre a tampa	☐	☐	☐	☐	☐
Utilizo um recipiente para lavar os alimentos	☐	☐	☐	☐	☐
Evito descongelar alimentos com água corrente, opto por descongelamento ao natural	☐	☐	☐	☐	☐
Varro os pavimentos antes da lavagem	☐	☐	☐	☐	☐

Lavo o veículo o mais depressa possível e fecho a água, enquanto aplico o detergente	☐	☐	☐	☐	☐
Opto por lavar o veículo em estações de serviço	☐	☐	☐	☐	☐
Rego no início da manhã ou ao final do dia	☐	☐	☐	☐	☐
Invisto em equipamentos de rega eficientes (gota-a-gota, aspersão, etc.)	☐	☐	☐	☐	☐
Cultivo plantas e árvores autóctones, por exemplo, alecrim, rosmaninho ou sobreiros e azinheiras	☐	☐	☐	☐	☐
Opto por espécies vegetais resistentes à seca	☐	☐	☐	☐	☐

18 - Que nível de importância atribui aos seguintes sectores económicos para o desenvolvimento regional?

	Muito Importante	Importante	Nem muito nem pouco Importante	Pouco Importante	Nada Importante
Indústria	☐	☐	☐	☐	☐
Agricultura	☐	☐	☐	☐	☐
Novas Tecnologias e Investigação	☐	☐	☐	☐	☐
Energia	☐	☐	☐	☐	☐
Comércio	☐	☐	☐	☐	☐
Cultura	☐	☐	☐	☐	☐
Turismo	☐	☐	☐	☐	☐
Floresta	☐	☐	☐	☐	☐
Serviços	☐	☐	☐	☐	☐
Ambiente	☐	☐	☐	☐	☐
Desporto	☐	☐	☐	☐	☐
Educação/Formação	☐	☐	☐	☐	☐
Outros	☐	☐	☐	☐	☐

18.1 - Outros. Quais? _____

19 - Na sua opinião, quem deve agir em prol da protecção dos Recursos Hídricos? (Selecione um máximo de três opções):

- ☐ O Governo Regional dos Açores
- ☐ As autarquias
- ☐ As Associações Ambientais
- ☐ A comunicação Social
- ☐ As empresas Privadas
- ☐ Os cidadãos
- ☐ Outros

19.1 - Outros. Quais? _____

Conhecimento

20 - Qual o grau de informação que tem sobre as questões ambientais...

	Muito Informado	Informado	Nem Muito nem Pouco Informado	Pouco Informado	Nada Informado
Na Região Autónoma dos Açores	☐	☐	☐	☐	☐
Na sua ilha	☐	☐	☐	☐	☐
No seu Concelho	☐	☐	☐	☐	☐
Na sua Cidade	☐	☐	☐	☐	☐
Na sua Freguesia	☐	☐	☐	☐	☐

21 - Como classifica a qualidade da água de consumo...

	Muito Boa	Boa	Nem Boa nem Má	Má	Muito Má	NS/NR
Na Região Autónoma dos Açores	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Na sua Ilha	☐	☐	☐	☐	☐	☐
No seu Concelho	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Na sua Cidade	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Na sua Freguesia	☐	☐	☐	☐	☐	☐

22 - Em média, faz ideia de quantos litros de água canalizada gasta por dia na sua casa?

- ☐ + 150 litros
- ☐ Entre 100 a 150 litros
- ☐ Entre 75 a 100 litros
- ☐ Entre 50 a 75 litros
- ☐ - 50 litros
- ☐ NS/NR

23 - Quanto é que você costuma pagar mensalmente pelo consumo de água na sua casa?

- ☐ + 30 euros
- ☐ 20 - 25 euros
- ☐ 15 a 20 euros
- ☐ 10 a 15 euros
- ☐ - 10 euros
- ☐ NS/NR

24 – Já ouviu falar de...

Sim Não

Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

☐ ☐

Plano Regional da Água

☐ ☐

Plano de Gestão dos Recursos Hídricos de Ilha

☐ ☐

Plano de Ordenamento do Território

☐ ☐

Plano de Ordenamento da Orla Costeira

☐ ☐

Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas

☐ ☐

Questões Significativas Para a Gestão da Água na Região Hidrográfica dos Açores (QsiGA)

☐ ☐

25 - No âmbito do Governo Regional dos Açores, qual a entidade responsável pelos Recursos Hídricos na Região Autónoma dos Açores (RAA)?

☐

Secretaria Regional da Educação e Formação

☐

Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos

☐

Secretaria Regional da Economia

☐

Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social

☐

Secretaria Regional da Agricultura e Florestas

☐

Secretaria Regional do Ambiente e do Mar

☐

Secretaria Regional da Saúde

☐

NS/NR

Participação Pública

26 - Com que frequência debate sobre assuntos de natureza ambiental com outras pessoas?

☐

Muito Frequentemente

☐

Frequentemente

☐

Ocasionalmente

☐

Raramente

☐

Nunca

☐

NS/NR

26.1 - Com quem ou com que entidades? _____

27 - Relativamente a questões ambientais, já alguma vez participou com a sua opinião, questão, ou comentário em algum programa de televisão, rádio ou escrevendo algum artigo de opinião para um jornal ou em algum espaço da internet?

☐

Sim

☐

Não

28 - Já alguma vez participou numa sessão pública ou debate sobre as questões ambientais da Região Autónoma dos Açores?

☐

Sim

☐

Não

28.1 - Se sim, como teve conhecimento dessa sessão pública ou debate? _____

29 - Já participou alguma denúncia ambiental?

☐

Sim

☐

Não

29.1 - Se sim, qual ou quais? _____

30 - A que entidade (s) devem os cidadãos dirigir-se para efectuar uma denúncia ambiental? (Escolha um máximo três respostas)

☐

Câmara Municipal

☐

GNR

☐

Jornal

☐

Junta de Freguesia

☐

ONGA/Associação Ambiental

☐

Rádio

☐

SRAM

☐

Televisão

☐

Outras

30.1 - Outras. Quais? _____

31 - Se já efectuou uma denúncia, depois de quanto tempo obteve resposta?

☐

Após 6 semanas

☐

Entre 3 a 6 semanas

☐

Entre 1 a 3 semanas

☐

Na mesma semana

☐

Nunca obtive resposta

☐

NS/NR

32 - Na sua opinião, quais são os canais de comunicação mais adequados para um cidadão participar uma denúncia ambiental? (Escolha no máximo três respostas)

☐

Email

☐

Fax

☐

Ofício

☐

Pessoalmente

☐

Telefone

☐

Outros

Quais? _____

33 - Que importância atribui à participação pública dos cidadãos nos Processos de Tomada de Decisão em matéria ambiental?

- ☐ Muito Importante
- ☐ Importante
- ☐ Nem Muito nem Pouco Importante
- ☐ Pouco Importante
- ☐ Nada Importante

34 – Que formas de participação pública praticou nos últimos cinco anos?

	Sim	Não	NR/NR
Pertencer a um partido político	☐	☐	☐
Votar em eleições	☐	☐	☐
Pertencer a um sindicato	☐	☐	☐
Contactar jornais, rádios ou televisões (opiniões, reclamações, denúncias, etc.)	☐	☐	☐
Subscrever abaixo-assinados	☐	☐	☐
Pertencer a associações cívicas (ambiente, consumo, direitos cidadania, património)	☐	☐	☐
Recorrer à greve	☐	☐	☐
Contactar instituições ou serviços (sugestões, reclamações, etc.)	☐	☐	☐
Manter-se informado sobre questões sociais e políticas	☐	☐	☐
Participar em manifestações	☐	☐	☐
Participar em discussões públicas (avaliações de impactos ambientais, planos urbanísticos, etc.)	☐	☐	☐
Bloqueio de estradas	☐	☐	☐
Pertencer a associações profissionais	☐	☐	☐
Fazer donativos a Instituições	☐	☐	☐
Outras	☐	☐	☐

34.1 - Outras. Quais? _____

35 - Que influência têm as seguintes instituições na sociedade açoriana?

	Muita Influência	Influência	Nem muita nem Pouca Influência	Pouca Influência	Nenhuma Influência
Associações Cívicas (ONGA)	☐	☐	☐	☐	☐
Associações Profissionais	☐	☐	☐	☐	☐
Autarquias	☐	☐	☐	☐	☐
Ciência/Investigação	☐	☐	☐	☐	☐
Comunicação Social	☐	☐	☐	☐	☐
Governo Regional	☐	☐	☐	☐	☐

Grupos Económicos/Empresas	☐	☐	☐	☐	☐
Igreja	☐	☐	☐	☐	☐
Militares	☐	☐	☐	☐	☐
Partidos Políticos	☐	☐	☐	☐	☐
Sindicatos	☐	☐	☐	☐	☐
Universidade	☐	☐	☐	☐	☐

36 - Que influência considera que as seguintes instituições deveriam ter na sociedade açoriana?

	Muito mais influência	Mais Influência	Nem mais nem menos Influência	Menos Influência	Muito menos Influência
Associações Profissionais	☐	☐	☐	☐	☐
Associações Cívicas (ONGA)	☐	☐	☐	☐	☐
Sindicatos	☐	☐	☐	☐	☐
Comunicação Social	☐	☐	☐	☐	☐
Grupos Económicos/Empresas	☐	☐	☐	☐	☐
Governo Regional	☐	☐	☐	☐	☐
Igreja	☐	☐	☐	☐	☐
Universidade	☐	☐	☐	☐	☐
Ciência/Investigação	☐	☐	☐	☐	☐
Partidos Políticos	☐	☐	☐	☐	☐
Autarquias	☐	☐	☐	☐	☐
Militares	☐	☐	☐	☐	☐

37 - Na sua opinião, os seguintes factores conduzem à não-participação por parte dos cidadãos?

	Concordo Totalmente	Concordo	Não Concordo nem Discordo	Discordo	Discordo Totalmente
Falta de informação	☐	☐	☐	☐	☐
Exige muita dedicação e tempo	☐	☐	☐	☐	☐
É muito custoso	☐	☐	☐	☐	☐
A linguagem utilizada é demasiado especializada	☐	☐	☐	☐	☐
O nível educacional das pessoas não permite a compreensão da informação	☐	☐	☐	☐	☐
As pessoas não se importam com esses assuntos	☐	☐	☐	☐	☐
Nem todas as pessoas têm acesso aos canais de informação	☐	☐	☐	☐	☐
As pessoas não têm educação cívica	☐	☐	☐	☐	☐
Falta de transparência política	☐	☐	☐	☐	☐
Outros	☐	☐	☐	☐	☐

37.1 - Outros. Quais? _____

38 - Se pudesse o que que faria para informar, esclarecer e motivar os cidadãos à participação pública, em matéria ambiental? _____

Comunicação

39 – Indique com que regularidade lê os seguintes jornais:

	Mensalmente	Semanalmente	Diariamente	Raramente	Nunca	NS/NR
Diário de Notícias/O Público	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Jornal de Notícias	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Correio da Manhã/24 Horas	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Expresso/Independente	☐	☐	☐	☐	☐	☐
A Bola/O Jogo/Record	☐	☐	☐	☐	☐	☐
O Baluarte	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Açoriano Oriental	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Diário dos Açores/Correio dos Açores	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Expresso das Nove Ilhas	☐	☐	☐	☐	☐	☐
A União	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Diário Insular	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Tribuna das Ilhas	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outros	☐	☐	☐	☐	☐	☐

39.1 - Outros. Quais? _____

40 - Com que regularidade escuta rádio?

	+ 3 horas por dia	2 a 3 horas por dia	1 hora por dia	- 1 hora por dia	Quase Nunca
Durante a Semana	☐	☐	☐	☐	☐
Fim-de-semana	☐	☐	☐	☐	☐

40.1 - Se escuta a rádio, que estações costuma ouvir? _____

41 - Com que regularidade costuma ver televisão?

	+ 3 horas por dia	2 a 3 horas por dia	1 hora por dia	- 1 hora por dia	Quase Nunca
Durante a Semana	☐	☐	☐	☐	☐
Fim-de-semana	☐	☐	☐	☐	☐

42 - Com que frequência assiste aos seguintes canais televisivos?

	Muito Frequentemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
RTP - Açores	☐	☐	☐	☐	☐
RTP 1	☐	☐	☐	☐	☐
RTP 2	☐	☐	☐	☐	☐
RTP N	☐	☐	☐	☐	☐
RTP Memória	☐	☐	☐	☐	☐
RTP África	☐	☐	☐	☐	☐

SIC	☐	☐	☐	☐	☐
SIC Notícias	☐	☐	☐	☐	☐
SIC Mulher	☐	☐	☐	☐	☐
SIC Radical	☐	☐	☐	☐	☐
TVI	☐	☐	☐	☐	☐
TVI 24	☐	☐	☐	☐	☐
Outros Canais	☐	☐	☐	☐	☐

42.1 - Outros. Quais? _____

43 – Com que frequência assiste aos seguintes géneros de programas:

	Muito Frequentemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
Ambiente	☐	☐	☐	☐	☐
Ciência	☐	☐	☐	☐	☐
Comédia	☐	☐	☐	☐	☐
Concursos	☐	☐	☐	☐	☐
Cultura	☐	☐	☐	☐	☐
Debates/Entrevistas	☐	☐	☐	☐	☐
Desporto	☐	☐	☐	☐	☐
Documentários	☐	☐	☐	☐	☐
Filmes/Séries	☐	☐	☐	☐	☐
Infantil e Juvenil	☐	☐	☐	☐	☐
Noticiários/Telejornais	☐	☐	☐	☐	☐
Reality Shows	☐	☐	☐	☐	☐
Telenovelas	☐	☐	☐	☐	☐

44 - Tem computador em casa?

☐ Sim ☐ Não

45 - Tem internet em casa?

☐ Sim ☐ Não

46 - Com que frequência utiliza a internet?

	+ 8 horas por dia	Entre 6 a 8 horas por dia	Entre 4 a 6 horas por dia	Entre 2 a 4 horas por dia	- 2 horas por dia	NS/NR
Durante a Semana	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Fim-de-semana	☐	☐	☐	☐	☐	☐

47 - Com que frequência obtém informações ambientais das seguintes fontes?

	Muito Frequentemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca	NS/NR
Amigos/Família	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Jornal	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Rádio	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Televisão	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Revista	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Sítios da Internet	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Palestras/Seminários/Conferências/ Colóquios/Encontros	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Publicações Científicas	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Reuniões	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Workshops/Ateliers/Ações de Formação	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Panfletos afixados em locais públicos	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outras	☐	☐	☐	☐	☐	☐

47.1 - Outras. Quais? _____

48 - Com que frequência é que a informação e pontos de vista que recebe destas fontes afecta-o (a) pessoalmente nos seus pontos de vista sobre as questões ambientais?

	Muito Frequentemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca	NS/NR
Amigos/Família	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Jornal	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Rádio	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Televisão	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Revista	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Sítios da Internet	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Palestras/Seminários/Conferências/ Colóquios/Encontros	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Publicações Científicas	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Reuniões	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Workshops/Ateliers/Ações de Formação	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Panfletos afixados em locais públicos	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outras	☐	☐	☐	☐	☐	☐

48.1 - Outras. Quais? _____

49 - Como gostaria de ter acesso à informação ambiental? (Escolher 3 respostas)

- ☐ Através do seu envio regular para casa ☐ Através da consulta de sites na Internet ☐
- ☐ Através de informação afixada em locais públicos (centros comerciais, Junta Freguesia, escolas, locais de atendimento ao público de órgãos da Administração) ☐ Através de uma linha telefónica informativa gratuita (linha azul)
- ☐ Através de consulta em associações ambientalistas ou outras associações ☐ Através dos meios de comunicação social ☐
- ☐ Através da consulta em departamentos da Câmara Municipal ou da Direcção Regional do Ambiente ☐ Outras
- ☐ NS/NR

49.1 - Outras. Quais? _____

50 - Com que frequência costuma visitar os seguintes sítios da web?

	Muito Frequentemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca	NS/NR
Portal da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar	☒	☐	☐	☐	☐	☐
Portal de Informação Geográfica da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Portal da Subsecretaria Regional das Pescas	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Portal da Inspeção Regional das Pescas	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Portal da Direcção Regional do Ambiente	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Portal do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Portal da Direcção Regional dos Assuntos do Mar	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Portal da Direcção Regional da Energia	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Portal da Autarquia onde reside	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Portal de ONGA ou Associação Ambiental	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Anexo 11

Inquérito ONGA

Este inquérito surge no contexto da realização da dissertação de mestrado em Ambiente, Saúde e Segurança do Departamento de Biologia da Universidade dos Açores intitulada *Comunicação Ambiental nos Açores: Planeamento dos Recursos Hídricos - Informação e Participação Pública. Os processos comunicativos entre os actores sociais e a sua influência para uma esfera pública activa. Estudo de Caso* por parte da mestranda Heraldina Belchior. Pretende-se com este inquérito avaliar a motivação, interesse, percepção e a participação pública nas tomadas de decisão, assim como compreender e analisar os processos comunicativos entre os actores sociais, nomeadamente, no que se refere às questões relacionadas com os recursos hídricos na Região Autónoma dos Açores.

Caracterização do Respondente

1 - Ilha

- | | | |
|------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------|
| ☐ Corvo | ☐ Faial | ☐ Flores |
| ☐ Graciosa | ☐ Pico | ☐ Santa Maria |
| ☐ São Jorge | ☐ São Miguel | ☐ Terceira |

2 - Sexo

- | | |
|-----------------------------------|------------------------------------|
| ☐ Feminino | ☐ Masculino |
|-----------------------------------|------------------------------------|

3 - Idade

- | | | | |
|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| ☐ 15 – 23 anos | ☐ 24 – 35 anos | ☐ 36 – 49 anos | ☐ 50 - 64 anos |
| ☐ > 65 anos | | | |

4 - Nível de Escolaridade

- | | | |
|---|---------------------------------------|---|
| ☐ Sem escolaridade | ☐ 1.º ano | ☐ 2.º ano |
| ☐ 3.º ano | ☐ 4.º ano | ☐ 5.º ano |
| ☐ 6.º ano | ☐ 7.º ano | ☐ 8.º ano |
| ☐ 9.º ano | ☐ 10.º ano | ☐ 11.º ano |
| ☐ 12.º ano | ☐ Licenciatura | ☐ Pós-Graduação |
| ☐ Mestrado | ☐ Doutoramento | ☐ Pós-Doutoramento |

4.1 - Área de Formação Académica _____

5 - Situação Profissional

- | | |
|--|---|
| ☐ Estudante | ☐ Trabalhador(a) - Estudante |
| ☐ Empregado (a) por Conta de Outrem | ☐ Patrão/Patroa |
| ☐ Trabalhador (a) Independente | ☐ Doméstico (a) |
| ☐ Inválido (a) | ☐ Desempregado (a) |
| ☐ Reformado (a)/Pensionista | |

5.1- Outra. Qual?

6 –Profissão _____

Caracterização da ONGA ou Associação

7 - É membro/sócio de alguma Organização Não Governamental para o Ambiente (ONGA) ou Associação Ambiental na Região Autónoma dos Açores?

☐

Sim

☐

Não

7.1 - Se sim, qual? _____

8 - Em que ano foi fundada a ONGA ou Associação de que é membro/sócio?

☐

Antes de 1980

☐

Entre 1980 e 1990

☐

Entre 1990 e 2000

☐

Entre 2000 e 2010

☐

Depois de 2010

☐

NS/NR

9 - Aquando da sua fundação, a ONGA ou Associação de que é membro/sócio integrava quantos sócios/membros?

☐

> 100 elementos

☐

100 elementos

☐

> 75 elementos

☐

75 elementos

☐

> 50 elementos

☐

50 elementos

☐

> 25 elementos

☐

25 elementos

☐

< 25 elementos

☐

NS/NR

10 - Actualmente, a ONGA ou Associação de que é membro/sócio integra quantos sócios/membros?

☐

> 100 elementos

☐

100 elementos

☐

> 75 elementos

☐

75 elementos

☐

> 50 elementos

☐

50 elementos

☐

> 25 elementos

☐

25 elementos

☐

< 25 elementos

☐

NS/NR

11 - A ONGA ou Associação de que é membro/sócio tem a sua sede num espaço próprio?

☐

Sim

☐

Não

11.1 - Onde? _____

12 - Qual o valor anual estipulado para as quotas?

☐

> 30 euros

☐

25 - 30 euros

☐

20 - 25 euros

☐

15 - 20 euros

☐

10 - 15 euros

☐

< 10 euros

☐

Não há valor estipulado

☐

Não existem quotas

13 - Os pagamentos de quotas pelos membros associados estão regularizados?

☐

Sim

☐

Não

14 - A ONGA ou Associação Ambiental de que é membro/sócio (a) tem sítio na internet?

☐

Sim

☐

Não

14.1 - Se sim, qual o endereço da página web? _____

15 - Quantos colaboradores desenvolvem funções na ONGA ou Associação de que é membro/Sócio?

- | | | |
|-------------------------------|-----------------------------|---------------------------------|
| ☐ > 10 | ☐ 10 | ☐ 9 |
| ☐ 8 | ☐ 7 | ☐ 6 |
| ☐ 5 | ☐ 4 | ☐ 3 |
| ☐ 2 | ☐ 1 | ☐ Nenhum |

16 - Os colaboradores da ONGA ou Associação de que é membro/sócio desempenham funções:

- ☐ A tempo Inteiro ☐ A tempo Parcial

16.1 - Outra. Qual? _____

17 - Os colaboradores da ONGA ou Associação de que é membro/sócio são:

- ☐ Remunerados ☐ Voluntários ☐ Remunerados e Voluntários

17.1 - Outro. Qual? _____

18 - A ONGA ou Associação Ambiental a que pertence está registada no Registo Nacional das ONGA e Equiparadas ou Secretaria Regional do Ambiente e do Mar da Região Autónoma dos Açores?

- | | | |
|---|----------------------------------|----------------------------------|
| ☐ > 10 anos | ☐ 10 anos | ☐ 9 anos |
| ☐ 8 anos | ☐ 7 anos | ☐ 6 anos |
| ☐ 5 anos | ☐ 4 anos | ☐ 3 anos |
| ☐ 2 anos | ☐ 1 ano | ☐ < 1 ano |
| ☐ Não está registada | | |

19 - Quais as fontes de financiamento da ONGA ou Associação de que é membro/sócio?

20 - Quantas vezes a ONGA ou Associação de que é membro/sócio recebeu apoio financeiro no âmbito das suas actividades?

- ☐ > 10 vezes
- ☐ Entre 8 a 10 vezes
- ☐ Entre 6 a 8 vezes
- ☐ Entre 4 a 6 vezes
- ☐ Entre 2 a 4 vezes
- ☐ < 2 vezes
- ☐ Nunca

(Se respondeu nunca, passe para a questão 23)

21 - Em que anos receberam financiamento? _____

22 - Que montantes foram recebidos? _____

23 - As actividades da ONGA ou Associação de que é membro/sócio incidem sobre as áreas geográficas:

	Muito Frequente	Frequente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
Mundo	☐	☐	☐	☐	☐
País	☐	☐	☐	☐	☐
Região	☐	☐	☐	☐	☐
Ilha	☐	☐	☐	☐	☐
Concelho	☐	☐	☐	☐	☐
Cidade	☐	☐	☐	☐	☐
Freguesia	☐	☐	☐	☐	☐
Localidade	☐	☐	☐	☐	☐
Outro	☐	☐	☐	☐	☐

23.1 - Outro. Qual?

24 - Quais as áreas de interesse da ONGA ou Associação de que é membro/sócio?

	Muito Frequentemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
Defesa e conservação do património natural	☐	☐	☐	☐	☐
Educação ambiental	☐	☐	☐	☐	☐
Defesa do património histórico, cultural e arqueológico	☐	☐	☐	☐	☐
Planeamento e ordenamento do território	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos hídricos	☐	☐	☐	☐	☐
Ambiente Global	☐	☐	☐	☐	☐
Defesa de espécies em vias de extinção	☐	☐	☐	☐	☐
Defesa e/ou preservação de sítios classificados	☐	☐	☐	☐	☐
Protecção da floresta	☐	☐	☐	☐	☐
Protecção dos recursos e património marinhos	☐	☐	☐	☐	☐
Qualidade do ar	☐	☐	☐	☐	☐
Solos	☐	☐	☐	☐	☐
Outros	☐	☐	☐	☐	☐

24.1 - Outras áreas. Quais?

Percepção

25 - Como classifica o estado do Ambiente?

	Muito preocupante	Preocupante	Nem muito nem pouco preocupante	Pouco Preocupante	Nada Preocupante	NS/NR
No Mundo	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Na Europa	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Na Região Autónoma dos Açores	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Na sua Ilha	☐	☐	☐	☐	☐	☐
No seu Concelho	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Na sua Localidade	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Na sua vizinhança	☐	☐	☐	☐	☐	☐
À volta da sua casa	☐	☐	☐	☐	☐	☐

26 - Como avalia os problemas ambientais da Região Autónoma dos Açores?

	Muito Preocupante	Preocupante	Nem muito nem pouco preocupante	Pouco Preocupante	Nada Preocupante
Poluição Atmosférica e Sonora	☐	☐	☐	☐	☐
Aquecimento global e destruição da camada de ozono	☐	☐	☐	☐	☐
Poluição da água	☐	☐	☐	☐	☐
Escassez de Água	☐	☐	☐	☐	☐
Eutrofização das Lagoas	☐	☐	☐	☐	☐
Espécies em via de extinção	☐	☐	☐	☐	☐
Resíduos sólidos urbanos e resíduos perigosos	☐	☐	☐	☐	☐
Poluição e contaminação dos solos	☐	☐	☐	☐	☐
Desertificação	☐	☐	☐	☐	☐
Erosão de Arribas nas Orlas Costeiras	☐	☐	☐	☐	☐
Outros	☐	☐	☐	☐	☐

26.1 - Outros. Quais? _____

27 - Como classifica o estado dos Recursos Hídricos na Região Autónoma dos Açores?

- ☐ Muito Preocupante
- ☐ Preocupante
- ☐ Nem muito nem pouco preocupante
- ☐ Pouco Preocupante
- ☐ Nada Preocupante

28 - Como classifica os problemas relacionados com os recursos hídricos da Região Autónoma dos Açores?

	Muito preocupante	Preocupante	Nem muito preocupante	nem pouco preocupante	Pouco Preocupante	Nada Preocupante
Saneamento Básico	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Abastecimento de água	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Qualidade da água para consumo	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Eutrofização das Lagoas	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Tratamento de Lamas das ETAR	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Poupança no consumo de água	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Qualidade das Águas Costeiras	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Poluição das Ribeiras	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Erosão Costeira	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Contaminação dos Solos	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outros	☐	☐	☐	☐	☐	☐

28.1 - Outros. Quais? _____

29 - Que importância atribui aos seguintes Planos de Ordenamento de Bacia Hidrográfica das Lagoas?

	Muito Importante	Importante	Nem Muito Importante	nem Pouco Importante	Pouco Importante	Nada Importante
Fogo	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Furnas	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Sete Cidades	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Branca	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Negra	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Funda	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Comprida	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Rasa	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Lomba	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Patos	☐	☐	☐	☐	☐	☐

30 - Que importância atribui aos seguintes Planos de Ordenamento das Orlas Costeiras?

	Muito Importante	Importante	Nem Muito nem Pouco Importante	Pouco Importante	Nada Importante
Corvo	☐	☐	☐	☐	☐
Faial	☐	☐	☐	☐	☐
Flores	☐	☐	☐	☐	☐
Graciosa	☐	☐	☐	☐	☐
Pico	☐	☐	☐	☐	☐
Santa Maria	☐	☐	☐	☐	☐
São Jorge	☐	☐	☐	☐	☐
São Miguel	☐	☐	☐	☐	☐
Terceira	☐	☐	☐	☐	☐

31 - À semelhança do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS), qual a importância que atribui à existência de um portal para o Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CRADS)?

- ☐ Muito Importante
- ☐ Importante
- ☐ Nem Muito nem Pouco Importante
- ☐ Pouco Importante
- ☐ Nada Importante

Conhecimento

32 - Como membro dirigente de ONGA ou Associação, avalie o grau de conhecimento que tem sobre...

	Muito Informado	Informado	Nem muito nem pouco Informado	Pouco Informado	Nada Informado
Plano Regional da Água	☐	☐	☐	☐	☐
Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas	☐	☐	☐	☐	☐
Planos de Ordenamento das Orlas Costeiras	☐	☐	☐	☐	☐
Planos de Gestão de Recursos Hídricos de Ilha	☐	☐	☐	☐	☐

33 - Como membro dirigente de ONGA ou Associação, qual o nível de conhecimento que considera ter sobre os Planos de Gestão dos Recursos Hídricos das seguintes Ilhas:

	Muito Informado	Informado	Nem muito nem pouco Informado	Pouco Informado	Nada Informado
Corvo	☒	☒	☒	☒	☒
Faial	☒	☒	☒	☒	☒
Flores	☒	☒	☒	☒	☒
Graciosa	☒	☒	☒	☒	☒
Pico	☒	☒	☒	☒	☒
Santa Maria	☒	☒	☒	☒	☒
São Jorge	☒	☒	☒	☒	☒
São Miguel	☒	☒	☒	☒	☒
Terceira	☒	☒	☒	☒	☒

34 - Que grau de conhecimento considera ter sobre os Planos de Ordenamento da Orla Costeira das Ilhas de:

	Muito Informado	Informado	Nem muito nem pouco Informado	Pouco Informado	Nada Informado
Corvo	☒	☒	☒	☒	☒
Faial	☒	☒	☒	☒	☒
Flores	☒	☒	☒	☒	☒
Graciosa	☒	☒	☒	☒	☒
Pico	☒	☒	☒	☒	☒
Santa Maria	☒	☒	☒	☒	☒
São Jorge	☒	☒	☒	☒	☒
São Miguel	☒	☒	☒	☒	☒
Terceira	☒	☒	☒	☒	☒

35 - Que grau de conhecimento considera ter sobre o Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa:

	Muito Informado	Informado	Nem muito nem pouco Informado	Pouco Informado	Nada Informado
Branca	☐	☐	☐	☐	☐
Comprida	☐	☐	☐	☐	☐
Congro	☐	☐	☐	☐	☐
Funda	☐	☐	☐	☐	☐
Furnas	☐	☐	☐	☐	☐
Lomba	☐	☐	☐	☐	☐
Patos	☐	☐	☐	☐	☐
Rasa	☐	☐	☐	☐	☐
Sete Cidades	☐	☐	☐	☐	☐
São Brás	☐	☐	☐	☐	☐

36 - No contexto da Região Autónoma dos Açores, que conhecimentos tem sobre:

	Muito Informado	Informado	Nem muito nem pouco Informado	Pouco Informado	Nada Informado
Saneamento Básico	☒	☒	☒	☒	☒
Abastecimento de água	☒	☒	☒	☒	☒
Qualidade da água para consumo	☒	☒	☒	☒	☒
Eutrofização das Lagoas	☒	☒	☒	☒	☒
Tratamento de Lamas das ETAR	☒	☒	☒	☒	☒
Poupança no consumo de água	☒	☒	☒	☒	☒
Qualidade das Águas Costeiras	☒	☒	☒	☒	☒
Poluição das Ribeiras	☒	☒	☒	☒	☒
Erosão das Costas	☒	☒	☒	☒	☒
Contaminação dos Solos	☒	☒	☒	☒	☒

37 - No domínio ambiental, que conhecimentos que tem sobre:

	Muito Informado	Informado	Nem muito nem pouco Informado	Pouco Informado	Nada Informado
Palestras, Seminários, Encontros, Colóquios, Debates	☒	☒	☒	☒	☒
Legislação Regional	☒	☒	☒	☒	☒
Reuniões de Conselho Regional para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	☒	☒	☒	☒	☒
Actividades das outras ONGA	☒	☒	☒	☒	☒
Apoios financeiros regionais	☒	☒	☒	☒	☒
Processos em Consulta Pública	☒	☒	☒	☒	☒
Legislação Comunitária	☒	☒	☒	☒	☒
Debates na Assembleia Regional dos Açores	☒	☒	☒	☒	☒
Apoios financeiros comunitários	☒	☒	☒	☒	☒
Planos e Projectos em fase de planeamento ou em execução na Região Autónoma dos Açores	☒	☒	☒	☒	☒

38 - Tem conhecimento da situação em que se encontram os seguintes Planos de Gestão dos Recursos Hídricos de Ilha?

	Concluído	Em Preparação	A Realizar	Em Fase de Aprovação	NS/NR
Corvo	☒	☒	☒	☒	☒
Faial	☒	☒	☒	☒	☒
Flores	☒	☒	☒	☒	☒
Graciosa	☒	☒	☒	☒	☒
Pico	☒	☒	☒	☒	☒
Santa Maria	☒	☒	☒	☒	☒
São Jorge	☒	☒	☒	☒	☒
São Miguel	☒	☒	☒	☒	☒
Terceira	☒	☒	☒	☒	☒

Participação Pública

39 - Com que frequência costuma debater questões ambientais com as seguintes entidades?

	Muito Frequentemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
Associações Profissionais	☐	☐	☐	☐	☐
Associações Cívicas (ONGA)	☐	☐	☐	☐	☐
Sindicatos	☐	☐	☐	☐	☐
Comunicação Social	☐	☐	☐	☐	☐
Grupos Económicos/Empresas	☐	☐	☐	☐	☐
Governo Regional	☐	☐	☐	☐	☐
Igreja	☐	☐	☐	☐	☐
Universidade	☐	☐	☐	☐	☐
Ciência/Investigação	☐	☐	☐	☐	☐
Partidos Políticos	☐	☐	☐	☐	☐
Autarquias	☐	☐	☐	☐	☐
Militares	☐	☐	☐	☐	☐
Outras	☐	☐	☐	☐	☐

39.1 - Outras. Quais? _____

40 - Que influência têm as seguintes entidades na sociedade açoriana?

	Muita Influência	Influência	Nem Muita nem Pouca Influência	Pouca Influência	Nenhuma Influência
Associações Profissionais	☐	☐	☐	☐	☐
Associações Cívicas (ONGA)	☐	☐	☐	☐	☐
Sindicatos	☐	☐	☐	☐	☐
Comunicação Social	☐	☐	☐	☐	☐
Grupos Económicos/Empresas	☐	☐	☐	☐	☐
Governo Regional	☐	☐	☐	☐	☐
Igreja	☐	☐	☐	☐	☐
Universidade	☐	☐	☐	☐	☐
Ciência/Investigação	☐	☐	☐	☐	☐
Partidos Políticos	☐	☐	☐	☐	☐
Autarquias	☐	☐	☐	☐	☐
Militares	☐	☐	☐	☐	☐
Outras	☐	☐	☐	☐	☐

40.1 - Outras. Quais? _____

41 - Que influência acha que as seguintes entidades deveriam ter na sociedade açoriana?

	Muito Mais Influência	Mais Influência	Nem Muito nem Influência	Menos Influência	Muito Menos Influência
Associações Profissionais	☐	☐	☐	☐	☐
Associações Cívicas (ONGA)	☐	☐	☐	☐	☐
Sindicatos	☐	☐	☐	☐	☐
Comunicação Social	☐	☐	☐	☐	☐
Grupos Económicos/Empresas	☐	☐	☐	☐	☐
Governo Regional	☐	☐	☐	☐	☐
Igreja	☐	☐	☐	☐	☐
Universidade	☐	☐	☐	☐	☐
Ciência/Investigação	☐	☐	☐	☐	☐
Partidos Políticos	☐	☐	☐	☐	☐
Autarquias	☐	☐	☐	☐	☐
Militares	☐	☐	☐	☐	☐
Outras	☐	☐	☐	☐	☐

41.1 - Outras. Quais? _____

42 - A ONGA ou Associação de que é membro/sócio trabalha em parceria?

☐ Sim ☐ Não

42.1 - Se sim, com que entidades? _____

43 - A ONGA ou Associação de que é sócio/membro foi envolvida ou consultada na preparação e monitorização do Plano Regional da Água?

☐ Sim ☐ Não ☐ NS/NR

44 - Se não, conhece alguma outra ONGA ou Associação que tenha sido envolvida ou participado na preparação e monitorização do Plano Regional da Água?

☐ Sim ☐ Não ☐ NS/NR

45 - Qual o grau de envolvimento/participação que a ONGA/Associação de que é sócio/membro no processo de preparação/elaboração e monitorização dos seguintes Planos:

	Participação Intensa	Participação Moderada	Participação nem Moderada nem Fraca	Participação Fraca	Participação Inexistente
Plano Regional da Água	☐	☐	☐	☐	☐
Planos de Gestão de Recursos Hídricos de Ilha	☐	☐	☐	☐	☐
Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas	☐	☐	☐	☐	☐
Planos de Ordenamento da Orla Costeira	☐	☐	☐	☐	☐
Outros	☐	☐	☐	☐	☐

45.1 - Outros. Quais? _____

46 - Qual o grau de envolvimento/participação da ONGA ou Associação de que é membro/sócio no processo de preparação/elaboração e monitorização dos Recursos Hídricos de Ilha:

	Participação Intensa	Participação Moderada	Participação nem Moderada nem Fraca	Participação Fraca	Participação Inexistente
Corvo	☒	☒	☒	☒	☒
Faial	☒	☒	☒	☒	☒
Flores	☒	☒	☒	☒	☒
Graciosa	☒	☒	☒	☒	☒
Pico	☒	☒	☒	☒	☒
Santa Maria	☒	☒	☒	☒	☒
São Jorge	☒	☒	☒	☒	☒
São Miguel	☒	☒	☒	☒	☒
Terceira	☒	☒	☒	☒	☒

47 - Qual o grau de envolvimento da ONGA ou Associação de que é membro/sócio na elaboração e monitorização dos seguintes Planos de Ordenamento de Bacias Hidrográficas?

	Participação Intensa	Participação Moderada	Participação nem Moderada nem Fraca	Participação Fraca	Participação Inexistente
Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa Branca	☐	☐	☐	☐	☐
Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa Comprida	☐	☐	☐	☐	☐
Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa Funda	☐	☐	☐	☐	☐
Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa Rasa	☐	☐	☐	☐	☐
Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa da Lomba	☐	☐	☐	☐	☐
Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas	☐	☐	☐	☐	☐
Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades	☐	☐	☐	☐	☐
Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa de São Brás	☐	☐	☐	☐	☐
Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa do Congro	☐	☐	☐	☐	☐
Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa dos Patos	☐	☐	☐	☐	☐

48 - A ONGA ou Associação que dirige já foi convidada a emitir algum parecer por algum organismo do Governo Regional?



Sim



Não



NS/NR

49 - Qual o contributo da ONGA ou Associação de que é sócio/membro no âmbito da elaboração e monitorização dos Planos ou Projectos relativos aos Recursos Hídricos?

	Muito Frequentemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
Na aplicação de questionários de avaliação	☐	☐	☐	☐	☐
Em representação do grupo de monitorização	☐	☐	☐	☐	☐
Contribuição em relatórios de monitorização	☐	☐	☐	☐	☐
Resposta a convites para emissão de pareceres	☐	☐	☐	☐	☐
Outros	☐	☐	☐	☐	☐

49.1 - Outros. Quais? _____

50 - Já participou numa sessão pública no âmbito dos Recursos Hídricos da Região Autónoma dos Açores?

☐

Sim

☐

Não

51 - A ONGA que dirige tem assento no Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CRADS)?

☐

Sim

☐

Não

52 - Se respondeu negativamente à resposta anterior, a ONGA ou Associação Ambiental de que é membro/sócio já teve assento no Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável?

☐

Entre 2007 e 2010

☐

Entre 2004 e 2007

☐

Entre 2003 e 2006

☐

Entre 2000 e 2003

☐

NS/NR

53 - Concorda com a periodicidade das reuniões do Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável?

☐

Concordo Totalmente

☐

Concordo

☐

Indiferente

☐

Concordo Parcialmente

☐

Discordo

54 - Na sua opinião, quantas vezes o Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deve reunir-se?

☐

> Três vezes por ano

☐

Três vezes por ano

☐

Duas Vezes por ano

☐

Uma vez Por ano

☐

Nunca

55 - Concorda com a extinção do Conselho Regional da Água?

☐

Concordo Totalmente

☐

Concordo

☐

Indiferente

☐

Concordo Parcialmente

☐

Discordo

55.1 - Porquê? _____

56 - Qual o grau de participação pública nas questões relacionadas com os recursos hídricos na Região Autónoma dos Açores?

☐

Muita participação

☐

Participação

☐

Nem muita nem pouca Participação

☐

Pouca Participação

☐

Nenhuma Participação

57 - Existe necessidade de haver mais participação pública nos processos de tomada de decisão sobre os assuntos relacionados com os recursos hídricos na Região Autónoma dos Açores?

☐

Concordo Totalmente

☐

Concordo

☐

Não Concordo nem Discordo

☐

Discordo

☐

Discordo Totalmente

58 - Na sua opinião, os seguintes factores conduzem à não-participação?

	Concordo Totalmente	Concordo	Não Concordo nem Discordo	Discordo	Discordo Totalmente
Falta de informação	☐	☐	☐	☐	☐
Exige muita dedicação e tempo	☐	☐	☐	☐	☐
É muito custoso	☐	☐	☐	☐	☐
A linguagem utilizada é demasiado especializada	☐	☐	☐	☐	☐
O nível educacional das pessoas não permite a compreensão da informação	☐	☐	☐	☐	☐
As pessoas não se importam com esses assuntos	☐	☐	☐	☐	☐
Nem todas as pessoas têm acesso aos canais de informação	☐	☐	☐	☐	☐
A participação não é apoiada pelas instituições	☐	☐	☐	☐	☐
As pessoas não têm educação cívica	☐	☐	☐	☐	☐
Falta de transparência política	☐	☐	☐	☐	☐

58.1 - Outros. Quais? _____

59 - Qual o grau de abrangência que as seguintes formas de comunicação têm para informar, sensibilizar e convidar os cidadãos a participarem nos Processos de Tomada de Decisão em matéria ambiental?

	Mais Abrangente	Abrangente	Nem muito nem pouco abrangente	Pouco Abrangente	Nada Abrangente
Jornais	☐	☐	☐	☐	☐
Revistas	☐	☐	☐	☐	☐
Internet	☐	☐	☐	☐	☐
Rádio	☐	☐	☐	☐	☐
Televisão	☐	☐	☐	☐	☐
Sessões Públicas	☐	☐	☐	☐	☐
Workshops	☐	☐	☐	☐	☐
Formações	☐	☐	☐	☐	☐
Reuniões	☐	☐	☐	☐	☐
Colóquios/Palestras/Seminários	☐	☐	☐	☐	☐
Outros	☐	☐	☐	☐	☐

59.1 - Outros. Quais? _____

Comunicação

60 - Com que frequência estabelece contacto com as seguintes entidades?

	Muito Frequentemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
Associações Profissionais	☐	☐	☐	☐	☐
Associações Cívicas (ONGA)	☐	☐	☐	☐	☐
Sindicatos	☐	☐	☐	☐	☐
Comunicação Social	☐	☐	☐	☐	☐
Grupos Económicos/Empresas	☐	☐	☐	☐	☐
Governo Regional	☐	☐	☐	☐	☐
Igreja	☐	☐	☐	☐	☐
Universidade	☐	☐	☐	☐	☐
Ciência/Investigação	☐	☐	☐	☐	☐
Partidos Políticos	☐	☐	☐	☐	☐
Autarquias	☐	☐	☐	☐	☐
Militares	☐	☐	☐	☐	☐
Outras	☐	☐	☐	☐	☐

60.1 - Outras. Quais? _____

61 - Como caracteriza a acessibilidade às seguintes entidades:

	Muito Acessível	Acessível	Nem Muito Acessível	nem Pouco Acessível	Pouco Acessível	Inacessível
Associações Profissionais	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Associações Cívicas (ONGA)	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Sindicatos	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Comunicação Social	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Grupos Económicos/Empresas	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Governo Regional	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Igreja	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Universidade	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Ciência/Investigação	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Partidos Políticos	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Autarquias	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Militares	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outras	☐	☐	☐	☐	☐	☐

61.1 - Outras. Quais? _____

62 - Que tipo de actividades e com que frequência são desenvolvidas pela ONGA ou Associação que você representa?

	Muito Frequentemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
Acções de informação, educação e sensibilização ambiental	☐	☐	☐	☐	☐
Exposições, colóquios, conferências, formação	☐	☐	☐	☐	☐
Organização de actividades na natureza	☐	☐	☐	☐	☐
Denúncias / acções jurídicas	☐	☐	☐	☐	☐
Acções mediáticas / campanhas	☐	☐	☐	☐	☐
Investigação / levantamentos	☐	☐	☐	☐	☐
Publicações	☐	☐	☐	☐	☐
Gestão de espaços	☐	☐	☐	☐	☐
Acções de limpeza	☐	☐	☐	☐	☐
Estudos sobre política ambiental / legislação	☐	☐	☐	☐	☐
Outras	☐	☐	☐	☐	☐

62.1 - Outras. Quais? _____

63 - Com que frequência a ONGA ou Associação que representa utiliza as seguintes formas de comunicação para divulgar as suas actividades?

	Muito Frequentemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
Imprensa	☐	☐	☐	☐	☐
Televisão	☐	☐	☐	☐	☐
Rádio	☐	☐	☐	☐	☐
Internet	☐	☐	☐	☐	☐
Workshops	☐	☐	☐	☐	☐
Acções de Formação	☐	☐	☐	☐	☐
Reuniões	☐	☐	☐	☐	☐
Colóquios/Seminários/Palestras	☐	☐	☐	☐	☐
Publicações Científicas	☐	☐	☐	☐	☐
Outros	☐	☐	☐	☐	☐

63.1 – Outros. Quais? _____

64 - Como classifica a informação disponibilizada em matéria de Recursos Hídricos nos seguintes sítios da internet:

	Muito Útil	Útil	Nem Muito Útil	nem Pouco Útil	Pouco Útil	Nada Útil
Portal da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Portal da Direcção Regional do Ambiente	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Portal da Direcção Regional dos Assuntos do Mar	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Portal da Inspecção Regional do Ambiente	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Portal da Câmara Municipal (onde reside)	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outros	☐	☐	☐	☐	☐	☐

64.1 - Outros. Quais? _____

65 - Como avalia os conteúdos sobre os Recursos Hídricos no sítio da internet, nomeadamente:

	Muito Bons	Bons	Nem Bons nem Maus	Maus	Muito Maus
Portal da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar	☐	☐	☐	☐	☐
Portal da Direcção Regional do Ambiente	☐	☐	☐	☐	☐
Portal da Direcção Regional dos Assuntos do Mar	☐	☐	☐	☐	☐
Portal da Inspecção Regional do Ambiente	☐	☐	☐	☐	☐
Portal da Câmara Municipal (onde reside)	☐	☐	☐	☐	☐
Outros	☐	☐	☐	☐	☐

65.1 - Outros. Quais? _____

